



# PEDAGOGIA DA VIAGEM PERU E BOLIVIA



Organização  
Fabio Luis Barbosa dos Santos

# Pedagogia da Viagem: Peru e Bolívia

Livro Eletrônico  
1ª Edição

São Paulo  
2018



Pedagogia da Viagem : Peru e Bolívia [recurso eletrônico] /  
organizador Fabio Luis Barbosa dos Santos. –  
São Paulo : Fundação Memorial da América Latina, 2018.  
ePub

ISBN 978-85-8201-017-4

1. Sociedade 2. Política 3. Guerrilhas 3. Inclusão social  
4. Políticas sociais 5. Análise sociológica I. Santos, Fabio Luis  
Barbosa, org.

CDD – 306.098

---

Ficha Catalográfica elaborada por Rejane do Desterro de Moura Alves CR-  
B8<sup>a</sup>-6169

Fundação Memorial da América Latina  
Av. Auro Soares de Moura Andrade,  
664 - Barra Funda  
CEP 01156001 - São Paulo - SP  
Tel: (11)3823-4600  
[www.memorial.org.br](http://www.memorial.org.br)

# Pedagogia da Viagem: Peru e Bolívia

---



Governador  
Márcio França

Secretário da Cultura  
Romildo Campello



## Fundação Memorial da América Latina

Conselho Curador

*Almino Monteiro Álvares Affonso*  
Presidente do Conselho

*Romildo Campello*  
Secretário de Estado da Cultura

*Jânio Francisco Benith*  
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Inovação

*Vahan Agopyan*  
Reitor da Universidade de São Paulo – USP

*Marcelo Knobel*  
Reitor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

*Sandro Roberto Valentini*

Reitor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

*José Goldemberg*

Pres. da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

*José Vicente*

Reitor da Faculdade de Cidadania Zumbi dos Palmares

*Ruy Martins Altenfelder Silva*

Pres. Academia Paulista de Letras Jurídicas

Diretoria executiva

*Priscila Helena Franco*

Diretor Presidente

*Fernando Calvozo*

Diretor de Atividades Culturais

*Marco Antônio Felix*

Diretor do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (respondendo)

*Daniel Papa Garcia*

Diretor Administrativo e Financeiro

Edição e-book

*Eduardo Rascov*

Editor

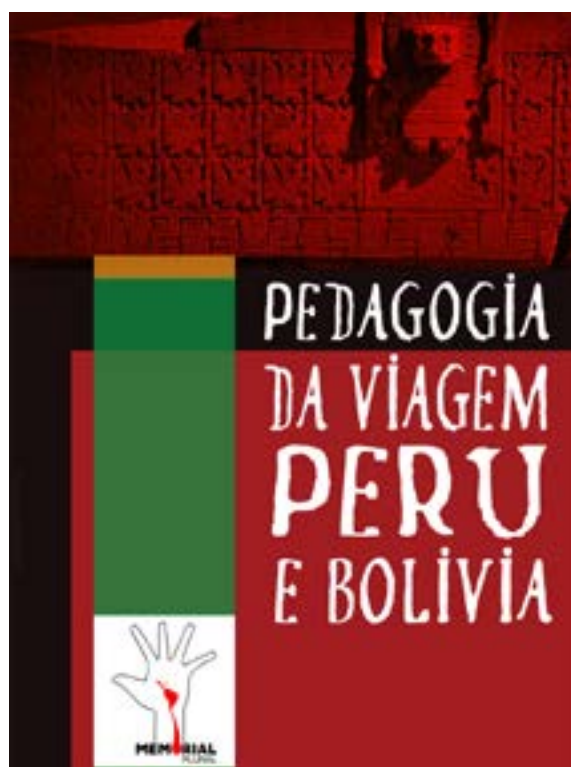
*Ana Maitê Lanché*

*Eduardo Rascov*

Design e revisão

*Adrian ILave Inca*

Capa



# ÍNDICE

Prefácio	p.07
Capítulo 1 - Peru e Bolívia: contextualização dos dilemas atuais	p.09
Capítulo 2 - Convergência em Política Econômica: Os casos de Bolívia, Brasil e Peru entre 2006 - 2013	p.42
Capítulo 3 - Os conflitos políticos atuais e a identidade indígena na Bolívia	p.65
Capítulo 4 - Sin calco ni copia: Por el sendero luminoso del “maoísmo mari-ateguizado”	p.74
Capítulo 5 - O Vivir Bien como exercício político-jurídico de interculturalidade na Bolívia: “Pachamamismo” ou Transformação?	p.90
Capítulo 6 - Integração infraestrutural sul-americana sob a influência brasileira: O caso do Projeto Inambari no Peru.	p.102
Capítulo 7 - Paradoxos do governo de Evo Morales na Bolívia: A reserva ambiental TIPNIS e os interesses de grupos econômicos nacionais e brasileiros (2009-2015)	p.131
Capítulo 8 - De Hallpa a Pacha Mama: Os caminhos de Hugo Blanco, da Reforma Agrária à Defesa do Planeta	p.161
Capítulo 9 - O que está acontecendo na América Latina? Populismo, mística e a necessidade de um novo fracasso	p. 195
Lista de participantes	p.208



## Prefácio

Criada no ano passado pela Fundação Memorial da América Latina, a coleção **Pedagogia da Viagem** apresenta a produção teórica do Programa de Extensão Realidade Latino-Americana, da Universidade Federal de São Paulo. Fundado há cinco anos pelo historiador Fabio Luis Barbosa dos Santos, professor do curso de Relações Internacionais, esse programa vem formando um grupo de estudos intensivos sobre a América Latina com uma particularidade: seus integrantes viajam ao país em foco para uma imersão na história e na conjuntura da região a partir de uma agenda de conversas e encontros com lideranças políticas, intelectuais e representantes de movimentos sociais.

Nessas viagens, os jovens pesquisadores, sob o impacto da realidade em campo, problematizam o que estudaram previamente. O grupo aprende não só com os entrevistados, mas também com a vivência no país e com o intercâmbio entre os colegas. Esse processo cria um ambiente fértil e prazeroso de aprendizado, cujos resultados são apresentados na forma de artigos, livros, seminários e debates. Foi assim em 2014 com a ida à Colômbia e à Venezuela. O plano era ousado: comparar os processos sociais e econômicos experimentados pelos dois países - antípodas no campo político - nas últimas décadas. O livro eletrônico **Pedagogia da Viagem: Colômbia e Venezuela**, lançado pelo Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, deste Memorial, em 2017 (que pode ser baixado gratuitamente do catálogo on line da nossa biblioteca), é o resultado mais duradouro e abrangente dessa iniciativa.

Foi assim também em 2016 com a viagem a Cuba. Por duas semanas, os 33 pesquisadores viajantes se perguntaram se está havendo uma restauração capitalista na ilha. A obra em papel **Cuba no Século XXI – Dilemas da Revolução**, editado no ano passado pelo Memorial e pela Elefante Editora, é uma tentativa de resposta a essa e a outras questões urgentes.

O mesmo se dá com o livro digital **Pedagogia da Viagem: Peru e Bolívia**, que ora lançamos. Fruto da viagem investigativa de 2015, a obra reflete, entre outros temas, sobre a crise da esquerda peruana após a fúria do Sendero Luminoso e as contradições do *Buen Vivir* boliviano, entre o respeito à Pachamama (Madre Tierra) e o extrativismo voraz que alimenta o capitalismo contemporâneo.

Peru e Bolívia têm uma história comum. Nos tempos pré-colombianos, as terras altas e as terras baixas dos dois países fizeram parte de sucessivos impérios. Os espanhóis conquistaram a região, no século XVI, usando de artimanha para derrotar o Império Inca que se encontrava em guerra civil. Foi pensando nisso que o peruano Adrián Llave Inca criou a capa deste livro. Ele é historiador e artista plástico. No Brasil desenvolve projetos nas áreas de Arte e Design baseado na cultura andina. Em São Paulo fez a decoração de dez restaurantes peruanos. Usando as cores das bandeiras dos dois países, a capa tem na parte superior a Porta do Sol Tiwanaku, antigo império que abrangia o território atual do Peru e da Bolívia. A fonte do título foi desenhada por

Guamán Poma de Ayala, cronista mestiço do século XVI, cuja obra **Nueva Corónica y Buen Gobierno**, de 1200 páginas e 398 ilustrações, descreve as culturas soterradas pelo invasor europeu.

Fomentar a pesquisa e a divulgação do conhecimento sobre a região é a razão de ser do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina. Para isso, ele atua com as três universidades públicas estaduais (USP, Unicamp e Unesp), que fazem parte do seu Conselho Curador, e com a Unifesp, com quem mantém convênio de colaboração, entre outras parceiras.

*Centro Brasileiro de Estudos da América Latina*



# CAPÍTULO I

## PERU E BOLÍVIA: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DILEMAS ATUAIS



# Peru e Bolívia: contextualização dos dilemas atuais<sup>1</sup>

## Introdução

Bolívia e Peru são dois países que poderiam ser um: partilham a paisagem andina, a herança e a presença indígena, o passado colonial e os desafios do subdesenvolvimento. Ambos estão entre os países de maior presença indígena na América do Sul, o que imprime uma marca distintiva à sua política, história e cultura.

No período colonial, o território da atual Bolívia correspondia ao “Alto Peru”. Ali se situavam as minas de prata de Potosí, por muito tempo a principal riqueza colonial castelhana, e que fizeram desta região o núcleo da exploração colonial espanhola. Lima surgiu como o centro político e administrativo do império colonial, que preferiu assentar-se na costa marítima a penetrar nas montanhas andinas, em território que outrora fora comandado pelos incas. Os atuais Peru e Bolívia constituíam um mesmo ecossistema mercantil e político articulado pelo colonialismo espanhol.

No final do século XVIII, foi na região de Cusco que eclodiu a rebelião indígena que abalou os alicerces da dominação metropolitana. Cusco, centro do império Inca, é mais próximo a La Paz do que Lima, em um caminho mediado pelo belo lago Titicaca. Quando o levante liderado por Tupac Amaru II foi massacrado, a chama da insurgência se alastrou para La Paz e os indígenas liderados por Tupac Katari cercaram esta cidade durante mais de cem dias.

Historiadores como o peruano Heraclio Bonilla entendem que o espectro da rebelião indígena selou a fidelidade da oligarquia *criolla* aos espanhóis. Assim, o Peru foi o último bastião da realeza espanhola na América. Sua independência só foi assegurada pela intervenção de tropas libertadoras que convergiram pelo sul, lideradas por San Martín, e pelo norte, sob o comando de Bolívar. Foi um subordinado seu, o Marechal Sucre, quem venceu a derradeira batalha pela independência continental em Ayacucho, em dezembro de 1824. No ano seguinte, o libertador das Américas por antonomásia batizou o novo país, para o qual redigiu a constituição e dirigiu seus quadros de maior confiança.

A efêmera Confederação Peru-Boliviana (1836-9) liderada pelo Marechal Andrés de Santa Cruz foi uma tentativa de mitigar as tendências desagregadoras associadas ao caudilhismo, legado de uma independência que manteve intocadas as hierarquias sociais. Esta união foi sabotada pelo Chile forjado sob Portales, renunciando o dramático desenlace da Guerra do

---

1 Este texto foi discutido e redigido pelos estudantes da UNIFESP André Vilcarromero, Keise Pereira, Klaus Heringer, Letícia Rizzotti, Rafael Teixeira, e pelo professor Fabio Luis Barbosa dos Santos.

Pacífico (1870-1883).

Ao longo do século XIX, ambos os países compartilharam o legado conservador da independência. Estados que dependiam do tributo indígena para subsistir, enfrentavam o paradoxo de consolidar a nação como países que segregavam e exploravam suas maiorias. Este paradoxo cobrou seu preço na Guerra do Pacífico, quando o exército chileno escorado em interesses mercantis ingleses derrotou a Bolívia e o Peru. No primeiro caso, a elite se recolheu ao altiplano e elidiu o combate, sacrificando a saída do país ao mar; no segundo, os combatentes indígenas sublevaram-se contra seus próprios senhores, levando a oligarquia peruana a pactuar com o exército invasor.

Ambos os desfechos revelam classes dominantes alheias à sorte do país e do seu povo, manejando o território como propriedade privada no primeiro caso e pactuando com o estrangeiro para preservar seus privilégios no segundo. Em reação a esta constatação, em ambos os países emergiram, no começo do século XX, poderosas correntes políticas que colocaram em xeque as premissas racistas prevalentes. Seu expoente mais conhecido foi o marxista peruano José Carlos Mariátegui, que radicalizou a conclusão de seu compatriota Manuel González Prada, afirmando que a nação peruana se identificava com a maioria indígena - e não com os oligarcas nativos que se espelhavam na Europa. Como decorrência, era necessário emancipar o indígena, o que exigia a reforma agrária. Em suma, Mariátegui concluía que a formação da nação peruana se faria contra a oligarquia que a comandava.

Assim, no Peru como na Bolívia, o dilema da formação nacional esteve associado à questão indígena e camponesa. No entanto, a evolução histórica dos países foi descompassada. Nos anos 1930, enquanto a Bolívia submergia na trágica Guerra do Chaco (1932-35), no Peru o APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana), fundado por Haya de la Torre na década anterior, despontava como uma alternativa anti-imperialista radical, de base popular. Quando termina a Segunda Guerra Mundial, a Bolívia atravessa um período de instabilidade política, em que o legado crítico da Guerra do Chaco fecunda uma radicalização nacionalista, inclusive no exército. É o prenúncio da revolução de 1952. No Peru, as Forças Armadas dão o golpe em 1948, colocando apristas e comunistas na ilegalidade.

Nos anos seguintes, a Bolívia viveu a extraordinária experiência da revolução nacionalista de 1952, que destruiu o Estado, inclusive o exército. No entanto, o comando do país caiu nas mãos de revolucionários relutantes, que à maneira girondina, queriam purgar o entreguismo e a desigualdade em suas expressões mais radicais - e na Bolívia, fortunas pessoais eram maiores que a arrecadação do Estado. Mas os líderes do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) não estavam preparados nem intencionavam revolucionar o país. Por outro lado, os trabalhadores que precipitaram a revolução constituíam uma classe “tão vitoriosa quanto impotente”, na

síntese de Zavaleta Mercado.

As ambiguidades do processo cobraram seu preço: na expectativa de conter e controlar o empuxe popular, o MNR optou por uma relação amigável com os Estados Unidos, que apoiou a reconstrução do exército. Em 1964, as forças armadas derrubaram os revolucionários, inaugurando, no mesmo ano do golpe no Brasil, uma sequência de ditaduras que se estenderia até os anos 1980.

No ano seguinte ao assassinato de Che Guevara na Bolívia em 1967, o Peru iniciou uma experiência particular na América Latina. Militares sensibilizados com as gritantes desigualdades do país e com a incompetência das classes dominantes para afirmar a soberania nacional, instauraram o chamado Governo Revolucionário das Forças Armadas (GRFA). Foi um caso singular, em que os militares se empenharam em mudar o país em uma direção democrática e nacionalista. Objetivavam evitar assim a propagação de guerrilhas que outrora combateram.

Sob a consigna tupamara *“Campesino: el patrón no comerá de tu pobreza”*, o GRFA se propôs a *“desenclavar”* a economia peruana, implementando uma série de medidas de inspiração cepalina, orientadas por um horizonte político que não seria comunista, nem capitalista. Estas medidas incluíram uma reforma agrária radical, que esvaziou a base de poder da oligarquia fundiária do país.

Porém, o GRFA esbarrou em dificuldades econômicas, mas sobretudo políticas. Ao avançar mudanças em nome do povo e para o povo, o processo resultou em relações contraditórias com as organizações populares, entre o apoio e o estranhamento. A piora da saúde do líder do GRFA, Velasco Alvarado, provocou a sua saída em 1975. O militar que o sucedeu iniciou a reversão da orientação nacionalista e democrática prevalente, até que nos anos 1980, eleições reinstalaram na presidência o arquiteto que Alvarado apeara do poder em 1968, Belaúnde Terry.

Bolívia e Peru restauraram o rito democrático no início dos anos 1980, após governos militares de sentido contrário. No entanto, a evolução política de cada país continuou descompassada. Enquanto no Peru dos anos 1980 consolidou-se uma esquerda dentre as mais influentes do continente, a Bolívia foi devassada pelo neoliberalismo, que teve impacto devastador sobre as organizações de classe tradicionais. Nos anos 1990 ambos os países coincidiram no neoliberalismo, embora seguindo padrões políticos distintos: enquanto no Peru o presidente Fujimori instaurava uma ditadura, a democracia boliviana elegia o ex-ditador Hugo Banzer como presidente. No século XXI, as trajetórias nacionais pareceram apartar-se novamente: enquanto o líder popular Evo Morales se elegeu presidente, na esteira de extraordinárias

insurreições populares, os presidentes que se alternaram no Peru defraudaram as expectativas populares, aprofundando o neoliberalismo.

No entanto, nossa investigação nestes países mostrou que a realidade é mais complexa. No texto que segue, restituiremos as linhas gerais da evolução recente destes países, como premissa para adensar as comparações possíveis.

## Peru

### 1a) APRA e Aprismo

Quando planejávamos a viagem, uma pergunta sempre prevalecia: *Por que um país com um histórico revolucionário recente se inclinou tanto para as ideologias neoliberais?* Esta pergunta, junto com as indagações sobre o que realmente foi o fenômeno do Sendero Luminoso, foram os principais pontos de partida para se entender a realidade peruana, o objetivo por trás desse projeto. Depois de várias entrevistas e palestras, uma em especial resume o fundamental para entender o que se passa nesse país. Anibal Quijano, um importante sociólogo peruano, resumiu sua leitura em uma frase: *“Para se entender a realidade peruana, precisamos avaliar três elementos: o aprismo, o senderismo e o fujimorismo”* (QUIJANO: 2015).

Inicialmente, o texto focará o primeiro ponto, referente ao APRA e as suas influências para o atual sistema de partidos no Peru. Se perguntássemos para algum peruano o que ele pensa sobre o APRA, ou seja, o imaginário coletivo em torno do partido, a resposta se basearia nos seguintes fatores: primeiro partido de massa do Peru; adotou uma ideologia própria que pretendia repensar o país a partir de uma ótica marxista latino-americana; teve uma organização, mística e disciplina forte para sobreviver aos tempos de repressão e a mudanças drásticas na sua linha política; protagonizou alguns dos momentos mais importantes da história política peruana dos últimos oitenta anos, além de ganhar as eleições para a Assembleia constituinte de 1978 e as eleições presidenciais de 1985 e 2006. Logo, o partido é um referencial importante para a política do país, tanto por seu legado histórico como pelo apego em torno dos símbolos partidários.

O APRA, Aliança Popular Revolucionária Americana (*Alianza Popular Revolucionaria Americana*), surge em 1924 no México como um movimento idealizado por Victor Raúl Haya de la Torre, tendo como base ideológica a luta contra o imperialismo. Em seu artigo *Qué es el APRA* de 1926, ele define o movimento como uma luta organizada na América Latina contra

o imperialismo ianque através de uma frente internacional unida de trabalhadores manuais e intelectuais com um programa de ação comum. Com uma ideologia eclética que incluía a inspiração marxista, Haya tinha como objetivo retirar do poder as classes governantes aliadas ao imperialismo, passando-o para os trabalhadores, socializando a produção e unindo a América Latina em uma só República Americana.

Ao fundar o movimento no Peru, o APRA encontrou uma grande base de apoio no norte do país, entre os anarquistas e anarco-sindicalistas, uma base que se manteve presente durante toda sua história. O livro mais importante de Haya de la Torre e que molda a linha inicial do movimento foi *El antimperialismo y el Apra*, lançado em 1936 no Chile. Ele propunha 5 pontos principais: ação contra o imperialismo norte-americano, unidade política latino-americana, nacionalização de terras e indústrias, internacionalização do Canal do Panamá e solidariedade a todos povos e classes oprimidas do mundo. As posições de Haya de la Torre atraíram a atenção de Mariátegui, um dos maiores pensadores políticos latino-americanos, que se contrapôs a ele ao longo dos anos 1920. Por discordância sobre a estratégia política a seguir, houve uma separação de fato entre os dois, confirmada pela criação do Partido Socialista do Peru, por parte de Mariátegui. O socialista peruano criticava o anti-imperialismo aprista, que derivava em uma proposta de aliança dos trabalhadores peruanos com uma burguesia que, na visão de Mariátegui, não tinha qualquer compromisso com a nação.

Em 1930, três eventos importantes assolam o Peru: a morte de Mariátegui, a queda da ditadura de Leguía (1919-1930) e os efeitos da crise de 1929. Com a morte de Mariátegui, o partido comunista se alia às diretrizes da União Soviética e abandona o pensamento do autor. O declínio dos comunistas abre maior espaço para a consolidação do aprismo. Com o fim da ditadura, surge um período de instabilidade política e a busca da redemocratização, onde Haya de la Torre regressa ao Peru para se candidatar à presidência. A crise de 1929, inaugurada nos Estados Unidos, afetou todo o mundo. No Peru não foi diferente: a crise econômica crescente foi um dos fatores para a queda do governo.

Em sua candidatura, o partido aprista lançou um plano econômico inspirado nos moldes nacional-desenvolvimentistas, onde deveria ser instaurada uma industrialização e aumento de capitais nacionais, mesmo se fosse com a ajuda do capital internacional, que ele acreditava ser benéfico por trazer inovações tecnológicas para o país. Mesmo com um programa bem elaborado e o apoio de parcelas da população, Sánchez Cerro, que já era conhecido pela população e apoiado pela elite, ganha as eleições de 1931, sob acusação de fraudes eleitorais, e inicia o que se convencionou chamar “o terceiro militarismo” no Peru. Esse período foi caracterizado por ditaduras de militares e civis de 1930 até 1956, com um pequeno período democrático entre 1945 e 1948.

O novo governo eleito começa a perseguir os apristas, chegando a prender Haya de la Torre e os representantes do Congresso. Insatisfeitos com o resultado das eleições e com o rumo que o novo governo estava tomando, os apristas mais radicais começam uma série de levantes e confrontos com as autoridades, sendo o mais famoso o de Trujillo em 1932, que terminou com o fuzilamento massivo de apristas nas ruínas pré-incaicas de Chan Chan. O caráter violento do confronto, que causou mortes dos dois lados, está na raiz de um duradouro ódio dos militares ao APRA, que passou para a ilegalidade até 1945. Durante esse período, Haya promoveu insurreições militares e civis visando a tomada do poder e o retorno das eleições.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a nascente preocupação com o fim das ditaduras e a redemocratização mundial, uma maioria acreditava ser importante criar um regime democrático para restabelecer a ordem política, recuperar o prestígio internacional do Peru e promover o progresso social. Assim, Bustamante y Rivero ganha as eleições de 1945, apoiado pelo APRA, que agora adotava uma postura mais conciliatória em busca de aliados. Mesmo com todas as suas contradições, o aprismo se manteve forte depois de 1931, e se tornou antes uma grande força popular do que um partido em si; algo como um culto popular. Nesse período, o partido conseguiu ter o controle do Congresso, mas não abandonou o seu radicalismo, promovendo várias insurreições e uma tentativa de golpe fracassada em 1948, com a conseqüente volta à ilegalidade. Pouco tempo depois dessa tentativa, surge um novo período ditatorial que se estendeu até 1956.

Depois do fracasso de 1948, Haya se asila na embaixada da Colômbia. Nos anos seguintes, há um aumento das renúncias de membros apoiadores do partido e a criação de grupos mais radicais, como o APRA Radical, com alguns entrando na luta de guerrilha (com destaque para as de 1965). Em 1954 houve o último período insurrecional do APRA, em que havia um plano em andamento de tomada de poder que contava com a ajuda de Perón e do governo boliviano (ele acabou sendo cancelado). Depois desse evento, o partido começa a tomar uma medida considerada pragmática e inicia um período de aliança com a oligarquia e os seus antigos inimigos, chamado de “convivência”. Primeiro, apoiam a eleição e o governo do ex-ditador Manuel Prado em 1956. Depois, nas eleições de 1962, Haya vence o pleito, mas não garante a maioria necessária para evitar o veto à sua candidatura pelo congresso. Apesar da tentativa aprista de apoiar a candidatura alternativa do ex-ditador Odría, os militares intervêm no processo. No ano seguinte, são realizadas novas eleições gerais, em que o APRA é derrotado pelo arquiteto Fernando Belaúnde Terry.

No entanto, um fato inédito muda todo o panorama do Peru. Em 1968, houve um golpe de estado encabeçado pelo general Juan Velasco Alvarada que promoveu reformas de esquerda na economia e política do país. Com uma proposta econômica inspirada no aprismo

e nas teorias da industrialização por substituição de importação da CEPAL, o auto-intitulado “Governo Revolucionário das Forças Armadas” estatizou os principais recursos produtivos, criou novas empresas públicas de setores estratégicos para o desenvolvimento e fez a reforma agrária almejada. Ou seja, houve um desenvolvimento do país de cunho nacional e promovido pelo Estado, atingindo seriamente a base material da oligarquia agrária. O governo também retomou acordos diplomáticos com o bloco soviético e chinês, teve um protagonismo no bloco terceiro mundista, aumentou a presença de livros marxistas no país e possibilitou, assim, um ressurgimento e fortalecimento dos partidos e movimentos de esquerda. Nesse período, o APRA se manteve em oposição moderada e expectativa frente ao governo, ao mesmo tempo em que enfatizava que muitas dessas medidas econômicas tomadas pelo militares tinham sido propostas décadas atrás pelo partido.

No entanto, essas reformas do governo foram feitas seguindo o modelo de cima para baixo, onde a população pouco participava da política e era reprimida quando tentava promover alguma mobilização. Em 1975, diante da crescente crise mundial e no país, assumiu o poder o general Bermúdez, substituindo um Velasco doente, que morreria dois anos depois. Esse novo governo foi responsável por começar a abertura econômica do país, uma aproximação com o APRA e o início de uma abertura democrática, convocando eleições em 1978 para a criação de uma nova constituição. Nessas eleições, o partido aprista e Haya conseguiram o maior número de votos, mas a dividida esquerda conseguiu outra grande parcela, com destaque para Hugo Blanco (com quem conversamos na viagem), responsável pela Frente Campesina - ele foi o candidato mais votado.

Haya foi eleito presidente da Assembleia Constituinte, na qual se percebeu a divisão da nova geração aprista, mais radicalizada e distante da geração antiga, voltada à direita. Em agosto de 1979, Haya morre e deixa um vácuo de poder em seu partido, que sempre girou em torno de sua personalidade. Assim, o governo militar retira o seu apoio ao aprismo e sustenta Belaúnde, o mesmo presidente que sofreu o golpe em 68, para marcar uma transição de governo segura e controlada.

O governo de Belaúnde foi marcado pela democratização da imprensa, uma tentativa fracassada de reverter as mudanças feitas pelo governo militar anterior, um aumento da dívida externa e da inflação, e pelo surgimento dos grandes movimentos guerrilheiros, como o MRTA, e o Sendero Luminoso, este último de caráter terrorista. Quanto ao APRA, despontou a figura de Alan García, um grande orador e líder carismático, que fazia parte de um grupo de jovens promessas, que havia ido estudar fora, e conquistara a confiança de Haya. Também surge nesse período um partido chamado Esquerda Unida (*Izquierda Unida*), que consistia em um aglomerado de grupos marxistas unidos em torno da figura carismática de Alfonso Barrantes,



que chegou a ser o primeiro prefeito socialista eleito nas Américas, na capital Lima.

Nas eleições de 1985, observamos um cenário de desestabilização dos partidos tradicionais de direita, marcados pelo governo anterior e uma ascensão dos partidos de esquerda. Recebendo quase a maioria dos votos, Alan García foi eleito o mais jovem presidente peruano e o primeiro aprista, uma vez que Barrantes se absteve de disputar o segundo turno.

No começo de seu mandato, subordinou os militares, tentou moralizar a polícia, fez aliança com a esquerda moderada e no âmbito econômico, incrementou a proteção à indústria nacional e se utilizou da heterodoxia para combater a inflação: controlando os preços, congelando as taxas de câmbio e mudando até a moeda peruana. No começo essas medidas foram efetivas, com uma redução da inflação e o aumento das taxas de crescimento e do consumo. No entanto esse controle da economia se estendeu mais do que o recomendável, contribuindo para o fracasso econômico do governo.

García tentou retomar o combate ao capitalismo internacional, limitando o pagamento da dívida externa a apenas 10% das exportações. Essa medida acarretou o isolamento internacional do país, que deixou de ser alvo de investimentos estrangeiros e de crédito internacional, contribuindo para o crescimento da crise econômica e da dívida externa. O ponto de inversão de seu governo se deu no ano de 1987, quando tomou uma medida que teria profundas consequências: a estatização dos bancos. Uma medida que foi bem vista pela esquerda, apesar das ambiguidades do governo, mas causou revolta na direita. No entanto, os bancos conseguiram reverter a situação e impedir que o governo implementasse a medida. Mas as consequências prevaleceram.

Apesar das medidas para ajudar os pobres, respeitar a imprensa e aprimorar a gestão administrativa, o governo de Alan García foi marcado pela hiperinflação, a escassez de divisas externas, aumento do desemprego, recessão, pobreza, colapso dos serviços básicos estatais, corrupção, isolamento financeiro, político e cultural do país e pela ascensão do Sendero Luminoso, que aumentou a violência interna e o caos social. Quase sofrendo um golpe e sendo assediado constantemente para renunciar, o máximo que o aprismo ambicionou nas eleições seguintes foi impedir que o choque neoliberal da direita tradicional chegasse, apoiando a candidatura de Alberto Fujimori.

Por esse recorte histórico, percebe-se que durante o século XX praticamente não existiram governos democráticos no Peru, impossibilitando a consolidação dos partidos e de uma consciência democrática. Os principais partidos que sobreviveram às ditaduras adotaram uma ideologia de cima para baixo, onde os líderes ditavam e elaboravam as diretrizes do partido sem um efetivo debate com suas bases, além da presença da corrupção nos partidos.

Os grupos que discordavam se separavam do partido, tendo como destino a dissipação, uma nuclearização ou partir para a guerrilha. Para piorar essa crise do sistema partidário, nos anos 1980 a situação econômica se tornou insustentável e o Sendero Luminoso combatia qualquer sinal de surgimento e consolidação do sistema democrático e partidário. E o APRA, o maior partido de base popular peruano, que passou por viradas ideológicas e a perda de seu criador, idealizador e principal líder, no primeiro mandato que teve ficou marcado como um dos piores governos da história do país. Esses fatores, junto com a ditadura de Fujimori dos anos 1990, colaboram para o entendimento da crise que o sistema partidário peruano sofre até hoje, onde nenhum partido consegue se reeleger e os candidatos existentes sofrem de descrédito.

### **1.b) Sendero Luminoso e Fujimori**

O Sendero Luminoso surgiu no conturbado cenário político do Peru na década 1970, se valendo da incapacidade estatal de se fazer presente nos rincões do país, vindo a público como organização armada em 1980. Entretanto, ainda que tenha arregimentado parcelas da população atingidas pela vulnerabilidade social, principalmente em Ayacucho, sua região de origem, a formação do grupo se dá no meio universitário. Sua trajetória provou-se ao longo do tempo descolada da realidade da luta social, pois não tinha raízes somente em uma causa material, mas sim em um imaginário – criado pelo próprio grupo – de uma versão do maoísmo. Seu *modus operandi* tinha por pressuposto ações de violência, com o objetivo de desencadear uma reação estatal ainda mais violenta, que por sua vez, mobilizaria uma resistência popular a essa, tendo em vistas gerar um processo revolucionário e a tomada de poder.

Em um primeiro momento, a violência senderista teve caráter justicialista, isto é, atingiu figuras como coronéis e latifundiários, e logrou forjar uma imagem “libertária” entre as populações mais pobres. Contudo, o nível de violência impetrado pelo Sendero a todos que se opunham a ele – fossem oligarcas ou não –, e pela represália do Estado, levou o país a uma verdadeira corrosão do tecido social, em um contexto associado à guerra civil. Sua atuação no interior do país postergou o reconhecimento do grupo como um ator social de importância nacional, e não apenas um caso isolado de perturbação da ordem estatal. Este ponto é realçado pela sua chegada tardia a Lima – entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990. Só então o Sendero Luminoso foi caracterizado pelo governo e pela elite limenha como um agente sociopolítico nacional.

Este contexto de violência desmedida - fosse ela impetrada pelo grupo senderista ou pela repressão da máquina estatal - acabou por desarticular as alternativas políticas possíveis

de esquerda. Com o pretexto de combater o terrorismo, o Estado perseguiu militantes e organizações de oposição. Por outro lado, o senderismo também fez vítimas. Segundo Michel Azcueta, “Sendero estava contra o povo; não matavam generais, matavam o povo: camponeses, indígenas, líderes sindicais, prefeitos de esquerda...” (Azcqueta: 2015). O assassinato de Maria Elena Moyano, líder popular de Villa El Salvador (comunidade gestada de forma autônoma), representante das lutas orgânicas da periferia urbana, é comumente citado como exemplo da arbitrariedade ideológica na aplicação da violência do Sendero. Um genuíno quadro político e eleitoral de esquerda, Maria Elena era uma voz emblemática da luta popular no cenário urbano. Contudo, foi assassinada e esquartejada em praça pública por se opor ao modo de controle que os senderistas tentavam impor em sua comunidade. A “violência exemplar” a qual Maria Elena foi submetida era prática recorrente do grupo, que se aproveitava do medo gerado a fim de controlar a população de determinado território.

Por outro lado, a repressão de Fujimori no intuito de acabar com o Sendero foi tão violenta que acabou transcendendo os membros de Sendero e atingindo toda a ala de esquerda e a população rural. Portanto, em relação ao âmbito político, houve o desfalecimento da esquerda peruana na esteira do aumento da violência no país durante os anos 90.

Esta mesma violência desmesurada abriu espaço para que Alberto Fujimori lograsse a vitória eleitoral em 1990, com um discurso de retomada do crescimento econômico e do controle da violência. A retórica da segurança lhe serviu de sustentação para todo seu período ditatorial. É importante recordar que, no momento em que Fujimori concorreu a presidência, uma aguda crise econômica atravessava o país, e a violência do Sendero Luminoso atingia a população da capital peruana.

Outro elemento de importância contextual é o desprestígio das alternativas de esquerda, aguçado pela identificação equivocada entre Sendero e esquerda. Pois mesmo que a força do Sendero Luminoso tenha se sobressaído a quaisquer denominações políticas, a associação de suas práticas desproporcionalmente violentas com a esquerda peruana de modo geral, permanece pairando no imaginário social. Apesar do crescimento da esquerda institucional nos anos 1980, as disputas internas, a relação ambígua com o governo de García e a associação espúria com o Sendero, minaram sua força na corrida eleitoral. Fujimori por sua vez, era figura descolada de qualquer ator tradicional, apresentando-se como uma nova opção, distante da desacreditada elite política.

Ciente da insatisfação generalizada com o contexto de caos socioeconômico, Fujimori fez sua campanha com o slogan “No al shock!”, em que prometia não adotar as tradicionais medidas neoliberais associadas à direita política, e controlar a violência vigente havia mais de uma década. Entretanto, sustentou seu viés progressista por pouco tempo; logo se converteu

à cartilha da direita política e econômica, perpetuando a prática de estelionato eleitoral, que segue até o atual momento do Peru.

Acabou por aplicar o neoliberalismo da forma mais pura, sangrando direitos sociais e a regulamentação do Estado no limite do possível. Respalhado por forças internacionais como FMI (Fundo Monetário Internacional), bem como os Estados Unidos – que lhe serviram de arrimo para a estabilidade política –, Fujimori logrou a estabilização econômica e consolidou seu apoio social. A captura do líder do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, em 1992, e a consequente desarticulação do grupo, colocou fim ao terrorismo. Contudo, o presidente se valeu do medo remanescente para sustentar um regime autoritário iniciado pelo autogolpe de 1992.

Sabendo aproveitar-se do contexto aqui descrito, Fujimori estabeleceu seu golpe sem enfrentar grandes resistências sociais. Na realidade, houve inclusive apoio popular, que se valia da crença de que, diante da incapacidade das instituições peruanas, era melhor a instauração da ditadura. Com o fechamento do Congresso nacional, não havia mais estruturas políticas que pudessem contrapô-lo.

Contudo, se a população o apoiou acreditando combater a corrupção e a ineficácia política, seu período foi marcado pela corrupção endêmica entre todos os níveis de governo. Vladimiro Montesinos – homem de ferro da ditadura fujimorista – foi responsável pela operacionalização dos acertos e do próprio funcionamento do governo. Não é à toa que, quando vazam as gravações do próprio Vladimiro Montesinos das suas sessões de suborno (os “Vladivideos”), chega ao fim o período de Fujimori. Já com a legitimidade um tanto quanto desgastada, o escândalo obrigou Fujimori a enviar por fax do Japão sua renúncia em 2001.

Este histórico de violência e autoritarismo, combinado com as dificuldades econômicas, delinea a cena política do Peru atual: a ausência de uma alternativa viável de esquerda, enquanto sobrevive o apoio político às forças fujimoristas, materializado na candidatura da sua filha, que concorreu às eleições de 2011 e 2016. A sociedade peruana foi moldada no século XX pela influência destes eventos e sofre com os impactos deles, como a aspiração a uma economia aberta e globalizada, refletindo as estruturas neoliberais arraigadas no Estado e na maioria dos atores políticos.

### **1.c) O Peru pós-Fujimori**

Com base nas experiências da viagem e debates entre o grupo do Programa de Realidade Latino-Americana, pode-se dizer que a situação política e econômica atual do Peru foi consolidada durante o governo de Alberto Fujimori, entre os anos 1990 e 2000.

Conforme vimos, Fujimori foi eleito em um cenário de crise econômica e social, onde os índices de inflação e desigualdade social eram altíssimos, além da questão do aumento da violência, devido às ações do Sendero Luminoso. Como resposta aos problemas no país, Fujimori prometeu que não aplicaria o modelo neoliberal, como proposto pelo seu concorrente Vargas Llosa, o que favoreceu a sua vitória. Contudo, após ser eleito, aplicou tais medidas sem impedimento.

Desde então, no âmbito econômico, prevalecem as políticas neoliberais implementadas no início dos anos 1990 por Fujimori, que se baseiam na superexploração de recursos naturais e na exportação destes, nas privatizações, desregulamentações e incentivos fiscais para atrair o capital estrangeiro (BARROS, 2010, p. 148). Se, por um lado, essas políticas possibilitaram a estabilização da economia na época, por outro, impuseram o extrativismo como base, facilitando os negócios de empresas estrangeiras. Com isso, a exportação de produtos primários se tornou o alicerce da estrutura econômica peruana.

No plano político, a repressão de Fujimori com o intuito de acabar com o Sendero foi tão violenta que transcendeu o senderismo, atingindo toda a esquerda e a população rural. Como o grupo seguia uma ideologia que remetia ao maoísmo e às ideias de Mariátegui, a imagem do que seria a esquerda no país ficou desconfigurada, ao ser associada ao terrorismo. Assim, houve um desfalecimento da esquerda peruana na esteira do aumento da violência no país durante os anos 90.

É a partir desta lógica de consolidação das matrizes políticas e econômicas do Peru na era Fujimori que é possível entender a dinâmica que prevalece nos governos pós-Fujimori. De acordo com Pedro Silva Barros, um aspecto comum diz respeito à questão dos presidentes eleitos após os anos 2000: todos lograram sua eleição a partir de uma proposta oposta ao legado de Fujimori (Barros: 2015). Em suas campanhas, os candidatos se mostravam dispostos a atender as demandas do povo; traziam em pauta diversas políticas sociais direcionadas à questão da redução da pobreza e dos conflitos sociais, por exemplo. Contudo, após eleitos, nenhum dos presidentes rompeu com o legado de Fujimori, dando continuidade – e muitas vezes até mesmo acentuando – às medidas neoliberais.

De fato, desde o início do processo de privatização dos ativos estatais no setor extrativista, o governo de Alberto Fujimori, e depois o de Alejandro Toledo e Alan García, têm buscado criar condições mais atraentes para o grande investimento privado na extração de minerais e hidrocarbonetos. (MONGE; VIALE; BEDOYA, 2009, p. 142).

Além disso, a dependência do crescimento econômico do país baseada no extrativismo,

nas multinacionais e na exportação, reforça ainda mais a dificuldade de romper com o passado. Ademais, segundo Barros, como o Estado não tem arrecadação suficiente (devido aos incentivos fiscais para as grandes empresas, sobretudo, para as extrativistas), os recursos para investir em políticas públicas são escassos e as contrapartidas para a sociedade são ineficazes (BARROS; HITNER, 2015, p. 158).

O primeiro presidente eleito após a renúncia de Fujimori foi Alejandro Toledo, que permaneceu no poder por um mandato, de 2001 a 2006. O seu governo foi marcado por diversos protestos, devido à incapacidade do presidente em cumprir com o que prometeu durante sua campanha (REBELION, 2004). Ele assumiu a presidência gerando altas expectativas nos setores mais pobres, dizendo que reduziria a pobreza. No entanto, favoreceu em seu governo a elite peruana, “continuando com a aplicação do modelo neoliberal-capitalista, as demandas dos trabalhadores peruanos são a ‘última roda do carro’” (ZELADA, 2004, p. 1).

Em seguida, Alan Garcia retornou à frente da política peruana, sendo reeleito em 2006 através do APRA. Contudo, se aproximou das classes média e alta do país, e sua proposta de governo passou a ser o crescimento econômico, sem redistribuição. Apesar do crescimento econômico de 7,2% do PIB do país, devido principalmente à mineração, não houve redistribuição da riqueza.

Assim continua o mesmo modelo. Privilegia a extração e exportação de minérios, petróleo e madeira não processada por empresas estrangeiras, que geram pouco emprego. Isto levou a sérios conflitos com as comunidades locais e povos indígenas, que não foram consultados (como exigido pela Convenção 169 da OIT, assinado pelo Estado peruano) e cujos recursos de água, terra e florestas são depredados ou contaminados afetando a sua sobrevivência, em vez de gerar mudanças tecnológicas e encadeamento produtivo para dar sustentabilidade ao crescimento. Manter o trabalho com salários comprimidos e direitos limitados reduz a possibilidade de acabar com a pobreza, direta e indiretamente (...). (FRANCKE, 2009, p. 127).

Além disso, a corrupção foi um dos pontos mais criticados neste governo (EL COMERCIO, 2011). Também foi marcado por uma falta de compromisso em relação aos conflitos sociais, causando centenas de mortes em diversos episódios de repressão policial e enfrentamentos com comunidades. Ele repreendia os pobres e definia os movimentos sociais, os povos indígenas, ambientalistas e a esquerda como inimigos da sua política de modernização. Tal política foi desenvolvida, em grande parte, através do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos da América (ZIBECHI, 2009).

Em 2011, Ollanta Humala apareceu como uma imagem de candidato que representaria os setores marginalizados, que defenderia os protestos socioambientais, as questões da pobreza e inclusão social. Segundo Javier Torres, Humala foi eleito com uma grande expectativa, por parte do povo, de um governo popular. Entretanto, após vencer as eleições, o governo de Humala deu continuidade às medidas neoliberais: não houve mudanças substanciais no país, assim como não se cumpriu o prometido durante a campanha eleitoral, como a redução da pobreza e o fim dos conflitos ligados a mineração (Seoane: 2015). Prova disso é o fato de que os conflitos sociais são praticamente os mesmos que assolaram os governos anteriores.

Conseqüentemente, ocorre um descolamento do governo da sociedade: como esta não tem suas demandas atendidas pelo governo, os conflitos sociais são agravados (Pezzia: 2015). Ou seja, existe uma deslegitimação da política tradicional no Peru, uma vez que o governo não representa os interesses da sociedade, apesar de ter se proposto a fazê-lo. Por isso, a população recorre a protestos e manifestações. Do mesmo modo, Boron conclui que a democracia nos países latino-americanos é caracterizada por um baixo nível de legitimidade, porque os governantes representam as elites e não a sociedade no geral (BORON, 2014).

Rodríguez também apresenta este ponto. De acordo com ele, as regiões de Arequipa, Cusco e Puno foram os bastiões da eleição de Humala. Diante do aumento de regalias às grandes empresas, contrariando as reivindicações da população e as propostas do então candidato à presidente, as pessoas dessas regiões se decepcionaram muito. Deste modo, a credibilidade dos candidatos que propõem mudança social, que seriam de esquerda, se enfraquece ainda mais. E a ala da direita está se aproveitando da situação.

Uma demonstração dessa inconsistência se encontra nas questões que causaram conflitos na região de Cajamarca. Antes de ser eleito, Humala defendeu o direito à água em detrimento da exploração de minérios: “O que é mais importante: a água ou o ouro? Vocês não bebem ouro, não comem ouro! [...] É da água que provém a riqueza”. Contudo, cinco meses depois de ser eleito, ele apoiou a empresa Yanacocha, um consórcio composto pelas empresas norte-americana Newmont Mining Corporation, que detém 51.35% das ações, pela peruana Cía. de Minas Buenaventura, com 43.65%, e pela International Finance Corporation (IFC), que detém 5%<sup>2</sup>, a continuar explorando a maior mina de ouro da América do Latina, apesar dos intensos protestos na região. Neste momento, modificou seu discurso: “Nós recusamos posições extremas! [...] Água ou ouro? Propomos uma posição razoável: água e ouro” (Humala, 2011 apud BEDNIK, 2014). Esse é apenas um exemplo de como o governo se tornou alvo de protestos, principalmente contra a indústria de extração de recursos naturais e denúncias de danos ao

meio ambiente.

Portanto, é possível encontrar semelhanças entre os governos pós-Fujimori, no sentido de que todos os candidatos eleitos, inicialmente, se mostraram dispostos a atender as demandas dos povos e, após serem eleitos, governaram para as elites e beneficiaram as empresas estrangeiras através, principalmente, da autorização para a exploração dos recursos minerais. Diante deste quadro, é possível dizer que o Peru passou por um constante estelionato eleitoral nos últimos anos.

Por fim, foi possível perceber também que, apesar dessa dinâmica na política peruana, há resistências a esse modelo: além da alta conflitividade social, nenhum presidente conseguiu se reeleger e nem eleger um sucessor. É nesse cenário que surge um paradoxo: apesar do crescimento econômico do país, os governantes não conseguem promover políticas públicas, o que gera impopularidade e aumento dos conflitos. Enquanto isso, os conflitos, embora sejam exitosos em interromper alguns projetos, não conseguem propor uma alternativa política. Isso se reflete no cenário das últimas eleições no Peru: os candidatos que tinham maior chance de ganhar a presidência são todos representantes da velha direita – Alan García, a filha de Fujimori, e um conhecido economista neoliberal, Pedro Pablo Kuczynski (eleito em 2016). No entanto, o bom resultado alcançado pela jovem Veronika Mendoza à frente de uma coalisão de esquerda, que quase alcançou o segundo turno, indica que esta situação pode estar se modificando.

## **Bolívia**

### **2.a) Contexto da ascensão de Evo Morales**

Anteriormente à nossa viagem à Bolívia, direcionamos as atividades de grupo para compreendermos um pouco de sua história, visando entender o significado do governo de Evo Morales dentro de todo o processo histórico do país. Inicialmente, nossos estudos no Brasil apontaram para a ideia de um rompimento com o tradicional papel histórico do Estado boliviano, como garantidor do privilégio de restritos setores nacionais e internacionais, geralmente ligados aos setores econômicos mais fortes – mineração, agricultura, petróleo, etc.

Desse modo, para uma compreensão mais clara do governo de Evo Morales na Bolívia, e dos acontecimentos que contemplam sua ascensão nos anos 1999-2005, culminando na sua eleição em 2006, mas também dos acontecimentos atuais em seu governo – como a derrota no referendo



para sua reeleição – se torna indispensável fazer uma breve revisão do contexto que antecede esse processo. Mais precisamente, do quadro de duas décadas (1985-2005) de aprofundamento da lógica neoliberal na Bolívia, como ocorreu em outros países da América Latina no mesmo período.

Uma das principais consequências resultantes do processo neoliberal, que deve ser esmiuçada para compreender a projeção de Evo Morales na sociedade boliviana nos anos precedentes à sua eleição, é a aglutinação de grupos de resistência anti-neoliberais. Estes grupos, apesar das tentativas governamentais para sua desmobilização durante os anos 1980, principalmente após 1985, expuseram a toda Bolívia uma pauta de protesto contra o papel interventor de empresas multinacionais e do Fundo Monetário Internacional – FMI – que se caracterizavam, principalmente, pelos avanços das premissas do Consenso de Washington sobre o papel da economia e do Estado sobre a sociedade.

Também, como resultado da liberalização nos marcos do neoliberalismo, é importante ressaltar o fortalecimento do papel do capital estrangeiro na economia boliviana, que contribuiu para a reorientação da política econômica do país. Atualmente, esse aspecto é importante, pois a exploração extrativista e latifundiária ligada ao capital internacional, durante essas duas décadas, aumentou sob o governo de Evo Morales. Estes permanecem como os principais setores econômicos do país – apesar dos processos de nacionalização, que serão analisados posteriormente.

Para compreender a mobilização dos grupos de resistência, é necessário remontar ao contexto econômico e político dos anos 1980 na América Latina, de crise da dívida externa e protagonismo do papel do FMI nas realidades econômicas dos países subdesenvolvidos. No caso boliviano, e assim como em outros países latino-americanos, inicia-se uma reorientação do Estado em direção às políticas neoliberais – facilitados pelo contexto de instabilidade política e crise econômica do período pós-ditadura militar. Os ajustes neoliberais na Bolívia já aconteciam gradualmente desde o fim da ditadura em 1980, com o início da crise da dívida, mas tem seu marco durante o governo de Paz Estenssoro, eleito em 1985 pelo partido Movimento Nacional Revolucionário (MNR).

Paz Estenssoro teve sua eleição respaldada principalmente por sua imagem associada à Revolução de 1952, quando foi o principal dirigente do MNR. Este episódio marcou o fim do oligopólio da exploração de minérios na Bolívia – dentre eles, da família Patiño –, a nacionalização de grandes minas, a reforma agrária e outras importantes medidas, que, no entanto, foram incapazes de modificar estruturalmente o país em um longo prazo.

As reformas nacionalistas de Paz Estenssoro e do MNR durante este período não atenderam aos interesses dos setores radicais – tanto da esquerda quanto da direita – que

possuíam grande peso político. Essa postura se deve principalmente pelo temor diante do governo norte-americano, que respondeu à nacionalização do petróleo no Irã, em 1953, com um golpe articulado pela Central Intelligence Agency (CIA) à Mossadegh. Em 1964, o terceiro governo de Paz Estenssoro foi derrubado por um golpe liderado por setores militares que sofriam influência direta estadunidense, oriunda de uma reconstrução militar auxiliada pelos Estados Unidos desde os anos 1950. Foi o início de uma sequência de ditaduras militares na Bolívia que perdurariam até 1982.

Após o fim da ditadura militar, foi eleito Siles Suazo, liderança identificada com a esquerda nacionalista. Seu governo fracassou e Paz Estenssoro se apresentou como um candidato sustentado pelo passado nacionalista para conter a inflação – que alcançava 20000% ao ano em meados de 1984 – e controlar a crise da dívida. Enfrentou o ex-ditador Hugo Banzer, que também teve bastante apoio com 32,8% dos votos diretos, mas Paz Estenssoro venceu as eleições indiretas de segundo turno.<sup>3</sup>

Em um cenário de divisão política oriunda das eleições, somado ao não auxílio externo expressivo (FMI, Banco Mundial ou EUA), a crise econômica demandou uma ação rápida e de caráter questionável. Paz Estenssoro foi responsável por realizar o maior choque econômico na Bolívia, ao institucionalizar ajustes neoliberais por meio do decreto supremo 21060 em 29 de agosto de 1985, 23 dias após a posse presidencial. Coordenada por Sánchez de Lozada, na época em regresso da sua formação acadêmica nos Estados Unidos e ainda sem domínio completo da língua espanhola, a “*Nueva Política Económica*” – NPE –, estruturada com ajuda direta de Jeffrey Sachs<sup>4</sup>, incorporou os ajustes defendidos pelo Fundo Monetário Internacional, sendo os principais: (1) redução dos gastos públicos – por privatizações e demissão de 50000 funcionários públicos –; (2) política monetária rígida e liberalização dos preços; (3) desindexação dos salários e liberalização do mercado de trabalho; (4) e liberalização do mercado – redução de tarifas de importação e exportação<sup>5</sup>. O Decreto de Paz Estenssoro revela um caminho diametralmente oposto ao que havia tomado na Revolução Boliviana de 1952, desmontando suas conquistas, privatizando minas – desfazendo a Corporación Minera de Bolivia (Comibol), criada em 1953 para administração estatal da atividade mineira – e flexibilizando a participação do capital internacional nas atividades econômicas.

Nós liberalizamos todos os preços e congelamos todos os salários, criamos um congelamento de seis meses entre as companhias e seus sindicatos,

---

3 Na Constituição boliviana da época o segundo turno de eleições presidenciais é realizada de maneira indireta, na qual Estenssoro, em 1985, conseguiu o apoio de setores radicais de esquerda que haviam se dissociado do MNR – formando o MNRI, liderado por Juan Lechín. Indico a cobertura do El País do dia das eleições: “Paz Estenssoro fue elegido presidente da Bolívia en la segunda vuelta con los votos de las minorías de izquierda”. 6 de agosto de 1985. <[http://elpais.com/diario/1985/08/06/internacional/492127213\\_850215.html](http://elpais.com/diario/1985/08/06/internacional/492127213_850215.html)>

4 Futuro conselheiro de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

5 CHOSSUDOVSKY, Michel. *The Globalization of Poverty and the New World Order*. Canadá: Global Research. p. 230. 2003.

[para então] assim poderem negociar. Mas no setor público daquele tempo, que era bem grande, por que você tinha muitas grandes empresas públicas, empresas estatais como de eletricidade, petróleo, transporte – a maioria da economia estava nas mãos do estado. Naquela época, quando nós fizemos isso, era bem difícil, e dissemos para as pessoas [que seria assim]. [...] demos zero [por cento de aumento salarial] por seis meses, então colocamos um congelamento, e nós lentamente começamos a subir os salários de diferentes servidores públicos de saúde, educação, exército e polícia, muito, muito lentamente, de acordo com aquilo que pudemos fazer com a coleta de impostos<sup>6</sup>.

O decreto 21060 de 1985, além de privatizar empresas estatais, até mesmo aquelas nacionalizadas na Revolução de 1952, foi também responsável por um grande choque de salários dos trabalhadores, pois concedia a arbitrariedade de demissão e regulação de salários – seguindo a lógica de oferta e demanda do mercado – às empresas estrangeiras<sup>7</sup>, em consonância com o plano neoliberal propagado pelo FMI. Assim, propulsionado por uma flexibilização das leis trabalhistas e pela redução do papel sindical, ocorreram nos meses seguintes demissões em massa, que culminaram inevitavelmente na aparição de uma onda de protestos de trabalhadores ligado aos sindicatos – mesmo que desestabilizados – resultando na greve geral da Central Obrera Boliviana (COB).

Porém, em 19 de setembro de 1985, é também decretado o Estado de sítio na Bolívia, que permitiu a desarticulação direta dos trabalhadores manifestantes, por meio da prisão em torno de dois mil líderes sindicais e do confinamento de 174 dirigentes sindicais ao norte do país<sup>8</sup>, como relata Lozada:

Assim que implantamos as medidas, tivemos uma greve geral; o país ficou parado dez dias em setembro de 1985 [...] No décimo dia, os líderes sindicais iniciaram uma greve de fome, que foi seu grande erro. Foi então que decidimos declarar o estado de emergência. [o presidente] Paz acreditava que o povo considerava a situação insustentável. Assim capturamos os líderes sindicais e os deportamos para o interior do país. Isso desarticulou o movimento trabalhista. Fechamos o Comibol, consórcio de mineração do Estado, e demitimos 24 mil trabalhadores, além dos cerca de 50 mil funcionários públicos despedidos em todo país. Acabamos com a

6 LOZADA, Sanchez. Entrevista à CBS. 2001. Link: [http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/minitextlo/int\\_gonzalodelozada.html#6](http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/minitextlo/int_gonzalodelozada.html#6)

7 Link para o decreto: <http://www.riosmauricio.com/wp-content/uploads/2012/11/Decreto-21060-del-29-de-agosto-de-1985.pdf>

8 MEALLA, Luis. *Otro número debió corresponder al emblemático e histórico 21060*. La Razón. 2015. <Link: [http://www.la-razon.com/nacional/Memoria-numero-debio-corresponder-emblematico-historico-21060\\_0\\_2334966519.html](http://www.la-razon.com/nacional/Memoria-numero-debio-corresponder-emblematico-historico-21060_0_2334966519.html)> // Agência Bolpress: <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2011050110>

Estes fatores somados levaram à desmobilização e desorganização temporária da resistência contra o movimento neoliberal, até uma futura reorganização em meados dos anos 1989, no fim do governo de Paz Estenssoro. Essa resistência suprimida combinava operários, camponeses e mineiros, os mais prejudicados pelos ajustes, muitas vezes aproximados por um intercâmbio político, pela migração de operários e mineiros para a vida campesina. Dentro da história da luta de trabalhadores da Bolívia, esta é uma nova combinação quando comparada aos tradicionais papéis políticos dos mineiros, que conquistaram grande representatividade sindical e política em 1952, mas que decresceu ao longo dos anos, e dos camponeses que se haviam associado ao governo durante a ditadura militar de Barrientos por meio do pacto “militar-campesino”.

Já no início da década de 1990, com maior estabilidade política e econômica e em plena adequação ao Consenso de Washington, o quadro de resistências anti-neoliberal se apresentava de uma maneira mais clara. As frentes sindicais retomam o protagonismo na luta contra as medidas neoliberais, como por exemplo, a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia, a CSUTCB. A convergência das forças sob a CSUTCB se fortalece nesta época com os ideais emancipatórios originários do movimento indígena *katarista* do fim da década de 1970 – que remete à figura de Tupac Katari, revolucionário indígena do século XVIII. Este ideário sustenta valores combativos dos princípios neoliberais da época, como o resgate do valor do indígena campesino na luta política boliviana, em defesa da sua autonomia e identidade – dentro de uma lógica comunitária indígena dos *ayllus*<sup>10</sup> andinos. Também se apresentava em vertentes mais radicalizadas, como o *Movimento Indígena Patchakuti* (MIP), liderado por Felipe Quispe, que protagonizaria movimentos populares no início dos anos 2000.

De outro lado, surge o movimento cocaleiro ao final dos anos 1980 na região do Chapare, em resposta às políticas anti-drogas financiadas pelos Estados Unidos. O combate do plantio da folha de coca destinada ao tráfico não contemplava apenas plantações ligadas ao tráfico, mas também plantações tradicionais da folha de coca que supriam a demanda interna de grupos da Bolívia, um consumo com valor milenar em tradições e rituais culturais. Essa corrente se fortalece durante os anos 1990 com o avanço das políticas anti-tráfico, cujo principal organização era a Federación de Campesinos Cocaleros de Bolívia, que Evo Morales presidia<sup>11</sup>. Apesar do resgate do valor milenar da folha de coca, Alice Guimarães contesta o posicionamento do movimento cocaleiro como étnico, pois diferentemente de outros movimentos, como os kataristas, não

9 CHOSSUDOVSKY, Michel. *The Globalization of Poverty and the New World Order*. Canadá: Global Research. p. 230. 2003.

10 Modo de organização da produção indígena referido a uma estrutura autossuficiente de respeito à natureza.

11 FERNANDES, Roberto M. da S.; SOUZA, Adauto de O. *As Nuances da Integração da América do Sul: Relação de Forças do Estado e entre os Estados*. 2012. Edição Digital. P. 123.

faziam um resgate de afirmação de uma identidade étnica indígena, como afirma:

(...) na fonte de solidariedade e na orientação do movimento identificamos que não existe uma identidade coletiva étnica de seus produtores (...) O movimento não busca mudanças culturais no Estado ou o reconhecimento de formas diferenciadas de cidadania e de organização social e política. (...) Ou seja, a etnicidade não é a fonte de sua solidariedade, assim como não são étnicas as suas demandas. (...) a etnicidade representa, no caso dos cocaleiros, um elemento das negociações de identidade nas quais os atores buscam impor uma definição da situação que lhes permita assumir a identidade mais vantajosa como uma estratégia na definição de papéis. É inegável que, nos dias de hoje, na Bolívia, é melhor ser indígena do que “camponês pobre”.<sup>12</sup>

A década de 1990 para a Bolívia foi decisiva para a formação do contexto de eleição de Evo Morales em 2006, que já começava a ganhar espaço na luta política desde 1992. Observam-se avanços expressivos nas políticas extrativistas e de privatizações, de modo a garantir os interesses das classes econômicas ligadas a estes setores, como também para a manutenção da reputação boliviana como uma das economias mais abertas da América do Sul<sup>13</sup>. Junto com estes avanços, há também o crescimento da insatisfação da sociedade boliviana com a prática do modelo neoliberal, minando sua legitimidade, traduzido pelo expressivo número de greves neste período: durante o governo de Jaime Paz Zamora (1989-1993), foram 968 greves e desaceleração das produções; 631 durante o governo de Sánchez de Lozada (1993-1997) e 1364 durante o governo de Hugo Banzer (1997-2001)<sup>14</sup>.

Erwin Saucedo, ex-político boliviano de esquerda entrevistado por nós, ressaltou as consequências que o alto nível de corrupção da época causou para o quadro político boliviano, alimentando as manifestações dos anos 2000-2005. Segundo Saucedo, a oposição contra o neoliberalismo se encontrava inexpressiva na época, “os poucos [políticos opositores] “morreram” engolidos pela corrupção”, e apenas os movimentos políticos autônomos possuíam uma força expressiva. Esse fenômeno, Erwin Saucedo denomina de “*cuóteo*” e caracteriza a estrutura política boliviana desde a retomada de democracia em 1985, consistindo na formação

12 GUIMARÃES, Aline S. Emergência das Identidades Étnicas na Bolívia Contemporânea: Processos e Atores. In: DOMINGUES; et al. (Orgs). A Bolívia no Espelho do Futuro. Belo Horizonte: UMFG, 2009. p. 98.

13 Observa-se índices progressivos de abertura da economia boliviana segundo o Index of Economic Freedom do Heritage Foundation a Bolívia, de uma pontuação de 58,6 em 1995 para 68,8 em 1998. Link: <http://www.heritage.org/index/explore?view=by-region-country-year>

14 WEBBER, Jeffery R. “From left-indigenous insurrection to reconstituted neoliberalism in Bolivia – Political Economy, Indigenous Liberation, and Class Struggle, 2000-2011” CARR & WEBBER (Org). *The New Latin American Left: Cracks in the Empire*. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/blar.12352/abstract>. p. 151. 2012.

de blocos de aliança partidária que, muitas vezes, se dava pela corrupção. Saucedo também considera que a grande corrupção da época contribuiu para a construção na sociedade de uma ideologia avessa ao governo e a qualquer tipo de mediação política, acusando estes meios como corruptos, considerando como legítimos apenas aqueles que possuíam origem direta do povo. Isto se verificou nos anos 2000-2005, quando houve forte mobilização popular e fortalecimento de movimentos autônomos, inclusive o cocaleiro, sob a liderança de Evo Morales.

Neste período, o aprofundamento das políticas neoliberais alcançou a privatização de setores intocados pelo governo boliviano desde então, como o gás natural e o petróleo, com vários campos privatizados em 1996 por Sánchez de Lozada para a empresa Petrobrás. Foi privatizada até mesmo a empresa responsável pela água do município de Cochabamba, em 1999. O ex-ditador agora presidente eleito Hugo Banzer entregou-a a um consórcio de empresas estrangeiras, Águas del Tunari, em resposta à uma exigência do Banco Mundial, desde 1994, para a concessão de novos empréstimos ou renegociação de dívidas bolivianas<sup>15</sup>.

Para o Banco Mundial e o FMI, a privatização dos hidrocarbonetos na Bolívia concretizava um ponto chave no plano geral de economia para o país. Esse processo reduziu drasticamente a entrada de capital pelo balanço comercial, colocando a economia em recessão, o que de acordo com o ideário neoliberal, resultou em uma maior redução de gastos sociais, contrato de novos empréstimos e mais privatizações. Isso justificou a crescente insatisfação popular com o governo de Hugo Banzer, como pode ser observado pelo crescimento expressivo do número de greves.

A privatização da água de Cochabamba desencadeou o episódio conhecido como a “Guerra da Água”, tido como o estopim das manifestações entre 1999-2005, que se voltavam principalmente às consequências do plano neoliberal: contra a ingerência externa, pouco investimento social e debilidade estatal. Na pauta específica da “Guerra da Água”, encontrava-se o confronto com a privatização da água de Cochabamba em favor do consórcio *Águas del Tunari* – o que causou o aumento do preço da tarifa de água. Também reagia à proibição do uso comunal e público da água em comunidades indígenas, pobres e periféricas da região – denominado “*usos y costumbres*” destas comunidades –, que se juntaram na rebelião. O rompimento deste valor comunal indígena é simbólico para toda Bolívia, levantando o questionamento sobre os limites da ingerência externa no país, construindo uma pauta que seria fundamental para justificar os acontecimentos de 2000-2005.

Nos anos seguintes, até 2005, a Bolívia viveu um grande número de manifestações e protestos contra as atividades extrativistas levadas a cabo pelas empresas estrangeiras e contra

os governos que não contestavam essas atividades. Estas mobilizações resultaram na queda do presidente Sánchez de Lozada em 2003 e Carlos Mesa em 2005. Neste momento, os conflitos envolviam novos debates como as privatizações realizadas anteriormente dos campos de gás natural e petróleo, produzindo episódios como a “Guerra do Gás”, em meados de 2003. Essas manifestações se somaram à força política que os ideais *kataristas* haviam construído por meio de diversos movimentos em toda Bolívia, principalmente pela CSUTCB, na qual se reuniam movimentos em torno de propostas de uma retomada da autonomia boliviana sobre seus recursos, defesa do estilo de vida indígena e o fim da ingerência dos agentes internacionais – econômicos e financeiros – sobre a realidade boliviana. A soma desta pauta política, que traduzia os interesses da maioria dos movimentos bolivianos da época, dentro do contexto de descrença dos meios políticos tradicionais, levou à vitória de Evo Morales nas eleições em 2006 por uma maioria no primeiro turno, como candidato do Movimiento al Socialismo – o MAS<sup>16</sup>.

Levando estas impressões que construímos no Brasil para a viagem e posteriormente, refletindo sobre a nossa experiência, foi possível realizarmos um contraste com a realidade com que nos deparamos, que em diversos pontos, divergiu da expectativa criada em relação ao recente histórico da Bolívia e o significado do governo de Evo Morales.

A proposta da retomada de uma autonomia nacional econômica não é uma realidade atualmente na Bolívia. As empresas estrangeiras ainda tomam frente de práticas extrativistas, até nos hidrocarbonetos nacionalizados, como discutiremos a seguir. Culturalmente, mesmo com a imagem indígena de Morales construída em 2006, mas também com as mudanças garantidas pela constituinte em 2009<sup>17</sup>, o governo de Evo Morales produziu contradições e paradoxos. Por exemplo, a contraposição dos ideais do *Buen Vivir*<sup>18</sup> à crescente expansão agrícola, e aos conflitos políticos como o do Parque Nacional Isiboro Secure (TIPNIS), esmiuçados a seguir.

Estes pontos nos levam a uma análise mais profunda da imagem do governo de Evo Morales da que criamos anteriormente à viagem. Acreditamos que o caso boliviano é emblemático na América Latina, por apresentar um governo que propõe romper com o seu passado baseado em exploração econômica estrangeira, mas que na realidade não é isso que se observa.

---

16 O MAS se autodenominou um “instrumento” da sociedade para a mudança política, procurando se afastar da imagem tradicional que remetia a um “partido político”.

17 A constituição boliviana de 2009 defende uma série de valores políticos e econômicos visando a mudança da realidade boliviana e aponta para o rompimento das práticas neoliberais sociais e econômicas anteriores.

18 Garantida pela constituição, grosso modo, é a tradução das ideias *kataristas* para a prática política. Recuperando e defendendo de maneira democrática a autonomia de comunidades políticas indígenas, garantindo seus respectivos estilos de vida, na sociedade boliviana, e defendendo a conservação da *pachamama*, a “mãe terra”.

## 2.b) Dilemas contemporâneos na Bolívia com Evo Morales

A ascensão de Evo Morales à presidência da República Boliviana era um reflexo do esgotamento da capacidade político-econômica dos dirigentes anteriores do país em sustentar e promover os interesses reais da maioria da população. Os escândalos de corrupção eram frequentes, a crise da dívida se ampliava e a privatização dos recursos naturais se dava de forma contínua, dentro de um plano de ação que colocava o país sob a influência e dependência cada vez maior do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos empréstimos para pagamento da dívida, das transnacionais que ocupavam o país, explorando seus recursos, e dos Estados Unidos, que garantiam que sua influência político-militar sustentava a reprodução do cenário de dependência econômica.

O ápice das contradições e insatisfações populares se deu com os movimentos contra a privatização da água, conhecidos como a “Guerra da Água”, e pela nacionalização do gás natural boliviano, conhecido como a “Guerra do Gás”. Neste momento, houve intensa mobilização popular em favor da nacionalização dos hidrocarbonetos, gerando conflitos e repressão militar, em reação à intenção do então presidente e grande empresário minerador Gonzalo Sánchez de Lozada de construir dutos para a exploração e exportação do recurso pelo Chile (gerando descontentamento pelo ressentimento histórico da Guerra do Pacífico) aos Estados Unidos.

Para Orgáz García:

A insurreição de outubro expressou a emergência de um novo nacionalismo encarnado nas nações originárias, nos operários e nas classes empobrecidas que impediu a exportação do gás através de um porto chileno, pediu a industrialização do gás em território boliviano e, sobretudo, exigiu a nacionalização do excedente econômico deste recurso, transferido dolosamente às empresas petroleiras transnacionais. [...] Em suma, a denominada Guerra do Gás de outubro de 2003, em sua implantação, pôs em crise o Estado transnacional, as mediações partidárias liberais e a denominada democracia pactuada e representativa, constituindo um novo projeto político nacional e popular orientado a reformular os termos do poder na Bolívia a partir da nacionalização do gás<sup>19</sup>.

Evo Morales, líder do sindicato dos cocaleiros, é impulsionado nesse contexto de

19 ORGÁZ GARCÍA, Mirko. Balance de la guerra del gas de 2003, *Bolpress*, 16.10.2012. Disponível em: [http://www.cedib.org/post\\_type\\_titulares/balance-de-la-guerra-del-gas-de-2003-bolpress-16-10-2012/](http://www.cedib.org/post_type_titulares/balance-de-la-guerra-del-gas-de-2003-bolpress-16-10-2012/).



instabilidades político-econômicas: descrença do modelo de gestão neoliberal e dos partidos tradicionais que o representavam; efervescência dos movimentos populares em direção a mudanças substanciais na gestão dos recursos naturais e da política econômica decorrente de sua exploração, além de maior atenção aos problemas sociais que o país enfrentava.

A tentativa de resgate do sentimento nacional boliviano, muito abalado pelos governos anteriores de Banzer, Sánchez de Lozada e Meza, se dá, a partir da eleição do novo presidente, de várias formas: pela nacionalização dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) do país, feita por meio da ampliação dos impostos sobre a exploração e exportação, em resposta a demandas dos movimentos populares que originaram as Guerras da Água e do Gás; nos aspectos culturais, pelo resgate de algumas tradições indígenas dos povos andinos originários (folha de coca como cultura milenar e tradição boliviana), maior interação com o meio-ambiente e tentativa de “institucionalização do *Buen Vivir*”, em um país majoritariamente indígena, cujo respeito à *Pachamama* ou *Madre Tierra* se mostra uma base orgânica.

Outro aspecto se dá pela realização de uma constituinte, ratificada por voto popular para a promulgação de uma nova Constituição em 2009, que não só altera a denominação do país de “República” para “Estado Plurinacional”, mas garante reordenamentos nos tipos de autonomia (departamental, regional, municipal e indígena), saúde e educação como direitos universais, água e eletricidade como bases fundantes dos direitos humanos, além de um controle social sobre a administração pública. E, por fim, uma retórica contra o imperialismo estadunidense, muito presente nos discursos do presidente Morales em encontros internacionais, em que retrata a Bolívia como tendo seus interesses nacionais reprimidos pela potência do norte, o que a impediu de superar os cenários de dependência e desigualdade.

Entretanto, o resgate do sentimento nacional promovido por Morales é passível de questionamentos, uma vez que a nacionalização dos hidrocarbonetos não garantiu efetivamente o controle da YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*), a estatal boliviana, sobre os principais campos de petróleo e gás do país. Por exemplo, os de Sábalo e San Alberto pertencem em 35% à brasileira Petrobrás, e o de Margarita, pertence em 37,5% à espanhola Repsol.

Outro tipo de conflito se refere à confrontação entre a cultura milenar dos indígenas andinos de mascar folha de coca e o crescimento da rentabilidade de sua produção para a transformação em pasta-base de cocaína, cujos principais mercados consumidores são os Estados Unidos e o Brasil, em primeiro e segundo lugares, respectivamente.

A expansão das áreas de produção da folha de coca, sobretudo na região do *Chapare*

boliviano, se relaciona a uma crescente política extrativista, de expansão das fronteiras agrícolas, devastando grandes camadas de cobertura vegetal da floresta tropical. Não obstante, o extrativismo não é uma exclusividade da principal região produtora de folha de coca, mas também do maior departamento em extensão territorial do país, o de Santa Cruz.

Este departamento recebe grande influência do agronegócio da soja e do setor sucroalcooleiro brasileiro dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (sendo até alcunhado como “Mato Grosso do Oeste”). O extrativismo se torna um meio necessário para que grandes empresários e fazendeiros, inclusive brasileiros - que compram terras destinadas à reforma agrária para produção na Bolívia - tenham terras férteis que garantam a expansão da produção e exportação do grão a grandes importadores mundiais, como a China, por exemplo.

Outra dimensão desse “nacional-desenvolvimentismo” proposto pelo governo Morales se refere à construção de obras de infraestrutura no país, sobretudo pela quantidade de novas estradas, em projeto e já construídas. Com a finalidade de conectar diversas regiões, e sob a alegação de que a infraestrutura precária requer melhores condições, são feitas concessões a empresas estrangeiras. O Brasil tem sido protagonista desta presença estrangeira, tanto na exploração de petróleo pela Petrobrás, de minérios com a presença da Vale, Votorantim e Gerdau, bem como na execução de estradas, pontes e outras obras de infraestrutura, com a presença de construtoras brasileiras como a OAS, Odebrecht, Camargo Correa, entre outras. Frequentemente, esta presença é incentivada por financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e tem sua institucionalização referida aos marcos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Os questionamentos dos processos apresentados acima partem de supostos problemas no processo licitatório, por vezes ignorado pelo Estado, da ausência de um projeto pensado na interconexão entre regiões remotas, com foco na facilidade de acesso aos diferentes grupos étnicos bolivianos, bem como pela ausência de clareza no processo de consulta à população sobre a construção de determinada estrada. No caso polêmico da construção da estrada de interconexão das regiões de Villa Tunari e San Ignacio de Moxos, cruzando o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure (*TIPNIS*), Espinosa García afirma que:

A construção está a cargo da empresa brasileira OAS Ltda., com a qual foi feito um contrato *Turnkey*<sup>20</sup>. Segundo este contrato “a empresa contratista

---

20 O *Turnkey* ou *vire a chave* é um regime de trabalho que está em expansão na área da construção civil e consiste no fornecimento de um pacote completo de serviços e soluções para um projeto em todas as suas etapas — desde a consultoria inicial à manutenção posterior. O sistema pode ser usado em qualquer tipo de obra, comum especialmente nas de cunho corporativo, sendo uma forma de reunir em apenas um escritório todas as etapas necessárias ao cumprimento do projeto.

se encarga do desenho e da construção da estrada por sua conta e risco, para a qual não há supervisão”. Se financia 80% com um crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil e 20% com uma contraparte fornecida pelos departamentos de Cochabamba e Beni. De acordo com as condições em que foi outorgado o crédito “todos os materiais para a construção da estrada são trazidos do Brasil”<sup>21</sup>.

Dessa forma, é possível falar em uma distinção entre a percepção externa e a política interna praticada por Evo Morales no governo da Bolívia. No âmbito internacional ele é reconhecido pelo resgate da interação com a natureza. É visto como precursor, juntamente com o seu vice-presidente e intelectual de renome Álvaro García Linera, de um novo modelo de vida denominado *Buen Vivir*, atrelado à Constituição Plurinacional e a uma retórica anti-imperialista dirigida aos Estados Unidos, presentes em todos os seus discursos com amplitude internacional.

Já no âmbito doméstico é possível perceber novos laços de dependência, sobretudo em relação ao Brasil e à China, de forma que o pesquisador do Centro de Documentação e Informação Bolívia (CEDIB) Pablo Villegas, afirma que “o mundo acredita que a Bolívia de 2015 ainda está em 2006”. Ou seja, que o cenário de ebulição social por mudanças, descontentamento geral com as condições do país e das “Guerras da Água e do Gás” permanece no imaginário político do governo atual. Porém, prevalece na verdade a ideia governista de que a exploração dos recursos naturais do país seria necessária para se contrapor aos interesses do imperialismo, além da perspectiva de setores camponeses e cocaleiros (que impulsionaram Evo), segundo a qual a concepção do indígena é sinônimo de atraso para o modelo de desenvolvimento no qual a Bolívia busca se inserir.

Segundo a pesquisadora boliviana Sarela Paz, “Evo utiliza os instrumentos liberais normativos para garantir os direitos dos povos originários, indígenas, camponeses”, configurando avanços substantivos no horizonte normativo do país. No entanto, essa prática levanta novos desafios. Uma vez que a normatividade instituída pelo presidente responde aos interesses dos grupos empresariais que circundam o governo, os quais veem o extrativismo como um potencial econômico do país e a garantia do “desenvolvimento”, todo o arcabouço normativo alternativo se torna vulnerável a questionamentos quanto à sua efetividade e concepção.

Na lógica de transformação de pobres em consumidores, em um “capitalismo do século XXI” que tem no Brasil sob as gestões petistas o seu grande modelo, Evo enfrenta contradições

---

21 ESPINOSA GARCÍA, Oscar. Carretera Villa Tunari – San Ignacio: Aspectos técnicos, económicos y legales, *Revista Tecnología, Investigación y Docencia* – Universidade Mayor de San Andrés, v.6, n.6, 2011, p. 16.

próprias da influência de um sistema internacional capitalista em sua essência, e que propicia obstáculos cada vez mais complexos e difíceis de serem superados.

## 2.c) Considerações finais: a Bolívia sob Evo Morales

As reflexões sobre as ações do governo de Evo Morales desmascaram ideias que podem ser construídas por um breve recuo na história boliviana de aprofundamento do neoliberalismo e de intensa mobilização social, que reconheceu o seu poder para derrubar governos e frear medidas. As mobilizações apontaram para Evo Morales e o MAS como líderes para a mudança dessa realidade, acreditando - e eram levados a acreditar por meio de discursos e pela normativa para a qual apontava a constituinte - que o rumo a uma nacionalização econômica; à democracia; à defesa dos direitos sociais - à autodeterminação das comunidades indígenas - e a melhores condições de vida seriam traçados nos moldes do *Buen Vivir* e se tornariam cotidiano na realidade boliviana.

Não se deve, contudo, descartar os avanços conquistados neste período em termos de melhoras nas condições de vida urbana e políticas de redistribuição de renda, por mais que não sejam observadas em todos os horizontes do país. Grande parte da Bolívia é composta por pequenas e médias comunidades, regidas por suas próprias leis e costumes que, por vezes, distam das realidades urbanas, ao ponto da iniciativa de integração em infraestrutura do país e a ampliação da oferta de serviços públicos a estes extremos colocarem em choque não apenas dois modos de vida, mas também expõem uma lógica de “desenvolvimento” e mudança desconectada da realidade boliviana, como ilustra o caso do TIPNIS. A tentativa governamental de incluir estas comunidades nas representações institucionais se mostrou fracassada por meio de escândalos de corrupção ou ineficiência burocrática.

O novo projeto de desenvolvimento dirigido por Evo Morales e o MAS repete lógicas fundamentais do anterior período neoliberal, de ausência de senso crítico e apoio dos setores interessados na exploração dos recursos naturais bolivianos, sujeitando o país, conseqüentemente, ao curso dos ciclos econômicos internacionais de crise e reprodução do subdesenvolvimento. Como também transveste uma democracia centrada em apenas um setor da sociedade - uma burguesia *aymara*<sup>22</sup> - com uma lógica “colonizadora”, como sustenta Sarela Paz, que repete práticas repressivas e intolerantes visando a sua perpetuação no poder. A tentativa de reforma do país por uma nova lógica normativa se provou um recurso retórico eficaz em orientar as opiniões externas e internas para um novo processo e uma nova lógica que, sob uma análise mais próxima, nos prova o contrário.

## Conclusão

Contrastando a conjuntura de Bolívia e Peru, observamos que ambas estão referidas ao movimento histórico recente, mas que tem sentido diverso em cada país.

No caso boliviano, Evo Morales e o MAS emergem como expressão política de uma conjuntura revolucionária, em que uma sequência extraordinária de mobilizações populares deu um basta ao neoliberalismo, derrubando presidentes entre 2000 e 2005. O sentido do movimento da história que elege Morales é acelerar a mudança histórica, resgatando o nacionalismo e valores indígenas como matéria-prima para moldar um arranjo social inédito, consubstanciado no Estado Plurinacional da Bolívia. Observa-se uma dilatação do horizonte político, em que as formulações em torno ao *Bem Viver* questionam o padrão civilizatório prevalente.

No Peru, a convergência entre crise econômica e violência política criou o ambiente em que prosperou o fujimorismo. A combinação entre a estabilização econômica como efeito imediato do choque neoliberal e o fim da violência senderista no contexto de uma militarização do Estado resultou em uma associação paradoxal entre neoliberalismo e ordem; entre repressão e paz. Ao promover uma solução politicamente repressiva, economicamente desnacionalizadora, socialmente desagregadora e ambientalmente depredadora dos impasses do país, Fujimori atuou no sentido de congelar a mudança histórica, na contramão do esforço incompleto do GRFA entre 1968-75 e da ascensão da Izquierda Unida no decênio seguinte. A constatação de que os sucessores de Fujimori acatam as balizas da ordem neoliberal legada atesta um estreitamento do debate político no país, em que os pilares da economia política do extrativismo são questionados apenas de modo marginal, inclusive no campo da esquerda.

Porém, examinando mais de perto estas conjunturas, observamos notáveis constrangimentos comuns. Apesar do formidável impulso popular e da retórica em torno do Bem Viver do governo Morales, prevalecem obstáculos para modificar um padrão extrativista que tem semelhanças estruturais com o Peru. Aos olhos de diversos analistas com quem conversamos, o MAS deixou de ser um veículo da mudança, privilegiando sua perpetuação no poder. Por outro lado, encontramos no Peru uma impressionante vitalidade no campo popular, expressa em numerosos focos de resistência ao extrativismo. Para dar um exemplo, a cidade de Arequipa estava em estado de sítio e ocupada pelo exército em julho de 2015, em função dos conflitos contra o projeto mineiro de Tía María. No plano político, porém, prevalecem dificuldades para transformar esta resistência difusa em projeto nacional. Os entraves para superar concretamente o extrativismo no caso boliviano, ou até mesmo para imaginar horizontes alternativos no Peru,

evidenciam os contrangimentos para fecundar uma prática e uma teoria transformadora em sociedades combatidas pelo neoliberalismo. Coloca-se o desafio: como sociedades neoliberais superam o neoliberalismo?

No conjunto, salienta-se nesta comparação a rigidez dos óbices para superar a articulação entre assimetria social e dependência externa nestes países. Entre a revolução de 1952 na Bolívia, o Governo Revolucionário das Forças Armadas no Peru em 1968, as esperanças despertadas pela ascensão da Izquierda Unida nos anos 1980, e a irupção popular contra o neoliberalismo e a eleição de Morales no início do século XXI revela-se a resistência continuada de povos que ambicionam justiça social e soberania, mas que se defrontam com constrangimentos históricos que têm frustrado este desígnio, nestes países como em outras partes da América Latina.

## Referências Bibliográficas

AGUIRRE, Carlos; “Luces y sombras en la historia del Apra”; in: **Histórica**, vol. 33, nº 2. Lima, PUCP, 2009.

ANDRADE, Everaldo de O. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Ed. UNESP. 2007.

BARROS, Pedro Silva; HITNER, Verena. **A economia política do Peru: da ruptura interrompida aos dilemas contemporâneos**. Revista Oikos, vol. 9, n. 2, p. 144-154, 2010. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/229/145>>. Acesso em 05 de ago. de 2015.

BEDNIK, Anna. **Pelo ouro do Peru**. Le monde diplomatique, 6 de março de 2014. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1606>>. Acesso em 14 de dez. de 2015.

BORON, Atilio A. **América latina en la geopolítica del imperialismo**. 4.ed. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2014. 312p.

CARRANZA, Carlos Contreras; CUETO, Marcos. **Historia del Perú contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente**. Lima: IEP, PUCP, Universidad del Pacífico, 2013.

CHOSSUDOVSKY, Michel. Chapter XV – “Debt and Illegal Drugs Economy: The Case of Bolivia”. In: CHOSSUDOVSKY, Michel. **The Globalization of Poverty and the New World Order**. Canadá: Global Research, 2003. p. 229-233.

CRABTREE, John; **La crisis del sistema partidário peruano (1985-1995)** in: Apuntes: Revista de ciencias sociales, nº 35, segundo semestre 1994. Lima: Universidad del Pacífico, 1994.

ESPINOSA GARCÍA, Oscar. Carretera Villa Tunari – **San Ignacio: Aspectos técnicos, económicos y legales**, Revista Tecnología, Investigación y Docencia – Universidade Mayor de San Andrés, v.6, n.6, 2011, p. 16.

FERNANDES, Roberto M. da S.; SOUZA, Adauto de O. **As Nuances da Integração da**

**América do Sul: Relação de Forças do Estado e entre os Estados.** 2012. Edição Digital. P. 123.

FRANCKE, Pedro. “La protección social ante la crisis económica”. In *Perú Hoy*, no. 15. **Del hortelano su perro. Sin espacio ni tiempo histórico.** Parte II. Políticas sociales y economía (2009). Lima: DESCO, 2009. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Peru/desco/20100312100828/06\\_Francke.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Peru/desco/20100312100828/06_Francke.pdf)>. Acesso em 29 de out. de 2015.

GUIMARÃES, Aline S. **Emergência das Identidades Étnicas na Bolívia Contemporânea: Processos e Atores.** In: DOMINGUES; et al. (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro.* Belo Horizonte: UMFG, 2009. p. 75-105.

IZAGUIRRE, Carlos Reyna. **La anunciación de Fujimori: Alan García 1985-1990.** Lima: DESCO, 2000.

**La popularidad de Toledo toca fondo.** *Rebellion*, 19 de maio de 2004. Disponível em <<http://www.rebellion.org/hemeroteca/internacional/040519toledo.htm>>. Acesso em 18 de set. de 2015.

**Lo bueno, lo malo y lo feo del segundo gobierno de Alan García.** *El Comercio*, 27 de julho de 2011. Disponível em <<http://elcomercio.pe/politica/gobierno/lo-bueno-lo-malo-lo-feo-segundo-gobierno-alan-garcia-noticia-947310>>. Acesso em 13 de ago. de 2015.

MANRIQUE, Nelson. **¡Usted fue aprista!** Lima: Fondo Editorial PUCP, CLACSO, 2009.

MONGE, Carlos; VIALE, Claudi; BEDOYA, George. **La reconcentración de los recursos naturales... más poder al poder.** In *Perú Hoy* no. 16, *Luces y sombras del poder.* Lima: DESCO, 2009. Disponível em <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Peru/desco/20100313085801/07\\_Monge.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Peru/desco/20100313085801/07_Monge.pdf)>. Acesso em 18 de nov. de 2015.

ORGÁZ GARCÍA, Mirko. **Balance de la guerra del gas de 2003,** *Bolpress*, 16.10.2012. Disponível em: [http://www.cedib.org/post\\_type\\_titulares/balance-de-la-guerra-del-gas-de-2003-bolpress-16-10-2012/](http://www.cedib.org/post_type_titulares/balance-de-la-guerra-del-gas-de-2003-bolpress-16-10-2012/).

TANAKA, Martín. **Los espejismos de la democracia: el colapso del sistema de partidos en el Perú, 1980-1995, en perspectiva comparada.** Lima: IEP, 1998.

WEBBER, Jeffery R. “From left-indigenous insurrection to reconstituted neoliberalism in Bolivia – Political Economy, Indigenous Liberation, and Class Struggle, 2000-2011”. In: CARR & WEBBER. **The New Latin American Left: Cracks in the Empire.** Maryland, EUA: 2012.



Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/blr.12352/abstract>> Acesso em 15 de maio de 2015.

ZELADA, Cesar. **El gobierno de Toledo apela al “terror” para sostenerse en el poder.** *Rebellion*, 26 de novembro de 2014. Disponível em <<http://www.rebellion.org/noticias/2004/11/8118.pdf>>. Acesso em 19 de mai. de 2015.

ZIBECHI, Raúl. **Massacre na Amazônia: a guerra pelos bens comuns.** *Rebellion*, 15 de junho de 2009. Disponível em <<http://www.rebellion.org/noticias/2009/6/87032.pdf>>. Acesso em 06 abr. de 2014.

Entrevistas citadas:

BARROS, Pedro Silva. Diretor-adjunto de Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. São Paulo, 20 de jun. de 2015.

GOROSTIZA, Michel Azcueta. Professor e primeiro prefeito de Villa El Salvador. Lima, 20 de jul de 2015.

PEZZIA, Agustín Espinosa. Professor do departamento de psicologia na PUC-PE. São Paulo, 23 de mai. de 2015.

QUIJANO, Aníbal. Intelectual peruano. Lima, 23 de jul de 2015.

RODRÍGUEZ, Zenón Choquehuanca. Coordenador Regional do Servicios Educativos Rurales – SER. Puno, 17 de jul. de 2015.

SAUCEDO, Erwin. Ex-senador boliviano. Santa Cruz de la Sierra, 13 de jul. de 2015.

SEOANE, Javier Torres. Consejo Directivo do Servicios Educativos Rurales – SER. Lima, 21 de jul. de 2015.

Sítio da internet:

Yanacocha: <http://www.yanacocha.com>

# CAPÍTULO II

CONVERGÊNCIA EM POLÍTICA ECONÔMICA: OS CASOS DE  
BOLÍVIA, BRASIL E PERU ENTRE 2006 - 2013



# Convergência em Política Econômica: Os casos de Bolívia, Brasil e Peru entre 2006 - 2013

Luciana Rosa de Souza<sup>1</sup>

## Introdução

Desde o início dos anos 2000 a América Latina tem assistido à emergência de propostas políticas alternativas, chamadas por alguns de “propostas de esquerda” e por outros de “propostas progressistas”. Para este texto optamos chamá-las de progressistas. Estas democracias progressistas emergiram em movimento conhecido como ciclo pós-neoliberal. Se formos observar a América Latina dos anos 1990, veremos as taxas de pobreza em ascensão, os níveis de desemprego em crescimento, a precarização do mercado de trabalho e quedas nos níveis de salários reais. Ou seja, as propostas progressistas na América Latina surgiram em um cenário marcado pela pauperização da região. Conforme dados da CEPAL (2014), a evolução da pobreza na América Latina seguiu a tendência exposta abaixo.

Tabela 1. Evolução da taxa de pobreza em %, entre 1980 e 2014.

Ano	% Pobreza
1980	40,5
1990	48,4
1999	43,8
2002	43,9
2008	33,5
2011	29,6
2012	28,1
2013	28,1
2014	28

Fonte: CEPAL, 2014. Panorama Social da América Latina

Assim, o cenário de ampliação da pobreza na região parece ter levado à emergência dos primeiros governos conhecidos como progressistas, sendo eles Hugo Chávez, na Venezuela (1998), e Luis Inácio Lula da Silva no Brasil (2002). Ao mesmo tempo, os dados indicam que a eleição de alguns governos progressistas na América Latina se associa com a queda nos níveis de pobreza absoluta. Tal queda pode ser justificada tanto por práticas internas voltadas a uma maior oferta de serviços públicos e de programas anti-pobreza, como por um movimento externo

1 Professora e pesquisadora das áreas de economia do setor público e economia do bem-estar social da Universidade Federal de São Paulo - EPPEN - UNIFESP, integrante do grupo de pesquisas Realidade Latino Americana.

de expansão do comércio internacional de *commodities*. A expansão da venda de *commodities* beneficiou diretamente a região: o aumento da exportação de *commodities* tende a promover o aumento no Produto Interno Bruto, o que tende a gerar efeitos de encadeamentos positivos para o conjunto das economias latino-americanas, que tende a reduzir as taxas de pobreza.

Podemos considerar que algumas ações de política econômica adotadas pelos países latino-americanos foram cruciais para promover os estímulos positivos oriundos do período conhecido como “*boom de commodities*”. Ao mesmo tempo, é curioso notar que alguns países que adotaram políticas econômicas de estímulo ao comércio exterior se auto-intitulavam governos progressistas. O que traz um aparente paradoxo, já que governos de esquerda deveriam estimular mudanças estruturais na economia dos países, orientando inclusive para processos de estímulo à industrialização ou de rompimento com a divisão internacional do trabalho.

Assim, estudar o eixo central das políticas econômicas adotadas por Bolívia (governo que se auto-intitula progressista), Brasil e Peru pode elucidar se prevaleceram ou não diferenças importantes entre o rol de políticas econômicas aplicadas pelo governo mais progressista, assumido neste trabalho pela Bolívia, em comparação às ações mais liberais assumidas pelo Peru. O Brasil, por hipótese, será tratado como um país com políticas econômicas intermediárias.

Considerando as explicações já expostas, a questão problema que norteou este artigo indaga se existem diferenças no desenho da política econômica de países que se auto-declararam progressistas (Bolívia), em comparação aos outros países que não se declaram progressistas? A hipótese aventada para responder a esta questão considera que existem diferenças entre as políticas econômicas dos países progressistas da América Latina em relação aos não progressistas. As políticas econômicas serão o foco da análise, quais sejam, fiscal, monetária, cambial e de rendas.

A metodologia contou com a revisão bibliográfica de documentos e textos sobre a convergência de políticas econômicas na América Latina. Examinou documentos oficiais do Ministério de Hacienda de Bolívia (MHB), Memória de la Economía Boliviana; do Brasil, Relatório Anual do Banco Central do Brasil (BACEN); e do Peru, Notas de Estudios del Banco Central de la República de Peru<sup>2</sup> entre 2006 e 2013.

Este artigo foi estruturado em três partes, além da introdução e considerações finais. Em um primeiro momento, foram discutidos os conceitos de política econômica, a temática da convergência universal de políticas e o conceito de *path dependence*, agora aplicado à política econômica. O segundo momento centrou sua análise nos casos estudados, quais sejam, as políticas econômicas adotadas por Bolívia, Brasil e Peru. Finalmente, o último momento do

---

2

Banco Central de la Republica de Peru será designado pelo acrônimo BCP.

texto versa sobre a pergunta: houve convergência nas políticas econômicas adotadas nos três países analisados?

## 2. Política Econômica: Convergência Universal e Path Dependence

Willianson (1993) falava do falso dilema entre convergência e confrontação de políticas, defendendo que a prevalência de uma convergência universal de políticas econômicas era essencial, pois reduzia o efeito deletério de escolhas políticas ruins seja no curto ou no longo prazo. A questão aqui é quais os atores sociais que devem ser considerados quando Willianson (1993) falava em efeito deletério, afinal, sabemos que as políticas econômicas ao serem aplicadas afetam atores sociais, o que muitas vezes significa ‘escolher o vencedor’, “*pick up the win*”, nas palavras de Chang (2013).

Segundo Willianson (1993) a convergência universal em política econômica privilegia os ‘bens econômicos’. Certamente isso significa privilegiar os direitos e contratos estabelecidos, aqueles mesmos calcados na desigualdade social, econômica e política. O autor vê como vantagem o fato de a convergência universal em política econômica circunscrever o debate econômico, de modo a que a TINA<sup>3</sup> - ‘There Is No Alternative’ - se torne realidade (Paulani, 2003). Os argumentos teóricos para a defesa da convergência universal de políticas são: i) limitação em nossa capacidade de compreender a realidade e ii) diferenças em nossos valores de vida.

Segundo Willianson (1993), a questão fundamental das democracias atuais não pondera mais sobre o capitalismo *versus* socialismo, ou entre livre mercado *versus* intervenção estatal. A questão fundamental das democracias atuais é proporcionar políticas econômicas circunscritas a uma distribuição equitativa de renda (opção progressista) *versus* a defesa de privilégios estabelecidos (opção mais liberal).

Neste sentido, Willianson (1993) afirmou que a política econômica pode ser classificada em três categorias, quais sejam, i) aquela em que o consenso foi estabelecido; ii) aquela em que a controvérsia ainda reina, mas, a controvérsia não é ideológica (como se isso fosse possível !); iii) aquela em que a controvérsia reina hoje e é esperada para reinar amanhã, já que a escolha de uma política econômica apropriada depende de valores (ou seja, é ideológica).

---

3 Segundo Paulani (2003) este termo foi cunhado nos anos 1990 para indicar que existe apenas uma macroeconomia possível e válida.

Ao mesmo tempo, Lindblom (1953) atestou as dificuldades dos “*policy makers*” em tomar decisões sobre políticas, em todos os âmbitos, que sejam muito distoantes daquelas decisões tomadas pelos governos anteriores ou governos de países vizinhos. Neste sentido, para se legitimar democraticamente, a maior parte dos governantes tende a reproduzir práticas de políticas econômicas, sociais e administrativas que tenham sido validadas por outros governantes, seja em nível local, usando o passado como referência, seja externamente, via efeito demonstração de governos de países vizinhos. O conceito de *path dependence* é histórico e caracteriza-se por engendrar processos de aprendizagem via *feedbacks* positivos observados ao longo do tempo, nas práticas políticas de países ou municípios (Pierson, 2000).

Neste artigo entendemos que as políticas econômicas não são neutras; sendo assim, adotar uma determinada regra para uma política fiscal ou monetária vai premiar alguns setores da sociedade em detrimento de outros (Chang, 2013). Por isso, investigamos as diferenças na execução das políticas econômicas aplicadas por Bolívia, Brasil e Peru, entendendo que os três países apresentam modelos políticos que se aproximam, quais sejam, o mais progressista e radical (Bolívia), outro que pode ser considerado intermediário (Brasil) e, finalmente, o modelo mais liberal (Peru).

As abordagens expostas indicam o *status* teórico da discussão de convergência entre políticas econômicas e o *path dependence* das políticas em geral. Logo, existem razões políticas (Lindblom, 1953) que justificam a adoção de um mesmo pacote de medidas para países diferentes, em momentos históricos diferentes. Por outro lado, questões filosóficas justificam a convergência de políticas, já que existe uma limitação no conhecimento e uma diferenciação nos valores, os quais foram usados por Willianson (1993) para justificar a necessidade de convergência. No entanto, existem autores para os quais a divergência nas práticas políticas é rica e pode contemplar mais profundamente os aspectos específicos de cada realidade (Chang, 2013) e (Amsdem, 1992). No próximo tópico foram detalhadas as políticas econômicas executadas por Bolívia, Brasil e Peru entre 2006 e 2013.

## **Política Econômica na Bolívia, Brasil e Peru**

Iniciamos este item lembrando que em 2015, segundo a CEPAL<sup>4</sup>, a Bolívia será um dos países latino-americanos que mais vai incrementar o seu Produto Interno Bruto, com previsão

---

4 Retirado do site: <http://www.cepal.org/es/comunicados/crecimiento-de-america-latina-y-el-caribe-re-puntara-22-en-2015>, acesso em 14/10/2015.

de crescimento de 5,5% para o ano. O Peru compõe o segundo grupo de países, cujo crescimento previsto pela CEPAL para 2015 foi de 5%<sup>5</sup>. O Brasil aparecia no documento como o país com menor taxa de crescimento do PIB previsto para 2015. A tabela abaixo mostra os números da CEPAL para o crescimento do PIB na América Latina e Caribe e América do Sul, além dos países estudados.

Tabela 2 América Latina e Caribe: taxas anuais de variação do Produto Interno Bruto, 2009-2015 (% , dólares constantes de 2010)

País	2009	2010	2011	2012	2013	2014 <sup>a</sup>	2015 <sup>b</sup>
Bolívia (Estado Plurinacional de)	3,4	4,1	5,2	5,2	6,8	5,2	5,5
Brasil	-0,3	7,5	2,7	1,0	2,5	0,2	1,3
Peru	1,0	8,5	6,5	6,0	5,8	2,8	5,0
América Latina e Caribe	-3,6	0,3	0,3	1,0	1,4	1,9	2,2
América do Sul	-0,3	6,7	4,4	2,2	3,0	0,7	1,8

Fonte: CEPAL, 2014. Disponível no site: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978\\_es.pdf?sequence=68](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978_es.pdf?sequence=68), acesso 14/10/2015.

<sup>a</sup> Estimativa feita pela CEPAL

<sup>b</sup> Projeção da CEPAL.

Assim, Bolívia e Peru aparecem como dois países relevantes para manter a média da taxa de crescimento do PIB da América Latina, em especial, da América do Sul no ano 2015. No entanto, a curiosidade deste dado reside exatamente no fato de que, conforme suas orientações políticas, os países apresentam políticas econômicas sob orientações completamente diferentes. Mas, como políticas econômicas tão diferentes poderiam gerar resultados tão próximos em termos de crescimento do PIB? Ou será que as políticas econômicas destes países não são tão diferentes assim? Estas são duas questões chaves tratadas neste artigo. Por isso, na sequência, passamos a discutir o desenho das políticas econômicas na Bolívia.

### 3.1. As políticas econômicas na Bolívia progressista (?)

Conforme expresso no documento governamental Memoria Fiscal, um texto publicado anualmente, a proposta indica que o modelo de desenvolvimento boliviano pós 2006 está voltado para a redistribuição da riqueza oriunda da exploração dos recursos naturais para toda a sociedade boliviana, com a meta de ampliar a renda interna disponível à economia (MHB, 2006). Logo, segundo documento governamental o êxito econômico do país resulta

5 Para mais detalhes analisar o documento - Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe, 2014. Disponível no site: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978\\_es.pdf?sequence=68](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978_es.pdf?sequence=68), acesso 14/10/2015.

de um maior dinamismo interno aliado a um mercado externo favorável. Nele afirma-se que a orientação das “políticas fiscal, monetaria y cambiaria hacia los objetivos fundamentales de nuestro Plan Nacional de Desarrollo, en el que se establece un equilibrio entre el cambio deseado y la necesaria estabilidad financiera como requisito para alcanzar este cambio<sup>6</sup>” (MHB, 2006).

O documento aponta a premência de manutenção de uma política fiscal austera e confiável para garantir o crescimento econômico e a estabilidade do modelo previsto no Plan Nacional de Desarrollo (2006). Ou seja, vê-se claramente a indicação de uma meta fiscal, que no caso é a meta de superávit primário (MHB, 2006). O conceito de superávit primário mostra um esforço fiscal para saldar o pagamento dos títulos da dívida pública que o país lança para se financiar. Assim, no período entre 2006 e 2013, o que o governo boliviano fez de mais diferente foi ampliar o gasto em investimentos<sup>7</sup>, especialmente o investimento público, e a nacionalização dos hidrocarbonetos, ação que ampliou a arrecadação fiscal do governo, contribuindo para uma política fiscal calcada no superávit primário.

Interessante notar que o governo boliviano havia acordado com o FMI, para 2006, uma meta de superávit primário de 3,2% do PIB, porém, o governo executou uma meta de 4,6% do PIB, ou seja, bem acima do previsto no acordo. O documento MHB (2007) afirma que a austeridade fiscal é um meio para o alcance da estabilidade macroeconômica, essencial para promover o crescimento do PIB. Neste ano, o aumento em 30% na arrecadação tributária esteve vinculado à nacionalização dos hidrocarbonetos (MHB, 2007). Em 2010, o governo gerou um superávit fiscal de 2% do PIB, vinculado ao aumento nos impostos (MHB, 2010).

No que concerne à política monetária, o primeiro ano do governo, ao trazer a possibilidade de queda no risco-país, trouxe também a possibilidade de redução da taxa de juros da economia (MHB, 2006). Fato que amplia a liquidez da economia e aumenta a circulação de moeda, deixando a economia mais dinâmica. Em 2007, ampliou-se a inflação no preço dos alimentos ou inflação importada, o que se associou internamente a quebras de safras vinculadas a efeitos climatológicos (MHB, 2007).

Houve aumento da inflação na Bolívia também em 2010 devido a: i) mudanças climática; ii) aumento dos preços dos alimentos; iii) elevação nos preços dos combustíveis (MHB, 2010). Segundo o documento houve uma redução na taxa de juros da economia boliviana no período

6 MINISTÉRIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS DE BOLÍVIA (MEB). Memoria Fiscal, 2006. Retirado do site: [http://medios.economiayfinanzas.gob.bo/MH/documentos/Memorias\\_Fiscales/Memorias/MF\\_2006.pdf](http://medios.economiayfinanzas.gob.bo/MH/documentos/Memorias_Fiscales/Memorias/MF_2006.pdf), acesso em 30/11/2015

7 Os dados com gastos em investimento ou gastos em capital do governo boliviano serão apresentados no próximo tópico.



para acomodar os altos níveis de liquidez (MHB, 2010).

A política cambial do governo Evo Morales pode ser resumida pelo aproveitamento do “boom” no mercado de commodities, usando o bom momento externo do país para ampliar as reservas internacionais e melhorar as contas externas, reduzindo algumas vulnerabilidades nas contas do Balanço de Pagamentos (MHB, 2006). O ano de 2007 contou com a melhora nos termos de troca dos produtos exportáveis do país, fato que apreciou a moeda nacional (MHB, 2007). O ano de 2010 foi marcado pelo aumento no Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e pelo superávit na conta de transações correntes do Balanço de Pagamentos, ambos os movimentos são oriundos da recuperação da demanda externa e provocaram uma apreciação da moeda boliviana (MHB, 2010).

Em termos de políticas de renda (MHB, 2006, p.53), o governo de Evo Morales colocou como relevante a ampliação dos salários dos setores públicos de saúde e de educação; o aumento da renda dos aposentados e pensionistas; e o aumento do piso básico salarial nacional. Em 2007, o governo anunciou os programas anti-pobreza do país, que se aproximam muito daqueles delineados no Brasil, inclusive trazendo a dicotomia atendimento emergencial x atendimento estrutural. Foi feita uma reforma no sistema de pensões, no desenho das ações da proteção social, moradia, educação e saúde (MHB, 2007), “con el objetivo de coadyunar a la disminución de los niveles de inequidad distributiva y pobreza, en un ámbito de viabilidad financiera y sostenibilidad fiscal” (MEB, 2007, p.54). No documento do MHB (2010<sup>8</sup>) houve a defesa dos programas de transferência de renda, os quais segundo o governo dinamizaram o consumo das famílias. Neste ano, houve queda na taxa de desemprego com aumentos de salários reais para os setores de educação e saúde, sendo que o gasto social foi indicado como foco da queda na pobreza.

Após a breve exposição sobre o desenho das políticas econômicas adotadas na Bolívia, passamos ao caso brasileiro.

### **3.2. As políticas econômicas no Brasil e suas contradições**

As políticas econômicas brasileiras desde os anos 2003 têm sido marcadas pela polaridade entre ações ortodoxas, especialmente relacionadas às políticas monetária, fiscal e cambial e ações heterodoxas na política de rendas (Paulani, 2003).

As ações na área monetária e fiscal focaram na manutenção do tripé macroeconômico, qual seja, a meta de superávit primário e a meta de inflação, que é de 4,5% (com variação de

dois pontos percentuais para mais ou para menos), o rol de ações macroeconômicas ficaram centradas nos padrões já estabelecidos de condução das políticas monetária e fiscal, quais sejam, aumentos ou quedas na taxa de juros (SELIC) para controlar a inflação, aliadas a cortes ou ampliações dos gastos do governo e ou de impostos, para alcançar a meta de superávit primário.

O BACEN (2006) afirmou que a administração fiscal responsável, manifesta por sucessivos resultados superavitários, com melhora qualitativa na alocação das despesas e redução da exposição das contas públicas aos riscos do mercado, foram essenciais para o crescimento do PIB do país no ano.

Podemos dividir a condução da política fiscal do Brasil em quatro fases (Barbosa, 2010): i) entre 2003 e 2005, política econômica mais restritiva focada no combate à inflação; ii) entre 2006 e 2008, política econômica mais expansionista, voltada para o aumento no nível de emprego e investimento da economia; iii) 2009 a 2010, medidas para combater impactos da crise de 2008; iv) período entre 2011-2012, medidas para adaptar o país ao novo cenário internacional.

Neste sentido, a política fiscal - no amplo período que vai de 2006 a 2013 - foi extremamente restritiva entre 2006 e 2008, com a meta de superávit primário (estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias) alcançada e às vezes até ultrapassada. Entre 2009 e 2010, houve uma política fiscal mais expansionista, em que o superávit primário foi alcançado mais em decorrência do aumento do PIB e da arrecadação dele decorrente, do que propriamente de uma política fiscal. Entre 2011 e 2013, com a reversão de expectativas no cenário internacional, o governo brasileiro passou a adotar medidas fiscais mais expansionistas, com corte de impostos para setores específicos da economia (BACEN, 2011).

A política monetária aplicada no país no período também sofreu oscilações, sendo mais restritiva no período entre 2006 e 2010, e mais expansionista após 2011. Relevante notar que após 2011 houve queda na taxa de juros da economia, movimento orientado para ampliar o dinamismo (BACEN, 2011). Principalmente, após 2011 aconteceram choques de oferta, os quais foram responsáveis por pressões inflacionárias. No entanto, as taxas inflacionárias terão seus efeitos recrudescidos a partir de 2013 (BACEN, 2013).

Em termos de política cambial, podemos dizer que o país viveu um momento de bonança internacional oriunda do “boom” de commodities, o qual foi relevante para reduzir a vulnerabilidade externa da economia e principalmente para a entrada de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e de dólares (BACEN, 2010). Um dos impactos deste movimento foi a valorização da moeda brasileira no mercado internacional, e o país passou a registrar piora no

saldo da conta de transações correntes do Balanço de Pagamentos<sup>9</sup>, especialmente após 2008 (BACEN, 2008).

A política de rendas vivenciada no Brasil entre 2006 e 2013 foi muito positiva para a dinâmica econômica, no entanto, esteve vinculada à melhora no mercado de trabalho, associada a ganhos reais nos salários (BACEN, 2011, 2012, 2013). Os programas de transferência de renda, segundo pesquisa do World Bank (2010), corresponderam a 30% na melhora da distribuição de renda observada no período.

### **As políticas econômicas no Peru e suas características**

O caso peruano - o Peru é um país que politicamente se assume liberal - neste artigo aparece como o ícone de um processo de maior abertura econômica e maior respeito à propriedade privada e aos privilégios estabelecidos em lei. O estudo das Notas de Estudios del Banco Central de La República de Peru entre 2006 e 2013 mostraram uma política fiscal centrada na geração de “superávit económico del sector público no financeiro” (SPNF), em cenário de ampliação de receitas fiscais e queda nos gastos do governo (BCP, 2007). Em 2008 houve queda no resultado fiscal, devido à evolução do Investimento Público, que foi ampliado (BCP, 2008). O ano de 2009 seguiu o de 2008. Houve um menor superávit primário, uma vez que o governo peruano adotou uma política fiscal expansionista (BCP, 2009), em parte devido à crise internacional. Em 2010, também houve uma queda na geração de superávit primário (BCP, 2010), que apenas foi recomposto; ou seja, somente em 2011 foi gerado um superávit primário pelo governo peruano (BCP, 2011). Em 2012, também houve a geração de superávit primário nas contas públicas do país (BCP, 2012).

Em termos de política monetária, o Banco Central del Peru (BCP) fez uma política monetária mais expansionista em questão, especialmente no que concerne à oferta de crédito que aumentou no período. Ao mesmo tempo, o BCP trabalhou no sentido de reduzir o impacto da inflação importada, que esteve vinculada à alta no preço dos alimentos, vivenciada mundialmente no período de “boom de commodities” (BCP, 2007). Em vários relatórios do BCP analisados há frases retratando o aumento na liquidez da economia via aumento de crédito (BCP, 2011). Tal fato corrobora a prática de uma política monetária expansionista, apesar da

9 A conta de transações correntes do Balanço de Pagamentos mostra o fluxo real de bens e serviços ocorrido entre o país e o resto do Mundo. Ela é composta por: i) Balança Comercial; ii) Balança de Serviços e iii) Transferências Unilaterais. As duas balanças mostram o fluxo de bens reais (comercial) e a segunda mostra o fluxo de serviços (pagamentos de fretes, por exemplo).

preocupação do BCP em conter a inflação.

No que concerne à política cambial, alguns eventos parecem prevalecer. O primeiro deles é um aumento nas exportações menor que aquele observado nas importações. Os documentos do BCP de 2006 e 2007 são unânimes em dizer que tal diferença ocorreu devido aos aumentos na importação de bens de capital e insumos produtivos (BCP, 2006; BCP, 2007). O documento de 2008 falou em deterioração nos termos de troca dos bens exportados pelo Peru e constatou um déficit na conta de transações correntes do Balanço de Pagamentos daquele ano (BCP, 2008). Em 2009, foi gerado um superávit na conta de transações correntes, o qual pode ser relacionado à queda na atividade econômica do país, cujo PIB caiu 0,4% (BCP, 2009). Neste mesmo ano houve queda na exportação em quantidade e em preço dos bens exportáveis do Peru. O documento de 2010 mencionou que a ampliação das exportações esteve vinculada à aquisição de bens de consumo duráveis e bens de capital (BCP, 2010). O destaque ficou para o ano de 2012, quando segundo o documento, houve a maior entrada de capitais de longo prazo no país, vinculados aos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), porém, nesse ano foi constatado um déficit na conta de transações correntes devido ao menor volume exportado e à deterioração dos termos de troca (BCP, 2012). O mesmo cenário repetiu-se em 2013, quando a piora na conta de transações correntes foi coberta por capitais de médio e longo prazo no Balanço de Pagamentos do Peru (BCP, 2013).

A política de rendas do governo peruano entre 2006 e 2013 pode ser resumida em três eixos: i) ampliação dos salários reais; ii) maior dinamismo no mercado de trabalho, com queda no nível de desemprego e, iii) programas de transferência de renda, especialmente o programa *Juntos*. Estes três eixos foram responsáveis por um crescimento na demanda interna ao país.

No próximo tópico foram trazidos dados para corroborar a argumentação acima, e para que pudessemos encontrar algumas considerações finais referente à temática discutida neste artigo.

## **Convergência Universal de Políticas Econômicas na América Latina**

Até este ponto do texto apresentamos algumas características gerais das políticas fiscal, monetária, cambial e de renda adotadas por Bolívia, Brasil e Peru. Resta, no entanto, uma análise mais comparativa entre as políticas adotadas e seus resultados. A exposição anterior nos permite afirmar que os três países tiveram suas políticas fiscal, monetária, cambial e de rendas no período 2006 a 2013 caracterizadas por: i) meta fiscal, geralmente, vinculada à geração de

um superávit primário; ii) meta de inflação, geralmente perseguindo um controle inflacionário; iii) cambio flexível com tendências de valorização das moedas locais no período; e, iv) ganhos de salários reais associados a um maior dinamismo no mercado de trabalho. Estas quatro características conjugadas permitiram aos três países uma fase de crescimento econômico e ganhos sociais. Vamos nos debruçar sobre alguns dados econômicos e sociais antes de tecermos considerações finais sobre a temática.

No que concerne à política fiscal, os dados abaixo são esclarecedores.

Tabela 3. Resultado Primário em % do PIB entre 2011 e 2013

País/Ano	2011	2012	2013
<b>Bolívia</b>	-0,2	2,7	2,0
<b>Brasil</b>	2,3	2,0	1,6
<b>Peru</b>	2,1	2,4	1,5
<b>América Latina</b>	0,1	-0,3	-0,6

Fonte: CEPAL, 2014. Disponível no site: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978\\_es.pdf?sequence=68](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978_es.pdf?sequence=68), acesso 14/10/2015.

Os três países apresentaram queda na geração de superávit primário entre 2012 e 2013, sendo que a Bolívia iniciou a série com um déficit primário (despesas superiores às receitas do governo), o qual indica que este país adotou uma política fiscal anti-cíclica entre 2010 e 2011.

Tabela 4. Composição dos gastos do governo central: Bolívia, Brasil e Peru entre 2011 e 2013

	Gasto total			Pagamento de juros da dívida pública			Gastos de capital		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Bolívia	33,9	33,2	35,4	1	0,9	0,6	12,1	10,8	13,6
Brasil	26,4	26,4	27,2	4,9	4	4,5	1,5	1,6	1,7
Peru	17,8	17,9	18,7	1,1	1	1,1	4,3	4,4	4,7
AL	25,1	25	25,8	1,7	1,7	1,8	4,2	4,6	4,7

Fonte: CEPAL, 2014. Disponível no site: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978\\_es.pdf?sequence=68](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978_es.pdf?sequence=68), acesso 14/10/2015.

A respeito dos dados acima, podemos verificar que:

- 1) A Bolívia é o país que tem maior gasto total do governo no período, enquanto o Peru é o menor gasto total do governo. Este dado corrobora nossa hipótese de que a Bolívia representa uma democracia progressista na qual o Estado tem papel crucial no desenvolvimento do país, enquanto o Peru representa uma democracia liberal, que almeja um maior papel para a iniciativa privada no desenvolvimento do país;
- 2) Em termos de pagamento de juros da dívida pública, o Brasil é o país que mais paga juros da dívida em percentual do PIB, indicando que o país é altamente financeirizado e que existe alguma relação perversa no financiamento público vinculado aos títulos de

dívida brasileiros;

- 3) No que concerne aos gastos com capital, a Bolívia foi o país que, com grande discrepância, mais investiu em capital. O que corrobora mais uma vez o papel do Estado boliviano no processo de desenvolvimento do país. Ao passo que o Peru teve um investimento próximo à média observada na América Latina, indicando também que, a despeito do menor papel do Estado na economia peruana, existe o entendimento de que o mesmo tem alguma responsabilidade no que concerne aos gastos em capital. O Brasil apresentou os piores dados da série - logicamente precisamos ponderar o tamanho do PIB brasileiro em relação aos dois outros países, mas, mesmo assim, o gasto com capital no país não atingiu 2%.

Tabela 5. Dívida Pública Bruta do governo central: Bolívia, Brasil e Peru, entre 2006 e 2013

<b>País/Ano</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Bolívia</b>	49,7	37,2	34	36,3	34,6	34,5	29,1	28,3
<b>Brasil</b>	56,7	58,5	58,9	61,3	53,6	53,6	60,5	56,7
<b>Peru</b>	31,4	27,4	25,6	25,5	22,9	20,1	18,9	18,2
<b>América Latina</b>	35,5	30,1	29,3	30,4	30	29,4	30,8	32,3

Fonte: CEPAL, 2014. Disponível no site: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978es.pdf?sequence=68>, acesso 14/10/2015.

Os dados acima indicam que:

- 1) O Brasil é o país com maior dívida bruta do governo central, sugerindo mais uma vez alguma vinculação perversa prevalecente na forma como o Estado brasileiro administra sua dívida soberana;
- 2) A melhor situação fiscal, de longe, é a do Peru. Fato que corrobora a perspectiva política de um país que defende menor participação do Estado na economia como meio de promover o desenvolvimento econômico.
- 3) Houve consistência na queda do endividamento público bruto na Bolívia e no Peru, fato não observado no Brasil, cujos dados mostraram volatilidade no período.

Em termos de política monetária, os dados abaixo são relevantes para nossas considerações:

Tabela 6. Taxas de Juros (médias)

	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014<sup>a</sup></b>
<b>Bolívia</b>	5,6	5,3	6,0	9,0	7,0	3,0	4,0	4,0	4,0	5,1

<b>Brasil</b>	19,1	15,4	12	12,4	10,1	9,9	11,8	8,6	8,3	11
<b>Peru</b>	3,0	4,3	4,7	5,9	3,3	2,1	4,0	4,3	4,2	6,3

Fonte: CEPAL, 2014. Disponível no site: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978\\_es.pdf?sequence=68](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978_es.pdf?sequence=68), acesso 14/10/2015.

<sup>a</sup> Estimativa feita pela CEPAL até novembro de 2014.

Entendemos que o Brasil apresentou maior taxa de juros no período analisado, fato que corrobora o argumento de que há uma perversidade na forma de financiamento público vinculado à emissão de títulos da dívida soberana brasileira. Somente esta perversidade pode explicar uma discrepância tão grande entre as taxas de juros praticadas pelo Brasil em relação à Bolívia e Peru no período. A tabela abaixo nos mostra a variação da inflação em 12 meses.

Tabela 7. Inflação (variação em 12 meses)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Bolívia</b>	4,9	4,9	11,7	11,8	0,3	7,2	6,9	4,5	6,5	3,6
<b>Brasil</b>	5,7	3,1	4,5	5,9	4,3	5,9	6,5	5,8	5,9	6,6
<b>Peru</b>	1,5	1,1	3,9	6,7	0,2	2,1	4,7	2,6	2,9	3,1

Fonte: CEPAL, 2014. Disponível no site: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978\\_es.pdf?sequence=68](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978_es.pdf?sequence=68), acesso 14/10/2015.

Por meio desta tabela podemos concluir que a taxa de inflação brasileira foi a maior dentre o grupo de países selecionados, a despeito da taxa de juros – que é usada como mecanismo de redução da inflação – ter sido a maior no país. Ou seja, a maior taxa de juros presente na economia brasileira não implicou em menores taxas de inflação no período. Mostrando mais uma vez que existem algumas questões na execução da política monetária brasileira que transcendem a busca por meta de inflação. Para finalizar a discussão sobre a política monetária dos três países, apresentamos os dados de oferta de crédito em percentual do PIB.

Tabela 8. Crédito Interno (% em relação ao período anterior)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 <sup>a</sup>
<b>Bolívia</b>	2,4	-3,2	6,5	7,5	10,9	13,0	18,8	22,7	21,6	19,2 <sup>b</sup>
<b>Brasil</b>	----	18,8	20,1	15,8	11,3	18,0	17,6	16,8	11,9	8,7 <sup>b</sup>

<b>Peru</b>	6,1	23,2	38	9,4	9,9	24,1	12	9,5	6,1	16,6
-------------	-----	------	----	-----	-----	------	----	-----	-----	------

Fonte: CEPAL, 2014. Disponível no site: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978>

[es.pdf?sequence=68](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978.es.pdf?sequence=68), acesso 14/10/2015.

Podemos concluir que o Peru foi o país onde o crédito interno mais se expandiu no período, especialmente se considerarmos o ano de 2010. Indicando mais uma vez que, a despeito de práticas mais liberais, o Estado tem se posicionado de uma maneira que fomenta a tomada de crédito, seja para expandir o consumo, seja para expandir o investimento. A Bolívia também é um destaque já que o crédito no país subiu significativamente, especialmente, nos anos 2012 e 2013. Este fato corrobora o papel do Estado boliviano no processo de crescimento econômico do país.

Na sequência, passamos à análise da política de rendas, a qual apresentará a variação nos salários reais dos três países e a evolução da distribuição da renda por decis de renda da população em cada um dos países. O objetivo aqui é entender se as políticas econômicas adotadas impactaram dados de renda nos países. A próxima tabela trouxe dados do salário médio real nos três países, tendo o ano 2010 como referência.

Tabela 9. Salário Médio Real (2010=100)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 <sup>b</sup>
<b>Bolívia</b>	117,8	109,2	102,2	94,4	96,5	100	98,2	99,1	99,7 <sup>a</sup>	----
<b>Brasil</b>	90,5	93,4	94,7	96,8	98,0	100	102,5	106,3	107,4	109,1 <sup>c</sup>
<b>Peru</b>	98,5	99,6	97,9	100	103,1	100	108,4	111	114,7	118,4

Fonte: CEPAL, 2014. Disponível no site: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978>  
[es.pdf?sequence=68](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978.es.pdf?sequence=68), acesso 14/10/2015.

<sup>a</sup> Estimativa feita pela CEPAL até junho de 2013.

<sup>b</sup> Estimativa da CEPAL até setembro.

<sup>c</sup> Estimativa da CEPAL de janeiro a outubro

A respeito da tabela 9, consideramos que:

- 1) Os dados mostram claramente que houve piora nos salários reais na Bolívia. Tal fato destoa do “desejo” de uma democracia progressista que visa “coadyunar a la disminución de los niveles de inequidad distributiva y pobreza, en un ámbito de viabilidad financiera y sostenibilidad fiscal” (MEB, 2007, p. 54);
- 2) No que concerne aos ganhos salariais, o Peru foi o país que maiores ganhos salariais



apresentou no período em análise, indicando que a política de rendas do governo peruano foi eficiente em oferecer ganhos salariais reais no país;

3) O Brasil, a despeito do tão falado mercado de consumo de massas, apresentou ganhos salariais médios.

Finalmente, para solidificar a argumentação e partirmos para as conclusões, vamos analisar a distribuição de renda de cada país por quintil de renda.

Tabela 10. Distribuição de renda ou consumo por quintil - Bolívia

<b>BOLIVIA</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
20% mais pobres	0,8	1,9	3,7
40% mais pobres	4,9	6,2	9,2
60% mais pobres	10,4	10,8	14,3
80% mais pobres	18,5	19,3	22,2
20% mais ricos	65,3	61,8	50,7

\*Fonte: WORLD BANK. Disponível: <http://povertydata.worldbank.org/poverty/country/BOL>, acesso em 16/10/2015

Os dados de distribuição da renda boliviana mostram uma melhora na distribuição, com queda na participação dos 20% mais ricos, e aumento na participação dos 20% mais pobres. No entanto, metade da riqueza produzida na Bolívia em 2010 ficou nas mãos de 20% da população mais rica do país, enquanto os outros 80% da população auferiram a outra metade da riqueza.

Tabela 11. Distribuição de renda ou consumo por quintil - BRASIL

<b>BRASIL</b>	<b>1999</b>	<b>2005</b>	<b>2011</b>
20% mais pobres	2,4	2,9	3,3
40% mais pobres	5,9	6,5	7,5
60% mais pobres	10,3	11	12,3
80% mais pobres	18	18,5	19,4
20% mais ricos	63,5	61	57,6

\*Fonte: WORLD BANK. Disponível: <http://povertydata.worldbank.org/poverty/country/BRA>, acesso em 16/10/2015.

A respeito da distribuição de renda brasileira, consideramos que houve melhora, embora menor que a observada na Bolívia, onde a queda foi de 14,6 p.p. em termos de percentual detido pelos 20% mais ricos. No Brasil, 20% mais ricos detiveram 57,6% da renda gerada no país em 2011. Se formos considerar o início do período, perceberemos uma melhora de 5,9 p.p., ou seja, praticamente 40% menor que a melhora observada na Bolívia. De longe, o Brasil apresenta a pior distribuição de renda dentre o grupo de três países selecionados.

Tabela 12. Distribuição de renda ou consumo por quintil - PERU

<b>PERU</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
20% mais pobres	3,4	3,4	4,2
40% mais pobres	7,8	7,5	9
60% mais pobres	13	12,6	14,2
80% mais pobres	20,9	20,3	21,6
20% mais ricos	55	56,5	51

\*Fonte: WORLD BANK. Disponível: <http://povertydata.worldbank.org/poverty/country/PER>, acesso em 16/10/2015.

A distribuição da renda por quintis mostrou que no Peru houve uma melhora de apenas 4 p.p., sendo que em 2010, 51% da riqueza produzida no país era detida por 20% da população. Claramente, o Peru foi o país que menos melhorou a distribuição de renda no período, fato condizente com o uso de um arcabouço de políticas pró-mercados as quais entendem que a distribuição de renda é um problema que será resolvido sozinho e pelo mercado, funcionando livremente.

Assim, pudemos identificar que a despeito de políticas fiscal, monetária, cambial mais bem desenhadas, apresentadas pelo Peru, a distribuição da renda teve pior situação exatamente neste país, que aos olhos do mercado financeiro internacional seria o mais “bem visto” na comparação com os outros dois países analisados. Assim, parece que as políticas econômicas observadas nos três países geraram resultados diferentes, seja em termos de distribuição de renda, seja considerando os dados fiscais e monetários.

### **Considerações finais**

Quanto à questão inicial deste artigo, se houve convergência nas políticas econômicas adotadas por Bolívia, Brasil e Peru entre os anos 200006 e 2013, podemos concluir que sim, houve convergência na adoção de políticas econômicas dos três países.

O tripé macroeconômico composto por: 1) meta de superávit primário; 2) meta de inflação e 3) adoção de taxa de câmbio flexível esteve presente na execução da política econômica dos três países analisados. Podemos dizer também que o uso de uma política de rendas centrada em promoção de ganhos reais nos salários, em um cenário de maior dinamismo no mercado de trabalho, também apareceu como uma prática convergente para Bolívia, Brasil e Peru.

Assim, podemos apontar que, mesmo a Bolívia indicando um programa político mais progressista, calcado em um maior papel do Estado na economia, tal discurso não foi verificado na prática da política econômica, a qual segue as normas ditadas pelos mercados financeiros internacionais. Ou seja, a hipótese aventada por este artigo foi refutada, logo, a política econômica praticada pela Bolívia entre 2006 e 2013 não destoou daquela praticada no Brasil (modelo intermediário) e nem daquela praticada pelo Peru (modelo mais liberal). No entanto, temos que destacar que, entre os três países estudados, a Bolívia foi aquele no qual houve melhora mais significativa na distribuição de renda, onde os 20% mais ricos perderam 14,6 p.p. de participação na renda global entre 2000 e 2010. Esta afirmação indica que há algo de diferente na condução da política de rendas no país, em relação a Brasil e Peru, mesmo que as demais políticas (fiscal, monetária e cambial) sejam muito parecidas entre os três países.

O que verificamos de mais radical na política econômica boliviana foi a estatização dos hidrocarbonetos e a grande participação do Estado nos investimentos de capital. Mas, afóra isso, a política fiscal primou por gerar superávits primários superiores à meta estabelecida pelo FMI, houve perseguição de uma inflação baixa e controlada e a taxa de câmbio flutuou livremente no período, facultando inclusive uma significativa valorização do boliviano. Todos os eventos descritos foram observados no Brasil e no Peru.

Um aspecto bastante sério e relevante a respeito da política de rendas boliviana foi a piora nos salários reais observadas pelos dados levantados nesta pesquisa. Esta situação opõe-se frontalmente a perspectiva política defendida pelo governo de Evo Ayma Morales.

No que concerne ao Brasil, destacamos a piora nos dados fiscais e monetários, que atribuímos à forma perversa como este país financia sua dívida soberana, e que contribui para a manutenção da péssima distribuição de renda observada entre os quintis de renda. Destacamos também o baixo investimento público em capital (investimento), sendo o menor observado, indicando uma perda do papel do Estado no investimento público.

Já o Peru, por ser um país liberal, apresentou dados macroeconômicos invejáveis, com baixo endividamento público, baixas taxas de juros e de inflação. No entanto, tais dados não se refletiram em melhora na distribuição de renda do país – de fato, o Peru apresentou a menor taxa de melhora na queda da apropriação da renda dentre os 20% mais ricos da população. Ou seja, a despeito dos ganhos econômicos, a questão social e distributiva parece demandar mais atuação do Estado no enfrentamento das desigualdades na apropriação da riqueza e da renda.

Consideramos que este estudo foi importante para mostrar que existe um certo “consenso” na aplicação de políticas macroeconômicas nos três países, que foram usados como uma proxy da realidade latino-americana. Essa convergência na adoção das políticas mostra, primeiro, que

a despeito das diferenças históricas, econômicas e sociais entre os países, há uma busca por unificar práticas para atender aos ditames dos mercados financeiros internacionais. Segundo, ainda que os governos destes países se auto-intitulem progressistas, na prática, as políticas econômicas adotadas são as mesmas de outros que se dizem liberais. Finalmente, podemos observar que na questão da distribuição da renda, a maior participação do Estado fez diferença nos dados observados na Bolívia em detrimento de Brasil e Peru.

## Referencias Bibliográficas

AMSDEN, A. H. **A difusão do desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental**, Revista de Economia Política, vol.12, No. 1 (45), Jan- Março, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual de 2006. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>, acesso em 30/11/2015

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual de 2007. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>, acesso em 30/11/2015

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual de 2008. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>, acesso em 30/11/2015

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual de 2009. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>, acesso em 30/11/2015

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual de 2010. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>, acesso em 30/11/2015

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual de 2011. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>, acesso em 30/11/2015

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual de 2012. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>, acesso em 30/11/2015

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual de 2013. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>, acesso em 30/11/2015

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA DE PERU (BCP). Notas de Estudios, n. 60, novembro de 2006. Disponível: <http://www.bcrp.gob.pe/publicaciones/notas-de-estudios.html>, acesso em 30/11/2015.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA DE PERU. Notas de Estudios, n. 60, novembro de 2007. Disponível: <http://www.bcrp.gob.pe/publicaciones/notas-de-estudios.html>, acesso em 30/11/2015.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA DE PERU. Notas de Estudios, n. 63, novembro de 2008. Disponível: <http://www.bcrp.gob.pe/publicaciones/notas-de-estudios.html>, acesso em 30/11/2015.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA DE PERU. Notas de Estudios, n. 60, novembro de 2009. Disponível: <http://www.bcrp.gob.pe/publicaciones/notas-de-estudios.html>, acesso em 30/11/2015.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA DE PERU. Notas de Estudios, n. 61, novembro de 2010. Disponível: <http://www.bcrp.gob.pe/publicaciones/notas-de-estudios.html>, acesso em 30/11/2015.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA DE PERU. Notas de Estudios, n. 63, novembro de 2011. Disponível: <http://www.bcrp.gob.pe/publicaciones/notas-de-estudios.html>, acesso em 30/11/2015.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA DE PERU. Notas de Estudios, n. 71, novembro de 2012. Disponível: <http://www.bcrp.gob.pe/publicaciones/notas-de-estudios.html>, acesso em 30/11/2015.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA DE PERU. Notas de Estudios, n. 72, novembro de 2013. Disponível: <http://www.bcrp.gob.pe/publicaciones/notas-de-estudios.html>, acesso em 30/11/2015.

BARBOSA, N. **Dez anos de Política Econômica**. SADER, E (org). Dez anos do governo Lula. 2013. Disponível em:

[http://www.flacso.org.br/dez\\_anos\\_governos\\_pos\\_neoliberais/archivos/10\\_ANOS\\_GOVERNOS.pdf](http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/archivos/10_ANOS_GOVERNOS.pdf) . pp. 69-102.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Santiago, 2014. Disponível: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37626/S1420729\\_es.pdf?sequence=6](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37626/S1420729_es.pdf?sequence=6), acesso em: 29/11/2015.

CHANG, H. **Chutando a escada - A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CHANG, H.J. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. Editora: Pensamento Cultrix, São Paulo, 2013.

GACETA OFICIAL DE BOLÍVIA. **Plan Nacional de Desarrollo “Bolívia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien”**, 2006–2011. La Paz, 2007. Disponível: <http://www.ine.gob.bo/indicadoresddhh/archivos/Plan%20Nacional%20de%20Desarrollo.pdf>

LINDBLOM, C. E. “The science of ‘muddling through’”. *Public Administration Review*, Vol. 19, No. 2, pp. 79-88, Spring, 1959.

MINISTÉRIO DE HACIENDA DE BOLÍVIA (MHB). **Memória Fiscal**, 2006. Disponível no site: [http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com\\_contenido&ver=categoria&id=551&id\\_item=646](http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com_contenido&ver=categoria&id=551&id_item=646), acesso em 30/11/2015

MINISTÉRIO DE HACIENDA DE BOLÍVIA. **Memória Fiscal**, 2007. Disponível no site: [http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com\\_contenido&ver=categoria&id=551&id\\_item=646](http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com_contenido&ver=categoria&id=551&id_item=646), acesso em 30/11/2015

MINISTÉRIO DE HACIENDA DE BOLÍVIA. **Memória Fiscal**, 2008. Disponível no site: [http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com\\_contenido&ver=categoria&id=551&id\\_item=646](http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com_contenido&ver=categoria&id=551&id_item=646), acesso em 30/11/2015

MINISTÉRIO DE HACIENDA DE BOLÍVIA. **Memória Fiscal**, 2009. Disponível no site: [http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com\\_contenido&ver=categoria&id=551&id\\_item=646](http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com_contenido&ver=categoria&id=551&id_item=646), acesso em 30/11/2015

MINISTÉRIO DE HACIENDA DE BOLÍVIA. **Memória de la Economía Boliviana**, 2010. Disponível no site: [http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com\\_contenido&ver=categoria&id=551&id\\_item=646](http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com_contenido&ver=categoria&id=551&id_item=646), acesso em 30/11/2015

MINISTÉRIO DE HACIENDA DE BOLÍVIA. **Memória de la Economía Boliviana**, 2011. Disponível no site: [http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com\\_contenido&ver=categoria&id=551&id\\_item=646](http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com_contenido&ver=categoria&id=551&id_item=646), acesso em 30/11/2015

MINISTÉRIO DE HACIENDA DE BOLÍVIA. Memória de la Economía Boliviana, 2012. Disponível no site: [http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com\\_contenido&ver=categoria&id=551&id\\_item=646](http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com_contenido&ver=categoria&id=551&id_item=646), acesso em 30/11/2015

MINISTÉRIO DE HACIENDA DE BOLÍVIA. Memória de la Economía Boliviana, 2013. Disponível no site: [http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com\\_contenido&ver=categoria&id=551&id\\_item=646](http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com_contenido&ver=categoria&id=551&id_item=646), acesso em 30/11/2015

PAULANI, L.M. Brasil Delivery- A Política Econômica do Governo Lula. In: Revista de Economia Política, vol. 23, no 4 (92), outubro-dezembro/2003 . Disponível: <http://www.rep.org.br/PDF/92-4.PDF>.

PIERSON, P. “Increasing returns, path dependence and the study of pólice”. In: **American Political Science Review**, vol.94, n.2, june/2000.

WILLIAMSON, J. “ Democracy and the ‘Washington Consensus’ “. World Development, 1993.

WORLD BANK. On the Edge of Uncertainty: poverty reduction in Latin America and the Caribbean during the Great Recession and beyond. Document of World Bank, 2011. Available: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/0,,menuPK:336998~pagePK:149018~piPK:149093~theSitePK:336992,00.html>

Sites pesquisados:

<http://povertydata.worldbank.org/poverty/country/>

[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978\\_es.pdf?sequence=68](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978_es.pdf?sequence=68)

<http://repositorio.cepal.org/>



# CAPÍTULO III

## OS CONFLITOS POLÍTICOS ATUAIS E A IDENTIDADE INDÍGENA NA BOLÍVIA



## Os conflitos políticos atuais e a identidade indígena na Bolívia

<sup>1</sup>Samantha Maia Araujo

Ao chegar na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra, em uma tarde de junho de 2015, para começar o trabalho de campo do grupo de pesquisa e extensão Realidades Latino-Americana (USP/UNIFESP)<sup>2</sup>, ouvi de uma colega de estudo que estava no país há algumas semanas que o presidente da Bolívia, Evo Morales, não era indígena. Como seria possível? Eleito em 2006, Morales ganhou projeção internacional com sua defesa pelo respeito à natureza e ao meio de vida dos povos originários. A identidade indígena tem sido reafirmada pelo político de diversas formas, como no uso de vestimentas tradicionais no lugar do terno, na realização de rituais indígenas em atos políticos e em seus discursos. Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, em junho de 2012, Morales discursou contra o capitalismo e o conceito de economia verde. “Não é possível que uma civilização de cerca de 200 anos ou 300 anos tenha conseguido destruir a vida harmônica que os povos indígenas desfrutaram durante mais de 5 mil anos”, disse Morales na ocasião<sup>3</sup>. No cenário político mundial, sua voz se destaca como um contraponto ao modelo dominante de desenvolvimento que coloca a exploração da natureza a serviço do crescimento econômico.

A afirmação de que Evo Morales não era indígena soou então estranha em um primeiro contato, mas ela ganharia sentido ao longo das semanas de entrevistas realizadas pelo grupo de estudo com personalidades bolivianas nas cidades de Santa Cruz, Cochabamba e La Paz. Segundo a socióloga Cecília Salazar, da Universidade San Andrés, em La Paz, a identidade indígena na Bolívia não é homogênea<sup>4</sup>. “Existem grupos nômades que habitam a região amazônica, mas quando falamos de indígenas, além destes, também estamos falando da população camponesa, mineira e urbana”, explica a socióloga. A homogeneidade da identidade indígena é, na verdade, uma construção da época colonial, em que o indígena passa a ser visto como “o outro” pelo

1 Mestre pelo PROLAM-Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina/USP

2 O grupo de pesquisa e extensão Realidade Latino-Americana: Peru e Bolívia (USP/UNIFESP) é coordenado pelos professores Vivian Urquidi (PROLAM-USP) e Fábio Luis (UNIFESP/OSASCO). As atividades foram realizadas de fevereiro de 2015 a setembro de 2015, incluindo encontros de discussão nos primeiros meses e trabalho de campo em julho de 2015 nas cidades bolivianas de Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba, La Paz e Copacabana, e nas cidades peruanas de Cuzco e Lima.

3 Villela, Flávia. “Morales condena economia verde e aconselha estatização de recursos naturais”, **EBC**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2012.

4 Entrevista concedida em julho de 2015 em La Paz.

espanhol, em um processo de desconstrução da complexidade da cultura local.

Um fato curioso recente é que, em meio a um governo que se identifica como indígena, o percentual de bolivianos que se considera pertencente a um grupo indígena caiu. Enquanto no Censo de 2001, 62% da população dizia que se considerava indígena, em 2012 esse percentual foi para 42%.

Perceber a heterogeneidade da identidade indígena na Bolívia é essencial para entender a sua conjuntura política atual. Para isso, a viagem ao país andino pelo nosso grupo de pesquisa foi uma experiência interessante. Para além das características fenotípicas, que normalmente definem uma raça, para compreender a identidade indígena na Bolívia, é essencial considerar questões históricas, políticas e culturais.

Uma diferenciação importante é a que existe entre o indígena camponês, das terras altas, e o indígena amazônico, das terras baixas. As terras altas são formadas pela parte andina e subandina de vales da Bolívia, englobando áreas dos departamentos de La Paz, Cochabamba, Chuquisaca, Oruro, Potosí e Tarija. Os povos mais representativos das terras altas são os aimara e quéchua, autodenominados povos originários ou camponeses. Essas etnias formam a maioria da população do país. Já as terras baixas ficam nas regiões norte e oriental do país e incluem áreas de floresta, de pampa e de semiárido dos departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija. Os guaranis são o povo em maior número nas terras baixas, mas existem mais de 30 povos indígenas reconhecidos na região.

Como explica Hernan Ávila, do Centro de Estudios Jurídicos e Investigación Social (Cejis), a relação dos povos com a terra é um diferencial entre o indígena camponês, que vê na terra um recurso a ser explorado, e o indígena amazônico, que entende o seu território como um meio de vida<sup>5</sup>. Explicando de forma simplificada, enquanto os indígenas das terras baixas vivem em territórios, os camponeses são fruto da reforma agrária que o país viveu nos anos de 1950. Quando vemos embates do governo de Evo Morales com a população indígena em torno da construção de uma rodovia que passará em meio a um território ou do anúncio de uma política de expansão dos cinturões agrícolas, o pano de fundo é o choque entre dois modelos de desenvolvimento que evidenciam as diferenças de identidades indígenas na Bolívia. De um lado estão os indígenas das terras baixas, cuja luta pela preservação de suas terras representa a possibilidade de manutenção de seu modo de vida, e do outro estão os povos originários, ou camponeses, cujas demandas por políticas de desenvolvimento econômico no campo são instrumentos importantes para a superação da pobreza.

Colocada essa diferenciação, é possível dizer que mais do que ser o primeiro presidente indígena da Bolívia, Evo Morales é o primeiro líder de governo camponês do país. Pertencente à etnia aimara, Morales foi líder cocaleiro antes de ocupar a Presidência pelo partido Movimento al Socialismo (MAS). E isso é crucial para compreender o contexto político do país e os conflitos existentes atualmente entre os indígenas das terras baixas e o governo do MAS.

Para denunciar os conflitos agrários e econômicos em territórios indígenas na Bolívia, em 1990, os indígenas das terras baixas realizaram a Marcha pelo Território e pela Dignidade. A marcha foi organizada pela Central de lo Pueblos Indígenas de Beni (CPIB), afiliada à Confederação Nacional dos Povos Indígenas da Bolívia (Cidob), instituição que representa 34 povos das terras baixas desde 1882 com histórico de defesa dos territórios. A marcha conseguiu assegurar na década de 1990 a titulação dos primeiros territórios indígenas na Bolívia, como o Parque Isibório Sécore. A manifestação também foi importante para abrir espaço para se discutir a legalidade das demandas dos povos indígenas no país. Naquela época existia uma aproximação dos indígenas com os camponeses. Esse movimento da terras baixas futuramente viria a confluir com a mobilização social urbana em defesa da nacionalização dos recursos naturais.

Em 2002, os movimentos indígenas das terras baixas e das terras altas se unem para realizar a Marcha pela Soberania Popular, pelo Território e pelos Recursos Naturais. A grande marcha acontece dois anos depois da Guerra da Água, manifestação popular que conseguiu barrar a privatização dos serviços de água na Bolívia. O diferencial dessa marcha, além de unir os movimentos indígena e camponês é que ela colocava em questão a necessidade de redefinir o Estado Boliviano e dar mais espaço de participação à população.

Morales surge do movimento cocaleiro, mas sua força política foi resultado de uma confluência de interesses em torno de uma proposta conjunta para a Assembleia Constituinte que reuniu camponeses, indígenas e assalariados do campo (Pacto de Unidade). Como explica o técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Pedro Silva Barros (2010):

A candidatura de Morales foi germinada no movimento *cocalero* da região do Chapare e na luta contra a política financiada pelo Estados Unidos de erradicação da cultura da coca nos anos 1990. Ganhou impulso nas manifestações pelos direitos indígenas e contra as privatizações, particularmente a da água de Cochabamba, em 2000. Foi viabilizada por uma aliança dos novos movimentos reivindicatórios com forças da esquerda tradicional, aglutinadas no Movimento ao Socialismo. (BARROS, 2010)

A Cidob apoiou a eleição de Morales e esteve ao lado do governo em seu primeiro mandato na construção de uma nova Constituição com vistas à criação de um Estado Plurinacional. A reivindicação por uma Assembleia Constituinte ganhou força a partir das demandas dos indígenas das terras baixas por autonomia política e territorial. A partir do segundo período de governo, porém, decisões de investimentos que avançam em áreas de reserva colocaram o grupo em conflito com a gestão do MAS. “Os indígenas não conseguem ter a participação que garantimos na Constituição. O território passa a ser objeto de negociação das multinacionais com o governo de Evo e aí os grupos indígenas começam a se opor”, diz Adolfo Chávez, dirigente da Cidob<sup>6</sup>. Segundo Chávez, a luta dos indígenas das terras baixas é pelo “modelo de desenvolvimento que nós queremos e não o que o Estado quer”. “Querem que sejamos quéchua ou aymará, é o que eu tenho medo, que nos colonizem”, diz Chávez.

Na avaliação de Ávila, dos Cejis, a política desenvolvimentista de Morales, se alinha aos interesses dos camponeses ao colocar, por exemplo, uma meta ambiciosa de expansão agrária. Para o estudioso, porém, além dos compromissos do governo Morales com os camponeses, suas políticas de liberação de atividades em territórios indígenas atende também aos interesses de grandes investidores. “Nenhum outro governo deu tantas boas condições ao capital privado na Bolívia como este”, diz Ávila. Existe, dessa forma, um debate sobre as características do governo Morales atualmente. Se ele se identifica com uma gestão desenvolvimentista, na medida em que busca criar condições para o desenvolvimento da economia camponesa e para a valorização da indústria extrativista, ou ele se alinha com uma visão mais liberal, na medida em que abre caminhos para a entrada do capital internacional e para a exploração econômica de áreas indígenas. Apesar do conflito mais evidente ser entre o governo e os indígenas das terras baixas, há setores ligados aos trabalhadores da indústria e da mineração que compartilham a interpretação de que Morales hoje segue uma cartilha neoliberal.

Um dos episódios mais representativo do choque de interesses entre o governo e os indígenas amazônicos é o projeto de construção de uma rodovia cujo trajeto corta o *Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure* (Tipnis), reserva de 1,2 milhões de hectares localizada entre os departamentos de Beni e Cochabamba. O projeto foi anunciado pelo governo em 2011 e até este ano não saiu do papel, apesar de Morales garantir que a rodovia deve ser construída por sua importância na integração dos departamentos bolivianos para o desenvolvimento do país e para o escoamento da produção de coca. Reportagem da revista CartaCapital de outubro de 2011 traz um relato sobre o embate<sup>7</sup>:

---

6 Entrevista concedida em julho de 2015 em Santa Cruz de la Sierra.

7 COSTA, Antonio Luiz M. C., “Indígenas contra o índio”, CartaCapital, São Paulo, 5 Out. 2011.

Seria inimaginável no primeiro mandato de Evo Morales. O país e o governo em crise, e não pela rebelião das tradicionais elites *criollas*, mas por situação similar à que levou à queda de Sánchez de Lozada em 2003 e abriu caminho aos movimentos populares que levaram o MAS ao poder em 2006: excesso na repressão a indígenas. E estes se rebelam em nome da preservação de sua reserva e do meio ambiente, bandeira que o atual governo sempre empunhou no país e no exterior como defensor intransigente da Pacha Mama (Mãe Terra), como diz Evo, na ONU e nos fóruns ambientais internacionais.

A obra com custo estimado na época em 415 milhões de dólares seria parte financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e construída pela brasileira OAS, a única empresa a participar da licitação em 2008. A reportagem da CartaCapital afirma que não houve consulta prévia aos indígenas nem estudo de impacto ambiental. Diante da oposição dos indígenas habitantes do Tipnis ao projeto, Morales os chamou de “inimigos da pátria” e sugeriu a líderes cocaleiros conquistarem mulheres da reserva para apoiar a obra. O indígenas organizaram uma marcha para La Paz em protesto, eram cerca de 2 mil pessoas caminhando por mais de 600 quilômetros. O governo boliviano acusou a marcha de estar a serviço de ONGs estrangeiras e dos Estados Unidos. Até que no dia 25 de setembro, a marcha sofreu repressão:

(...) policiais atacaram manifestantes com cassetetes, gás lacrimogêneo e balas de borracha retirando-os à força das barracas. Trezentos foram capturados e enviados em ônibus ao aeroporto de Rurrenabaque, de onde seriam embarcados de volta à reserva, mas dezenas de populares do lugar bloquearam a pista com troncos e pneus incendiados, dispersaram os policiais e libertaram os detidos. Dezenas foram feridos e ao menos vinte, inclusive crianças, desapareceram ao fugir e ainda não foram encontrados. Segundo a Igreja, morreu ao menos um bebê de três meses. (CartaCapital, 5 de outubro de 2011)

A socióloga Sarela Paz explica que a semente do conflito sobre o uso do território indígena na região é histórica<sup>8</sup>. Segundo ela, para compreender a questão em torno do projeto de rodovia no Tipnis é preciso considerar a experiência que os indígenas das terras baixas têm com estradas construídas na região. Existem estradas que adentram o Tipnis construídas na década de 1960 pela petroleira Shell. A experiência concreta que os indígenas têm com esses

caminhos é que eles servem para aproximar os produtores de folha de coca de seus territórios. Quando os camponeses chegam, alteram seu modo de vida e a forma com que eles gerem seus territórios. “Os povos do Tipnis, como todos os povos da Amazônia, vivem em assentamentos temporários. Eles ficam um tempo de 5 a 10 anos e depois deixam o local para que a floresta se renove, se recupere. Mas se os produtores de coca chegam e se assentam, abrem estradas por todos os lados, os indígenas perdem o direito de ir e vir”, diz a socióloga.

O movimento migratório dos camponeses não é um fenômeno novo e ocorre como resposta a um processo de empobrecimento. A população migra em busca de mais espaço para produção. Como pontua Paz, próximo ao Tipnis existe uma economia camponesa empobrecida que busca alternativas para o seu desenvolvimento. A essa população se dava o nome de colonizadores, hoje nomeados comunidades interculturais. É dessa raiz indígena que vem o Evo Morales, de um setor da sociedade boliviana camponês fruto da reforma agrária da Revolução de 1952. “Quando os produtores de folha de coca entram em um local, eles se organizam entre eles, fazem um trabalho coletivo, repartem a terra, trazem com eles toda a leitura nacionalista da reforma agrária. Isso desencaixa os indígenas amazônicos que defendem seus territórios”, diz Paz. O conflito em torno da reserva Tipnis não nasce, portanto, com a rodovia. A questão nova é que agora os produtos de folha de coca têm um presidente.

A democratização advinda das políticas de Morales abriu espaço para a população indígena camponesa, mineira e urbana ocupar a política e a academia, espaços antes reservados a uma elite, diz Cecília Salazar. E nesse contexto, os quéchua e aimara são os povos que estão construindo a identidade nacional na Bolívia hoje. “Os indígenas amazônicos são 3% da população, o que leva os camponeses a questionarem porque uma minoria tem que ter direito a tanta terra. E aí cria esse conflito, de haver um governo que em seu discurso defende a Mãe Terra, mas que na prática é apoiado pela maioria quéchua e aimara”, diz a socióloga.

O MAS surgiu como um partido que aglutinava os setores populares contra os governos neoliberais na Bolívia, e de certa forma correspondeu a essa missão, explica a socióloga Sarela Paz. Este grupo era, no entanto, muito heterogêneo, e justamente essas forças sociais que levaram Morales ao poder que hoje são a base dos conflitos sociais no país. “O MAS já tinha as contradições que vemos hoje dentro dele. Quando Evo chega ao poder e se instala a Assembleia Constituinte, essas forças atuaram para defender suas posições. Depois Evo é eleito novamente, mas dentro de outras circunstâncias, em um momento que alguns setores já haviam ganhado o jogo, dentre eles os cooperativistas, os interculturais, os cocaleiros e os agroindustriais”, diz Paz. Dentro dessa nova articulação de poder, os territórios indígenas surgem como um impecilho para os interesses de outros setores populares como, por exemplo, a ampliação das atividades

extrativistas e da agricultura.

O episódio da repressão aos indígenas que marchavam contra a rodovia no Tipnis, no entanto, levou à ruptura com o governo Morales de outros movimentos sociais, além dos indígenas amazônicos. Por exemplo, a *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia* (FSTMB), que publicou um resolução de solidariedade e apoio aos indígenas do Tipnis, e a *Central Obrera Boliviana* (COB), que convocou uma greve geral. Esse movimento compõe um cenário de perda de apoio popular a Evo evidenciada recentemente na rejeição da população, via referendo em fevereiro de 2016, à possibilidade de uma quarta eleição do mandatário.

A questão sobre a identidade indígena na Bolívia é complexa e tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores. A intenção com o presente texto foi de alguma forma quebrar o conceito arraigado no imaginário brasileiro da identidade indígena como algo homogêneo e se possível instigar o leitor a buscar novas referências para compreender a realidade político-cultural desses povos. A curiosidade para conhecer melhor a história da Bolívia e dialogar com seus personagens contemporâneos foi uma das forças propulsoras das atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa e extensão Realidade Latino-Americana. Considero este texto também uma oportunidade de compartilhar um pouco do rico caminho percorrido em território boliviano pelo grupo de pesquisa durante o nosso trabalho de campo.



## Referências bibliográficas

BARROS, P. S. “O êxito boliviano durante a crise mundial de 2008-2009”. In: **Boletim de Economia e Política Internacional. Ipea**. Abr. 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_internacional/100622\\_boletim\\_internacional02\\_cap4.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100622_boletim_internacional02_cap4.pdf)

DURAN GIL, A. **Bolívia: duas revoluções nacionalistas?** Perspectivas, São Paulo, Vol. 33, jan/jun, 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457/1160>

\_\_\_\_\_. **A dialética do latifúndio e minifúndio: caráter da política agrária boliviana nos últimos 60 anos**. V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Buenos Aires, 2010. Disponível em: <http://www.aacademica.com/000-036/863.pdf>

GARCIA LINERA, A. **Identidad boliviana: Nación, mestizaje y plurinacionalidad**. La Paz. Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2015.

GRAZIANO, V. T. **Estado e diferença indígena na América Latina: (re)construções identitárias no contexto e criação do Estado Plurinacional da Bolívia**. 2016. 178 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PANNAIN, R. N. **A crise do Estado boliviano e a autonomia indígena**. 2014. 299 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

R

IVERA CUSICANQUI, S. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

# CAPÍTULO IV

SIN CALCO NI COPIA: POR EL SENDERO LUMINOSO DEL  
“MAOÍSMO MARIATEGUIZADO”



# **Sin calco ni copia:**

## **Por el sendero luminoso del “maoísmo mariateguizado”**

Flávia Eugênia Gimenez Fávori<sup>1</sup>

### **Introdução**

Entre 1980 e 2000, o Peru viveu um conflito armado<sup>2</sup> desencadeado pelo Partido Comunista del Perú – Sendero Luminoso (PCP-SL), que impactou sobretudo os departamentos mais pobres da serra sul central do país, – região chamada depreciativamente de “mancha índia” – e deixou os camponeses indígenas como símbolos por excelência das vítimas<sup>3</sup>, de acordo com a Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru (CVR)<sup>4</sup>. Não por acaso, o período de violência política parece ter recolocado no centro do debate nacional a questão indígena, uma dimensão ora obscurecida ora silenciada da sociedade peruana. É interessante notar, todavia, que no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ela estava na pauta das principais discussões de pensadores peruanos (como Manuel González Prada, Luis E. Valcárcel e José Carlos Mariátegui), momento em que a intelectualidade peruana toma consciência da precariedade da vida do índio, do brutal regime de exploração ao qual ele estava submetido e da necessidade de construção de uma nação que pudesse integrá-lo, ou seja, da elaboração do

---

1 Mestranda em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

2 O conflito armado desencadeado pelo SL em 1980 envolveu ainda o Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA), que entrou para a luta armada em 1984, e o Estado peruano (através da atuação das Forças Armadas e Policiais, dos grupos paramilitares e dos comitês de autodefesa).

3 A Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru (CVR) estima que o número total de vítimas durante o conflito foi de 69.280 pessoas, das quais 75% tinham o quéchua ou outras línguas nativas como idioma materno (embora, segundo o censo de 1993, apenas um quinto dos peruanos possuía essa característica. Informe Final – CVR; Tomo VIII, Capítulo 2.2). Além disso, outra conclusão importante da CVR é o grau de concentração do impacto do conflito sobre o setor camponês do país: 79% das vítimas viviam nas zonas rurais, sendo que 56% delas ocupavam atividades agropecuárias. É importante notar que, de acordo com o PEA nacional, apenas 29% da população peruana da época vivia em zonas rurais e 28% estava ocupada no setor agropecuário (Informe Final – CVR; Tomo VIII, Conclusiones generales). Segundo dados do Censo Nacional de 2007 (INEI, 2007), a população total peruana em 1993 era de 22.639.443 pessoas.

4 A CVR foi criada em junho de 2001 pelo presidente Valentín Paniagua (2000-2001) para investigar a natureza do processo e dos acontecimentos durante o conflito e determinar as responsabilidades pelas violações de direitos humanos ocorridas nestes anos. O documento conclusivo dos trabalhos da CVR, o Relatório Final, tornou-se público em agosto de 2003, durante o mandato de Alejandro Toledo (2001-2006) e encontra-se disponível no endereço eletrônico da CVR: <[www.cverdad.org.pe](http://www.cverdad.org.pe)>. Acesso em: 29 dez. 2015.

discurso de uma nação verdadeiramente peruana.

O objetivo deste trabalho é pensar a problemática indígena no Peru em primeiro lugar através da obra de um dos mais importantes e inventivos marxistas latino-americanos, José Carlos Mariátegui, que apostava num projeto socialista a partir da experiência histórica dos camponeses indígenas. O intuito, em seguida, é analisar a leitura e apropriação que o Sendero Luminoso fez da teoria mariateguiana, a fim de compreender, sobretudo, a forma pela qual o “problema do índio” foi incorporado no discurso oficial senderista. Por fim, buscamos compreender como esta questão estava sendo construída nos anos 1970 a partir da perspectiva do Estado peruano, por ser este o contexto inclusive ideológico do desenvolvimento do SL.

### **Mariátegui: por um socialismo *sin calco ni copia***

O escritor e jornalista José Carlos Mariátegui (1894 – 1930), também fundador da aclamada Revista *Amauta*, em 1926, do Partido Socialista, em 1928 e da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos), no ano subsequente, é considerado um dos maiores e mais vigorosos marxistas latino-americanos do século XX. Sua obra esteve profundamente marcada pela busca de um socialismo singular, – que de acordo com ele, deveria ser um socialismo “*sin calco ni copia*” – que traduzisse os preceitos do marxismo à realidade peruana, formulação brilhantemente defendida naquela que é considerada a primeira grande obra do marxismo latino-americano **Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**.

Contudo, essa leitura mais heterodoxa do marxismo contrariou os representantes da Terceira Internacional na ocasião da Primeira Conferência Comunista Latinoamericana, realizada em Buenos Aires em 1929. Neste evento, foram apresentadas e discutidas as suas teses **El problema de las razas en América Latina e Punto de vista antiimperialista** pelo médico, político e filósofo Hugo Pesce – que é fundador, ademais, ao lado de Mariátegui, do Partido Socialista. Um dos aspectos que desagradaram a *Kuomintern* foi a ênfase mariateguiana na questão indígena e na incorporação do índio à revolução peruana. Para o historiador peruano José Luis Rénique, “o impasse era evidente: para os teóricos internacionalistas, as especificidades nacionais eram irrelevantes” (RÉNIQUE, 2009, pg 64). A sujeição ao movimento comunista internacional e o descrédito dos postulados mariateguianos dentro do Partido, entretanto, não demorou a acontecer. Pouco tempo antes de falecer em decorrência de problemas de saúde, Mariátegui havia creditado a sua sucessão a Eudocio Ravines, emissário da Rússia enviado à

América Latina para enquadrar o Partido dentro dos preceitos da *Kuomintern*. Já em 1933, o comitê central comunista assumiria uma posição de combate “implacável” e “inconciliável” com o mariateguismo (Rénique, 2009). Mariátegui somente seria recuperado no Peru após a metade da década de 1960, momento em que inclusive ganha mais prestígio do que em vida.

### **Interpretação da realidade peruana segundo Mariátegui**

Uma das proposições mariateguianas fundamentais para o pensamento social latino-americano é aquela em que o autor constatou que o problema primário do Peru de seu tempo era o problema do índio que era, por sua vez, o problema da terra. Dessa forma, como afirmou, se 90% dos índios peruanos eram agricultores (“servos”) e tinham a máxima exploração do seu trabalho nos latifúndios “*llamamos problema indígena a la explotación feudal de los nativos en la gran propiedad agraria*” (MARIÁTEGUI, 1986b, pg. 21). Para ele, a problemática deveria ser analisada desde a crítica marxista, ou seja, a partir de sua base real, de sua concretude histórica: o problema indígena é econômico-social e, por isso, político. Tendo isso em vista, rechaçou as tendências de seu tempo que o apresentavam “abstratamente” como problema cultural, administrativo, jurídico, pedagógico, religioso, técnico ou moral: “*No nos contentamos con reivindicar el derecho del indio a la educación, a la cultura, al progreso, al amor y al cielo. Comenzamos por reivindicar, categóricamente, su derecho a la tierra*” (MARIÁTEGUI, 2007, pg 39).

O autor atribuiu a situação de “atraso” e “ignorância” das “raças indígenas” de seu tempo ao regime de “servidão” que pesava sobre elas desde a conquista espanhola. Para ele, este “fato político” foi uma “carnificina” responsável pela desestruturação da sociedade indígena e da economia desenvolvida sob o Estado Inca, baseada no coletivismo, no bem-estar material e nos princípios de organicidade e solidariedade. Sem a capacidade para criar outra “máquina de produção” desta envergadura, os colonizadores espanhóis acabaram desenvolvendo durante o Vice-Reinado (colônia) as bases de uma economia de caráter feudal, centrada na exploração do ouro e da prata mediante um regime brutal de exploração da mão-de-obra indígena com os trabalhos forçados e gratuitos nas minas (MARIÁTEGUI, 2007).

Conforme argumentou, o processo da Independência no Peru foi promovido pelos *criollos* com o apoio das populações indígenas, mas contraditoriamente significou o aprofundamento da condição de miséria e em uma maior espoliação das terras dessas populações. Isso porque a estrutura econômica e social peruana não foi transformada no período: o governo da nobreza

espanhola foi apenas substituído pelo governo dos *terratenientes*, *encomenderos* e profissionais *criollos*; é, pois, a velha aristocracia *terrateniente*, com sua mentalidade retrógrada, que assumiu a função de classe burguesa, tendo em vista a debilidade e a incipiência da burguesia comerciante e profissional para se constituir como classe dirigente. Isso explica, para o autor, porque as várias leis e decretos favoráveis aos índios criadas durante a República não surtiram efeito prático. Como afirma ele: “*La supervivencia de un régimen de latifundistas produjo, en la práctica, el mantenimiento del latifúndio (...).no se puede liquidar la servidumbre, que pesa sobre la raza indígena, sin liquidar el latifundio* (MARIÁTEGUI, 2007, pg 40).

Além disso, Mariátegui chamou atenção para o fato de que a Independência foi realizada no marco das necessidades do desenvolvimento capitalista mundial, tendo a Inglaterra um papel decisivo nos processos de Independência na América do Sul no século XIX. Impulsionada por este país, a elite peruana passou a enriquecer com a exploração do guano e do salitre, elementos naturais que tiveram papel similar ao do ouro e da prata durante o regime colonial. Esse período de bonança, entretanto, rapidamente se esgotou. No final do século XIX, a mineração, o comércio e os transportes peruanos já estavam subordinados ao capital inglês e *yankee*, em função de dívidas contraídas em transações comerciais desiguais entre os países nestes anos e da derrota do país na Guerra do Pacífico (1879-1883).

Nesta época, o Peru continuava a ser essencialmente agrícola, mas passou por algumas transformações em seu sistema econômico com o advento do capitalismo nessa esfera de produção. Contudo, isso significou para Mariátegui apenas uma forma de aperfeiçoar o sistema de exploração da terra e dos trabalhadores, mantendo o “sistema semifeudal” da agricultura peruana e não rompendo com “*la mentalidad colonial de esta casta de propietarios, acostumbrados a considerar el trabajo con el criterio de esclavistas y ‘negreros’*” (MARIÁTEGUI, 2007, pg 72). Assim, nas *haciendas* da costa, que produziam algodão e açúcar em larga escala para os mercados estrangeiros, algumas técnicas capitalistas de produção foram implantadas sem que houvesse uma mudança substancial das relações de trabalho. E nos latifúndios da serra, os traços da propriedade e do trabalho feudais sequer haviam se modificado: os grandes latifúndios possuíam um nível de produtividade muito baixo, métodos precários de trabalho e uma exploração brutal da força do trabalho indígena. De acordo com o autor, esse sistema econômico fez do Peru, além disso, um país “semicolonial”, condição que está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento de um capitalismo dependente e subordinado aos interesses e às necessidades dos mercados estrangeiros, impedindo ou dificultando o desenvolvimento de um programa de produção autenticamente nacional. (MARIÁTEGUI, 2007).

Para Mariátegui (2007), outro traço do período republicano é que ele fortaleceu o poder da costa sobre a serra, consolidando uma economia e uma política administrativa

predominantemente costeiras, que realçavam o centralismo e a dualidade do país. De acordo com o autor, o Peru se divide geograficamente, – que acaba sendo também uma divisão econômica e social – em três regiões: a costa, a serra e a *montaña* (floresta amazônica). Enquanto esta última carecia de “significação”, explicou ele, a serra e a costa seriam regiões em que a população “se distingue e separa”: a serra é indígena, enquanto a costa é espanhola ou mestiça. Tal é a “dualidade da história” e da “alma peruana”, que revela um problema de unidade profundo do país:

El Perú costeño, heredero de España y de la conquista, domina desde Lima al Perú serrano; pero no es demográfica y espiritualmente asaz fuerte para absorberlo. La unidad peruana está por hacer; y no se presenta como un problema de articulación y convivencia, dentro de los confines de un Estado único, de varios antiguos pequeños estados o ciudades libres. En el Perú el problema de la unidad es mucho más hondo, porque no hay aquí que resolver una pluralidad de tradiciones locales o regionales sino una dualidad de raza, de lengua y de sentimiento, nacida de la invasión y conquista del Perú autóctono por una raza extranjera que no ha conseguido fusionarse con la raza indígena ni eliminarla ni absorberla (MARIÁTEGUI, 2007, pgs 171-172).

Mariátegui apresentou assim o problema indígena também como problema nacional: uma política realmente nacional não poderia ignorar o índio, pois seu empobrecimento e a sua depressão são também o empobrecimento e a depressão do país. O índio, “cimento da nacionalidade em formação”, deve ser capaz de criar riquezas, ser um produtor e consumidor da qual a nação moderna necessita. Dessa forma, “*Cuando se habla de la peruanidad, habría que empezar por investigar si esta peruanidad comprende al indio. Sin el indio no hay peruanidad posible*” (MARIÁTEGUI, 1986a, pg 44)

A conclusão a que chegou é que nos países de maioria indígena (ou negra) se deveria converter o “fator raça” em “fator revolucionário”, por constituírem uma camada com duplo caráter, racial e de explorados:

La lucha de clases, realidad primordial que reconocen nuestros partidos, reviste indudablemente características especiales cuando la inmensa mayoría de los explotados está constituida por una raza, y los explotadores pertenecen casi exclusivamente a otra. (MARIÁTEGUI, 1986b, pg 61)

Conforme defendeu, eram os Partidos Comunistas latino-americanos que deveriam dar às massas indígenas e negras exploradas uma clara consciência de classe, “*evidenciando su identidad con los proletarios mestizos y blancos, como elementos de una misma clase productora y explotada*” (MARIÁTEGUI, 1986b, pg 80), de modo a estabelecer na América Latina um governo de trabalhadores e camponeses. O que “levanta a alma do índio” é, pois, o “mito”, a ideia de revolução socialista: “*La esperanza indígena es absolutamente revolucionaria*” (MARIÁTEGUI, 2007, pg 26).

Sendero Luminoso é a designação simplificada de Partido Comunista del Perú – Sendero Luminoso (PCP-SL) e uma das cisões do Partido Comunista do Peru (PCP)<sup>5</sup>. Criado em 1970, o partido emerge como uma corrente maoísta que defende a Revolução Cultural e o “Bando dos Quatro”<sup>6</sup>. O SL adota um marxismo-leninismo ortodoxo, apresentando seu pensamento em quatro etapas: Marx-Engels, Lenin, Mao Tsé Tung – que representariam as três grandes etapas, as “três espadas” dentro da história da revolução socialista – e a última, deflagrada pelo SL, com sua “quarta espada”, o “camarada Gonzalo” (Abimael Guzmán) (ROJAS, 1988). De acordo com o antropólogo peruano Carlos Iván Degregori Degregori (2014), é com a morte de Mao Tsé Tung em 1976, com a derrota do Grupo de Shangai e com o declínio da Revolução Cultural, que a organização “*se convierte en faro de la revolución mundial y convierten a su líder en la ‘cuarta espada del marxismo’(...)*” (DEGREGORI, 2014, pg 170). Para ele, aos poucos o SL foi evoluindo para o “fundamentalismo” e na década de 1980, quando decide entrar para a luta armada, “*ese partido ofrecía a sus miembros una fortísima identidad de esencia prácticamente religiosa*” (DEGREGORI, 2014, pg 171), uma identidade de seita. Assim,

si en la década de 1960 la ‘fracción roja’ que luego constituyó SL estaba vinculada a los movimientos sociales, a lo largo de los años setenta se convirtieron en antimovimiento social, para luego en los años ochenta volverse crecientemente grupo terrorista (DEGREGORI, 2014, pg 171).

A Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru também qualifica o SL como um grupo terrorista, responsável por pouco mais da metade das cerca de 70 mil mortes<sup>7</sup> do conflito

5 Em 1964, ocorreu a Quarta Conferência do Partido Comunista do Peru, e como decorrência deste evento, o PCP foi desmembrado em PCP-Unidad, pró-soviético, e PCP-Bandera Roja, de orientação maoísta. A facção pró-chinesa, liderada pelo advogado Saturnino Paredes, é quem atrai a maioria da organização da juventude do PCP e vários de seus comitês regionais, dentre eles o Comitê Regional “José Carlos Mariátegui” de Ayacucho, comandado pelo professor universitário Abimael Guzmán Reynoso – que se tornaria, anos depois, o grande líder do Sendero Luminoso sob o codinome de “camarada Gonzalo”. Apesar de dissidências internas dentro do BR, somente em 1970 é criado o Partido Comunista del Perú – Sendero Luminoso (PCP-SL) (TAYLOR, 1988). O termo “Sendero Luminoso” é tirado da Frente Estudantil Revolucionario por el Sendero Luminoso de Mariátegui, nome da frente estudantil do PCP-BR, que acaba se juntando ao grupo de Reynoso.

6 “Bando dos Quatro” ou “Grupo de Shangai” são nomes atribuídos ao grupo do Partido Comunista da China responsável pela implementação da Revolução Cultural no país: Jiang Qing (esposa de Mao Tsé Tung), Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan.

7 A Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru (CVR) considera o SL como o primeiro perpe-



armado peruano.

### **Ayacucho e a UNSCH: o “Yenan andino”**

O SL estrutura o partido durante a década de 1970, concentrando seus esforços organizacionais no movimento estudantil e particularmente na Universidad Nacional de San Cristóbal de Huamanga (UNSCH), localizada na capital do departamento de Ayacucho.

Ayacucho significa na língua quéchua “o rincão dos mortos”. Situada na serra central do Peru, era uma das regiões mais pobres e isoladas do país quando o SL surgiu. Como afirma Degregori (1988), em consonância com o que já havia dito José Carlos Mariátegui, a expansão capitalista no país se deu mediante uma modalidade monopólica de acumulação, centralista e liminha, que se tornou parasitária do campo, aprofundando desigualdades regionais e realçando o predomínio da região costeira sobre a serra. Para Degregori, Ayacucho foi particularmente afetada por esse processo a partir do final do século XIX, sendo o exemplo por excelência do padrão de desenvolvimento desigual peruano no século XX (RÉNIQUE, 2009). Por isso, a região foi denominada de “Yenan andino” por Degregori (2000), em uma “alusão”, como esclarece Rénique, “ao papel dessa região chinesa no desenvolvimento das visões camponesas de Mao Tsé Tung” (RÉNIQUE, 2009, pg 142).

### **O pensamento de José Carlos Mariátegui segundo Sendero Luminoso**

A dificuldade em estudar com profundidade as bases do pensamento do partido político/movimento guerrilheiro Sendero Luminoso é, de acordo com Degregori (1988), a quase inexistência de material escrito elaborado pela organização. Conforme indica o antropólogo peruano, sua produção nos anos 1970 se restringiu a alguns números lançados pelo partido *Bandera Roja* (BR), alguns documentos mimeografados, de circulação restrita, sobre a problemática agrária e a universitária e a “volantes” da “*FER [Federación de Estudiantes del Perú] por el Sendero Luminoso de José Carlos Mariátegui*”. Essa escassez documental se intensificou a partir de 1980, ano em que o SL entra para a luta armada.

Para Degregori (1988, 2000, 2014), a influência da teoria de José Carlos Mariátegui no

---

trador das mortes e desapareções relatadas à Comissão, ou seja, como autor de 53,68% delas, enquanto os agentes do Estado, Comitês de Autodefesa e paramilitares seriam responsáveis por 37,26% dos mortos e desaparecidos relatados, a maior parte, 28,73%, de responsabilidade específica das Forças Armadas. A CVR aponta ainda o Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA) como responsável por 1,5% das vítimas do conflito (Informe Final – CVR; Tomo I, Capítulo 1).

SL ficou bastante concentrada aos anos subsequentes ao rompimento do partido com o BR. Dessa forma, entre 1971 e 1972, os senderistas criam o Centro Intelectual Mariátegui (*CTIM*), dando início a um estudo exaustivo das obras do escritor e à consolidação do perfil ideológico do PCP-SL (DEGREGORI, 2014). As referências a Mariátegui, porém, vão minguando com o passar dos anos, até que a perspectiva do líder do SL ganha hegemonia na organização (DEGREGORI, 2000).

Com isso posto, serão utilizados neste artigo três documentos do SL disponibilizados pelo CEDEMA (Centro de Documentación de los Movimientos Armados) em sua página da internet<sup>8</sup>. Tomaremos como base o texto “Para entender a Mariátegui”, a transcrição de uma conferência ministrada em 1968 pelo então professor de Filosofia, Abimael Guzmán Reynoso, na UNSCH; além de “Retomemos a Mariategui y Reconstituyamos su partido”, escrito em outubro de 1975 pelo Comitê Central do PCP-SL, como uma homenagem aos 80 anos de nascimento de Mariátegui e aos 47 anos da fundação do “Partido Comunista”<sup>9</sup> e, finalmente, a famosa entrevista do “presidente Gonzalo”, que foi dada ao jornal *El Diario* em 1988.

Para o SL, Mariátegui deve ser entendido a partir de três aspectos: 1) de sua posição de classe, ou seja, um “intelectual proletário”, um “marxista convicto e confesso” a favor dos explorados; 2) de sua ideologia, que acredita estar pautada no “marxismo-leninismo”, sendo o leninismo a forma mais “elevada” a que o marxismo havia chegado até então; 3) de seu método marxista do materialismo histórico. O partido enfatiza, além disso, a similitude das teses de Mariátegui e de Mao Tsé Tung, sendo o pensamento deste último um “marxismo desenvolvido”.

De acordo com a análise senderista, a realidade peruana do ponto de vista de Mariátegui correspondia plenamente à sociedade de sua época: o Peru seria ainda uma sociedade semifeudal e semicolonial. Para o SL, Mariátegui compreendeu o Peru “nas suas entranhas”, enxergando a existência de “camponeses” e o histórico de opressão a qual estavam submetidos sob o regime da feudalidade e de suas expressões, o latifúndio e a servidão. O longo processo histórico de opressão feudal possibilitou a concentração da terra na mão de poucos latifundiários, a despeito da majoritária massa “camponesa” despossuída e oprimida por um regime de servidão. O país enfrentaria então dois problemas fundamentais e indissociáveis: o problema do “camponês” – que conformaria 4/5 da população na época de Mariategui – que é o problema da terra, e o problema nacional, identificado com o combate contra a “opressão imperialista yankee”. Um aspecto que chama atenção é a terminologia usada pelo SL quanto ao índio/indígena:

---

8 A página da CEDEMA, onde é possível encontrar os documentos aos quais fazemos referência é: <http://www.cedema.org/>. Os textos, respectivamente, se encontram em: <http://www.cedema.org/ver.php?id=624>; <http://www.cedema.org/ver.php?id=624>; <http://www.cedema.org/ver.php?id=644> e <http://www.cedema.org/ver.php?id=645>. Acesso em: 23. Dez. 2015

9 SL não reconhece que o PCP foi fundado com o nome de Partido Socialista.

a organização cita Mariátegui de maneira fiel, utilizando nos excertos os termos “índio(s)” e “índigena(s)”; entretanto, quase sempre se refere a eles como “campones(es)”.

Para o SL, a noção de “semi-colonial” de Mariátegui estaria relacionada com o conceito de “capitalismo burocrático” de Mao Tsé Tung, que seria: uma espécie de capitalismo desenvolvido nos países “atrasados” que não permite a criação de uma economia nacional nem uma industrialização independente, além de acentuar a condição de subordinação na medida em que se desenvolve. Baseado nos monopólios comerciais, este tipo de capitalismo no Peru estaria ligado aos “*terratenedores* feudais” e a uma “burguesia mercantil compradora” vinculada ao imperialismo norte-americano.

Segundo a análise senderista de Mariátegui, a condição semifeudal e semicolonial do Peru deveria ser abatida através de uma revolução “democrático-nacional” cuja camada dirigente seria o proletariado. O campesinato, apesar de ser a “força principal” e “majoritária” do país, não poderia assumir tal função: para o SL, Mariátegui não era *campesinista*, mas possuía uma concepção proletária de acordo com o marxismo. De acordo com o SL, o proletariado é a “classe mais avançada da história” e tem o dever de “dirigir” a massa “camponesa” através da “vanguarda organizada” do Partido Comunista para a tomada do poder. O campesinato representaria o melhor, maior e mais forte aliado do proletariado pelo seu número e pelo caráter de sua luta. Tendo isso em vista, o SL desenvolveu a ideia de que a constituição de uma “Frente única” era necessária para a revolução, sendo tal frente composta: pelo proletariado através de uma aliança sólida com o campesinato (sua principal força); pela pequena burguesia urbana (com principal atenção aos intelectuais, de acordo com Mao Tsé Tung); e pela burguesia nacional (sob determinadas circunstâncias e condições).

O SL então aponta como as “três varetas da revolução”: a “frente única”, o Partido e o problema militar – ou “o problema da guerra”, segundo Mao: a correlação da luta armada com a guerra camponesa e com o Partido. Assim, um aspecto enfatizado no discurso senderista é que Mariátegui já havia preconizado, de acordo com Lenin, o armamento do campesinato, a ditadura do proletariado e o papel da “violência revolucionária” na conquista do poder. A revolução democrático-nacional, sendo o Peru um país semifeudal e semicolonial, deveria seguir o caminho preconizado por Mao Tsé Tung para a revolução chinesa, ou seja, utilização da estratégia de tomada do poder “do campo para a cidade”. Por fim, o SL considera que é o pensamento de Mao Tsé Tung que leva a “Retomar o caminho de Mariátegui e Reconstituir seu Partido” e é o PCP-SL que deve dar o desenvolvimento da guerra popular no Peru.

## Sin calco ni copia: o “maoísmo mariateguizado” do Sendero Luminoso

A partir do exposto anteriormente, podemos depreender a engenhosidade do discurso senderista construído a partir de elementos marxistas, leninistas, maoístas, e mariateguianos. Para Favre (1988), o SL se distingue pela maneira original com que adapta as ideias de José Carlos Mariátegui e as combinam com o pensamento de Mao, formulando o que chamou de “maoísmo mariateguizado”. “No entanto”, afirma ele, “para fundamentar na lógica a ligação da práxis maoísta com a teoria mariateguista, seria preciso que o Peru não tivesse evoluído nada durante meio século” (FAVRE, 1988, pgs 83-84). Ou seja, a leitura senderista da sociedade peruana dos anos 1970 é semelhante àquela da sociedade peruana dos anos 1920 descrita por Mariátegui e da sociedade chinesa descrita por Mao Tsé Tung nos anos 1930 (HERTOGHE; LABROUSSE, 1990). Um dos problemas do discurso senderista parece ser, pois, a inadequação de sua visão de mundo com a realidade. Como afirma Favre (1988):

O Peru atual não é mais aquele de Mariátegui. Desde os anos vinte, sua economia se diversificou sob o efeito de uma industrialização débil, porém real. A população urbana cresceu à custa da população rural, que os fluxos migratórios arrastaram para as cidades do litoral, e que então tornou-se minoritária. A reforma agrária de 1969 transformou o regime político da propriedade da terra e as relações sociais de produção, até mesmo na mais remota região andina. O desaparecimento dos grandes proprietários rurais tradicionais e o ascenso das classes médias modificaram profundamente a composição da elite dirigente. Há muitas mudanças estruturais que o *Sendero* subestima ou ignora totalmente (FAVRE, 1988, 84)

Degregori (2014) defende que mesmo em Ayacucho, Huancavelica e Apurímac – zonas deprimidas não somente pela pobreza, mas pela exploração *terratiente*, opressão servil e pela discriminação étnica – a situação começava a mudar, ainda que de maneira desigual. O autor cita como fatores para transformação nacional, além das migrações e da reforma agrária de 1969, o avanço do mercado, dos meios de comunicação e a efervescência de movimentos de luta pela terra – menciona a onda de ocupações de terras nos Andes ocorridas entre 1968 e 1974. Nessa época, pois, para ele, “*Índio*’ comenzaba a dejar de ser sinónimo de siervo” (DEGREGORI, 2014, pg 37).

Além disso, a adoção da análise mariateguiana, para os jornalistas e pesquisadores franceses Hertoghe e Labrousse (1990), teria trazido um impasse aos senderistas por causa de

um componente essencial que não poderia estar presente no projeto maoísta: a *questão indígena*. Com relação a isso, nos parece que a forma do Sendero Luminoso lidar com a questão é não a problematizando, não a compreendendo em suas particularidades: a organização parece entender o “índio” ou “indígena” como sinônimo de “camponês”, terminologia que presumivelmente se enquadra melhor ao maoísmo. Entretanto, essa não é uma omissão/confusão exclusiva do SL. A leitura que os senderistas fazem da teoria de Mariátegui com relação ao indígena parece em certo sentido acompanhar uma tendência histórica do Peru de reduzi-lo na categoria socioeconômica de “camponês” ou de considerar o problema do índio como um problema exclusivamente econômico. Iremos nos deter a esse aspecto no tópico seguinte.

### **“Indígena” e/ou “camponês”? A (des)associação das questões étnicas e de classe no Peru**

Como vimos, Mariátegui coloca o índio no centro da problemática nacional, “indigenizando” a luta de classes e antiimperialista e indicando a necessidade de expandir essa análise para países e regiões onde existirem populações colonizadas (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007). Ele, ademais, apresenta o problema indígena como problema da terra, o que vai influenciar de forma decisiva as gerações e os movimentos sociais posteriores. É notável, nesse sentido, a onda de mobilização rural – centrada, entretanto, muito mais nos sindicatos camponeses do que nas comunidades indígenas – na região serrana do Peru dos anos 1950 e 1960 de luta pela terra e pela reforma agrária, em que se destaca a atuação do trotskista Hugo Blanco Galdós em La Convención (departamento de Cuzco) (Rénique, 2009).

Para Marie-Chantal Barre (1985) o grande mérito de Mariátegui foi ter rompido com o “indigenismo romântico” de seu tempo ao apresentar a questão indígena em termos econômicos e sociais. Para ela, este movimento indigenista “romântico” havia contribuído para a tomada de consciência do problema índio e a mitigação de alguns abusos cometidos contra ele; entretanto, acabou por não se converter em corrente transformadora e se revelou facilmente recuperável por parte de vários governos latino-americanos, dentre eles o de Juan Velasco Alvarado. Conforme aponta a autora:

Con el fin de consolidar la “nación” (calcando el modelo de las naciones europeas que se habían formado en la época posnapoleónica) el populismo latinoamericano atribuye a los indios una importancia inusitada en el discurso político y les reconoce un lugar significativo en la construcción de la “identidad nacional” (...). Con su oficialización, el indigenismo perderá el carácter reivindicativo de sus comienzos para

convertirse en un instrumento de poder, un aparato ideológico del estado. Sin lugar a dudas, aportó mejoras en las condiciones de vida de los indios, pero siempre dentro del marco de una situación colonial que permanecía indiscutida (BARRE, 1985, pg 32-33)

O governo Alvarado, que emerge no país entre 1968 e 1975 através de um golpe militar<sup>10</sup>, assume o protagonismo do processo de construção nacional, através da chamada “revolução velasquista”, impulsionando por intermédio do Estado uma série de transformações estruturais de modernização, tais como: reforma agrária, industrial e educacional; a nacionalização da pesca, da mineração, da produção de petróleo, dos bancos e dos meios de comunicação. Desenvolveu ainda uma proposta alternativa aos partidos políticos que articulasse a sociedade diretamente ao Estado, uma instituição chamada Sistema Nacional de Mobilização Social (SINAMOS) (Rénique, 2009).

Durante esse governo, segundo Carmen Salazar-Soler (2013), houve em certa medida uma tentativa de revalorizar a cultura indígena através de uma série de medidas que integraram um programa batizado de *Plan Inca*, apesar da questão étnica não ter se tornado um eixo de sua política. Assim, paradoxalmente, a língua quéchua foi declarada idioma oficial e incorporada ao sistema de ensino peruano, e foram reconhecidas legalmente as “comunidades nativas” da Amazônia, em detrimento, porém, da proibição da utilização do termo “índio” e da alteração do status legal das “comunidades indígenas” da serra para “comunidades camponesas”.

Evidentemente, esta política não ficou livre de críticas. Para o antropólogo espanhol Xavier Albó (2011), o projeto de país buscado pela revolução e reforma agrária de Velasco Alvarado se deu sob uma nova visão “civilizadora encubridora”, que reduzia o indígena ao camponês e “diluía” a população através de uma “pseudo uniformização mestiça”, em um contexto regional que apontava justamente para o contrário: a partir da década de 1970, há na América Latina, e particularmente na região andina (como na Bolívia e Equador), o retorno de uma problemática especificamente indígena, sobreposta até então pela supremacia deste enfoque mais integracionista e uniformizador *campesinista* e sindicalista<sup>11</sup>. Podemos concluir que a política do Estado peruano velasquista para o índio peruano foi de justamente não reconhecê-lo nas suas particularidades, isto é, foi de convertê-lo oficialmente (e apenas) em

10 É preciso ter em mente a peculiaridade da ditadura instaurada no Peru nos anos anteriores. Sabe-se que, entre meados da década de 1960 e meados da década de 1980, a América Latina passou por um período histórico dominado por regimes militares repressivos e “entreguistas”, conforme define o historiador Coggiola (2001), que tiveram a influência determinante da diplomacia norte-americana na luta contra o comunismo em um contexto da Guerra Fria, como foi o caso da ditadura brasileira, chilena e argentina. Mas, o Peru de Velasco Alvarado, assim como a Bolívia de Ovando Candia, seriam exceções ao serem regimes militares nacionalistas e “populistas” (COGGIOLA, 2001).

11 É importante ressaltar que esse enfoque classista se relaciona à tendência das organizações de esquerda em geral, de pelo menos até o final do século XX, em considerar o problema indígena como uma questão particularista e mesmo de menor importância no processo revolucionário (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007)

“camponês”. Nesse sentido, é interessante a crítica que Barre (1985) fez ao próprio Mariátegui, por haver deixado em segundo plano o fator cultural para ressaltar o econômico.

### **Considerações finais**

A questão indígena no Peru é uma pauta que ainda hoje adquire novos significados e se impõe de maneira urgente, tendo em vista o desenrolar do conflito armado interno recente que deixou os camponeses indígenas andinos como símbolos por excelência de suas vítimas. A análise que o SL fez desta problemática é sugestiva, porque a organização surgiu e atuou em uma região importante para entendê-la. Ayacucho e os departamentos adjacentes a ele evidenciavam que, mesmo nas últimas décadas do século XX, o problema da dualidade peruana e da incompletude da construção da nação, tal como havia avaliado Mariátegui, ainda não tinha se resolvido de forma plena, apesar dos processos intensos de transformação da sociedade peruana desde a década de 1920, inclusive no que diz respeito à questão agrária.

O argumento que tentamos esboçar aqui é de que a leitura do Sendero Luminoso para a problemática indígena, além de ser em boa medida anacrônica e descolada da realidade, parece estar influenciada pela forma como a questão era tratada nesse momento no Peru, sobretudo pelo Estado, ou seja, através de um enfoque mais sindicalista e *campesinista*. Pode ser, ademais, uma análise possível, ainda que rasa, das preposições mariateguianas para a questão: Mariátegui, ao deixar o fator cultural em segundo plano, abre um caminho de interpretação que é, em última instância, da mimetização do indígena no camponês. Dentro do perfil ideológico construído pelos senderistas, de um “maoísmo mariateguizado”, essa apreciação, ainda que contestável, parece plausível.

## Referências Bibliográficas

ALBÓ, Xavier. “Hacia el poder indígena en Ecuador, Perú y Bolivia” in **Movimientos indígenas en América Latina - Resistencia y nuevos modelos de integración**. Copenhague: IWGIA, 2011

BARRE, Marie-Chantal. **Ideologías indigenistas y movimientos indios**. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1985.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

Comisión de la Verdad y Reconciliación. **Informe Final**. Lima: CVR, 2003. Disponível em: <[www.cverdad.org.pe](http://www.cverdad.org.pe)>. Acesso em: 8 set. 2014

DEGREGORI, Carlos Iván. **Discurso y violencia política en Sendero Luminoso**. Lima: IFEA, 2000

\_\_\_\_\_. **El surgimiento de Sendero Luminoso. Ayacucho 1969 – 1979**. Lima: IEP, 2014

\_\_\_\_\_. **“Sendero Luminoso”: Parte I: Los hondos y mortales desencuentros. Parte II: Lucha armada y utopia autoritaria**. Lima: IEP, 1988

FAVRE, Henri. “Caminho luminoso e horizonte escuro.” In: **Sendero Luminoso**. Enrique Amayo (org). São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. “Colonialismo interno (uma redefinição)” in **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007

HERTOGHE, A. e LABROUSE, A. **Sendero Luminoso Peru – uma reportagem**. São Paulo: Editora Braziliense, 1990

INEI, Censos Nacionales 2007: **Población y Vivienda** (2007). Disponível em: <[www.inei](http://www.inei)>



gob.pe>. Acesso em: 29 dez. 2015.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007.

\_\_\_\_\_. **Peruanicemos al Perú**. In: Obras Completas. Vol 11. Lima: Biblioteca Amauta, 1986a

\_\_\_\_\_. “Tesis ideológicas. El problema de las razas en la América Latina.” In: **Ideología y política**. Obras Completas. Vol 13. Lima: Biblioteca Amauta, 1986b

RÉNIQUE, José Luis. **A Revolução Peruana**. São Paulo: UNESP, 2009

ROJAS, Rodrigo Montoya. “Esquerda Unida e Sendero Luminoso: potencialidades e limites” In: **Sendero Luminoso**. Enrique Amayo (org). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988

SALAZAR-SOLER, Carmen. **¿Qué significa ser indio o indígena? Reflexiones sobre estas categorías sociales en el Perú andino**. Nuevo Mundo, Débats, dez. 2013.

TAYLOR, Lewis. “Maoísmo nos Andes: Sendero Luminoso e o movimento guerrilheiro contemporâneo no Peru” in **Sendero Luminoso**. Enrique Amayo (org). São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988

# CAPÍTULO V

O VIVIR BIEN COMO EXERCÍCIO POLÍTICO-JURÍDICO DE  
INTERCULTURALIDADE NA BOLÍVIA: “PACHAMAMISMO”  
OU TRANSFORMAÇÃO?



# O *Vivir Bien* como exercício político-jurídico de interculturalidade na Bolívia: “Pachamamismo” ou Transformação?<sup>1</sup>

Bruna Muriel<sup>2</sup>

## Introdução

Sendo as Constituições Plurinacionais da Bolívia (2009) e do Equador (2008) a temática central da minha pesquisa de doutorado, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), em julho de 2015 me uni à viagem de campo coletiva a distintas regiões da Bolívia, dentro do Programa de Pesquisa e Extensão Realidade Latino-Americana. Formado por estudantes, pesquisadores e professores das universidades de São Paulo (USP), Federal de Roraima (UFR) e Federal de São Paulo (UNIFESP), o grupo dialogou e entrevistou representantes de distintos movimentos sociais, intelectuais indígenas e não indígenas e representantes de ONGs, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o contexto social, político, cultural e econômico do país.

O contexto da visita era o do terceiro mandato do Presidente Evo Morales, pelo MAS-IPSP<sup>3</sup>, que conquistou o primeiro lugar nas eleições de 2005, após os grandes levantes sociais protagonizados por movimentos sociais indígenas e camponeses. Entre outros alvos, eles arremetiam contra as privatizações e as concessões dos territórios biodiversos, fenômenos impulsionados pelo programa político e econômico neoliberal adotado nas duas décadas anteriores. O estímulo ao parcelamento e à privatização das terras indígenas obrigou-os a vender sua mão de obra barata, o que contribuiu para a sua pauperização. Isso porque a possibilidade de produção e reprodução de seu modo de vida depende da capacidade de controle sobre os

1 Em parte, este trabalho é o resultado da participação da pesquisadora no Grupo de Pesquisa “Estado, Sociedade e Direitos Humanos na América Latina”, do Observatório de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e no grupo de pesquisa e extensão “Realidade Latino-Americana”, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Foi realizado com o apoio da CAPES/CNPQ.

2 Professora do Bacharelado em Ciências e Humanidades e do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (BC&H e BRI-UFABC), Bruna Muriel é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP).

3 O Movimiento al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos surge de uma aliança entre as organizações tradicionais de esquerda e de trabalhadores urbanos e os movimentos indígenas e camponeses, destacadamente o Movimento Cocaleiro do trópico cochabambino. Esse foi formado por campesinos e ex-mineiros – denominados colonizadores – que haviam migrado das regiões altiplânicas e dos vales para o Chapare boliviano durante a década de 1980. Daí emergiu o MAS, que sob a liderança de Evo Morales, tornou-se o articulador de uma nova hegemonia política no país (URQUIDI, 2007).

territórios como espaços físicos, simbólicos e culturais. (Stavenhaguen, 2007, p. 149).

Após a sua vitória, Evo Morales convoca um novo processo constituinte, no marco de um projeto de refundação do Estado através da Plurinacionalidade. Assim como no caso da Constituição equatoriana, promulgada em 2008, a mais recente Constituição da Bolívia (2009) incorpora inovadores artigos constitucionais que, articulados ao novo projeto civilizatório com raízes indígenas do *Suma Qamaña/Vivir Bién* são críticas ao modo de vida da modernidade ocidental capitalista e colonial. Em particular, desafiam os paradigmas hegemônicos do progresso e do desenvolvimento capitalistas.

Apesar do resultado da pesquisa – individual e coletiva – ser muito mais amplo e abarcar, com maiores detalhes, os limites e as contradições do processo de transformação colocado em marcha na Bolívia, a reflexão contida nesse trabalho foca uma dimensão específica dessa experiência: o debate sobre a incorporação de elementos provenientes das experiências – como saberes e práticas sociais – indígenas nos discursos e na normativa nacional relacionada à institucionalização da plurinacionalidade.

As posições divergentes que surgiram no interior do nosso pequeno grupo sobre o *Vivir Bien* refletem o quão ousada – quando não estarrecedora – é a experiência de incorporar categorias provenientes de universos civilizatórios indígenas como fundamento para a transformação da sociedade contemporânea. Depreciativamente, tais experiências vem sendo denominadas por críticos de diversas vertentes políticas e ideológicas, de dentro e de fora da Bolívia, como correntes “pachamâmicas” ou discursos “pachamâmicos”. Essa reflexão pretende chamar a atenção para os aspectos inovadores da experiência emergente e para os perigos de seu prematuro descarte.

### **O Pachamamismo como afronta ao liberalismo e heresia cristã**

Assim como a experiência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* no Equador, na Bolívia a aproximação do estado com as experiências dos povos originários é vista por parte dos intelectuais e partidos neoliberais como uma ameaça ao princípio filosófico do individualismo, próprio ao liberalismo jurídico, econômico e político (Acosta, 2013; Cortez, 2011). Os Artigos 311 e 313 da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia (2009), por exemplo, transformaram a organização econômica comunitária indígena em uma das formas econômicas oficiais do Estado Plurinacional, que fica obrigado a proteger e fomentar essa prática produtiva ancestral. O seu sentido coletivista é percebido como um retrocesso ao gregarismo tribal e um obstáculo à ideia da livre iniciativa individual.

Por sua vez, o Artigo 30 define como obrigação do Estado plurinacional assegurar, respeitar e promover o exercício dos sistemas políticos, jurídicos e econômicos ancestrais de acordo com os saberes e a cosmovisão indígena (Bolívia, 2009). A institucionalização desses saberes aparece como uma exaltação do primitivismo irracional e um claro desafio ao privilégio epistêmico da modernidade ocidental.

Além disso, aparece como uma afronta ao lugar íntimo que a Igreja Católica sempre ocupou nos países latino-americanos e um insulto à religiosidade e moral cristã. A promulgação da *Ley Marco de la Madre Tierra y Desarrollo Integral para Vivir Bien* (Bolívia, 2012)<sup>4</sup>, por exemplo, possui um conteúdo bem herético se partimos da bíblica superioridade do homem – como ser humano e como gênero masculino – na Terra:

Madre Tierra. Es el sistema viviente dinámico conformado por la comunidad indivisible de todos los sistemas de vida y los seres vivos, interrelacionados, interdependientes y complementarios, que comparten un destino común. La Madre Tierra es considerada sagrada; alimenta y es el hogar que contiene, sostiene y reproduce a todos los seres vivos, los ecosistemas, la biodiversidad, las sociedades orgánicas y los individuos que la componen.

É importante destacar, no entanto, que apesar da oposição da ala conservadora do alto clero boliviano ao projeto constitucional, certos núcleos populares católicos como a teologia da libertação, a “Igreja dos Pobres” e, atualmente, o próprio líder mundial da Igreja Católica têm usado uma retórica afinada com os projetos plurinacionais. Em discurso proferido durante o Encontro Mundial com os Movimentos Sociais, realizado em 8 de julho de 2015, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, o Papa Francisco afirmou que a transformação estrutural da sociedade necessita dos saberes dos outros povos e que a destruição da *Madre Tierra* é, provavelmente, o assunto de maior urgência na atualidade. O pontífice destacou o caráter predatório do capitalismo para as comunidades e para a natureza, afirmando que:

“Cuando el capital se convierte en ídolo y dirige las opciones de los seres humanos [...] arruina la sociedad, condena al hombre, lo convierte em esclavo [...]. Esa economía mata. Esa economía excluye. Esa economía destruye la

---

4 A Lei teve como precedente a Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, que ocorreu em abril de 2010, na cidade de Cochabamba. Ali se reuniram distintos movimentos sociais, governos, cientistas e intelectuais, que identificaram o sistema capitalista como causa estrutural da crise ecológica. A conferência foi o primeiro passo na elaboração da Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra de 2015, que apresenta o *Vivir Bien* como um novo projeto civilizatório cultural para a humanidade em seu conjunto e anuncia a necessidade da proibição da exploração de petróleo do subsolo das florestas,

Madre Tierra [...]. Un sistema que además de acelerar irresponsablemente los ritmos de la producción, además de implementar métodos en la industria y la agricultura que dañan la Madre Tierra en aras de la «productividad», sigue negándoles a miles de millones de hermanos los más elementales derechos económicos, sociales y culturales [...] Digámoslo sin miedo: queremos un cambio, un cambio real, un cambio de estructuras [...] Digamos ‘no’ a las viejas y nuevas formas de colonialismo. Digamos ‘sí’ al encuentro entre pueblos y culturas [...] Yo les pido, en nombre de Dios, que defiendan a la Madre Tierra”. (Papa Francisco, 2015, gravação própria).

Mas o que mais interessa a essa reflexão são as críticas provenientes de setores da esquerda, que também evidenciam a desconfiança em relação a esse inédito exercício político e jurídico de interculturalidade.

### **O Pachamamismo como retórica idílica**

Assim como no caso dos setores liberais e conservadores, o receio de certos partidos e intelectuais de esquerda em relação à oficialização de práticas sociais, jurídicas e políticas fundamentadas nas cosmovisões indígenas também remete à ideia de retrocesso histórico. Uma perspectiva linear e evolucionista da história respalda argumentos como esses:

“Buscar en esquemas míticos del pasado (Sumak Kawsay o la Pachamama) soluciones para los problemas actuales [...] no pasa de ser una retroproyección, que además de impedir las transformaciones tampoco movilizan las inteligencias y reales fuerzas de cambio” (PARGA, 2011, p. 31-32).

Durante um recente seminário sobre as Constituições Plurinacionais da Bolívia e do Equador, um colega acadêmico afirmou que a institucionalização da economia comunitária, entre outros aspectos relacionados ao *Vivir Bien/Buen Vivir*, não passava de retórica “pachamâmica”, já que não se percebia relação entre esses e a realidade concreta dos sujeitos referenciados. Afinal, os indígenas dos dois países eram urbanizados ou camponeses.

A percepção de que os elementos interculturais positivados reportam a um passado idílico, apenas recobrado por antropólogos nostálgicos, é bastante comum no ambiente acadêmi-

co brasileiro. Evidencia-se a desinformação em relação ao processo boliviano, no sentido do protagonismo das organizações indígenas históricas como sujeitos políticos que participaram ativamente do processo de elaboração do texto constitucional. Entre elas, se destacam o Conselho Nacional de Markas e Ayllus do Qollasuyo (CONAMAQ) e a Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB).

A fala do preceptor também exprime o desconhecimento em relação a existência de comunidades indígenas nos quais predominam modelos de economia comunitária. Tanto nas terras altas quanto nas terras baixas, inúmeras são as comunidades cujo modo de produção está fundamentado em formas solidárias e ecológicas de utilização, produção e repartição dos recursos econômicos (Conaie, 1997; Paz, 2013; Tapia, 2007). Além disso, podemos perceber a antiga tendência de transformar o indígena em camponês: tendência, essa, já combatida pelo peruano José Carlos Mariátegui (2007) na década de 1920, quando alertava para o papel fundamental das experiências comunitárias indígenas na construção de um socialismo latino-americano.

Ainda que assumam que os processos andinos tenham contribuído para restituir as bases do Estado regulador e planejador em contraposição ao modelo neoliberal de Estado mínimo anterior, ao não se cumprir o projeto revolucionário de coletivização dos meios, aos olhos desse segmento crítico a oficialização do *Vivir Bien/Buen Vivir* aparece como uma estratégia de manutenção do capitalismo, renovada pelos seus conteúdos étnicos (Acosta 2013; Medina, 2008; Schavelzon, 2015). Daí Parga (2011, p. 31-32) afirmar que o *Buen Vivir/Vivir Bien* não passaria de uma retórica populista fundamentada em uma mística andina ante a incapacidade de lidar com as verdadeiras causas da marginalização social e da questão ambiental, o sistema capitalista em si.

De fato, como alerta Schavelzon (2015, p. 7), existe o risco de isolarem-se os elementos específicos da cosmologia andina como se não houvessem sido afetados por séculos de colonização, tratando-os como formas indígenas “puras”, e de não se conectar o *Vivir Bien/Buen Vivir* às práticas sociais comunitárias dos indígenas, que está no cerne da sua proposta como um instrumento de luta. O autor também chama a atenção para o fato de que, na tradução do quéchua e do aymará para o espanhol, perdem-se elementos cosmovisivos que possuem um sentido anticapitalista quando pensados em seus idiomas originários. Desse modo, esvazia-se o potencial transformador do novo projeto civilizatório.

É claro, também, que enquanto se mantiverem limitados às estruturas desiguais do capitalismo, o processo de transformação social na Bolívia não poderá confrontar a voracidade capitalista, sua dinâmica expansionista em termos econômicos e territoriais, que mercantiliza e destrói os territórios biodiversos e as populações indígenas que nele habitam. A centralidade da

luta anticapitalista para a transformação social emancipatória é inegável.

No entanto, se aprofundarmos o nosso olhar sobre o sistema-mundo a partir de uma perspectiva pós-colonial/decolonial, observando-o como um sistema-mundo moderno/patriarcal/capitalista/colonial/judaico-cristão, a destruição de seus aspectos capitalistas não são suficientes para destruir todas as hierarquias historicamente criadas. Isso porque o capitalismo seria uma, e apenas uma, das constelações de poderes existentes, entre as várias que estruturam as desigualdades econômicas, sociais, políticas, étnico-raciais, de gênero e espirituais existentes. (Grosfoguel, 2010). Sendo o capitalismo uma parte desse todo histórico-estrutural heterogêneo, a luta emancipatória atual deve ser multifacetada e descolonizadora.

### **O Pachamamismo como “emergência” com potencial transformador**

Acreditando na necessidade de um pensamento alternativo para a criação de novos projetos emancipatórios (Santos, 2004, 2006), propomos uma reflexão sobre os perigos da crítica ao “pachamamismo”, que faz transparecer a sutil resistência, quando não a explícita rejeição, a elementos de outras matrizes civilizatórias nos discursos e nos instrumentos políticos e jurídicos modernos. Conforme Schavelzon (2015), há uma dificuldade generalizada em se imaginar projetos que não coincidam com as epistemologias e as ontologias da modernidade ocidental.

Em certa medida, a sistemática depreciação de leis, princípios e artigos constitucionais ancorados no projeto civilizatório do *Vivir Bien/Buen Vivir* reflete a sistemática produção de “não existência” das experiências emergentes, que é própria à *razão indolente* (Santos, 2003, 2006): hábil em reduzir a realidade social, privilegia as realidades e experiências da modernidade ocidental - legitimadas como científicas, produtivas, avançadas e superiores - enquanto considera aquelas produzidas pelos povos do sul global, entre os quais os povos indígenas, como ignorantes, improdutivas, atrasadas e inferiores. Hegemônica nos nossos centros de estudos, a razão indolente é a lente através do qual distintas correntes teóricas e distintas vertentes políticas e ideológicas observam os processos sociais em andamento.

É nesse sentido que, seguindo o procedimento sociológico proposto por Santos (2003, 2006), propomos olhar esse diálogo intercultural inédito no âmbito político e jurídico a partir da Sociologia das Emergências: um procedimento sociológico engajado que, com vistas a combater o desperdício das experiências emergentes, investiga as possibilidades latentes de transformação contidas em tais experiências, dando visibilidade àquilo que a academia hegemônica ignora ou



desvaloriza.

Partindo de Santos (2003, 2006), compreendemos o momento atual como de indefinição sobre quais instrumentos devem ou não ser utilizados para a transformação social emancipatória, entendida como o conjunto dos processos - econômicos, políticos, sociais e culturais - cujo objetivo é transformar as relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada. Conforme o autor, desafios históricos como a igualdade, a liberdade, a fraternidade e a paz não foram resolvidos pelas soluções modernas como o liberalismo, o progresso e a revolução socialista. Essa última, embora historicamente considerada como um dos maiores instrumentos políticos para o alcance da emancipação social, não consta de maneira predominante na agenda política atual, razão pelo qual as estratégias do direito vêm assumindo cada vez mais certos espaços sociais e políticos, antes marcados pela estratégia revolucionária.

É partindo desse viés que observamos o constitucionalismo plurinacional e a legislação intercultural que o seguem como intentos valiosos de transformação e inovação das instituições modernas pela via democrática. Elas refletem uma experiência inédita daquilo que Santos (1997) define como um uso contra hegemônico de um instrumento jurídico e político hegemônico<sup>5</sup> já que, até então controlada unicamente pela elite branca, a constituição foi transformada em aliada da luta contra-hegemônica ao ser apropriada pelos movimentos camponeses, de trabalhadores urbanos e indígenas. A participação direta desses últimos resultou na inédita incursão de elementos ancestrais nesse instrumento base da política moderna.

Claro que a possibilidade dos povos do Sul Global utilizarem os instrumentos hegemônicos é sempre “muito condicional” (Santos, 1997, p.12). No caso boliviano, como no equatoriano, depende da práxis política dos movimentos sociais e da possibilidade de reinvenção das relações entre as comunidades indígenas e o Estado (Dávalos, 2010). Nesse sentido, a viagem de campo evidenciou os limites e dificuldades em se levar adiante o potencial transformador anunciado pelos ousados discursos e normativa. Foi possível observar o distanciamento entre o governo do MAS e as organizações sociais que formaram parte da elaboração do novo pacto social, assim como a intensificação das atividades extrativistas em terras indígenas e áreas de proteção ambiental.

Para que essa experiência de transformação seja aprofundada, portanto, análises críticas são absolutamente necessárias. No entanto, descartar por “pachamamica” a experiência boliviana fortalece o coro da invisibilização das experiências emergentes do Sul Global, que se esforçam

---

5 Vale lembrar que, para Gramsci (1978), esses instrumentos são hegemônicos porque, desenhados pelo grupo dominante em uma sociedade dividida em classes, respaldam a manutenção da hegemonia do grupo dominante. Entre outros fatores, porque transformam-se na garantia do bem comum inclusive por parte dos grupos dominados por eles afetados negativamente. No entanto, concordamos com Santos (2010) para quem, ao se apropriarem e subverterem o uso que deles fazem os grupos dominantes – como parte de uma política de “cima para baixo” – os setores dominados poderiam utilizá-los como parte de uma política emancipatória – “de baixo para cima”.

para repensar os caminhos da emancipação a partir de outras ontologias e epistemologias. Não se pode negar o potencial transformador dessa experiência realizada no seio de uma sociedade altamente ancorada no colonialismo interno (Casanova, 2003). É crucial, portanto, estarmos alertas para não desperdiçarmos, de maneira bastante prematura, as experiências andinas emergentes, valiosas pelo seu caráter intercultural e descolonizador.

## Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **El Buen Vivir: Sumakkawsay, una oportunidad para pensar otros mundos**. Barcelona: Icaria, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Los pueblos Indígenas en América Latina. Balance político, económico y social al término del Segundo Decenio Internacional de los Pueblos Indígenas en el Mundo**. Nova York: Banco Mundial, 2014.

BOLÍVIA. **Constituição. Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia, de 07 de fevereiro de 2009**. Disponível em: <<http://bolivia.infoleyes.com/shownorm.php?id=469>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 300 de 15 de outubro de 2012. **Estabelece a Lei Marco da Mãe Terra e do Desenvolvimento Integral para o Vivir Bién**. Diário Oficial da Bolívia, La Paz, 15 out. 2012. Edição 0431, p.1.

CASANOVA, Pablo González. **Colonialismo interno (una redefinición)**. Revista Rebeldía, México, n. 12, pp. 41-59, out. 2003.

CAMACHO, Carlos. **Entre el etnocidio y la extincion**. La Paz: IWGIA, 2010.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Santiago do Chile, CEPAL: 2014. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/37626-panorama-social-america-latina-2014>>. Acesso em 02 set. 2015.

CONAIE. **La Confederación de Nacionalidades Indígenas do Equador frente a la Asamblea Constituyente**. Quito: Conaie, 2007. Disponível em: <<http://www.cebem.org/cmsfiles/archivos/principios-lineamientos-conaie.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

Cortez, David. **La construcción social del Buen Vivir (SumakKawsay) en Ecuador. Genealogía del diseño y gestión política de la vida**. Aportes Andinos, Quito, n. 28, pp. 1-23, jan. 2011.

DÁVALOS, Pablo. **SumakKawsay: uma forma alternativa de resistência e mobilização**. Revista do Instituto Humanitárias Unisinos, São Leopoldo, n. 340, pp. 23-34, jan. 2010.

EQUADOR. \_\_\_\_\_. **Constituição Política da República do Equador de 19 de julho de 2008**. Disponível em: <<http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/>>

[Constitucion-2008.pdf](#)>. Acesso em: 01 set. 2010.

GROSGUÉL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global” in SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 455-491.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MEDINA, Javier (org.) “La Buena Vida occidental y la Vida Dulce amerindia” in **Suma Qamaña: La comprensión indígena de la vida buena**. La Paz: GPI, 2008. pp. 31-37.

MELGAREJO, Angélica. **Yuqui: Etnia en peligro. En busca de atención y territorio**. La Razón, La Paz, 06 out. 2013. Disponível em: <[http://www.la-razon.com/index.php?\\_url=/suplementos/escape/Yuqui-Etnia-peligro-atencion-territorio\\_0\\_1918608202.html](http://www.la-razon.com/index.php?_url=/suplementos/escape/Yuqui-Etnia-peligro-atencion-territorio_0_1918608202.html)>. Acesso em: 25 out. 2015.

PAZ, Sarela. “Dos actores, dos modos de vida y un sector social en ascenso: los colonizadores.” **El TIPNIS en el centro del interés global**. Centro de Documentación e Información de Bolivia, CEDIB, pp.1-10, 2012. Disponível em: <[http://www.cedib.org/post\\_type\\_titulares/el-tipnis-en-el-centro-del-interes-global-bolpress-4-9-2012](http://www.cedib.org/post_type_titulares/el-tipnis-en-el-centro-del-interes-global-bolpress-4-9-2012)>. Acesso em: 13 dez. 2014.

PARGA, José Sánchez. **Discursos retro revolucionários: Sumac Kawsay, derechos de La naturaleza y otros pachamismos**. Ecuador-Debate, n. 84, pp. 31-50, 2011.

PNUD. **Informe sobre o Desenvolvimento Humano**. Nova York: PNUD: 2013. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2013\\_es\\_complete.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2013_es_complete.pdf)>. Acesso em: 14 dez 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004. pp. 23-56.

\_\_\_\_\_; NUNES, João Arriscado. “Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade”. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp.25-66.

\_\_\_\_\_. **Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos**. Revista Crítica de

Ciências Sociais, n. 48, pp.11-32, abr. 1997.

SCHAVELZON, Salvador. **Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir, dos conceptos constituyentes en formación leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyente**. Quito: Abya Ayala, 2015.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Los pueblos indígenas y sus derechos: informes temáticos del relator especial sobre la situación de los Derechos Humanos y las libertades fundamentales de los pueblos indígenas del Consejo de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas (2002- 2007)**. México, UNESCO: 2007. Disponível em: <[http://eib.sep.gob.mx/files/libro\\_stavenhagen\\_unesco.pdf](http://eib.sep.gob.mx/files/libro_stavenhagen_unesco.pdf)>. Acesso em: 14 nov.2012.

TAPIA, Luis. “El tempo histórico del desarrollo” in WANDERLEY, Fernanda (org.). **El Desarrollo en Cuestión: reflexiones desde América Latina**. La Paz: CIDES/ UMSA; Plural Editores, 2007, pp. 19 - 27. Disponível em: <[http://www.clacso.org.ar/libreria\\_cm/archivos/pdf\\_266.pdf](http://www.clacso.org.ar/libreria_cm/archivos/pdf_266.pdf)>. Acesso em: 7 mar.2015.

URQUIDI, Vivian. **O Movimento Cocaleiro na Bolivia**. São Paulo: Hucitec, 2007.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado**. Revista de Humanidades Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, pp. 131 - 152, jul. 2008.

# CAPÍTULO VI

INTEGRAÇÃO INFRAESTRUTURAL SUL-AMERICANA SOB A  
INFLUÊNCIA BRASILEIRA:  
O CASO DO PROJETO INAMBARI NO PERU.



# **Integração infraestrutural sul-americana sob a influência brasileira:**

## **O caso do Projeto Inambari no Peru.**

Keise Nayara Fernandes Pereira<sup>1</sup>

### **Introdução**

O presente texto busca elucidar como o projeto de integração infraestrutural que está sendo levado a cabo na América do Sul - através de propostas como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), no cerne do fórum do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) - reflete na população local de uma região específica do Peru. Tal processo será analisado levando em consideração a hipótese de que há uma grande influência e interesse brasileiro na formulação das políticas integracionistas. Será evidenciado as relações bilaterais entre o Brasil e o Peru tomando como cenário a integração sul-americana. Como se verá, as relações bilaterais transcenderam as negociações nos organismos multilaterais, pois estes não tinham como foco algumas áreas imprescindíveis para ambos os países, como o setor energético. Nesta perspectiva este artigo pretende demonstrar que há um descolamento entre o discurso e a prática, relacionados ao processo de integração da infraestrutura da América do Sul, principalmente em relação aos seus objetivos reais.

Por um lado, fala-se sobre a importância da integração infraestrutural para a conectividade entre os povos, o desenvolvimento social e econômico, a melhora da qualidade de vida das populações locais, tudo isso levando em consideração a questão da sustentabilidade e a preservação do meio-ambiente, como mostra o trecho a seguir retirado da seção “Objetivos” do sítio da IIRSA:

Objetivos Específicos del Cosiplan: 1) Promover la conectividad de la región a partir de la construcción de redes de infraestructura para su integración física, atendiendo criterios de desarrollo social y económico sustentables, preservando el ambiente y el equilibrio de los ecosistemas; 2)

---

<sup>1</sup> Keise Nayara Fernandes Pereira é aluna da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Aumentar las capacidades y potencialidades de la población local y regional a través del desarrollo de la infraestructura, con el fin de mejorar su calidad y esperanza de vida; 3) Diseñar estrategias regionales de planificación para el desarrollo de infraestructura; 4) Consolidar la Cartera de Proyectos para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana; 5) Fomentar el uso intensivo de tecnologías de información y comunicación, a fin de superar barreras geográficas y operativas dentro de la región; y 6) Impulsar la aplicación de metodologías, el desarrollo de procesos sectoriales y acciones complementarias que viabilicen el diseño, la ejecución y operación de los proyectos de integración física. (IIRSA: 2017).

Por outro lado, vemos que a ação brasileira é forjada a partir do interesse do capital privado e do próprio governo brasileiro em projetar suas grandes empresas no exterior, aumentando a lucratividade através da inserção em enormes projetos de construção; para isso, não se considera a posição das populações atingidas, que muitas vezes não são a favor de tais projetos por prejudicarem seu modo de vida tradicional. Assim, questiona-se até que ponto esses projetos estão a serviço da integração dos povos sul-americanos ou se estão a serviço do capital privado e dos interesses dos governos nacionais. Para traçar esta discussão, foram utilizados diversos autores que tratam da política externa brasileira, peruana e as relações bilaterais; documentos oficiais referentes a tratados entre Peru e Brasil, discursos, sítios governamentais de ambos os países; e, por fim, diversas entrevistas realizadas no Brasil e no Peru com especialistas sobre a temática durante o ano de 2015.

Este artigo está estruturado em três partes. O primeiro capítulo “A política externa brasileira e a internacionalização de grandes empresas” busca elucidar de que forma o governo brasileiro instrumentalizou o processo de integração sul-americana para lograr uma maior projeção global e desenvolvimento de sua economia. Isso foi feito através da internacionalização das chamadas “campeãs nacionais”, as grandes empresas brasileiras, principalmente do setor da construção civil, que foram financiadas e apoiadas por políticas brasileiras para se internacionalizarem, especialmente no subcontinente sul-americano. O segundo capítulo “A política neoliberal peruana” faz um breve resgate histórico dos cenários políticos no Peru desde os anos 1990, com o presidente Alberto Fujimori, até o governo de Ollanta Humala, para demonstrar como uma lógica neoliberal se consolidou na dinâmica política e econômica do país e de que forma isto possibilitou a entrada das grandes empresas brasileiras sob o discurso de integração infraestrutural entre o Brasil e Peru. O terceiro capítulo “Relações bilaterais entre Brasil e Peru” está dividido em três subtópicos e busca avaliar as relações bilaterais entre ambos os países focando na questão da integração infraestrutural e energética. Para isso, houve um breve resgate histórico das relações bilaterais a partir de 1998, momento de maior aproximação



entre os países. A segunda parte busca analisar o “Acordo de Cooperação Energética” e os pontos positivos e negativos para cada parte envolvida. Por fim, para o subtópico “O Projeto Inambari” se analisa um caso específico no qual houve diversos entraves e conflitos sociais e ambientais.

## I. **A política externa brasileira e a internacionalização de grandes empresas**

No âmbito internacional, pode-se dizer que a integração sul-americana era uma das prioridades do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Acreditava-se que o crescimento econômico na América do Sul era indispensável para uma integração de fato, fornecendo o desenvolvimento da região e possibilitando uma maior força no cenário internacional. Neste sentido, pregava-se que a construção de uma identidade sul-americana era necessária para possibilitar uma maior autonomia da região, que antes apenas se acomodava aos ditames da sociedade internacional. A integração poderia proporcionar tanto a identidade quanto a autonomia para o bloco (MARIANO, 2014, p 243). Para isso, os países sul-americanos passaram a adotar um posicionamento convergente nos fóruns internacionais sob influência brasileira.

Um dos pilares dessa política se pautava na integração física, a qual tinha uma importância estratégica para o governo, com enfoque nas áreas relacionadas à energia, transporte e comunicação. De acordo com Visentini, “a integração sul-americana se realiza em três níveis: o Mercosul, a IIRSA e a CASA/Unasul”. Cada uma dessas instituições focam em diferentes questões, mas são complementares. O autor discorre que o Mercosul se concentra na questão comercial e dos investimentos, enquanto a IIRSA focaria na integração da infraestrutura. Já a Unasul, representa o âmbito político, onde há a tentativa de criação de uma consciência política da integração (VISENTINI, 2013, p 114 e 115). Levando em consideração a liderança brasileira e o perfil do governo Lula, os projetos de desenvolvimento e relacionados a questões sociais tiveram grande relevância nos debates regionais: a diplomacia brasileira buscou promover um desenvolvimento associado para os países da região. É com este intuito que surgem os projetos de integração infraestrutural.

Além disso, durante o mandato de Lula, a política externa pautou-se também na internacionalização de empresas como uma estratégia para tornar o Brasil um país globalizado: “O objetivo do Brasil, nesse campo, consiste em formar empresas fortes para competir em escala global, com apoio logístico do Estado e financeiro de instituições nacionais, como o BNDES e o Banco do Brasil” (CERVO e BUENO, 545, 2012).

Um estudo realizado pela Conectas e escrito por Borges (2014) sobre a relação entre o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e os Direitos Humanos aponta que as forças que conduzem o BNDES a promover a internacionalização são variadas. Dependendo do projeto, o banco, as empresas ou o governo podem realizar a prospecção de oportunidades no estrangeiro. Assim, um comitê analisa, entre outros aspectos, o governo do outro país, realizando um mapeamento das oportunidades de investimento. Com isso, o governo brasileiro atua através da diplomacia para alavancar os projetos vislumbrados. Ou seja, “la política es clave para entender la internacionalización del capital brasileño respaldado por el apoyo financiero del BNDES” (BORGES, 2014, P. 47). O estudo também mostra a necessidade de uma maior transparência nos projetos financiados pelo BNDES, em função dos significativos custos sociais e ambientais destes, questiona o caráter democrático de todo o processo e reafirma o direito inalienável da sociedade de “fiscalizar e influir en las decisiones que involucran la aplicación de los fondos públicos” (BORGES, 2014, p. 55).

Em uma análise sobre as empresas transnacionais brasileiras na América Latina e o financiamento do BNDES, Garzón explica que o Estatuto Social do BNDES foi adaptado para impulsionar a internacionalização das empresas de capital nacional, com o objetivo de controle de mercados externos, através da utilização de insumos nacionais e o incremento de exportações (GARZÓN, 2009, p. 197).

Outra ferramenta utilizada pelo Brasil para a projeção das empresas nacionais se insere no âmbito do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento, criado nos marcos da Terceira Reunião do Conselho de chefes de Estado da UNASUL, com o objetivo de “Desarrollar una infraestructura para la integración regional, reconociendo y dando continuidad a los logros y avances de IIRSA incorporándolos a su marco de trabajo” (IIRSA: 2017). A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA – e seus projetos foram incorporados ao Cosiplan como um Fórum Técnico em 2011. Tais projetos de integração infraestrutural física tinham a finalidade de complementar os processos de integração regional na América do Sul, proporcionando sociedades mais integradas e uma melhor inserção na economia global (IIRSA: 2011).

A IIRSA surgiu ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e foi um projeto desenvolvido por instituições financeiras: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) (SENHORAS, 2008, p 133). Segundo Santos (2016), baseada no “regionalismo aberto” cepalino – os objetivos se pautavam no aumento da competitividade dos países envolvidos e no desenvolvimento de economias mais abertas e transparentes,

concentrando os esforços na criação de infraestrutura para o escoamento de produtos primários para os mercados globais. Assim, “como resultado, houve uma maior concentração em pequenos projetos de transporte e pouca atenção para a integração energética, apesar do grande potencial existente (Barros e Padula, 2011)”. Adicionalmente, um ponto importante da Iniciativa, em sua criação, se baseou na atração de investimentos externos no setor produtivo, para o financiamento dos projetos. Tais fatores resultaram na atração

(...) da iniciativa privada para participar das fases de definição estratégica, desde a concepção dos projetos até a posterior gestão dos empreendimentos, o que justifica o compartilhamento de funções entre os Estados Nacionais e os bancos multilaterais para alavancar o financiamento, a execução e operacionalização da integração infra-estrutural (Carvalho, 2005). (SENHORAS, 2008, p 133)

Com isso, é possível depreender que desde a formação da IIRSA, há um distanciamento entre os objetivos dos projetos de infraestrutura ligados à questão da integração regional e o interesse da sociedade civil de cada país envolvido, que muitas vezes é afetada de maneira negativa, em contraposição ao discurso oficial, que prevê a melhora da condição de vida das populações e o desenvolvimento local.

Já no governo Lula houve uma grande crítica à questão do “regionalismo aberto”, que segue moldes neoliberais. Assim a iniciativa teria sido aprofundada com um viés diferente, pautando-se na questão do desenvolvimento regional, como explicitou o ex-presidente Lula em discurso na celebração dos 10 anos de Aliança Estratégica Peru - Brasil:

O Brasil tem uma enorme responsabilidade no contexto de desenvolvimento e integração da América do Sul. Por ser a maior economia regional, compete ao Brasil cooperar de todas as formas na superação de assimetrias. Não basta superar a miséria e o atraso em nosso território, se não pudermos compartilhar o progresso entre vizinhos. A diretriz de política externa estabelecida nestes dez anos pelo Brasil pressupõe a cooperação para o crescimento conjunto e integrado da América do Sul.

Decidimos ampliar os projetos de cooperação com os países sul-americanos nas mais diversas áreas – desde programas de saúde, educação e agricultura familiar, até no compartilhamento de tecnologia nuclear. É fundamental

financiar projetos de infraestrutura em países vizinhos, onde empresas brasileiras contribuem para a geração de empregos e transferência de tecnologia. Nossas parcerias internacionais se baseiam na confiança mútua e no compartilhamento do progresso, diferentemente do que vimos ao longo dos séculos, em que nossa América foi alvo de investidas hegemônicas e predatórias. Nós entendemos que o crescimento só vai ser verdadeiro se todos crescermos juntos. (LULA, 2013)

Além disso, houve uma busca por maior protagonismo das chancelarias dos países envolvidos, que eram ofuscadas pelo caráter tecnocrata estrutural da IIRSA; ou seja, priorizou-se um maior controle governamental aos projetos da iniciativa e o “esvaziamento das agências nacionais e multilaterais de origem da mesma” (COSTA, 2011, p 5). Assim, o objetivo desta mudança, além do maior controle decisório pelos governos envolvidos, era principalmente a diminuição do papel das instituições financeiras que projetaram a iniciativa nos moldes neoliberais – principalmente o BID. A incorporação da IIRSA ao Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL formalizou essa mudança de visão. Contudo, na prática, ainda nos dias de hoje as instituições financeiras (BID, CAF e FONPLATA) que compõem o corpo técnico que avaliam os projetos possuem grande influência decisória (SANTOS, 2016, p 57). Deste modo é possível questionar até que ponto os projetos desenvolvidos estão a serviço dos povos sul-americanos.

Segundo Santos (2016), a importância econômica do processo de integração regional para o governo brasileiro consiste em “(...) apoiar a internacionalização de grandes empresas de capital nacional ou sediadas no país, entendidas como vetores do desenvolvimento capitalista nacional: é a política das “campeãs nacionais” (SANTOS, 2016, p 51) – dentre os setores mais beneficiados dessa política encontram-se as empresas do ramo de construção civil, como a Odebrecht, Camargo Corrêa, OAS e Andrade Gutierrez.

Seguindo esta linha, Garzon ainda analisa a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana e o empenho do governo brasileiro quanto a esse programa, discorrendo sobre a questão de

[...] que a IIRSA oferece, além dos eixos físicos dos corredores de escoamento, novos marcos regulatórios para os setores de infraestrutura (desde sempre estratégicos), novas formas de regulamentação social e ambiental, e, até mesmo, um nível admissível de “direitos”. A IIRSA é

uma arma imperialista/sub-imperialista inteligente com embalagem de desenvolvimento e integração. Trata-se de uma metodologia de repasse de recursos naturais, mercados potenciais e soberania a investidores privados, em escala continental, com respaldo político e segurança jurídica. (GARZON, 2009, p. 200).

Ou seja, é possível depreender que a IIRSA se insere, ou mesmo promove, a política de internacionalização dos negócios brasileiros, criando uma nova regulamentação social e ambiental que esteja de acordo com as necessidades do capital privado para sua expansão; e tudo isso sob a égide do discurso de integração dos povos da América do Sul.

O doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília, Paul E. Little (2013), discorre sobre a questão da integração sul-americana em uma análise dos megaprojetos na Amazônia. De acordo com o autor, no início dos anos 2000 houve uma mudança na composição do grupo de países com poder de negociação no Sistema Econômico Mundial, com a entrada dos países “emergentes”. Contudo:

Essas mudanças não necessariamente encaminham para um sistema financeiro mais justo ou menos dominante. Essencialmente, o que está acontecendo é que o núcleo duro de países hegemônicos da economia global está dando entrada de alguns países emergentes (...) dentro dele, sem que as estruturas de dominação atuais sejam modificadas de forma radical.” (LITTLE, 2013, p.51 e 52).

Além disso, o autor discorre que nesta linha, o Brasil tem adentrado na Amazônia como forma de expandir seu capital para os países vizinhos, tornando-se a hegemonia na região. Assim, a nova estratégia de desenvolvimento econômico do Brasil estaria pautada na criação de eixos de transporte direto da Amazônia para os portos do Pacífico e países andinos, visando a exportação de suas commodities, e também na construção de grandes hidrelétricas para prover energia ao novo quadro econômico do país. O autor ainda apresenta três pilares básicos dessa nova estratégia de desenvolvimento econômico, que seriam: a promoção das empresas nacionais no exterior (sobretudo nos países vizinhos); a utilização de mão de obra barata; e, por fim

A construção de espaços hegemônicos regionais, (...), em que o

capital nacional ocupa um lugar de destaque e orienta o processo de desenvolvimento de uma região em base nas necessidades e interesses do investidor ou credor e não em base nos interesses daqueles que recebem investimento. (LITTLE, 2013, p. 54).

A partir disso, existe na literatura desenvolvida, sobretudo por Organizações Não-Governamentais que prezam pelos Direitos Humanos e pelo meio ambiente na América do Sul, uma crítica contundente relacionado à política de internacionalização de grandes empresas brasileiras nesta parte do continente. Essa crítica procura demonstrar que as populações locais que deveriam ser beneficiadas pelos projetos de infraestrutura não são consideradas no planejamento de tais projetos, resultando em conflitos sociais.

Em meio a este cenário, com o objetivo de internacionalização dos negócios brasileiros no subcontinente, o Brasil encontrou no território peruano um ambiente político e econômico propício para sua expansão.

Assim como a maior parte dos países da América Latina, o Peru tem um histórico de dependência relacionada ao extrativismo, às multinacionais e à exportação de produtos primários. O país depende, sobretudo, do capital externo para o seu desenvolvimento e para o sustento da economia local, conseqüentemente, as políticas neoliberais predominam sobre o programa de governo dos diversos governantes eleitos no país, que não conseguem escapar da dinâmica neoliberal consolidada na economia, como será demonstrado a seguir.

## **II. A política Neoliberal no Peru**

Com base nas experiências da viagem e debates com o grupo do Programa de Realidade Latino-Americana, pode-se dizer que a situação política e econômica atual do Peru foi consolidada durante o governo de Alberto Fujimori, entre os anos 1990 e 2000.

Fujimori foi eleito em um cenário de crise econômica e social, no qual os índices de inflação e desigualdade social eram altíssimos, além da questão do aumento da violência, devido às ações do Sendero Luminoso. Como resposta aos problemas no país, em uma campanha populista, Fujimori prometeu que não aplicaria o modelo neoliberal, como proposto pelo seu concorrente Vargas Llosa, o que favoreceu a sua vitória. Contudo, após ser eleito, aplicou tais medidas sem impedimentos.

Desde então, no âmbito econômico, prevalecem as políticas neoliberais implementadas no início dos anos 1990 por Fujimori, que se baseiam na superexploração de recursos naturais para exportação, nas privatizações, desregulações e incentivos fiscais para atrair o capital estrangeiro (BARROS, 2010, p. 148).

Por um lado, enquanto essas políticas possibilitaram a estabilização da economia na época, pelo outro, impuseram o extrativismo como base e aceleraram a entrada de empresas estrangeiras. Com isso, a exportação de produtos primários firmou o alicerce da estrutura econômica peruana.

No âmbito sociopolítico, o país sofria uma grande onda de violência, impulsionada pelo fortalecimento do grupo Sendero Luminoso e o aumento de seus ataques contra a população civil, sobretudo rural. Segundo Michel Azcueta, o “Sendero estava contra o povo; não matavam generais, matavam o povo: camponeses, indígenas, líderes sindicais, prefeitos de esquerda...” (Azcqueta: 2015). O grupo seguia uma ideologia de esquerda, associada ao maoísmo e às ideias de Mariátegui. Assim, a imagem do que seria a esquerda para o país, ao ser associada com o terrorismo, ficou desconfigurada. Por outro lado, a repressão de Fujimori foi tão violenta que acabou transcendendo os membros do Sendero e atingiu toda a esquerda e a população rural. Com isso, na esteira do aumento da violência no país durante os anos 1990, houve no âmbito político virtual desfalecimento da esquerda peruana.

É a partir desta lógica de consolidação das matrizes políticas e econômicas do Peru na era Fujimori que é possível entender a dinâmica que prevalece nos governos pós-Fujimori. De acordo com Pedro Silva Barros, um aspecto comum diz respeito à questão dos presidentes eleitos após os anos 2000: todos eles lograram sua eleição a partir de uma proposta oposta ao legado de Fujimori (Barros: 2015). Em suas campanhas, os candidatos se mostravam dispostos a atender as demandas do povo; traziam em pauta diversas políticas sociais direcionadas à questão da redução da pobreza e dos conflitos sociais, por exemplo. Contudo, após eleitos, nenhum dos presidentes buscou romper com o legado de Fujimori, dando continuidade – e muitas vezes até mesmo acentuando – as medidas neoliberais.

De fato, desde o início do processo de privatização dos ativos estatais no setor extrativista, o governo de Alberto Fujimori, e depois o de Alejandro Toledo e Alan García, têm buscado criar condições mais atraentes para o grande investimento privado na extração de minerais e hidrocarbonetos. (MONGE; VIALE; BEDOYA, 2009, p. 142).

Além disso, a dependência do crescimento econômico do país baseada no extrativismo, nas multinacionais e na exportação reforça ainda mais a dificuldade de romper com as estruturas herdadas. Ademais, segundo Barros, como o Estado não tem arrecadação suficiente (devido aos incentivos fiscais para as grandes empresas, sobretudo, para as extrativistas), os recursos para investir em políticas públicas são escassos e as contrapartidas para a sociedade ineficazes (BARROS; HITNER, 2015, p. 158).

O primeiro presidente eleito após a renúncia de Fujimori foi Alejandro Toledo, que permaneceu no poder por um mandato, de 2001 a 2006. O seu governo foi marcado por diversos protestos, dada à incapacidade do presidente em cumprir com o que prometeu durante sua campanha (REBELION, 2004). Ele assumiu a presidência gerando altas expectativas nos setores mais pobres, dizendo que ia reduzir a pobreza, e, no entanto, seu governo se dirigiu à elite peruana: “continuando com a aplicação do modelo neoliberal-capitalista, as demandas dos trabalhadores peruanos são a ‘última roda do carro’” (ZELADA, 2004, p. 1).

Em seguida, Alan García retornou à frente da política peruana, sendo reeleito em 2006 através do APRA. Contudo, se aproximou das classes média e alta do país e sua proposta de governo passou a ser o crescimento econômico, sem considerar o problema da redistribuição. Assim, apesar do crescimento econômico de 7,2% do PIB do país, devido principalmente à mineração, não houve redistribuição da riqueza.

Assim continua o mesmo modelo. Privilegia a extração e exportação de minérios, petróleo e madeira não processada por empresas estrangeiras, que geram pouco emprego. Isto levou a sérios conflitos com as comunidades locais e povos indígenas, que não foram consultados (como exigido pela Convenção 169 da OIT, assinado pelo Estado peruano) e cujos recursos de água, terra e florestas são depredados ou contaminados afetando a sua sobrevivência, em vez de gerar mudanças tecnológicas e encadeamento produtivo para dar sustentabilidade ao crescimento. Manter o trabalho com salários comprimidos e direitos limitados reduz a possibilidade de acabar com a pobreza, direta e indiretamente (...). (FRANCKE, 2009, p. 127).

Além disso, a corrupção foi um dos pontos mais criticados (EL COMERCIO, 2011). Este governo também foi marcado por uma falta de compromisso em relação aos conflitos sociais, causando centenas de mortes em diversos episódios de repressão policial e enfrentamentos de



comunidades. Ele repreendia os pobres e definia os movimentos sociais, os povos indígenas, ambientalistas e a esquerda como inimigos da sua política de modernização. Tal política foi desenvolvida, em grande parte, através do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos da América (ZIBECHI, 2009).

Em 2011, Ollanta Humala apareceu como uma imagem de candidato que representaria os setores marginalizados, que defenderia os protestos socioambientais, as questões da pobreza e inclusão social. Segundo Javier Torres Seoane, Humala foi eleito com uma grande expectativa, pelo povo, de um governo popular. Entretanto, após vencer as eleições, o governo de Humala deu continuidade às medidas neoliberais; não houve mudanças substanciais no país, assim como não cumpriu o que se comprometeu a fazer durante a campanha eleitoral, como a redução da pobreza e o fim dos conflitos ligados a mineração (Seoane: 2015). Prova disso é o fato de que os conflitos sociais são praticamente os mesmos que assolaram os governos anteriores.

Consequentemente, ocorre um descolamento do governo da sociedade: como esta não tem suas demandas atendidas pelo governo, os conflitos sociais são agravados (Pezzia: 2015). Ou seja, existe uma deslegitimação da política tradicional no Peru, em função do governo não representar os interesses da sociedade, apesar de ter proposto fazê-lo. Em resposta, a população recorre aos protestos e manifestações. Do mesmo modo, Borón conclui que a democracia nos países latino-americanos é caracterizada por um baixo nível de legitimidade, porque os governantes representam as elites e não a sociedade no geral (BORÓN, 2014).

Rodríguez (2015) também aborda este ponto. De acordo com a sua análise, as regiões de Arequipa, Cusco e Puno foram os bastiões da eleição de Humala. Diante do aumento de royalties às grandes empresas, contrariando as reivindicações da população e as propostas de candidatura do então presidente, as pessoas dessas regiões se decepcionaram muito. Deste modo, a credibilidade de candidatos que propõem mudança social, o que seria a esquerda no país, se enfraqueceu ainda mais, e a ala da direita está se aproveitando da situação.

Uma demonstração dessa inconsistência se encontra nas questões que causaram conflitos na região de Cajamarca. Antes de ser eleito, Humala defendeu o direito a água em detrimento da exploração de minérios: “O que é mais importante: a água ou o ouro? Vocês não bebem ouro, não comem ouro! [...] É da água que provém a riqueza”. Contudo, cinco meses depois de eleito, ele apoiou a empresa Yanacocha - um consórcio composto pelas empresas norte-americanas Newmont Mining Corporation, que detém 51.35% das ações, a peruana Cía. de Minas Buenaventura, com 43.65%, e pela International Finance Corporation (IFC), que detém 5% - a continuar explorando a maior mina de ouro da América Latina, apesar dos intensos protestos na região. Neste momento, mudou seu discurso: “Nós recusamos posições extremas! [...] Água ou ouro? Propomos uma posição razoável: água e ouro” (Humala, 2011 apud BEDNIK, 2014).

Esse é apenas um exemplo de como o governo se tornou alvo de protestos, principalmente contra a indústria de extração de recursos naturais, e denúncias de danos ao meio ambiente.

Portanto, é possível encontrar semelhanças entre os governos pós-Fujimori, no sentido de que todos os candidatos eleitos, inicialmente, se mostraram dispostos a atender as demandas do povo. Mas, após terem sido eleitos, governaram para as elites e beneficiaram as empresas estrangeiras. Isso se deu principalmente por meio de autorização à superexploração de recursos naturais e a projetos de infraestrutura que deterioram o meio-ambiente e afetam a vida das populações locais. Ou seja, é possível dizer que o Peru passou por um constante estelionato eleitoral nos últimos anos.

Por fim, foi possível perceber também que, apesar dessa dinâmica na política peruana, há resistências a esse modelo: além da alta conflitividade social, nenhum presidente conseguiu eleger um sucessor. É nesse cenário que surge um paradoxo: apesar do crescimento econômico do país, os governantes não conseguem promover políticas públicas consistentes, o que gera impopularidade e aumento dos conflitos. Enquanto isso, os conflitos, embora exitosos em interromper alguns projetos, não conseguem propor uma alternativa política. Isso se reflete no cenário das últimas eleições no Peru: os candidatos que tinham maior chance de ganhar a presidência eram todos representantes da velha direita – Alan García, a filha de Fujimori, Keiko, e um conhecido economista neoliberal, Pedro Pablo Kuczynski, que resultou eleito em 2016.

Levando em consideração essa dinâmica sociopolítica no Peru, as empresas brasileiras encontraram um ambiente favorável à expansão de seu capital, devido às políticas neoliberais com mínima fiscalização ambiental por parte do governo peruano. Em outras palavras, a política de internacionalização das empresas brasileiras, sob a égide do discurso de integração sul-americana, que estaria sendo planejada nos moldes capitalistas, encontrou abertura no território peruano em virtude das políticas neoliberais que predominavam historicamente na política do país. A partir disso, serão analisadas as relações bilaterais entre o Brasil e Peru, com enfoque na integração infraestrutural e na presença das empresas brasileiras no país andino.

### **III. Relações bilaterais entre Brasil e Peru**

#### **a) Breve Histórico**

De acordo com Novak e Namihas (2012), as relações entre o Brasil e o Peru somente se intensificaram após o fim do conflito entre Equador e o Peru no ano de 1998, pois o Brasil era

mediador e, como tal, precisava manter uma posição de neutralidade perante ambos os países.

No ano de 1999, “la visita del presidente Cardoso y su encuentro con el presidente Fujimori fue de especial relevancia para dar un nuevo impulso a la relación peruano-brasileña, marcando una hoja de ruta que continuarían los siguientes mandatarios de ambos países” (NOVAK e NAMIHAS, 2012, p 116). Tal visita resultou no “Plan de Accion de Lima”, o qual previa cooperação técnica e grupos de estudos conjuntos em diversas áreas comuns a ambos os países. Durante todo o governo de Fujimori, os índices de comércio internacional entre os países aumentaram significativamente, sendo que as exportações provenientes do Peru com destino ao Brasil aumentaram 108% até o ano 2000. Em relação ao investimento brasileiro no país andino durante esse período, ainda era muito baixo comparado ao potencial que apresentaria nos próximos anos.

O governo sucessor, do presidente Alejandro Toledo, deixou para trás os escândalos do governo de Fujimori, o que permitiu uma maior ação na política externa do país, tendo “conciencia de la necesidad de impulsar la relación con el Brasil” (NOVAK e NAMIHAS, 2012, p 123). Durante o mandato de Toledo e após a eleição de Lula, diversas visitas de alto nível a ambos os países levaram a uma convergência política, acentuação das relações bilaterais e a uma aliança estratégica.

Durante la visita ambos mandatarios destacaron en un Comunicado conjunto las coincidencias existentes en materia de cooperación e integración, la complementación de sus economías, la necesidad de promover el turismo, el comercio y la inversión bilateral así como la lucha contra la pobreza. También conversaron sobre la necesidad de formar asociaciones entre empresas brasileñas y peruanas, impulsar la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA), acelerar el proceso de negociación de una zona de libre comercio entre la Comunidad Andina y el Mercosur, entre otras importantes iniciativas. (NOVAK e NAMIHAS, 2012, p 126).

Foi neste período que ganharam força as iniciativas relacionadas à integração infraestrutural dos dois países, levando em consideração a premissa de que uma interconexão bioceânica impulsionaria uma inserção econômica internacional, pois daria acesso ao Oceano Atlântico para o Peru, e ao Pacífico para o Brasil, facilitando o escoamento de mercadorias provenientes de ambos os países. Desta forma, apostou-se na integração física a partir da

construção de estradas, bem como da interconectividade fluvial. Também ideias relativas a uma cooperação energética começaram a tomar forma, como importante fator para o desenvolvimento econômico dos países. Como documento oficial atestando as promissoras relações entre Peru e Bolívia, foi lançado a Declaração conjunta em 25 de agosto de 2003, que discorria sobre a Aliança Estratégica, ressaltando, dentre outros pontos, a iniciativa IIRSA:

Decidiram examinar a adoção de mecanismos financeiros inovadores que permitam aos países da América Latina executar um maior volume de projetos de investimento público em infraestrutura, tanto produtiva como social, destinados à promoção do desenvolvimento. (...) O Chanceler Maúrtua manifestou ao Chanceler Amorim sua satisfação pelo convite para que o Peru se incorpore a Brasil e Bolívia no projeto de aproveitamento hidroelétrico e fluvial do rio Madeira, o que possibilitará a constituição de um novo eixo de integração energética e de transportes no cenário sul-americano. (ITAMARATY: 2013).

É importante notar que em um período de cinco anos, até 2006, o intercambio comercial entre o Peru e o Brasil aumentou 334%; além disso, o investimento brasileiro no Peru aumentou 697% no mesmo período (NOVAK e NAMIHAS, 2012, p 153).

Durante o governo de Alan García, houve um esforço no sentido de um aprofundamento e consolidação da aliança estratégica, a partir da ampliação das áreas abordadas e a participação conjunta do setor privado dos dois países. Nesse aspecto, grande relevância foi dada para a questão energética:

Reafirmaram o empenho de seus respectivos Governos em promover maior integração no âmbito energético, especialmente em matéria de interconexão elétrica, hidrocarbonetos e outras fontes renováveis de energia. Nesse sentido, saudaram a assinatura, nesta data, do Convênio de Integração Energética entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Minas do Peru. (...) Ressaltaram, com satisfação, os acordos alcançados, até o momento, entre as empresas Petrobras, Petroperú e Perupetro, destacando seu interesse em propiciar maiores investimentos na área de hidrocarbonetos. Acordaram, igualmente, examinar projetos de interconexão e fornecimento de energia elétrica, bem como outros

projetos de cooperação técnica e produtiva na área de biocombustíveis. (COMUNICADO: 2008).

Além disso, surgiram planos referentes à implantação de centrais hidrelétricas localizadas no Peru para o abastecimento elétrico tanto local quanto para exportação ao Brasil. Adicionalmente, foi reafirmada a importância da integração sul-americana, citando os avanços na criação da UNASUL, que seria realizada em 2008. Logo no ano seguinte, em nova visita presidencial, foi enfatizada a questão da integração física, como os projetos de construção da estrada interoceânica sul e facilitação da navegação nos rios fronteiriços, entre outros. Em relação aos investimentos externos, de acordo com Novak e Namihás (2012), ao final de 2010 o investimento brasileiro no Peru aumentou, de modo a se tornar o sexto maior investidor neste país.

### **b) Acordo de Cooperação Energética**

Seguindo a trajetória de negociações e estudos referentes a uma integração energética, em 16 de junho de 2010 foi assinado em Manaus o “Acordo entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil para Fornecimento de Energia Elétrica ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil”. Este acordo, com duração de cinquenta anos, previa a construção de usinas hidrelétricas em território peruano para prover abastecimento de eletricidade para o Peru e exportar os excedentes para o Brasil. Adicionalmente, foi previsto no acordo a interconexão elétrica de ambos os países.

É importante destacar a questão do desenvolvimento sustentável assinalada no cerne do Acordo, enfatizando o bem-estar das populações locais:

Considerando (...) a importância do desenvolvimento sustentável e a vontade de avançar em integração energética que promova os maiores benefícios para ambos os países, em particular para suas comunidades locais, conservando o meio ambiente e manejando de modo eficiente seus recursos hídricos.

Este Acordo era uma questão estratégica para os países. Enquanto o Brasil sofria de uma crescente necessidade de recursos energéticos para apoiar o desenvolvimento econômico e as indústrias, era preciso sustentar também o crescente consumo energético da população. Com isso, o Brasil buscava a diversificação de suas fontes e a segurança energética para afastar o risco de escassez. Um dos mecanismos para alcançar este objetivo pautou-se na promoção de acordos de cooperação na área energética com outros países da região (NOVAK, NAMIHAS, 2012). Assim, o Brasil buscava suprir sua necessidade energética, considerando os menores custos de transporte devido à proximidade entre os países, ao mesmo tempo em que projetava suas grandes empresas na América do Sul.

Em contrapartida, o Peru não tinha uma necessidade energética tão volumosa quanto à do Brasil. Mas pensando no longo prazo e considerando o desenvolvimento da área mineira, o Peru apresenta necessidades energéticas crescentes. **É importante ressaltar que o Acordo prevê priorização no abastecimento do Peru, sendo que somente os excedentes seriam exportados ao Brasil, conforme o Artigo 3:**

A potência e a energia elétrica associada de cada uma das Centrais de Geração, destinadas ao atendimento das necessidades do mercado elétrico peruano e à exportação dos excedentes ao mercado elétrico brasileiro, serão comprometidas conforme a seguinte ordem: (i) o Mercado Regulado peruano, (ii) o Mercado Livre peruano e (iii) o Mercado brasileiro.

Além disso, o Acordo é benéfico para o país porque possibilita a aquisição de tecnologia referente aos projetos de usinas hidrelétricas, nos quais o Brasil possui extensa experiência e *expertise*, tanto no âmbito técnico quanto em questão de política energética. Nesta linha, o Acordo ainda prevê a cooperação técnica mediante a capacitação profissional, o intercâmbio tecnológico e também assistência técnica entre as partes, entre outros.

Além do mais, segundo Novak e Namihas (2012), é possível que o acordo resulte na captação de significativos montantes de investimento no Peru, possibilitando o aprimoramento do sistema energético no país, o desenvolvimento econômico e a criação de emprego nas áreas onde se encontram os projetos das centrais hidrelétricas. O acordo também regula situações emergenciais, nas quais é permitida a alteração da prioridade de abastecimento mediante a ameaça à segurança energética do Brasil ou do Peru; assim, caso seja necessário, é possível que o montante de energia destinado ao Peru seja revisto.

De acordo com o diplomata Jonas Paloschi (2015), em entrevista realizada na Embaixada Brasileira em Lima, para além do abastecimento e integração energética entre ambos os países, o governo brasileiro almejava a aproximação comercial com o Peru; era conveniente que o país se tornasse um parceiro comercial central e não marginal, como se encontra atualmente. Isto seria favorecido pela proximidade física entre Peru e Brasil, o que resulta em menores gastos de transporte para os produtos brasileiros. É neste sentido que os projetos de integração física obtiveram tanta importância, no qual, além da construção das usinas hidrelétricas, destaca-se a construção das rodovias interoceânicas, que possibilitariam a exportação dos produtos brasileiros para outros continentes a partir do acesso ao Oceano Pacífico, como para a Ásia – principalmente para a China. Neste sentido, “na visão dos formuladores brasileiros, o resultado é que se estreitariam os laços econômicos regionais, fortalecendo a base material para a autonomia política da região, sob liderança brasileira” (SANTOS, 2016, p 55).

Santos (2016) também discorre sobre a questão de que há uma relação entre a proximidade política do governo brasileiro, na gestão Lula, com alguns países do cone sul e a intensificação das relações comerciais. Levando em conta esta análise, o cenário das relações recentes entre o Peru e o Brasil mostram que as políticas econômicas e de integração foram simultâneas ao esforço do governo para se aproximar politicamente; isto se traduz no caso levantado por Zenón Rodríguez (2015) do grande apoio do Presidente Lula à candidatura de Ollanta Humala. Diversas foram as visitas presidenciais, que sempre traziam à tona o andamento dos projetos relacionados ao Acordo de Cooperação Energética, sobretudo ao Projeto Inambari, que estava paralisado devido à conflitos sociais e ambientais (conforme será explicitado no próximo tópico).

### **c) Projeto Inambari**

O Projeto Inambari se articula ao cerne do Acordo Energético Peru-Brasil. A construção de uma hidrelétrica no Rio Inambari seria fundamental para que as outras hidrelétricas previstas no acordo pudessem transmitir eletricidade para o Brasil, pois tal projeto situa-se próximo a fronteira com o Acre, por onde a eletricidade gerada escoaria até chegar em Porto Velho. De acordo com a Revista Furnas:

Em termos de geração de energia, Inambari terá a maior barragem do Peru e a quinta maior da América Latina, com um reservatório de 413 km<sup>2</sup>.

Apesar de não estar totalmente definido, estima-se que 80% da produção seja exportada para o Brasil. Boa parte dos recursos investidos na construção será proveniente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além da energia fornecida, Inambari é estratégica para o Brasil devido ao seu posicionamento a montante das usinas do rio Madeira. Localizada a cerca de 300 quilômetros da fronteira, a usina represarà água para promover um maior aproveitamento das hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, durante as épocas de estiagem. (FURNAS, 2010, p. 29).

Adicionalmente, os autores Novak e Namihas (2012) discorrem sobre a proporção e a importância da usina hidrelétrica que seria construída, relatando que o projeto Inambari

Se trata de uno de los proyectos más importantes del Perú en tanto su ejecución implicaría la generación de 2.000MW, duplicando por tanto la producción actual del complejo hidroeléctrico del Mantaro –el más grande de nuestro país– que tiene una capacidad instalada de generación de solo 1.008MW. Se trata también de uno de los proyectos hidroeléctricos más ambiciosos de Latinoamérica, al implicar una inversión de US\$.4.000 millones de dólares. Entre los beneficios que traerá este proyecto tenemos: Las ganancias que generará la exportación de electricidad al Brasil, así como la generada por el consumo nacional; Los ingresos que percibirá el Estado peruano correspondientes al pago del Impuesto a la Renta y al pago único por el uso del recurso hídrico, establecido en la Ley General de Agua N° 17752; Más de 4.000 puestos de trabajo directos y más de 15.000 indirectos; En materia de responsabilidad social, generará infraestructura vial, transferencia de tecnología y servicios públicos en la zona en cuestión por parte de los inversionistas. (NOVAK e NAMIHAS, 2012, p 199 e 200).

Contudo, a realização de tal projeto resultaria em diversos problemas ambientais, tais como a interrupção de rotas de peixes (o que impactaria a atividade pesqueira da região); inundaria 450km<sup>2</sup>, onde habitam cerca de 65 povos que teriam que ser deslocados; afetaria as seções II, III e IV da Rodovia Interoceânica Sul – aproximadamente 106 km da rodovia (que também envolve construtoras brasileiras), entre outros (NOVAK e NAMIHAS, 2012, p 201).

Além dos diversos entraves ambientais à construção da hidrelétrica de Inambari, diversos autores discorrem sobre entraves sociais, como o impacto direto em várias áreas indígenas da região, a falta de transparência do processo de acordo e estudo de área por parte das empresas



responsáveis e pelo questionamento da sociedade peruana quanto à necessidade de tal empreendimento, já que, como citado anteriormente, previa-se que aproximadamente 80% da energia gerada seria exportada ao Brasil (RODRÍGUEZ: 2015).

O crescente descontentamento da sociedade civil peruana com o processo desencadeou diversas manifestações contra a construção da hidrelétrica na Amazônia Peruana, que reivindicavam “(...) a priorização do abastecimento do Peru; (...) maior participação regional, social e transparência no setor energético; proteção das Terras Indígenas e reservas ambientais” (MOREIRA e CAMPOS, 2014, p. 130); e também acusavam o Brasil de agir como um “neo-explorador da capacidade energética dos rios”, dentre outras questões. É importante ressaltar que, teoricamente, a prioridade para o abastecimento elétrico era do Peru; seria realizado um estudo para prever a quantidade de energia que o país precisaria, e com isso, seria fixado determinada quantidade, sendo que o excedente seria exportado para o Brasil. Deste modo, após esta análise, foi decidido que o Peru precisaria de apenas 20% da energia elétrica gerada em Inambari, enquanto o restante seria direcionado ao Brasil (FURNAS, 2010, p. 29). Como consequência, o governo peruano decidiu paralisar por tempo indeterminado a construção da hidrelétrica de Inambari.

De acordo com relatos do Zenón Choquehuanca Rodríguez, coordenador da associação “Servicios Educativos Rurales” em Puno, uma região marcada pela dificuldade ao acesso à água em temporadas durante o ano, o Projeto Inambari surgiu trazendo alegria, pois poderia ser a solução para o problema do abastecimento de água. O projeto poderia ajudar regulando a quantidade de água no período de seca, o que beneficiaria os povos locais. Contudo, pelo modo como foi projetada, a hidrelétrica causaria a inundação de diversas regiões habitadas por povos locais, o que rapidamente causou revolta. Como demonstra a imagem a seguir, o projeto afetaria três regiões: Madre de Dios, Cusco e Puno.



Fig.1: Mapa das regiões que seriam afetadas pelo Projeto Inambari – Madre de Dios, Cusco e Puno.

De acordo com a Lei nº 29785 do Peru (“Ley del derecho a la consulta previa a los pueblos indígenas u originarios, reconocido en el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo”), os empreendimentos que envolvem territórios indígenas ou que afetam a população local devem seguir uma série de regras referentes à consulta pública, para que a população afetada tenha um certo poder decisório sobre o futuro da região, conforme rege o Artigo 3 da Lei, que trata da finalidade da consulta:

La finalidad de la consulta es alcanzar un acuerdo o consentimiento entre el Estado y los pueblos indígenas u originarios respecto a la medida legislativa o administrativa que les afecten directamente, a través de un diálogo intercultural que garantice su inclusión en los procesos de toma de decisión del Estado y la adopción de medidas respetuosas de sus derechos colectivos.

Deste modo, era mandatário a realização de estudo sobre os impactos socioambientais e consulta em relação ao Projeto Inambari. As empresas brasileiras envolvidas no empreendimento constituíram um consórcio para a realização de estudos sobre a viabilidade do projeto: a empresa Egasur (Empresa de Generación Eléctrica Amazonas Sur S.A.C., constituída pelas empresas brasileiras Construtora OAS Ltda e Eletrobrás/Furnas Centrais Elétricas SA). Contudo, como os moradores locais constataram, esta empresa era apenas de fachada; surgiu entre 2008 e 2009 e possuía um capital de apenas 10 mil soles.

Rodríguez destacou que as apresentações de estudos sobre os impactos ambientais causados pelo projeto na região não eram direcionadas para a população local afetada: muitas vezes, eram realizadas no período noturno para que os camponeses da zona rural não pudessem

comparecer. Até mesmo a questão da língua se tornou um entrave, pois muitos falavam apenas quechua, e não castelhano, enquanto as apresentações eram realizadas somente em castelhano. Tal questão está em discordância com a Lei de consulta prévia, que prevê no Artigo 16:

Para la realización de la consulta, se toma en cuenta la diversidad lingüística de los pueblos indígenas u originarios, particularmente en las áreas donde la lengua oficial no es hablada mayoritariamente por la población indígena. Para ello, los procesos de consulta deben contar con el apoyo de intérpretes debidamente capacitados en los temas que van a ser objeto de consulta, quienes deben estar registrados ante el órgano técnico especializado en materia indígena del Poder Ejecutivo.

Com isso, Zenón Rodríguez conclui que houve corrupção envolvendo as empresas brasileiras, para que conseguissem aprovação do projeto. Tal questão se reflete tanto no processo fraudulento de consulta aos povos afetados, dirigido pela Egasur, quanto na existência de uma investigação contra Toledo e García, pois podem ter recebido propina das empresas brasileiras ainda nos primórdios das negociações para o desenvolvimento dos projetos - as negociações se iniciaram no governo de Toledo, mas o Acordo de Cooperação Energética foi firmado somente no governo de Alan García.

Os povos que viviam abaixo da reserva e que seriam grandemente afetados se uniram e formaram a “Frente de Defensa del Inambari”, com o objetivo de lutarem contra a construção nos moldes em que foi projetada. Para ser ouvido, o movimento foi às grandes cidades da região, para ter maior visibilidade. A estratégia era protestar em locais com maior repercussão. Assim, fecharam estradas, aeroportos, entre outros. Além dos camponeses, a comunidade no geral se juntou à Frente de Defesa, inclusive na região urbana, pois se tornou uma luta em comum, o que converteu o movimento em uma força política.

Em 2011, houve uma concessão temporária ao projeto, e a população que vivia na região que seria afetada foi informada de que seria deslocada para outra região. Contudo, nada estava claro: a população não tinha informações oficiais sobre para onde iriam e como seria isso. Até mesmo o governo local se posicionou contra o projeto, se opondo ao próprio presidente Humala. A questão foi parar no Congresso peruano, onde há um pedido para abandono do projeto porque contraria princípios socioambientais da população nativa da região.

Humala não apoiou diretamente o projeto, o que abriu caminho para que fosse paralizado: dizia que apoiaria a população no que eles decidissem. O presidente do Brasil na época, Luiz Inácio Lula da Silva, apoiou a candidatura do Humala, e o visitou diversas vezes após a eleição. Estas visitas se interromperam após a inação do presidente peruano frente à questão energética.

Segundo Rodríguez, sempre que o presidente brasileiro visitava o país, a questão energética entrava em pauta novamente.

Em relatório referente ao balanço patrimonial da Eletrobras e demonstrações dos resultados sobre os principais projetos e investimentos da empresa até o ano de 2013, fala-se sobre a paralização do projeto Inambari:

O projeto internacional mais expressivo da Eletrobras, o da hidrelétrica de Inambari, no Peru, com 2.600 MW de capacidade, ainda está em fase de avaliação interna. Em reunião com autoridades do setor elétrico peruano sobre a hidrelétrica Inambari, concluiu-se que os entraves sócio-políticos são os que mais preocupam o governo do país no contexto da construção do empreendimento. Nesse sentido, a equipe de técnicos do Ministério de Energia, com a colaboração da Egasur e a Eletrobras, iniciou o planejamento das atividades e ações necessárias a serem desenvolvidas pelo governo peruano para a retomada efetiva do Projeto. Na mesma reunião, o vice-ministro de Energia informou que o Peru precisa garantir sua oferta interna, haja vista que o país possui gargalos nas regiões ao Norte e ao Sul. Diante do contexto apresentado, FURNAS decidiu por constituir uma provisão para perda neste investimento, tendo em vista o risco de continuidade deste empreendimento. (ELETROBRAS, 2013, p 39).

A partir deste trecho, é possível visualizar o esforço conjunto e o constante diálogo do governo peruano com a empresa brasileira no intuito de viabilizar a construção da usina hidrelétrica de Inambari. Por outro lado, é possível observar que já se calculam as perdas referentes ao risco de concretização do projeto. Com tudo isso, o projeto segue sem definição do que realmente vai acontecer.

### **Considerações finais**

Ao longo do presente artigo foi analisado o projeto de integração da infraestrutura da América do Sul sob a liderança do Brasil. O surgimento do Brasil como uma potência regional possibilitou a formulação de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico pautada na internacionalização das “campeãs nacionais”. Neste cenário, demonstrou-se a conexão entre a política de internacionalização das empresas brasileiras, sobretudo do ramo da construção civil, e o processo de integração, no qual as empresas eram incentivadas, através de financiamento do BNDES e apoio diplomático brasileiro, a integrar projetos de infraestrutura nos países vizinhos. Boa parte desses projetos estava sendo conduzido por meio da IIRSA e da UNASUL.

Entretanto, de modo a viabilizar projetos que não se enquadravam entre as prioridades da IIRSA, alguns países passaram a firmar acordos bilaterais fora do escopo da iniciativa. Tal estratégia foi utilizada também para acelerar e dinamizar as discussões infraestruturais, em oposição aos entraves burocráticos típicos de órgãos multilaterais. Essa postura foi tomada, por exemplo, no estabelecimento do Acordo Energético aqui estudado. Em relação ao Peru, buscou-se demonstrar como a política interna do país, pautada nos moldes neoliberais, propiciou um ambiente ideal para a entrada das empresas brasileiras.

Foi analisado um caso específico como exemplo do processo de planejamento e concretização dos projetos de integração infraestrutural. Este se encontra no cerne do Acordo de Cooperação Energética entre o Brasil e o Peru, talvez a mais importante usina dentre as 21 previstas no acordo: o Projeto Inambari. Desde o início dos estudos para a viabilidade do projeto há dissonância com a legalidade; a empresa Egasur não respeitava os ditames da Lei de consulta prévia peruana, a qual prevê o procedimento para a consulta dos povos nativos em relação ao projeto que afetaria diretamente a vida deles. Assim, houve a corrosão da confiança da população em tal projeto, que logo percebeu como seria afetada com a inundação da área em que viviam, conseqüente deslocamento das pessoas, alterações no curso dos rios e no ecossistema da região, dentre outros. Considerando a preponderância de um modo de vida muito ligado às raízes indígenas na população, como a utilização da pesca como meio de sobrevivência, o Projeto Inambari transformaria a vida em que estavam acostumados e devastaria o meio-ambiente sem uma contrapartida real para a população. Além de prejudicar social e ambientalmente a região, a maior parte da energia gerada, cerca de 80% do total, seria destinada ao Brasil. Com tudo isso, houve grande questionamento por parte da sociedade peruana quanto à necessidade e viabilidade do projeto.

Assim, enquanto no discurso prezava-se pela integração como forma de alcançar o desenvolvimento social e econômico da região, as ações tomadas focaram no interesse nacional dos Estados envolvidos e das grandes empresas brasileiras, que pouco davam importância ao impacto de tais projetos de integração infraestrutural para a população local, sendo que esta deveria ser a maior beneficiada em todo o processo.

Como resultado disto, é possível depreender que, no caso do Projeto Inambari, a população local atingida pelas obras foi submetida às decisões do capital privado e à desregulamentação socioambiental para que fosse propiciada a execução da hidrelétrica. É importante ressaltar que à primeira vista, o projeto foi bem recepcionado pela população das regiões de Puno, de acordo com Rodríguez, pois acreditavam que traria melhora na qualidade de vida. Contudo, o modo como foi projetado – sem o estudo adequado dos impactos socioambientais – apenas afetaria negativamente a população local, inundaria uma grande região e afetaria o modo de vida

baseado na atividade pesqueira, por exemplo. Assim, o impacto da construção desta hidrelétrica se faz relevante considerando as questões ambientais e o alto nível de rejeição da população local, o que até mesmo paralisou o projeto Inambari por tempo indeterminado. Diante dos conflitos sociais causados por este empreendimento, é possível questionar os moldes nos quais tais projetos foram propostos e a verdadeira necessidade destes.

Contudo, apesar dos impactos negativos na vida dos locais, os governos envolvidos ansiavam pela continuidade do empreendimento realizado no âmbito da integração infraestrutural energética.

Pelo lado do governo peruano, havia o discurso de que o projeto traria acesso à tecnologia relativa a usinas hidrelétricas, na qual o Brasil possuía grande *expertise*; além disso, com o crescimento econômico do Peru, havia a previsão de que gargalos energéticos logo entrariam em cena, sendo necessária uma hidrelétrica do porte de Inambari para dar conta do desenvolvimento do país. Já o Brasil, além de importar a maior parte da energia gerada pela usina, poderia projetar suas grandes empresas na América do Sul e abrir caminho para o estreitamento das relações comerciais entre ambos os países. Para complementar, como disse Zenón Rodríguez, todo presidente gosta de ter seu nome eternizado em uma obra de infraestrutura deste porte.

Como proposto inicialmente, a partir da análise da integração energética entre o Brasil e o Peru, é possível questionar qual o caráter da integração regional infraestrutural da América do Sul sob a liderança brasileira. Demonstrou-se que os maiores – e talvez únicos – beneficiados destes projetos seriam o capital privado e os governos nacionais, descartando os interesses e necessidades das populações locais. Apesar do discurso com foco na questão socioambiental, a racionalidade que embasa o processo de planejamento e construção dos projetos de infraestrutura segue, em essência, os moldes capitalistas, ao rejeitar a resistência da população local e desconsiderar os impactos ambientais, para priorizar os interesses do capital privado. Como afirmado por Rodríguez, a construção de Inambari poderia ser benéfica à população em Puno, pois poderia trazer a geração de energia para o país, e a criação de emprego e renda para as pessoas, elementos necessários para a superação do subdesenvolvimento local. Contudo, é necessário que haja um estudo sobre os impactos e o trabalho conjunto com a sociedade civil para propiciar a minimização dos efeitos negativos para a população e para o meio-ambiente.

Com tudo isso, é possível conjecturar se houve a instrumentalização do processo de integração regional. O objetivo seria não só o crescimento econômico das empresas brasileiras, a partir da internacionalização das “campeãs nacionais” no subcontinente americano, mas principalmente, aumentar a projeção política conjunta da região sob a liderança do Brasil.

## Referencias Bibliográficas

ANEXO 1. Disponível em < <http://www.economist.com/node/14917774>>.

**10 ANOS DEPOIS: IIRSA Suas conquistas e desafios.** 1.ed. Buenos Aires: BID-INTAL, 2011. Disponível em: <[http://www.iirsa.org/admin\\_iirsa\\_web/Uploads/Documents/lb\\_iirsa\\_10\\_anos\\_sus\\_logros\\_y\\_desafios\\_port.pdf](http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/lb_iirsa_10_anos_sus_logros_y_desafios_port.pdf)>. Acesso em: 27/01/2017.

**ACORDO Entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil para Fornecimento de Energia Elétrica ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil.** Disponível em:

<[https://apps.rree.gob.pe/portal/webtratados.nsf/Tratados\\_Bilateral.xsp?action=openDocument&documentId=1606E](https://apps.rree.gob.pe/portal/webtratados.nsf/Tratados_Bilateral.xsp?action=openDocument&documentId=1606E)>. Acesso em 17 de ago de 2017.

BARROS, Pedro Silva; HITNER, Verena. **A economia política do Peru: da ruptura interrompida aos dilemas contemporâneos.** Revista Oikos, vol. 9, n. 2, p. 144-154, 2010. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/229/145>>. Acesso em 05 de ago. de 2015.

BEDNIK, Anna. **Pelo ouro do Peru.** Le monde diplomatique, 6 de março de 2014. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1606>>. Acesso em 14 de dez. de 2015.

BORGES, Caio. **Desarrollo para las personas? El financiamiento del BNDES y los derechos humanos.** 1.ed. Lima: DAR, 2014. 135p. 2v.

BORON, Atilio A. **América latina en la geopolítica del imperialismo.** 4.ed. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2014. 312p.

**COMUNICADO Conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Peru, Alan García Pérez.** Disponível em: <[http://daimre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b\\_89/](http://daimre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_89/)>. Acesso em 16 de ago. de 2017.

COSTA, Rogério Santos da. **A América do Sul do governo Lula 1.** In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI, 3, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo, 20 jul. 2011.

**DECLARAÇÃO Conjunta dos Chanceleres de Brasil e Peru.** Disponível em : < <http://lima.itamaraty.gov.br/es-es/politico.xml>>. Acesso em 16 de ago. de 2017.

**DISCURSO do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em celebração dos 10 anos de Aliança Estratégica Peru – Brasil.** Lima, 05 de jun. De 2013. Disponível em < <http://www.institutolula.org/leia-o-discurso-completo-de-lula-na-celebracao-dos-10-anos-de-alianca-estrategica-peru-brasil/>>. Acesso em 22 de out. de 2017.

**ELETROBRAS.** Relatório dos ativos financeiros de setembro de 2013. Disponível em < <http://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesEmpresasGT/FURNAS%20-%20%20Setembro%202013.pdf>>. Acesso em 22 de out. de 2017.

FRANCKE, Pedro. **La protección social ante la crisis económica.** In Perú Hoy, no. 15. **Del hortelano su perro. Sin espacio ni tiempo histórico. Parte II. Políticas sociales y economía** (2009). Lima: DESCO, 2009. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Peru/desco/20100312100828/06\\_Francke.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Peru/desco/20100312100828/06_Francke.pdf)>. Acesso em 29 de out. de 2015.

GARZON, Luis Fernando Novoa. “O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul” in **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 245p.

**FURNAS - Inambari pode inaugurar integração energética entre Brasil e Peru.** Disponível em: <[http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF375\\_america.pdf](http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF375_america.pdf)>. Acesso em: 12, Nov. 2015.

**REBELION - La popularidad de Toledo toca fondo. Rebellion, 19 de maio de 2004.** Disponível em <<http://www.rebelion.org/hemeroteca/internacional/040519toledo.htm>>. Acesso em 18 de set. de 2015.

**LEY N° 29785 – Ley del derecho a la consulta previa a los pueblos indígenas u originarios, reconocido en el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT).** Disponível em <<http://consultaprevia.cultura.gob.pe/wp-content/uploads/2014/11/Ley-N---29785-Ley-del-derecho-a-la-consulta-previa-a-los-pueblos-ind--genas-originarios-reconocido-en-el-Convenio-169-de-la-Organizacion-Internacional-del-Trabajo-OIT.pdf>> Acesso em 15 de out de 2017.

LITTLE. Paul E. **Megaprojetos na Amazônia: Uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia.** 1.ed. Lima: DAR, 2013. 92p.

**EL COMERCIO - Lo bueno, lo malo y lo feo del segundo gobierno de Alan García.** El Comercio, 27 de julho de 2011. Disponível em <<http://elcomercio.pe/politica/gobierno/lo-bueno-lo-malo-lo-feo-segundo-gobierno-alan-garcia-noticia-947310>>. Acesso em 13 de ago. de 2015.



MARIANO, Marcelo Passini. “O papel do Brasil na Integração da infraestrutura da América do Sul: limites institucionais e possibilidades de mudança” in DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (org.) **O Brasil e novas dimensões da Integração Regional**. Brasília: IPEA, 2014. 508 p.

MONGE, Carlos; VIALE, Claudi; BEDOYA, George. **La reconcentración de los recursos naturales... más poder al poder**. In Perú Hoy no. 16, **Luces y sombras del poder**. Lima: DESCO, 2009. Disponível em <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Peru/desco/20100313085801/07\\_Monge.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Peru/desco/20100313085801/07_Monge.pdf)>. Acesso em 18 de nov. de 2015.

MOREIRA, Paula Franco.; CAMPOS, Adriana Fiorotti. **Análise do Processo de Integração Energética Peru-Brasil: O Acordo Energético Peru-Brasil (1997-2014)**. In. Revista Latinoamericana de Derecho y Políticas Ambientales. Lima, v.4, p. 121-136, Octubre. 2014.

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. **El Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile, 1994. Disponível em <<https://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/4377/lcg1801e.htm>>. Acesso em 08 de out. de 2017.

NOVAK, Fabián; NAMIHAS, Sandra. **Serie: Política Exterior Peruana - Las Relaciones entre el Perú y Brasil (1826 – 2012)**. Lima, v. 1, p. 108-209, Octubre. 2012. Disponível em <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_33772-1522-4-30.pdf?130313154054](http://www.kas.de/wf/doc/kas_33772-1522-4-30.pdf?130313154054)>. Acesso em 13 de ago. de 2017.

IIRSA. **OBJETIVOS específicos del Cosiplan**. Disponível em <<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=120>>. Acesso em 22 de out. de 2017.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana**. São Paulo, v. 1, p. 48-85, Outubro. 2016.

SENHORAS, Elói Martins. **Regionalismo transnacional e integração física: um estudo sobre a iniciativa de integração da infraestrutura sul-americana**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Campinas, jan. 2008.

ZELADA, Cesar. **El gobierno de Toledo apela al “terror” para sostenerse en el poder**. Rebellion, 26 de novembro de 2014. Disponível em <<http://www.rebellion.org/noticias/2004/11/8118.pdf>>. Acesso em 19 de mai. de 2015.

ZIBECHI, Raúl. **Massacre na Amazônia: a guerra pelos bens comuns**. Rebellion, 15 de junho de 2009. Disponível em <<http://www.rebellion.org/noticias/2009/6/87032.pdf>>. Acesso em 06

abr. de 2014.

**Entrevistas realizadas em julho de 2015:**

BARROS, Pedro Silva. Diretor-adjunto de Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. São Paulo, 20 de jun. de 2015.

GOROSTIZA, Michel Azcueta. Professor e primeiro prefeito de Villa El Salvador. Lima, 20 de jul de 2015.

PALOSCHI, Jonas. Diplomata brasileiro e Chefe do Setor Cultural e de Cooperação Educacional da Embaixada Brasileira em Lima. Lima, 22 de jul. de 2015.

PEZZIA, Agustín Espinosa. Professor do departamento de psicologia na PUC-PE. São Paulo, 23 de mai. de 2015.

RODRÍGUEZ, Zenón Choquehuanca. Coordenador Regional do Servicios Educativos Rurales – SER. Puno, 17 de jul. de 2015.

SEOANE, Javier Torres. Consejo Directivo do Servicios Educativos Rurales – SER. Lima, 21 de jul. de 2015.

# CAPÍTULO VII

PARADOXOS DO GOVERNO DE EVO MORALES NA BOLÍVIA:  
A RESERVA AMBIENTAL TIPNIS E OS INTERESSES DE  
GRUPOS ECONÔMICOS NACIONAIS E BRASILEIROS  
(2009-2015)



# **Paradoxos do governo de Evo Morales na Bolívia: A reserva ambiental TIPNIS e os interesses de grupos econômicos nacionais e brasileiros (2009-2015)**

Klaus Hermann Heringer<sup>1</sup>

## **Resumo**

A Bolívia passa em 2006 por um momento histórico importante, pela primeira vez um presidente indígena é eleito, desde a independência. A sua eleição se respaldou em diversos movimentos populares e étnicos que se mobilizaram para frear os rumos neoliberais em curso desde 1985. Já em 2006 se convocou uma Assembleia Constituinte para que não só reorientasse o país, mas também fundamentasse os princípios de sua “refundação” como o *Vivir Bien* e a Plurinacionalidade, que foram garantidos na nova constituição, aprovada em 2009. Por outro lado, observa-se por meio do crescimento econômico do país posterior à eleição de Evo Morales, que a orientação político-econômica do país se manteve constante, baseada no extrativismo.

Este artigo tem como objetivo explorar os limites da proposta de “refundação” do país, em conjunto com a manutenção da política econômica extrativista, como também com o projeto de integração latino-americano, analisado nesta pesquisa no caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure - TIPNIS. A análise desse caso, levando em conta os interesses envolvidos, expõe como esses impasses se alocam dentro dos princípios de uma nova orientação civilizatória.

---

1 Graduado em Relações Internacionais pela UNIFESP. Pesquisa América Latina com enfoque em democracia, formação nacional e desenvolvimento econômico. Trabalho de conclusão do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo do ano de 2016, campus Osasco, realizado sob orientação do professor doutor Fabio Luis Barbosa.

## Introdução

A América Latina, no final do século XX, teve a sua história compartilhada pela experiência neoliberal, que se intensificou durante os anos 90 com a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria e com a disseminação do Consenso de Washington. Essa experiência atingiu em diferentes graus cada país, mas em todos os casos foi responsável por uma maior inserção da América Latina na economia mundial por meio de privatizações e financeirizações. Além disso, também provocou a redução de políticas sociais dentro da lógica de Estado mínimo, agravando os indicadores sociais da época como a distribuição de renda e pobreza. Nos anos seguintes, essas condições propulsionaram movimentos e mobilizações populares por toda região, que conseguiram, em maior ou menor grau, a contenção das políticas neoliberais e revisão de suas consequências sociais.

Na Bolívia essa experiência é bem definida. Vai de 1985, com a eleição de Victor Paz Estenssoro para presidente, responsável pela inserção das políticas neoliberais no país por meio de um choque econômico, até a eleição de Evo Morales em 2006, que representa a tradução das demandas populares anti-neoliberais. Nessa visão, Evo Morales é um ponto de inversão na história boliviana, pois não representa apenas a contenção dos avanços neoliberais, mas também a reconquista da prioridade dos direitos sociais na política, inaugurando uma nova fase para a democracia boliviana. O período anterior à sua eleição, de 2000 até 2006, mostrou que o alto grau de mobilização da sociedade boliviana foi capaz de mudar as bases da política por meio de protestos contra leis e presidentes. A eleição de Evo Morales é canalizadora destas lutas no âmbito político, esfera até então vista de forma negativa pela população manifestante.

Apesar das mudanças nesta fase histórica boliviana, que têm seu marco em 2009 com uma nova constituição, se observa, durante o governo de Evo Morales, a existência de conflitos sociais e políticos que levantam questionamentos acerca deste processo. A transição de uma lógica neoliberal para uma lógica pós-neoliberal<sup>2</sup> na Bolívia expôs paradoxos dos princípios gerais propostos durante o processo de mudança. Esses limites se manifestaram na postura econômica pouco alterada, revisitando princípios neoliberais em questões ambientais, sociais e democráticas, que expõem conflitos - um dos principais exemplos é o caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS), analisados nesta pesquisa.

2 É importante ressaltar que o governo se auto-descreve como socialista e discursivamente declara um rompimento com o tradicionalismo econômico neoliberal. Na realidade, apesar do aumento das receitas e da mudança do papel do Estado na economia durante esses anos, o comando político-econômico continuou ortodoxo, como irei analisar mais à frente no trabalho.

Para os indígenas que residem no TIPNIS, historicamente esse território se caracteriza como sua *Casa Grande*, pois possui todas as condições e recursos para garantia de seu estilo de vida. Sua estrutura comunitária, baseia-se principalmente no respeito ao meio ambiente, considerado uma condição indissociável do homem. Por outro lado, esse território sofre pressões de diversas frentes para a sua exploração econômica e é visto pelos setores das atividades extrativistas e latifundiárias como um grande espaço “improdutivo” devido à sua riqueza natural. Também é vista por setores governamentais e brasileiros como uma região estratégica importante para a integração nacional e internacional, tendo como pretexto o desenvolvimento nacional, brasileiro e regional. Esse confronto se aguça em 2010, quando se anuncia o início das obras de construção da estrada Villa Tunari - San Ignacio Moxos, que cruza o território. A estrada é vista pela maioria das comunidades indígenas como violação do território, que se caracteriza como um dos mais bem conservados na floresta Amazônica.

Frente ao exposto, este trabalho procurou fazer uma breve análise das propostas do governo de Evo Morales, de modo a compreender a importância e significado dessa nova fase na história boliviana. Em seguida, se observa como certos aspectos da proposta de mudança de 2006 foram concretizados na constituição de 2009 e na política econômica do país. Essa etapa do trabalho se deu à luz dos conflitos autonomistas da região de Santa Cruz no início do governo de Evo Morales. Esses conflitos tiveram um papel importante nos rumos políticos do período e na postura do governo Evo Morales, que resultou na implementação parcial dos princípios que o levaram a ser eleito na esteira das mobilizações de 2000 a 2005.

Nessa janela, surge o caso TIPNIS, que se mostra categórico nesta análise por envolver os direitos indígenas, de um lado da situação, considerados importantes dentro dos princípios do processo de transição, a plurinacionalidade e o *buen vivir*, e, de outro lado, os setores representantes da ortodoxia econômica, remetente aos tempos neoliberais anteriores a 2006. Dai a importância de esmiuçar e compreender a realidade conflituosa que vive o governo, por meio do mapeamento dos grupos de interesse envolvidos no caso TIPNIS. Essa etapa permitiu uma visão mais aclarada dos paradoxos entre os princípios da “refundação” e a política econômica levada pelo país.

Por fim, foram feitas breves reflexões sobre o cenário de transição política da Bolívia. Relatou-se um pouco a experiência da viagem ao país em 2015 com o grupo Realidade Latino-Americana da Unifesp apontando algumas de suas dificuldades e obstáculos imediatos e possíveis alternativas para uma mudança política e econômica mais profunda.

## Governo Evo Morales: A proposta de “refundação” do país

A eleição de Evo Morales sob o Movimiento Al Socialismo<sup>3</sup> – MAS – marca a vitória no plano político dos blocos populares étnicos contra as forças políticas tradicionais. A sua proposta de governo tinha como objetivo principal a “refundação do país”, dentro da pauta dos movimentos sociais das mobilizações e protestos de 2000-2005. Por outro lado, no início de seu governo, observa-se o crescimento da oposição política da *media luna*. A convergência das forças políticas tradicionais da Bolívia levam à proposta emancipacionista da região que, em 2008, gera uma das maiores crises políticas do governo masista.

A existência desse dissenso se manifesta desde a divergência das demandas da “Agenda de Outubro” e da “Agenda de Janeiro”<sup>4</sup> que marcam uma grande polarização política na sociedade e nas instituições estatais, se expressando na composição e discussões da Assembleia Constituinte formada em 2006. Diante desse impasse e da impossibilidade de convergência, observou-se a reprodução da estratégia conciliadora com a oposição de Evo Morales e do MAS, conciliação essa que já havia se ensaiado em episódios durante as jornadas de 2002-2005<sup>5</sup>. Para esclarecimento desse posicionamento e sua maior compreensão dentro do processo de mudança é fundamental, primeiro, estabelecer os princípios ideológicos de “refundação” do país propostos pelo governo de Evo Morales para, posteriormente, contrapor às realidades desses mesmos processos no intuito de esclarecer como essa postura política de Evo Morales e o MAS determinaram paradoxos, entre eles, o caso TIPNIS.

Os princípios das reformas realizadas no governo de Morales podem ser classificados a favor do atendimento da “Agenda de Outubro” e de uma nova proposta civilizatória, de modo a construir um país que contestasse as perdas de direitos sociais provocadas pelo período político e econômico vivido anteriormente. As mudanças se contemplam em dois princípios, o *vivir bien* e a plurinacionalidade que, consolidadas na constituição de 2009, caracterizam-se por mudanças estruturais da economia, da política e da sociedade, apontando para uma

3 Se auto referem como “instrumentos políticos” da sociedade, denominação adotada na década de 90 por movimentos de representação indígena que buscavam autonomia política, distanciando da imagem de partidos políticos, deteriorada na época devido às reformas neoliberais.

4 “Agenda de Outubro” surge como demanda das manifestações de 2003 (composta por indígenas, cocalheiros e populares) e a “Guerra do Gás”, de cunho anti-neoliberal e democrático. A “Agenda de Janeiro” surge em 2004 em resposta à agenda anterior, com propostas liberais e autonomistas quanto ao território e uso de hidrocarbonetos. (WEBBER, 2012)

5 Em 2002, devido ao grande sucesso de Evo Morales nas eleições presidenciais, muda-se a estratégia de resistência do movimento e crítica à democracia para uma postura de diálogo. Também em 2005, antes da radicalização dos protestos que levaram a renúncia de Carlos Mesa da presidência, Evo Morales e o MAS eram aliados ao governo numa aposta de saída constitucional dos conflitos da época. (SILVA. In: DOMINGUES, *et al.* 2009) (WEBBER, 2012).

nacionalização da economia que rompe com a expressiva presença do capital internacional na Bolívia, tema que será analisado mais à frente.

O *Vivir Bien* ou *Buen Vivir*, derivados de traduções<sup>6</sup> da língua quéchua (*Sumak Kawsay*) e aymara (*Sumak Qamaña*), respectivamente, têm como premissa um padrão de desenvolvimento econômico-social distante do padrão tradicional capitalista, este que pressupõe recursos naturais infinitos para sustentar o padrão de consumo e o bem-estar ocidental. Nessa ideia, o *Vivir Bien*, como é reconhecido na Bolívia, procura reavaliar as bases dessa lógica de desenvolvimento, que busca resgatar valores comunitários indígenas que assumem o papel do indivíduo associado ao meio ambiente, sob um novo horizonte civilizatório, com novos usos da tecnologia e um novo modo de produção (SCHAVELZON, 2015) (ACOSTA, 2015).

Por outro lado, na organização da sociedade, o processo de mudança tem como objetivo a ruptura de suas estruturas tradicionais marcadas por fortes traços coloniais. A sociedade boliviana, durante a história, segundo o sociólogo boliviano Zavaleta Mercado, é caracterizada por exclusão dos setores indígenas da economia e da política, marginalização de seus respectivos estilos de vida ancestrais que, apesar da maioria populacional na Bolívia, são sobrepostos por determinações nacionais distantes de suas determinações autônomas, o que se denomina como “*sociedad abigarrada*”. Como descreve Luis Tapia,

“En una formación social abigarrada no sólo coexisten varias relaciones sociales y jurídicas de producción, sino que básicamente se trata de una heterogeneidad de tiempos históricos” que también se diferencia “en las estructuras políticas y la cultura general”, por tanto, se forma un Estado nacional “o pretendidamente nacional con rasgos jurídico formales más o menos modernos y, por el otro lado, un conjunto de estructuras locales de autoridad (diversas también) que no corresponden a la representación local del gobierno nacional”. (TAPIA, 2002. p. 309.)

A plurinacionalidade surge com a intenção de rompimento deste valor, pois busca a integração de diversas etnias e culturas dentro do mecanismo estatal, de maneira a garantir a sua representatividade e seus direitos de acordo com o seu modo de vida e autonomia. Essa medida vai além do plano institucional, pois sinaliza também o respeito do Estado boliviano

<sup>6</sup> Traduções em espanhol que são aproximadas, pois há diversas interpretações feitas por vários autores (SCHAVELZON, 2015).



aos diferentes modos de vida e de produção contidas em seu território. Nesse sentido, se refere à defesa da etnia e cultura de uma comunidade, expressa, por exemplo, na garantia da justiça comunitária, sendo reconhecida como mecanismo legal dentro da Constituição. Esse princípio, dentro da realidade boliviana, busca constituir por meio da normativa uma nova perspectiva civilizatória, a modo de contrapor os valores e o modo de exploração que assolavam o país, organizado sob os lócus do desenvolvimento capitalista (SCHAVELZON, 2015).

### **Crise política: Movimento autonomista de Santa Cruz de la Sierra (2006 – 2009)**

Os princípios de plurinacionalidade e *Buen Vivir* estariam garantidos constitucionalmente em 2009, na nova Constituição, no agora “Estado Plurinacional da Bolívia”, substituindo a antiga Carta Magna, vigente desde 1967. Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte se observou diversas dificuldades para a aprovação desses princípios, devido, principalmente, à cisão política entre altiplano e oriente. A bancada da *media luna*<sup>7</sup> era numerosa e composta, principalmente, por representantes do *Movimiento Nacional Revolucionário* – MNR -, *Acción Democrática Nacionalista* – ADN - e *Poder Democrático Nacional* – PODEMOS -<sup>8</sup>, que dificultaram a aprovação de artigos que apontavam para este processo de “refundação”, passando por contestações e reestruturações ligadas à defesa dos interesses da região. Essa oposição se motivara pela perda de privilégios políticos e econômicos que usufruíam antes da eleição de Evo Morales. Após o ano de 2006, essas elites regionais se juntaram em torno da demanda autonomista de certos grupos políticos, principalmente da região de Santa Cruz, em oposição ao que descreviam como um

7 A Região de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, que se denomina a *media luna* por seu formato geográfico, é historicamente reconhecida por grande atividade agroexportadora e de exploração de hidrocarbonetos. A sua origem remete a um movimento de povoamento do oriente boliviano do início do século XX, antes ocupado apenas por tribos indígenas em regiões de difícil acesso e de pequenos povoados de consciência restauradora colonial. Durante a década de 50 recebeu um forte investimento americano devido à alta rentabilidade da atividade agroexportadora, que contribuiu para formar uma burguesia conservadora local apoiadora do golpe de 1964 (ANDRADE, 2007). Na polarização durante o governo de Carlos Mesa em 2005, a *media luna* era composta pela burguesia local ligada aos mesmos setores econômicos históricos e pela população local que reproduziam a ideologia da elite econômica dominante, principalmente, no bojo do autonomismo, composto de argumentos separatistas e racistas com o altiplano (CHAVES; SÁ. In: DOMINGUES, et al. 2006) (MERCADO, 1988). (ANDRADE, 2007) (BIZARRIA, 2013) (MORAES, 2014) (MENDIZÁBAL, 2012).

8 *Movimiento Nacional Revolucionário* é um partido tradicional da Bolívia criado em 1952 na Revolução Nacional. Ao longo da história se tornou um partido reformista e alinhado com os interesses internacionais e da região do Oriente (ANDRADE, 2007). *Acción Democrática Nacionalista* é um partido fundado em 1985 pelo ex-ditador Hugo Banzer, de diretrizes à favor das reformas neoliberais. *Podemos* é um partido que surge em 2005 com o projeto de oposição ao MAS no Oriente boliviano.

“centralismo” e “autoritarismo”, agora inaugurado pelo MAS, que correspondia a uma “hegemonia do altiplano” sobre todo o país (CHAVES; SÁ. In: DOMINGUES (Org.), 2009) (MAYORGA, 2007). A ideia de autonomia departamental na Bolívia surge a partir de mobilizações dentro das estruturas de auto-organização regionais, especialmente a partir do “Comitê Cívico de Santa Cruz”, órgão formado pela elite regional e sem a representatividade popular direta. A análise da resolução desse processo é importante para observar como Evo Morales e o MAS lidam com essa oposição, dialogando e atendendo seus interesses, produzindo paradoxos com os princípios de “refundação”.

A ideologia autonomista não ia além da autodeterminação departamental. Não propunha mudança na organização estatal como demandavam as mobilizações populares de 2000-2005; ao contrário, queria o resgate do modelo de Estado democrático liberal reproduzido nos últimos 20 anos. A demanda autonomista, sem participação popular nos Comitês Cívicos regionais, apontava também para a manutenção das estruturas latifundiárias do oriente, que se baseavam em relações sociais e políticas intocadas desde suas origens. Conhecida como “agenda de janeiro”, era uma maneira de se afastar das mudanças para as quais sinalizavam o novo governo, principalmente quanto ao modo de apropriação da renda na exploração de hidrocarbonetos da região da *media luna*, que cresceu exponencialmente nos últimos 40 anos. (CHAVES; SÁ. In: DOMINGUES (Org.), 2009).

A oposição do movimento autonomista ao governo masista se manifestou, especialmente, em dois episódios: (I) congelamento das decisões da Assembleia Constituinte no período de 2006-07; (II) crise política de 2008, com manifestações de grande envergadura na região da *media luna*. (DOMINGUES. In: DOMINGUES (Org.), 2009). A postura de Evo Morales e do MAS foi a de se consolidar frente à oposição e reforçar o seu apoio popular para a continuidade das reformas. Em 2007, diante da paralização da Assembleia Constituinte, Morales convoca um referendo revogatório do seu governo e dos governos departamentais, nos quais obteve mais votos do que quando foi eleito, 67,4% do total. Essa vitória renovou seu apoio popular para retomada do processo constituinte e para uma nova pressão sobre a oposição política da *media luna* (região em que o MAS obteve entre 40-50% dos votos). O apoio reforçou a continuidade das reformas socioeconômicas, como a criação de novos programas de renda condicionada e nacionalização parcial<sup>9</sup> das empresas de hidrocarbonetos.

Apesar do apoio popular ao governo de Morales no referendo, a proposta autonomista ainda se manteve fortalecida na *media luna*, acompanhada de diversas manifestações radicais no ano de 2008, inclusive episódios de massacres e assassinatos a apoiadores do MAS na

---

9 Aumenta-se expressivamente os impostos da extração, mas ainda se mantém as atividades sob empresas estrangeiras, principalmente a Repsol e a Petrobrás, discussão que irá se aprofundar mais à frente.

região. A crise política teve uma escalada internacional, quando se discutiu se o país sofria um “golpe civil”. Esse processo foi marcado pela expulsão do embaixador americano, que estava envolvido com os círculos políticos cruceños, e também pela declaração de apoio da Unasul e do Brasil a favor do governo de Evo Morales. Internamente, se declarou estado de sítio em alguns departamentos para conter os conflitos populares. Ao mesmo tempo, houve a abertura de diálogo em que se buscou a formulação de um acordo do governo com representantes regionais, feita sob olhares de comissões internacionais. Esse acordo previa a revisão de vários artigos da nova Constituição (que caíram de 367 para 200 artigos), da autonomia departamental e de impostos sobre hidrocarbonetos.

Este primeiro momento de diálogo com a oposição para resolução das divergências políticas se deu no início do governo Evo Morales. Após o acordo com a oposição autonomista e a aprovação da Constituição, em 2009, por meio de um referendo, ainda se observou uma relutância regional para aceitação dos resultados das urnas. Ao ponto de, nos departamentos da *media luna*, a maioria votar “não” à nova constituição – houve até ataques de vertente terrorista. O governo continuou aberto ao diálogo e à aprovação de um estatuto autonômico na região que atendesse o interesse da oposição e que não impedisse a implementação da Constituição nesses departamentos (DOMINGUES in DOMINGUES (Org.), 2009).

Esse debate ajuda a refletir sobre o caso TIPNIS que, assim como o movimento autonomista, contesta o governo masista na vertente oposta. Enquanto o lado autonomista contesta as propostas de mudanças do governo, as mobilizações do TIPNIS são pelo reforço das mesmas, por mais mudanças. Sendo assim, para compreender os rumos do governo e das propostas de refundação se deve analisar a posição dos dois conflitos e de suas respectivas demandas dentro das decisões e estratégias governamentais. Como visto, a estratégia conciliadora adotada em relação ao movimento autonomista, nesse período, teve um papel importante no sentido de limitar certas mudanças propostas inicialmente pelo governo. Essa conciliação gerou contradições econômicas e sociais dentro do processo de mudança, como veremos mais adiante. Tanto o caso TIPNIS como o movimento autonomista da *media luna* são classificados por LINERA<sup>10</sup> como “contrarrevolucionários”, mas diferentemente do caso autonomista, o movimento do TIPNIS é feito de maneira “indireta”: seus agentes “acabam defendendo os interesses das forças conservadoras da direita e terminam socavando seu próprio processo revolucionário” (GARCÍA, 2012, p. 14). Por outro lado, segundo LANDER, a contestação do processo de mudança – que, na verdade, demanda o cumprimento de seus princípios –, como no caso TIPNIS, “são vistos como ameaças que tem que ser suprimidas”.

---

10 García Linera é o atual vice-presidente da Bolívia, cargo que ocupa desde 2006, na primeira eleição de Evo Morales pelo Movimiento Al Socialismo.

O autor conclui que “quando se prioriza a preservação do poder acima do conteúdo de exercício, se põe em tela de juízo o sentido mesmo do caráter democrático da sociedade que se quer construir” (LANDER, 2013, p. 34). Levando em conta estas visões sobre o processo de mudança e a análise dos interesses envolvidos na construção da estrada no território TIPNIS – das comunidades indígenas e dos grupos econômicos nacionais e brasileiros –, é possível expor os limites e paradoxos da proposta governamental e das ações tomadas pelo governo Evo Morales.

### **Política econômica do governo masista: rompimento socialista ou neoliberalismo reconstituído**

Para construir uma compreensão mais completa do caso TIPNIS e de seu significado dentro do processo de transição, é fundamental esmiuçar as contradições socioeconômicas criadas entre os princípios de ruptura do *Vivir Bien* e da Plurinacionalidade e as políticas implementadas pelo governo. Segundo LANDER, os processos de mudança baseados na reprodução do capitalismo sofrem um dilema intrínseco que impede uma ruptura para uma sociedade socialista, declarada como objetivo pelo MAS:

“Sobre el supuesto de que las fuerzas productivas del capitalismo darían base material para la sociedad socialista, no se reconoció que aquellas son ciencias y tecnologías capitalistas, que responden a las necesidades del capitalismo, y que sobre ella no se podía producir más que capitalismo (...) Se trata de un patrón científico-tecnológico que, basado em el mito del progreso y del crecimiento sin fin, se propone el pleno sometimiento de todas las dimensiones de la llamada “naturaleza” (...)” (LANDER, 2013. p. 13-14)

No caso da Bolívia, se observa a continuidade da reprodução do capitalismo pela contínua presença do capital estrangeiro e manutenção do extrativismo, que se contrapõem aos princípios de “refundação” do Estado. Isso ocorre principalmente em dois momentos do governo: na política econômica implementada logo após a eleição de Evo Morales e na nova

constituição política de 2009.

Desde a eleição de Evo Morales em 2006 não houve grandes rupturas com o modelo neoliberal ortodoxo que havia até então na Bolívia, diferente da postura de ruptura que esboçou em 2000-2005. Desse modo, nas definições de WEBBER, os primeiros anos do governo Morales se constituíram como um “neoliberalismo reconstituído” sob uma “esquerda permitida”, dentro de uma proposta de “capitalismo andino-amazônico” de García Linera, que visava a industrialização do país sob a renda extrativista de uma burguesia de origem indígena (entendido pelo MAS como um processo distante de uma ótica classista) (WEBBER, 2012, p. 169-170) (Tradução própria).

Durante os primeiros anos do governo, na crença de um capitalismo de mercado, se observou uma reprodução das condições favoráveis de acumulação para o capital privado, tais como promessas de inflação baixa, independência do Banco Central e de manutenção das relações de trabalho (precárias e flexíveis), além da continuidade dos níveis de pobreza e desigualdade social. Em 2006, na instituição do Plano Nacional de Desenvolvimento, se projetou a lógica de extrativismo na economia, que apesar das pequenas rupturas com as premissas neoliberais - como uma maior taxaço da exploração primária e revisão das relações com o FMI - ainda manteve o modelo econômico que passou pela contestação popular nos anos 2000-2005 (WEBBER, 2012).

A maior taxaço da exploração primária se deu sob o discurso da nacionalização econômica, que justificou um aumento da porcentagem das atividades extrativistas no Produto Interno Bruto – PIB - no governo masista, analisado mais à frente. Além da estatização de algumas empresas, que já estavam sob forte mobilização operária, a reformulação dos impostos e dos royalties das empresas estrangeiras se constituíram nas principais medidas. Com a alta dos preços das commodities, esse processo ganhou um tom radical, com repercussão em escala internacional. Apesar disso, a ausência de leis mais rigorosas impediu que se alterassem os poderes decisórios das atividades produtivas que, no caso do gás natural, continuaram sob mando internacional. O mesmo se deu com o controle da produção e com os projetos de distribuição voltados para o exterior (WEBBER, 2012) (VARGAS; GOMÉZ. In: LANDER, *et al.*, 2013).

Uma análise do crescimento do PIB do Estado pode nos mostrar o aprofundamento e continuidade do grau da dependência primária. Em 2008, o crescimento do PIB foi de 6,1% comparado ao ano anterior, sendo 27,1% desse crescimento sobre renda de gás natural e 8,7% de petróleo, ano em que alcançou auge histórico de participação de renda de recursos naturais no crescimento do PIB, 39,7% do valor total. Já em 2009, nos abalos da crise internacional e queda do preço das commodities, o crescimento do PIB foi de 3,4%, composto 9,4%

pela renda de gás natural e 4,1% de minérios. Valores que comparados aos do ano de 2000, no início das manifestações, mostram um aprofundamento dessa dependência. Em 2000, com um crescimento de 2,5% do PIB, observava-se uma composição de 4,3% desse valor de rendas do gás natural e 0,6% de minérios. Dentre todos os anos do governo Morales, a exportação de hidrocarbonetos e minérios dominam, em média, 60% do total da pauta de exportações do país<sup>11</sup>, montante que anteriormente era menor e sobreposto por exportação industrial (CEPALSTAT, 2015) (BANCO MUNDIAL, 2015).

Com essa mudança na pauta exportadora, não se observa expressões políticas governamentais para a transformação da dependência do extrativismo, que só aumenta. A visão de “capitalismo andino-amazônico” de García Linera se complementaria com o incremento da industrialização. No entanto, nossa breve análise mostrou que isso não ocorreu e em nenhum momento competiu com o extrativismo. A industrialização não teve uma mudança drástica de estrutura apesar de iniciativas estatais, mantendo a deficiência do país de setores manufatureiros; apenas se fortaleceu setores da indústria voltados para a economia primária, como o de processamento de hidrocarbonetos e o siderúrgico-metalúrgico. Esse fenômeno, segundo VARGAS e GOMÉZ, se justifica pela falta de incentivos fiscais, minada pela necessidade de apoiar o crescimento econômico na arrecadação fiscal de atividades primárias, somada à corrupção (principalmente da iniciativa privada) e debilidades técnicas (de projetos de indústrias estatais) (VARGAS; GOMÉZ. In: LANDER, *et al.*, 2013).

Nesse caso, o aprofundamento do extrativismo e do papel de fornecedor primário da Bolívia no capitalismo internacional se contradiz com o processo de “refundação” do país, tanto do *Vivir Bien* quanto da plurinacionalidade, pela lógica econômica levada com o meio ambiente e pelo privilégio dos setores ligados a essas atividades. Também neste caso há o fortalecimento dos latifúndios durante o governo de Evo Morales, processo que se dá, principalmente, pelo papel que assume a Bolívia dentro do cenário internacional de fornecimento de energia e alimentos, somado à falência de um projeto de industrialização. Dentro desta concepção, a atividade latifundiária assume um papel importante na agropecuária e agricultura (principalmente de soja) voltada para exportação. Nessa função, os latifúndios possuem privilégios do governo quanto a questões de terra (principalmente no âmbito legislativo) intocados pelas reformas levadas a cabo pelo governo, como, por exemplo, na reformulação da lei do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), em 2007, que legisla sobre a distribuição e uso das terras no país. Essa reformulação, apesar de conceder uma pequena parcela de terra a comunidades indígenas e campesinas<sup>12</sup>, não são

11 Interessante também se observar uma substituição dos parceiros econômicos que o país tinha antes de Evo Morales. Durante seu governo, reduziu-se drasticamente o comércio com os Estados Unidos e com países vizinhos e se intensificou a parceria com a União Europeia e países asiáticos, principalmente a China (VARGAS; GOMÉZ. In: LANDER, *et al.* 2013).

12 O discurso governista contabiliza que redistribuiu uma grande quantidade de terra à comunidades

acompanhadas por incentivos de produção. A maior parte dessas comunidades ainda se encontra sob a linha da pobreza e indigência, apesar de, na uma concepção de *Vivir Bien* e da plurinacionalidade, seus respectivos avanços seriam centrais para o desenvolvimento do país (ORMACHEA; RAMIREZ, 2013) (URIOSTE, 2011) (COLOQUE; URIOSTE; EYZAGUIRRE, 2015).

Na nova Constituição Política de 2009 se observa elementos que desconsideram o *Vivir Bien* e a plurinacionalidade na pauta da política econômica, como o reforço do extrativismo e o privilégio dos latifúndios. Na parte da constituição que rege a função do Estado na economia aparece com pouco peso a questão da plurinacionalidade, que segundo MOTA<sup>13</sup>, somado ao grande conflito interno de diferentes perspectivas sobre poder e política, coloca em risco a possibilidade de mudança econômica proposta pelo governo:

“(...) se não for bem relacionado com a questão de plurinacionalidade, que deveria colocar novos parâmetros para pensar a condução das políticas econômicas, podemos supor, quiçá equivocadamente, que existe certo reducionismo da questão plurinacional ao reconhecimento cultural, jurídico e redistributivo (principalmente no que se refere à redistribuição de terras), que não chega a atingir o cerne do ordenamento econômico do país. (...) no longo prazo, a estrutura de reprodução econômica da sociedade permanecerá sendo ditada por um núcleo que é, em certa medida, “uni-nacional” (...) Não observamos uma inovação constitucional que poderia ajudar a formar um quadro diferencial realmente voltado para a transformação da própria função que o Estado liberal capitalista desempenhou para o país.” (MOTA. In: DOMINGUES (Org.), 2009. p. 149-150)

Essa perspectiva se reflete, por exemplo, no modo em que foi elaborado a limitação de terras na constituição que, apesar de ser estabelecida em um tamanho máximo de 5000 hectares (referendado em conjunto com o referendo constitucional), não age retroativamente e permite a propriedade de terras de mais de 5000 hectares por um conjunto de sócios. Como

---

indígenas enquanto as terras que contam já são consideradas desde a década de 70 como de suas respectivas posse. Isso se deve a um processo de “saneamento” das terras da Bolívia que foi retomado pelo novo governo (ORMACHEA; RAMIREZ, 2013).

13  
em 2009.

É preciso considerar que seu estudo é feito logo após a aprovação da constituição no referendo nacional

também permite que estrangeiros adquiram propriedades por outros meios determinados pela Constituição, visto apenas o impedimento de compras diretas do Estado, que não afeta o grande envolvimento de brasileiros e argentinos (URIESTE, 2011) (ORMACHEA; RAMIREZ, 2013). Tais políticas vão de encontro aos interesses econômicos expressos pela demanda autonomista da *media luna* no início do governo que foram atendidos pela revisão da constituição conduzida pelo governo em 2008.

Diante das observações sobre a realidade político-econômica do país - “adaptação” em contraposição ao projeto de “refundação” do *Vivir Bien* e plurinacionalidade (MOTA. In: DOMINGUES (Org.), 2009. p. 152) - a análise do caso TIPNIS exemplifica essas contradições: a manutenção do extrativismo e da força política latifundiária contra direitos os indígenas e a plurinacionalidade, sendo os grupos envolvidos expressões dos interesses das diferentes perspectivas civilizatórias

## O caso TIPNIS

O Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure compreende, atualmente, 1.091.656 hectares entre os departamentos de Cochabamba e Beni (Anexo 1) e é um dos territórios mais intocados e conservados de toda a Amazônia (PAZ, 2011). Dentro de seu território habitam em torno de 63 comunidades que se dividem em três povos indígenas, os Moxeños, Yucarés e os Chimanés. Esses povos indígenas estão localizados em três diferentes zonas: Zona Central, Zona Isiboro e Zona Sécure, nomeadas de acordo com os rios que delimitam sua região (SERNAP, 2016).

A fundação do território tem origem legal em 1965, por meio do Decreto Supremo 07401, oficializado durante a ditadura militar. Apenas sob o título de “Parque Nacional”, a fundação foi resultado de mobilizações dos povos indígenas originários da região para a proteção de seu território, que estava sob ameaça do movimento colonizador que avançava sobre suas terras. Essa colonização tem suas origens na Reforma Agrária promovida após a Revolução de 1952. Uma de suas propostas era a colonização do oriente boliviano, processo feito por meio de delimitação de terras da região do parque, concedidas a populações oriundas do altiplano (BIZARRIA, 2013) (MORAES, 2014) (MENDIZÁBAL, 2012) (ANDRADE, 2007).



Nesse novo status, o território ainda se encontrava sob proteção estatal, mas se mostrou ineficiente para a contenção dos movimentos colonizadores. Essas se intensificaram ao longo do tempo e se expandiram sobre o território conforme as crises econômicas atingiam o país, com o aumento dos fluxos migratórios. Durante a década de 80, observou-se o avanço de atividades cocaleiras ao sul do território, na região do Chapare, ao norte de Cochabamba<sup>14</sup>; e agropecuárias, ao norte do território, no departamento de Beni, além de outras atividades, como madeiras, caça e explorações petrolíferas (BIZARRIA, 2013).

Com a continuidade do avanço das migrações populacionais, na década de 90 tornou-se possível a visualização de três tipos de territorialidade<sup>15</sup> dentro do parque nacional: (1) uso extensivo da terra pelas comunidades indígenas originárias; (2) o uso intensivo, característico dos colonos cocaleiros ao sul; e (3) pela exploração intensiva de recursos naturais renováveis e não renováveis (JIMENÉZ, 2014).

A incapacidade dos povos indígenas em efetivarem seus direitos sobre a terra e barrarem o avanço colonizador, que já subordinava algumas comunidades, determinou a organização, em 1990, da Primeira Marcha Indígena sob o título de “Marcha Indígena pelo Território e pela Dignidade”, em conjunto com a CSUTCB - Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia. Como resultado da marcha, o governo instaurou o Decreto Supremo 21610, conferindo ao Parque uma proteção legal dupla de Área Protegida e Território Indígena.

A partir de 1990, o território começa a se denominar Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure - TIPNIS. No entanto, os avanços de reconhecimento de direitos da região para os povos não foram suficientes para a contenção da expansão das atividades colonizadoras. Assim, a solução apontada foi dentro da lei da Reforma Agrária de 1996, criada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, que passava a reconhecer a região como Território Comunitário de Origem – TCO. Nessa situação, os povos indígenas do TIPNIS teriam o direito de defender suas terras (e de seus ancestrais), exercerem seus poderes sobre elas e definirem o seu melhor uso. Conquistam o direito não só de defenderem dos avanços colonizadores, como também de retomarem terras invadidas de modo legal e legítimo. Essa mesma lei delimitaria o avanço do movimento colonizador ao sul do território por meio da *línea roja*, que demarcou o espaço entre o TCO e o Polígono 7, região ao sul do território de cerca de 200.000 hectares (aproximadamente 1/6 da área total), na área do Chapare de Cochabamba, legalizando as ocupações dos *colonos* plantadores de coca (Anexo 1)

14 Os trabalhadores afetados pelo decreto 21060 de 1985 determinaram uma retomada do avanço desse movimento sobre o território. Região que originou o movimento cocaleiro que iria no futuro ter Evo Morales como líder.

15 É preciso ter em mente a diferença das definições de território e territorialidade. Com território se especifica o espaço geográfico compreendido, já territorialidade remete ao significado social daquele território, portanto, o modo de produção e estilo de vida que se insere no mesmo (JIMENÉZ, 2014).

(BIZARRIA, 2013) (MORAES, 2014).

O breve resgate dos fatos que ocorreram no território desde 1952 mostra o confronto histórico da realidade vivenciada por ambos os lados, colonizadores e indígenas. Também é de suma importância a análise de outros detalhes como, por exemplo, de seus respectivos modos de produção e de estilo de vida, para um maior esclarecimento do embate entre os indígenas originários e os movimentos colonizadores.

O território foi, primeiramente, ocupado pelo povo indígena dos Moxeños o qual, por meio da busca da utópica *Loma Santa*<sup>16</sup>, a mãe terra, buscava um território distante da pressão do colonizador branco, abundante em recursos e que permitisse a manutenção de seus respectivos modos de vida. Essa concepção também possui o seu cunho político, pois dentro desse conceito se trava a luta contra os movimentos colonizadores. Essa luta é pelo respeito e proteção do território em função de um modo de vida que se busca de maneira irrestrita e ilimitada. Todas as comunidades que compreendem o território se referem ao TIPNIS como a *Casa Grande*, sob a ideia de um lugar que possuem tudo que é necessário para o sustento de seu estilo de vida (animais, madeira, rios, peixes, etc.) e, dentro dessa concepção, não se há “pobreza”, pois satisfazem todas as suas necessidades e, sobretudo, há o respeito dos fluxos e ciclos ecológicos frente a uma estrutura comunitária produtiva e social (JIMENÉZ, 2014) (CHÁVEZ, 2015).

Os discursos colonizadores das outras atividades econômicas são baseados em uma lógica extrativista de eficiência e de esgotamento do território, confrontando diretamente com a territorialidade das comunidades indígenas originárias. Discursos criados dentro de uma lógica andina de ocupação do território oriental, predominantemente dada pelo latifúndio e extrativismo (MENDIZÁBAL, 2012). Nesse espectro, surge o conflito com a estrada que se pretende construir atravessando o parque, pois contrapõem diretamente esses modos de uso do território.

### **Estrada Villa Tunari – San Ignacio Moxos: interesses nacionais e brasileiros**

O projeto da estrada surge em 2003, durante o governo de Sanchez de Lozada, com o objetivo de interligar as cidades de Villa Tunari, da província de Cochabamba, com a cidade San Ignacio de Moxos, da província de Beni. Planejada em três trechos, o seu segundo trecho pretende atravessar o TIPNIS cortando a sua parte central (Anexo 1), afetando diretamente comunidades que não têm ou nunca tiveram o mesmo contato com colonos como as que residem à beira do parque. A execução do projeto se dá apenas em 2008, ano em que a

recém-fundada Agência Boliviana de *Carreteras* (ABC) fecha um contrato com a empreiteira brasileira OAS<sup>17</sup> e, em seguida, Luis Inácio Lula da Silva e Evo Morales acordam os termos de financiamento, sendo R\$ 322 milhões (80% do projeto) proveniente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (MORAES, 2014).

A partir deste momento, não há mais envolvimento apenas dos interesses nacionais sobre a construção da estrada, os quais serão delimitados mais à frente. Além disso, esse momento inaugura uma série de mobilizações das comunidades indígenas do TIPNIS para revisão do projeto, sendo, em um primeiro momento, por meio do diálogo e de outras edições de Marchas Indígenas, até então, alinhadas com o governo e, em um segundo momento, a partir de 2011, sob a organização de Marchas e manifestações com o propósito direto de interrupção e revisão do projeto.

Os interesses e os grupos envolvidos na construção da estrada podem ser elencados em diferentes escalas: locais, regionais, nacionais e internacionais (MORAES, 2014) (PAZ, 2015). Em um plano local do TIPNIS, observam-se tanto os colonos quanto os próprios povos indígenas. Para os colonos, o interesse imediato de construção da estrada está no fortalecimento econômico pela dinamização comercial. Entre eles se incluem os cocaleiros, agropecuários e até mesmo as próprias empresas extrativistas que já possuem atividades no local. Como também há povos indígenas do TIPNIS que se alinham às diretrizes do governo e são a favor da estrada, na sua maioria, são pertencentes ao povo do Chimanés e sofrem acusações dos outros povos por estarem sendo “enganados ou corrompidos”. Supõe-se ser uma situação parcialmente verdadeira, pois, alguns casos associam a construção da estrada a políticas públicas, como o governo procura assimilar em seu discurso<sup>18</sup>, ou concordam com a lógica desenvolvimentista do governo: com a estrada a região teria mudança “no modo de produzir e projetar a vida” que “deveria converter-se em uma zona produtiva capaz de exportar produtos e matérias primas” (MORAES, 2014. p. 59 e 61) (CHAVÉZ, 2015).

Em uma escala regional, é possível observar os interesses de grupos econômicos que vivem às margens da região do TIPNIS. O oriente boliviano é uma área que, tradicionalmente, não é apoiadora ao governo de Evo Morales, como se vê na crise política da proposta autonomista. Portanto, a construção da estrada deve fortalecer o apoio regional, pois favorece tanto os interesses dos cocaleiros do Chapare (região de origem do MAS e apoio tradicional do governo), a qual, além de expandir o comércio, também possibilitaria expansão da produção dentro do território, quanto dos pecuários de Beni, com esses mesmos benefícios

---

17 Empresa que já atua internacionalmente em diversos projetos de construção civil, principalmente sob o programa da Iniciativa para Integração Regional Sul-Americana – IIRSA -, que irá ser discutida mais a frente.

18 O que abre espaço para assimilar quem se posiciona contra a estrada como sendo também contra a entrada de serviços públicos na região.

(MORAES, 2014. p. 62). Em uma escala nacional, observam-se três interesses do Estado na construção da estrada: uma “necessidade histórica” de integração nacional da zona andina à região amazônica, fundamental para o desenvolvimento do país (LINERA, 2013. p. 53); um plano político-estratégico para a construção de uma alternativa de conexão entre altiplano e o oriente, sem a necessidade de cruzar Santa Cruz, região em conflito sobre a questão autonomista (MORAES, 2014. p. 64); e, num plano produtivo, sinalizaria a possibilidade de acesso aos recursos naturais do território, principalmente madeira e petróleo, de grande abundância, como sintetiza PAZ:

“Lo que está en juego en el TIPNIS no es solo una carretera que va a permitir el avance de la frontera agrícola de la producción de hoja de coca, sino también un modelo de explotación hidrocarburífera”  
(PAZ, 2012. p. 10)

No nível internacional, a partir do envolvimento do Brasil na construção, as preocupações se tornaram diretas, no plano político e econômico, e indiretas, no estratégico. O interesse direto financeiro brasileiro está na estrada reproduzir a operacionalização da lógica desenvolvimentista da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que apesar de não estar inserida na carteira oficial de obras, a construção deveria ser feita por empresas brasileiras, no caso a OAS, e por concessão de crédito do BNDES, como ocorre com outras atividades da iniciativa. E como interesse indireto, o resultado da obra concluída abriria a possibilidade da prospecção de petróleo em reservas confirmadas já em concessão de exploração à Petrobrás, outorgada durante o governo de Evo Morales (BIZARRIA, 2013. p. 68) (MORAES, 2014. p. 120), como também da instituição de uma nova rota de escoamento de produção do Brasil para o pacífico. A estrada Villa Tunari-Ignacio Moxos é parte do corredor Atlântico-Pacífico, proposta pelo IIRSA (MORAES, 2014. p. 122).

Observa-se a partir dos interesses envolvidos na construção da estrada que os direitos e mobilizações indígenas são o que contém o avanço desses grupos sobre o território. O próprio governo masista, apesar dos princípios da plurinacionalidade e do *Vivir Bien*, se mobiliza para a construção da estrada. A análise do decorrer de eventos históricos - avanços da construção versus resistência dos grupos indígenas - esclarecem quais os interesses em jogo no caso TIPNIS.

## O caso TIPNIS: Avanço da construção e resistência

As Marchas Indígenas da década de 90 e entre 2000-2005, das quais participaram os órgãos representativos do TIPNIS, lutavam pelo freio do avanço neoliberal e demandavam mudanças sociais e econômicas, que auxiliaram a projeção de Evo Morales e do MAS em 2002-2006. São essas mesmas marchas que se reorganizam para a revisão do projeto da estrada. É importante ter em mente que não há consenso entre os indígenas sobre a questão TIPNIS, nem todos os órgãos indígenas se posicionam contra o avanço da estrada. Dentre órgãos locais, regionais, nacionais e internacionais envolvidos na mobilização (contra ou favor da estrada), três organizações possuem dissidências e organizações paralelas, no total de oito organizações (MORAES, 2014) (CHÁVEZ, 2015) (PAZ, 2015).

Um grande símbolo do grau de politização da questão TIPNIS na sociedade boliviana se dá pela quebra do *Pacto de Unidad*, em janeiro de 2013. O Pacto de Unidade surge em 2007 como um consenso e acordo entre as principais organizações indígenas da Bolívia ao redor dos processos que sinalizavam as mudanças no sentido do Estado Plurinacional levadas a cabo pelo MAS. Demarcava até então uma união e homogeneização da demanda indígena em relação ao processo de mudança (MOKRANI; URIONA, 2012).

Os conflitos ocorridos a partir de 2011 acerca da estrada servem para expor definitivamente os embates ao redor da sua construção, demarcando uma polarização maior dos discursos a favor e contra o projeto, como visto, dividindo o movimento indígena.

Em 2010, Evo Morales e Luis Inácio Lula da Silva assinam os termos de financiamento do BNDES para a obra. Em 2011, dá-se início a construção dos trechos 1 e 3 da estrada. Essa concretização inicial do projeto acaba por determinar a organização por setores indígenas de uma nova Marcha Indígena à La Paz, dessa vez sob o tema “Pela Defesa do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure, dos Territórios, da Dignidade, da Vida e dos Direitos dos Povos Indígenas”, a VIII desde 1990. Durante a marcha, enquanto estavam na região de Chaparina rumo ao altiplano, o exército nacional aborda violentamente os manifestantes com o objetivo de dispersá-los, ato que ganha grande repercussão nacional e internacional, desestabilizando órgãos governamentais. Entretanto, isso não impediu a continuidade à La Paz. Alguns dias após a chegada da Marcha ao seu destino, Evo Morales sanciona a Lei 180, que demarca a intangibilidade do território TIPNIS, proibindo a

construção da estrada. Alguns meses depois, com uma marcha organizada pela organização representante do Polígono 7, o Conselho de Indígenas do Sul (CONISUR), que é atrelada aos quadros governistas (CHÁVEZ, 2015), se opõe à intangibilidade do território e ao cancelamento completo das obras. Visto o insucesso da marcha, em 2012, entram com um pedido de Consulta Prévia, conforme garantida pela Resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada em 1991<sup>19</sup>. Alguns dias após o pedido, é promulgada a lei 222, iniciando o processo de Consulta Prévia na Área Protegida do TIPNIS, que na sua totalidade engloba a Terra Indígena Originária Camponesa (TIOC) e o Polígono 7 (Anexo 1). Em resposta, as comunidades contra a construção se mobilizam na sua IX Marcha Indígena para impedir a execução da lei 222 e em defesa da lei 180, que não teve o mesmo resultado da edição anterior. Alegavam que qualquer processo de Consulta Prévia seria ilegal, pois todos os trâmites iniciais de planejamento já haviam sido realizados entre o governo e o Brasil, não sendo mais “prévia”. (MORAES, 2014) (MOKRANI; URIONA, 2012)

Em 2012, há avanços e retrocessos na construção da estrada. De um lado, se rescinde o contrato com a construtora brasileira OAS e se perde o financiamento do BNDES, retirando os interesses diretos da construção da estrada. Mas, por outro lado, o referendo realizado no marco da lei 222 constatou que 82% da população da área protegida estava favorável à construção da estrada, resultado que possui diversos questionamentos por parte das comunidades indígenas contra a construção, particularmente por inclusão do Polígono 7 na votação. A legitimidade deste plebiscito é questionada por numerosos intelectuais e organizações (PAZ, 2015). A rescisão do contrato foi uma vitória apenas aparente. Em 2016, as construções dos trechos foram retomadas, sendo executadas por duas empresas bolivianas: a recém-fundada estatal de construção civil, Empresa Boliviana de Construção (EBC), e a Associação de Manutenção Viária (AMVI), mesmo sem financiamento brasileiro.

A continuidade da construção da estrada ainda passa por uma série de contestações das organizações envolvidas, principalmente a vertente contra a estrada da Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), uma das que foram cindidas pelo conflito, possuindo apoio da organização internacional Coordenadora das Organizações Indígenas da *Cuenca* Amazônia (COICA) (MORAES, 2014) (CHÁVEZ, 2015). Após a derrota dos movimentos contra a estrada, as organizações procuram apoio internacional em organismos internacionais para paralização ou revisão da estrada, por exemplo, apresentando a alternativa de a estrada dar a volta pelo território<sup>20</sup>. (CHÁVEZ, 2015).

19 A resolução 169 da OIT garante direitos às comunidades indígenas e tribais frente ao Estado. No caso, os indígenas da CONISUR utilizaram o artigo 6º da resolução, que garante às comunidades que sofrem direta ou indiretamente medidas do Estado o direito de serem consultadas para participação da tomada de decisão.

20 “CIDOB presentó demanda ante OEA por violación a derechos de indígenas”. *Jornadanet*, La Paz, 10 de fev. 2012. Disponível em: <http://www.jornadanet.com/Hemeroteca/n.php?a=73485-1&f=20120210>.

As ligações entre os movimentos indígenas e a opinião internacional passam por intensa crítica do governo, como foi observado no discurso de García Linera anteriormente, classificando-os como “antirrevolucionários”, argumentando principalmente que a estrada trará o desenvolvimento tanto para aquelas comunidades quanto para o país. As comunidades contra argumentam que o desenho atual da estrada, estabelecido anteriormente pelo projeto da OAS, não atinge a maioria das comunidades, como é visto no Anexo 1, além de não satisfazer as necessidades dessas comunidades indígenas, que não se interessam em uma eficiência de transporte, vendo o transporte fluvial como suficiente ou por uma maior acessibilidade aos recursos, visto que seu modo de vida também é suficiente (MORAES, 2014).

Visto o caso TIPNIS, pode-se fazer uma reflexão sobre o *Vivir Bien*, a Plurinacionalidade e o processo de mudança do governo de Evo Morales como um todo. O caso TIPNIS é exemplar para se comprovar o posicionamento governamental da Bolívia dentro do processo de transição. A insistência em construção da estrada em detrimento dos argumentos apresentados pelas organizações e comunidades locais mostra o lado daqueles interesses favoráveis à construção. As comunidades indígenas da VIII Marcha conseguiram alcançar grande comoção nacional e internacional em 2011 justamente por representar os princípios de refundação do país em contradição com o mesmo Estado que se propôs a canalizar essas demandas do movimento social de ruptura da história.

O *Vivir Bien* e a Plurinacionalidade são colocados em cheque nessa questão. Não há o respeito dos direitos indígenas e de seu território, que antes em suas Marchas lutavam por uma afirmação dos seus direitos e agora lutam para o cumprimento dos mesmos. A Lei 180 de intangibilidade do território do TIPNIS mostra como é importante esses princípios de refundação, valorizando o estilo de vida e modo de produção daquelas comunidades, como também qual é o seu peso para a opinião pública nacional e internacional, no âmbito da proposta do governo masista de “refundação”. Ao mesmo tempo, a continuidade da obra com discursos diretos de Morales carregados tanto de “impossibilidade” de barrar a construção da estrada quanto da assimilação dos indígenas com a “direita política” mostra que esse processo não procura questionar ou romper com princípios fundamentais que a ordem econômica impõe sobre a riqueza boliviana (MEDRANO, 2016) (ARÍÑEZ, 2016a; 2016b). Pode ser observado nos meios constitucionais e já no início do processo de refundação, complementada por ideologias que expressam intolerâncias de perspectivas opositoras às intenções governistas, que essa postura expõe os limites da ampliação democrática, do fim de uma “sociedade *abigarrada*” e da ideologia de transição como um todo.

## Considerações finais

Em 22 de agosto de 2009, Evo Morales e Luis Inácio Lula da Silva se encontram na cidade de Villa Tunari para assinatura do acordo de financiamento do BNDES para a construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio Moxos, que cruza o território TIPNIS. Em 29 do mesmo mês, Evo Morales é condecorado pelo presidente da Assembleia das Nações Unidas como herói mundial da *Madre Tierra* pela aprovação da constituição que fundaria o Estado Plurinacional da Bolívia.

É notável que a eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia em 2006 surge como demanda de uma “refundação” do país, em busca de uma mudança tanto no âmbito social, pela exclusão histórica dos setores indígenas das decisões políticas, quanto no âmbito econômico, pelo fim da ingerência do capital estrangeiro, concentrados nas atividades extrativistas. A Bolívia se torna um caso categórico dentre todos os países da América Latina, pois a lógica de exploração histórica capitalista do continente e do país produziu episódios conflituosos por aqueles setores que resistiram ou evitaram contato com esse processo histórico, como se dá na Guerra da Água, do Gás e na questão do TIPNIS. Também é um caso categórico que o mesmo governo que propôs mudanças que atendiam a demanda dos movimentos populares de uma nova constituinte e nova lógica econômica - canalizados dentro do *Vivir Bien* e da Plurinacionalidade - seja o mesmo que termine por reforçar as propostas colonizadoras dos movimentos de resistência do padrão de exploração histórico. Isso se evidenciou pelos resultados do caso TIPNIS aqui analisadas, como também por outros exemplos na Bolívia não comentados aqui, como a hidrelétrica do Rio Madeira, produtora de diversos crimes ambientais, nesse caso, com participação ativa do Brasil.

No ano de 2015 foi realizada uma viagem à Bolívia com o grupo de extensão Realidade Latino-Americana da Universidade Federal de São Paulo, sendo essa questão um dos principais motivos de escolha do tema e que guiaram a visão durante a pesquisa. Teve-se oportunidade de conversar com diversas personalidades e organizações da política boliviana, da vertente dissidente da CIDOB, resistente à construção da estrada pelo TIPNIS, ao Centro da Vice-Presidência, tanto personalidades contemporâneas quanto históricas. Alguns entrevistados apontavam um limite ideológico, menos aquelas fiéis ao MAS ou então participantes do governo: Evo Morales trouxe mudanças na vida do cotidiano boliviano, retirou pessoas da pobreza e da indigência e ampliou direitos à algumas comunidades indígenas, mas ao mesmo tempo, não se questionou o projeto país que é coordenado pelos



interesses internacionais e não se colocou no horizonte esforços voltados para os princípios de refundação.

A experiência de se encontrar no meio das divergentes visões políticas e as tensões que se produziam eram evidentes. Naqueles contra o governo foi observado a seguinte visão: a oportunidade histórica que se abriu com o governo Morales em 2006 não foi aproveitada como se deveria, já que tinha-se todos os instrumentos possíveis para a mudança, o apoio popular e o Estado. As medidas tomadas pelo governo foram ao mesmo tempo de avanços no sentido capitalista de criação de um Estado mais integrador e “moderno” (com estradas excelentes e popularização da internet), como também em alguns casos, no nível de uma perspectiva civilizatória de refundação, mais desintegrado e “atrasado”.

É realmente inquestionável essas perspectivas - Evo Morales quadruplicou o PIB da Bolívia desde 1999 para US\$ 33 bilhões de dólares em 2016, e redirecionou parte dessa renda para a população, mas deve-se levar em conta que esse crescimento se deu em grande parte pela onda internacional de favorecimento do preço das *commodities* na década passada. O reforço histórico da tradicional lógica de enriquecimento e desenvolvimento capitalista “sem fim” se sobrepôs à nova ordem demandada pelos movimentos e pelos princípios propostos na refundação em 2006, que consideravam que não há maior riqueza do que a associação do homem com a natureza e o respeito a lógicas comunitárias. Para se entender os desvios do projeto de refundação deve-se ir a diversas raízes. Este trabalho tentou esquadrihar a mais evidente: o MAS fez demasiadas concessões às demandas opostas ao processo de mudança, como as das elites cruceña e latifundiárias do oriente e das empresas internacionais ligadas ao extrativismo.

A análise do caso TIPNIS é imprescindível para compreensão dessa realidade, como um diagnóstico das falhas de um processo de mudança. O caso boliviano serve para expor também os limites de uma orientação reformista que carece de questionamento da ordem histórica que afligiu e aflige o país, principalmente pela não contestação da ordem econômica.

Mas é notável como a sociedade boliviana historicamente busca a integração de seus interesses às decisões governamentais e uma formação nacional (ou plurinacional). O comportamento do governo Evo Morales e do MAS, já exaustivamente exposto, recentemente sinaliza o descolamento de seu governo da sociedade como um todo, como é observado pela vitória do “não” no referendo para reeleição de Evo em 2020, realizado em 2016. Essa característica da sociedade boliviana, fundada na etnia indígena combativa e reivindicatória, é algo que não conseguiu ser absorvido por completo em incorporações nos mecanismos governamentais de um Estado liberal. Apesar dos avanços no caso boliviano sob a plurinacionalidade, ainda há elementos, expostos no trabalho, contrários aos princípios de

refundação do Estado, canalizados em contestações e manifestações. É algo que se observa durante a evolução histórica da Bolívia: após a Guerra do Chaco em 1932; no “esforço de guerra” durante a 2ª Guerra Mundial; durante as manifestações que levaram à Revolução de 1952 (que também teve um líder que não a aprofundou radicalmente); nos movimentos de contestação e confrontos diretos com o governo na ditadura militar; nas manifestações indígenas de 1990 e nas de 2000-2005. Essa ambiguidade foi percebida nas entrevistas de personalidades e de grupos contrários ao governo durante a viagem de investigação do Programa Realidade Latino-Americana.

Essa análise pode ser considerada um dos elementos que fizeram Che Guevara escolher a Bolívia para lutar até sua morte em 1967. Sem dúvida, a Bolívia é uma sociedade de forte contestação de bases populares-urbanas, étnicas e indígenas que nunca deixou de reivindicar aquilo que é de seu interesse e direito, atualmente, contestados por aqueles que auxiliaram e apontaram como liderança em 2006.

## Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: BORON; SADER; GENTILI. Pós Neo-liberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo, Vozes. 1995.

ANDRADE, Everaldo de O. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Ed. UNESP. 2007.

ARÍÑEZ, Rúben. “**Evo anuncia que la carretera que atraviesa el TIPNIS se realiza**”. La Razón, La Paz, 05 de jun. 2015. Disponível em: <[http://www.la-razon.com/nacional/Evo-carretera-atraviesa-TIPNIS-realiza\\_0\\_2283971614.html](http://www.la-razon.com/nacional/Evo-carretera-atraviesa-TIPNIS-realiza_0_2283971614.html)> Acesso em 20 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_ - “**Evo proyecta que la carretera por el Tipnis será construída, com o sin él**”. La Razón, La Paz, 15 de nov. 2016. Disponível em: <[http://www.la-razon.com/nacional/Tipnis-Evo-responsabiliza-derecha-paralizar-via\\_0\\_2601339910.html](http://www.la-razon.com/nacional/Tipnis-Evo-responsabiliza-derecha-paralizar-via_0_2601339910.html)> Acesso em 16 de novembro de 2016.

Asociación Ambiente y Sociedad. **Inversión de empresas brasileiras em América Latina**: Camargo Correa, Odebrecht y OAS. Bogotá: NOMOS, 2015.

ARZE, Carlos V.; GÓMEZ, Javier. **Bolivia: ¿El “Proceso de Cambio” nos conduce al Vivir Bien?** In: LANDER, Edgardo. [et. al] (Autores). **Promesas em su laberinto**: cambios y continuidades em los gobiernos progressistas de América Latina. La Paz: CEDLA, 2013.

BIZARRIA, Maria Teresa Braga. **Bem-viver (Sumaq Qamaña) e o Neoextractivismo na Bolívia**: o caso TIPNIS. 2013. 118p. Tese de Mestrado – UFRGS. 5 de abril de 2013, Porto Alegre. <Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72755/000881090.pdf?sequence=1>> Acesso em 16 de outubro de 2015.

CEPALSTAT, 2015. **Perfil nacional da Bolívia**. Disponível em: <[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil\\_Nacional\\_Economico.html?pais=BOL&idioma=spanish](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=BOL&idioma=spanish)> Acesso em 15 de outubro de 2016.

CHAVES, Daniel; SÁ, Miguel. **Poder político e expressões autonomistas na meia lua a partir de Santa Cruz de La Sierra.** In: DOMINGUES; et al. (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: UMFG, 2009. p. 105-133.

CHÁVEZ, Adolfo. **Presidente da Confederação de Indígenas do Oriente Boliviano (CIDOB). Adolfo Chávez Beyuma:** depoimento [jul. 2015]. Santa Cruz: Sede CIDOB, 2015. 2 arquivos mp3. Entrevista concedida ao Grupo Realidade Latino Americana (UNIFESP-PROLAM).

CHOSSUDOVSKEY, Michel. Chapter XV – **Debt and Illegal Drugs Economy:** The Case of Bolivia. In: CHOSSUDOVSKEY, Michel. *The Globalization of Poverty and the New World Order*. Canadá: Global Research, 2003. p. 229-233.

DOMINGUES, José M. **A Bolívia às vésperas do futuro.** In: DOMINGUES; et al. (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: UMFG, 2009. p. 27-50.

GARCÍA, Álvaro Linera. **Geopolítica de la Amazonía:** Poder haciendal-patrimonial y acumulación capitalista. La Paz. 2012. Disponível em: <<http://www.alames.org/documentos/amazoniaAGL.pdf>> Acesso em 05 de novembro de 2015

\_\_\_\_\_ ; STEFANONI, Pablo. **A potência plebeia:** ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO; Boitempo, 2010.

GONZÁLES, Marco G. (Organizador). **Extractivismo:** Nuevos contextos de dominación y resistencias. Cochabamba: CEDIB, 2014.

GUIMARÃES, Aline S. **Emergência das Identidades Étnicas na Bolívia Contemporânea: Processos e Atores.** In: DOMINGUES; et al. (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: UMFG, 2009. p. 75-105.

GUIMARÃES, Cesar; DOMINGUES, José M.; MANEIRO, María. **Bolívia – A História sem Fim.** In: DOMINGUES; et al. (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 13-26.

JIMÉNEZ, Elizabeth C. **Dilemas ecoterritoriales de la integración regional: IIRSA en**

1.. Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20140305125621/INFORME.pdf>> Acesso em: 17 de outubro de 2015.

LANDER, Edgardo. **Tensiones/Contradicciones em torno al Extractivismo em los procesos de cambio: Bolivia, Ecuador y Venezuela**. In: LANDER, Edgardo. [et. al] (Autores). **Promesas em su laberinto: cambios y continuidades em los gobiernos progressistas de América Latina**. La Paz: CEDLA, 2013.

LA RAZÓN, 2012. **Carretera proyectada traves TIPNIS**. Disponível em: [http://www.la-razon.com/economia/Carretera-proyectada-traves-TIPNIS\\_LRZIMA20120204\\_0042\\_11.jpg](http://www.la-razon.com/economia/Carretera-proyectada-traves-TIPNIS_LRZIMA20120204_0042_11.jpg) Acesso em 25/06/2016.

MAYORGA, Fernando. **El Gobierno de Evo Morales: Cambio Político y Transición Estatal em Bolívia**. Cochabamba: Universidad Mayor de San Simón, 2007. Disponível em: <[http://www.pieb.com.bo/blogs/mayorga/archivos/Articulo\\_mayorga.pdf](http://www.pieb.com.bo/blogs/mayorga/archivos/Articulo_mayorga.pdf)>. Acesso em: 15/10/2015.

MEDRANO, Elisa. **“Inicián la cosntrucción de plataforma em vía al TIPNIS”**. La Razón, La Paz, 28 de jun. 2015. Disponível em: <[http://www.la-razon.com/nacional/seguridad\\_nacional/Gobierno-inician-construccion-plataforma-via-TIPNIS\\_0\\_2297770226.html](http://www.la-razon.com/nacional/seguridad_nacional/Gobierno-inician-construccion-plataforma-via-TIPNIS_0_2297770226.html)> Acesso em: 20/10/2016.

MENDIZÁBAL, Verónica Barroso. **TIPNIS ¿Un conflicto ambiental o de territorio?**. Letras Verdes: Revista del Programa de Estudios Socioambientales FLACSO. Quito, nº 11, p. 112-122, março de 2012. Disponível em: <<http://revistas.flacsoandes.edu.ec/letrasverdes/article/view/919>> Acesso em: 18/10/2015.

MOKRANI, Dunia; URIONA, Pilar. **La construcción del Estado Plurinacional: Una Lectura desde los conflictos del territorio indígena y Parque Nacional Isiborosércure (TIPNIS), Mallku Khota y Colquiri**. Anuari del Conflicte Social, Barcelona, 2012. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/view/6362>>. Acesso em 14/10/2015.

MORAES, Renata A. **Desenvolvimento e Vivir Bien - O caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (Bolívia)**. 2014. 205 p. Tese de Mestrado – UnB. Brasília. <Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15610/1/2014\\_RenataAlbuquerqueMoraes.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15610/1/2014_RenataAlbuquerqueMoraes.pdf)>. Acesso em: 17/10/2015.

MOTA, Aurea. **A Nova Constituição Política do Estado Boliviano: Antecedentes**

**históricos, conteúdo e proposta analítica.** In: DOMINGUES; et al. (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: UMFG, 2009. p. 133-161.

ORMANCHEA S., Enrique; RAMIREZ F., Nilton. *Políticas Agrarias del gobierno del MAS o la agenda del “poder empresarial-hacienda”*. La Paz: CEDLA, 2013.

PAZ, Sarela P. El precio del “desarrollo”: Partir en dos la zona núcleo de la región yungueña mejor conservada de Sudamérica: ¿Cuáles serían los impactos ambientales de la carretera por el TIPNIS?. Bolpress, La Paz, 31 ago. 2011. <Disponível em: <http://www.bolpress.com/2016/09/06/los-pueblos-estan-solos-pero-acompanados-por-su-potencia/?Cod=2011083105>> Acesso em: 20/10/2016

\_\_\_\_\_. **¿Por qué consultar a los del CONISUR si han renunciado al derecho colectivo de la TCO?** Elementos de reflexión sobre el protocolo de consulta a los pueblos indígenas del TIPNIS. Bolpress, La Paz, 8 de maio. 2012. Disponível em: <<http://www.bolpress.com/?Cod=2012050805>> Acesso em: 20/10/2016

\_\_\_\_\_. - Sarela Paz Patiño: depoimento [jul. 2015]. **Cochabamba:** Hostel Running Chaski, 2015. 3 arquivos mp3. Entrevista concedida ao Grupo Realidade Latino Americana (UNIFESP-PROLAM).

QUIROGA, Carlos Villegas. **Privatización de la industria petrolera en Bolivia**. La Paz: FOBOMADE/CEDLA, 2004.

SCHALVELZON, Salvador. **A Assembleia Constituinte da Bolívia:** Etnografia do Nascimento de um Estado Plurinacional. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SADER, Emir. **“América Latina em el siglo XXI”** In: BORÓN, A. A. & LECHINI, G.(Orgs.). *Política y movimientos sociales en un mundo hegemônico. Lecciones desde África, Ásia y América Latina*. 1ª Ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100711033702/lechini.pdf>> Acesso em 20 de junho de 2016.

SACHS, Jeffrey. **Bolivian Hyperinflation and Stabilization**. AEA Papers and Proceedings, Vol 77, No. 2, maio 1987. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w2073>> Acesso em 20 de junho de 2016.

SERVICIO NACIONAL DE AREAS PROTEGIDAS (SERNAP). **Parque Nacional y Territoria Indigena Isiboro Sécore**. Disponível em: <[http://www.sernap.gob.bo/index.php?option=com\\_content&view=article&id=91&Itemid=276](http://www.sernap.gob.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=276)>. Acesso em 25 de junho de 2016.

SILVA, Fabricio P. **Equilíbrio precários – A trajetória do Movimento ao Socialismo e seus Dilemas**. In: DOMINGUES; et al. (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: UMFG, 2009. p. 51-75.

TAPIA, Luis M. XVI: **Tiempo, Historia y sociedad abigarrada**. In: TAPIA, Luis M. *La producción del conocimiento local : historia y política en la obra de René Zavaleta*. La Paz: CIDES-UMSA. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Bolivia/cides-umsa/20120906015335/tapia.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2015.

URIOSTE F. de C., Miguel. **Concentración y Extranjerización de la tierra en Bolivia**. La Paz: Fundación Tierra, 2011.

WEBBER, Jeffery R. “**From left-indigenous insurrection to reconstituted neoliberalism in Bolivia – Political Economy, Indigenous Liberation, and Class Struggle, 2000-2011**”. In: CARR & WEBBER. *The New Latin American Left: Cracks in the Empire*. Maryland, EUA: 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/blar.12352/abstract>> Acesso em 15 de maio de 2015.

ZEHURI, Yan C. **Contradições de classe nos Andes boliviano: tensões entre camponeses e indígenas**. REBELA, v3, n. 1, outubro de 2013. p. 103-118. Disponível em: <<https://rebel.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/127/264>> Acesso em 28/ de agosto de 2016.

## ANEXOS

**Anexo 1:** Mapa do TIPNIS com destaque para o Polígono 7 e o traço proposto para cortar o território.



Fonte: *LA RAZÓN*, 2012.



# CAPÍTULO VIII

DE HALLPA A PACHAMAMA: OS CAMINHOS DE  
HUGO BLANCO  
DA REFORMA AGRÁRIA À DEFESA DO PLANETA



# De Hallpa a Pachamama: Os caminhos de Hugo Blanco da Reforma Agrária à Defesa do Planeta

Vanderlei Vazelesk Ribeiro<sup>1</sup>

*“Dizem que antes eu lutava pela terra com minúsculas e agora luto pela terra com maiúsculas. Em Quéchua não temos este problema, porque terra corresponde a Hallpa e Terra a Pachamama.”*

Hugo Blanco, em depoimento prestado a um grupo liderado pelo professor Fabio Luis Barbosa dos Santos. Lima, sede da Confederación Campesina Del Peru, julho de 2015.

---

1 Professor de História da América da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Publicou sua tese de doutorado pela Editora da Universidad Nacional de Quilmes sob o título: **Cuestiones Agrarias em el Varguismo y el Peronismo**. Organizou em companhia da professora Graciela Bonassa Garcia o livro *Vozes da Terra: Burocratas, Oligarcas e Camponeses na América Latina*. Dedicou-se há mais de uma década aos estudos comparativos de temas agrários, cotejando a realidade brasileira com outros países latino-americanos, como Argentina e Peru.

## Introdução: riscos e necessidade deste artigo

Falar em Hugo Blanco no Brasil, mesmo para os que tenham noção de sua luta, causa sempre algo como uma profunda perplexidade. O interlocutor normalmente pergunta: “Mas ainda está vivo?!” Sim, vivo, com muita história para contar, militante agora vinculado às causas ambientais, sem esquecer aquela que o projetou nacional e internacionalmente, ou seja, a questão da terra. Ainda que não tenha a liderança que teve nos sessenta, este octogenário alto, de pele clara, cabelos lisos, vestir simples, que às vezes usa sandálias e uma sacola atravessada na cintura, considera-se um índio, pois entende que a visão indígena, sentida por ele como universal, conteria as soluções para boa parte dos atuais problemas planetários.

Conheci este senhor casualmente. Eu estava numa festa que comemorava o sexagésimo sexto aniversário da Confederación Campesina del Peru e assim que entrei na sede um velho senhor me ofereceu sua publicação: “Lucha Indígena”. Perguntei como se chamava, e confesso que não pude deixar de espantar-me quando me afirmou ser Hugo Blanco. Eu já lera sobre sua atuação em La Convención, província do Departamento de Cuzco<sup>2</sup> nos anos 60, mas era muito diferente ver o personagem em carne e osso. Numa atitude mais comum a jornalistas e sociólogos do que a historiadores, eu lhe pedi uma entrevista e ele prontamente atendeu. Dois dias depois estava em sua casa, gravador na mão, acompanhado de minha companheira, Helena, que há anos colabora comigo nas pesquisas que desenvolvo no Peru. Depois deste primeiro encontro, realizamos no ano seguinte outra entrevista e intermediamos um depoimento ao grupo que o professor Fabio Luis liderava em uma viagem de estudos à Bolívia e ao Peru, em julho de 2015. Completam este trabalho quatro folhetos escritos pelo próprio Hugo Blanco: “Construamos un Mundo Nuevo, Escuelitas Zapatistas, Callentamiento Global e La Verdadeira Historia de la Reforma Agraria”, além de outras entrevistas concedidas pelo depoente, bem como, quando for o caso, outras referências bibliográficas, assim como entrevistas orais ainda inéditas que realizei com outros dirigentes campesinos peruanos.

O leitor deve estar pensando: mas isso é, então, uma homenagem ao entrevistado? Sim e não. De fato, compreendo que sua caminhada precisa ser melhor conhecida em nosso país, mas, ao mesmo tempo, penso que é necessário refletir criticamente acerca de sua fala, buscando um dado distanciamento entre o estudioso e seu objeto. Riscos à parte, entendo que

---

2 A divisão territorial no Peru é diferente da nossa: o país está repartido em departamentos, estes em províncias, estas em distritos e, em muitos casos, principalmente na serra, há distritos fracionados em comunidades.

vale a pena corrê-los, pela dimensão do personagem estudado. Claro que nos valemos aqui de sua memória, que, como lembra Maurice Halbwachs, está sempre condicionada pelo afetivo, sendo necessário manter certa distância. Mas, quem disse que nós, historiadores, somos tão desconectados de nossos objetos assim? Como disse Silvio Tendler, ao explicar sua postura simpática ao presidente João Goulart no filme biográfico que lotou os cinemas em 1984: “Imparcial só a câmera, assim mesmo quando está desligada.”

Este caudilho, aqui no sentido de líder, nascido em 1934, e que afirma ter sido profundamente impactado ao ver um “gamonal” marcar com as letras de seu nome as nádegas de um índio, fato que o teria feito identificar-se profundamente com esta condição de sofrimento, nos conta histórias com extrema desenvoltura.<sup>3</sup> Daí viria sua identificação com os mais humildes e sua desgraça escolhida, no dizer de Galeano (2012, p. 213).

Desta maneira, pensar esta liderança que transita com facilidade entre as culturas hispânica e quéchua nos permite avaliar por quais “senderos” ele foi buscando sua inserção na vida política de seu país, e depois de outros por onde caminhou, como Argentina, Chile e México. Vale a pena pensar sua perspectiva. Podemos concordar ou não com ele, mas é fundamental conhecê-lo.

Este trabalho está dividido em três momentos: No primeiro discutimos sua inserção política, como engajou-se na luta por reforma agrária e os anos de prisão até sua partida para o exílio. Depois analisaremos sua atuação no período que compreendeu seus exílios, já que mais de uma vez teve de deixar a pátria. “Como não gosto de morrer, tive de ir ao México”, brinca o antigo líder trotskista, ao explicar porque teve de exilar-se no México sob a pressão de militares e militantes do Sendero Luminoso. Na parte final, vamos refletir não tanto sobre sua biografia (Hugo é avaro em falar de sua vida pessoal), mas abordaremos o seu pensamento. Que sociedade está na cabeça de Blanco? Como veremos, ele sustenta firmemente a noção de horizontalidade, que deve passar para a limitação máxima do poder dos dirigentes, o que para ele acontecia nas sociedades indígenas<sup>4</sup> e já acontece nas comunidades zapatistas do estado mexicano de Chiapas. Assim teremos a possibilidade de analisar com mais vagar a caminhada deste homem que, ainda em nossos dias, busca batalhar por suas ideias. Vamos, então, passear com Hugo desde sua atuação política trotskista até os dias de hoje.

---

3 Este termo é o equivalente peruano do nosso coronel rural. Ver por exemplo Cotler (2006, p. 132).

4 Hugo não o cita, mas perfila com as avaliações de Pierre Clastres em seu *Sociedade Contra o Estado*. O antropólogo francês mostra que os índios tupis do Brasil buscavam a todo custo impedir a unificação em torno do poder dos chefes, visando sempre limitar ao máximo a autoridade dos caciques.

## **1 – Do trotskismo à reforma agrária: Hugo Blanco rumo à identidade campesina (1954 – 1971)**

Hugo Blanco Galdos nasceu em 15 de novembro de 1934, em Cuzco. Filho de D. Miguel Angel Blanco e Doña Victoria Galdos, conviveu nas culturas urbana e rural, hispânica e quéchua, posto que seu pai era um advogado e a mãe herdara uma fazenda. Hugo me diz que era de classe média baixa, mas aqui penso que seja uma construção de sua memória, pois dificilmente uma família de classe média baixa poderia mandar dois filhos a estudar na Argentina, posto que Hugo e Oscar, seu irmão, emigraram para Buenos Aires a fim de cursar Agronomia.

Hugo pouco fala de sua infância, mas podemos entrever que o episódio que ele conta do fazendeiro Bartolomé Paz marcando com ferro em brasa as nádegas do índio nas zonas rurais de Cuzco deve tê-lo afetado bastante na perspectiva de uma ruptura social. “Evidentemente, o fazendeiro não foi preso: não se podia fazer isso com um homem de posição”, recorda o futuro líder. Já no curso secundário, em 1951, Hugo ajudou a criar um movimento contra o diretor do Colégio onde estudava, que acabou renunciando. No ano seguinte, participou de um movimento estudantil de caráter nacional contra o reitor da Universidad Mayor de San Marcos, que acabou se suicidando. De acordo com ele, é este seu primeiro contato mais direto com a repressão, ferido por uma bomba de gás lacrimogêneo. Ainda organizou um jornal, que representava o estudantado de seu colégio secundário. Segundo Hugo, neste momento, não tinha militância partidária, ainda que simpatizasse com a esquerda. “Líamos José Carlos Mariátegui e Manuel González Prada”, intelectuais que influenciaram profundamente a esquerda peruana, mas ainda não estava engajado em nenhum partido político, no contexto da ditadura do general Manuel Odría (1948-1956) (BLANCO, 2003, p. 2).

Em 1954, Hugo vai para Buenos Aires estudar Agronomia em companhia de seu irmão, que já vivia naquele país. Oscar militava na célula argentina da Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), o histórico partido fundado por Victor Raúl Haya de La Torre, que iniciara em 1924, ainda no México, um vigoroso discurso anti-imperialista. As principais bandeiras do partido, nos primeiros tempos, eram a reforma agrária e a estatização dos grandes monopólios mineiros e petrolíferos. Numa entrevista que realizei com Marcelino Bustamante, histórico dirigente da Confederación Nacional Agraria, entidade criada por Velasco Alvarado, ele me dizia: “Papai era do APRA. Quando viu as medidas de Velasco

exclamou: “Mas isso é o programa do APRA!” (BUSTAMANTE, 2011).

Entretanto, o partido vivia neste momento uma fase de direitização. Haya de La Torre, após duas insurreições frustradas (1932 e 1948), que lhe valeram o pleno repúdio de militares mais conservadores, concluíra que era hora de aproximar-se da oligarquia e o partido, pelo menos em sua cúpula, começara este movimento que, dois anos mais tarde, ao fim da ditadura de Odría, resultou na chamada convivência com os partidos oligárquicos. Hugo, então, se afastou do partido, mas não se aproximou do PC argentino de linha soviética: “Meu irmão já tinha me vacinado contra eles”, afirma, e foi militar nas fileiras do POR (Partido Obrero Revolucionario).

Sua vida na Universidade durou pouco. “A classe média era pelo golpe contra Perón e a Universidade era fundamentalmente de classe média. Estavam todos com o golpe. O ambiente estava irrespirável! Pedi a meu pai que não me mandasse mais dinheiro”. (CUNEO, 2011, P: 3)

A partir deste momento Hugo passa a engajar-se mais firmemente na ala trotskista. Foi trabalhar em fábricas vinculadas aos trustes da carne, Swift e Armour, onde tentava organizar os obreiros. Ao mesmo tempo, participava da resistência ao golpe que se aproximava. O militante analisa as coincidências entre as quedas de Perón e Allende. Nos dois casos, golpes frustrados em junho, efetivados em setembro. Na Argentina, quando do levante desencadeado pela Aeronáutica, que resultou no lançamento de bombas sobre a Praça de Maio, matando mais de trezentos civis, o “povo peronista” reagiu queimando Igrejas, posto que as alas mais duras do catolicismo portenho estavam com o golpe. Perón criticou, acusando os comunistas. Sabendo que uma tentativa golpista em Buenos Aires seria difícil, o general Lonardi inicia seu movimento em Córdoba. De acordo com Hugo Blanco, Perón freou a resistência, dizendo que os trabalhadores deveriam mover-se de casa para o trabalho. O golpe foi inevitável.

Quase vinte anos depois, Blanco estava participando do cordão industrial de Vicuña Maquena, quando em 29 de junho os tanques saíram contra o governo, e perguntava: “Como vamos conseguir as armas? Com quem falamos?”<sup>5</sup> e me diziam: “Velho, isso não é Chalpmayo, lá no interior de la Convención, aqui existe telefone.” Mas o telefone fora cortado. Depois explicaram a Blanco que Allende continha os socialistas, que continham os sindicatos, que controlavam os trabalhadores. Tudo para não irritar os militares constitucionalistas. Quando afinal veio o golpe, Allende telefonou para o comandante do Exército, visto como um militar constitucionalista, e ele era o líder do golpe. Daí Hugo afirmar que não crê em dirigentes, só na organização popular.

5 Cordões Industriais eram organizações desenvolvidas pelos operários chilenos no esforço para tentar barrar o golpe e ordenar a produção no país.

Deposto Perón, o jovem trotskista não teria outro remédio senão voltar ao Peru e tentar reorganizar o POR em Lima, posto que ali já houvera uma experiência de partido trotskista.

Com a formação que tinha da militância argentina, Hugo tentaria construir o partido a partir da atuação nas fábricas. O campesinato sempre fora um tema difícil para a tradição marxista. Marx, no seu “O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte”, já o criticava como unidades sem coordenação, como batatas num saco, pelo apoio passivo ou não, que os camponeses deram ao presidente Luiz Napoleão Bonaparte quando se proclamou imperador. Lenin também tinha suas dificuldades em relação ao camponês: afinal, ele trazia o germe do capitalista, desejava ser proprietário. A Revolução de Outubro fora pensada para atender o operariado, que deveria ser a classe dirigente, mas, ao fim e ao cabo, a maioria dos soldados aos quais se apelou no momento decisivo vinha mesmo do campo e não houve outro remédio senão atender sua reivindicação histórica: a terra. Terra que, nos anos 30, Stalin coletivizou levando sabe-se lá quantos camponeses à morte ou ao exílio interno. É certo que a revolução chinesa liderada por Mao Tsé-Tung teve como base de massa o campesinato, o que aliás inspiraria Abimael Gusmán, o pai-fundador do Sendero Luminoso a tentar fazer dele sua tropa de choque, mas, na visão hegemônica do movimento comunista, e mesmo da dissidência trotskista, este ator era visto, quando muito, como força auxiliar da Revolução, na medida em que se pudesse atendê-lo face à reivindicação da terra.<sup>6</sup>

Assim, Hugo começou a tentar atuar nas fábricas. Recorda a sua dificuldade: as fábricas eram pequenas, estavam mais para o artesanato do que para a indústria e o aproximar-se do operário já significava ser rejeitado, pois sempre havia alguém para denunciá-lo ao patrão. Finalmente, conseguiu uma fábrica maior de azeite, onde foi trabalhar limpando máquinas.

O ano de 1958 traria novas mudanças para Hugo: o vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon -que entre 1969 e 1974 seria Presidente do país, tendo entre seus feitos o apoio diuturno ao golpe contra Salvador Allende, a intensificação da guerra no Vietnã e Camboja e a renúncia por espionar o Partido Democrata, - realizou um giro pela América Latina. Em Lima foi recebido com fortes protestos organizados por setores de esquerda, inclusive os trotskistas. Daí Hugo ter de deslocar-se para Cuzco e passar a trabalhar junto a um jornal. “Os meninos vendiam jornais em condições muito duras e eu os organizei”, conta Hugo Blanco. Entretanto, essa atuação foi extremamente dificultada e acabou preso, ainda que por vinte e quatro horas. Esta prisão marcaria sua mudança mais

---

6 Sobre o fato de o camponês trazer em si o germe do capitalista, dentro da tradição marxista veja-se, por exemplo: Movimento Popular de Libertação de Angola, Primeiro Congresso Extraordinário. Luanda, MPLA, 1980, p. 36 In: Ribeiro, 1998, p. 21.

expressiva. Ali conheceu um advogado de camponeses que mostrava a imensa dificuldade para atuar no campo. O advogado contou que três dirigentes camponeses estavam presos e ele temia a desmobilização do povo.

Ali começou a “coisa” para Hugo Blanco. Deslocou-se para o interior do Departamento, instalando-se em La Convención e começou sua atuação. (Blanco 2003, P: 4.) A região era de colonização relativamente recente. É uma zona, que no Peru chama-se *Seja de selva* (Serra de Selva), ou seja, está mais baixa que as altas cordilheiras andinas (algo como mil e oitocentos metros acima do nível do mar) e mais próxima da selva Amazônica. O Estado ali oferecera a terra a dez centavos de sol por hectare, o que facilitava muito sua aquisição pelos grandes proprietários, pois se imaginava a região como área para produzir gêneros de exportação, como café, cacau etc. Os grandes proprietários serranos deslocavam-se para lá, “denunciavam” importantes áreas como vazias e apossavam-se delas.

Os índios Machiguenga, habitantes da região, não se interessaram nem um pouquinho em trabalhar nas duríssimas condições impostas pelos fazendeiros e literalmente fugiram para zonas mais protegidas pela selva. A solução para os novos proprietários seria trazer camponeses andinos para ali desenvolverem os cultivos.

As relações sociais ali eram de tipo senhorial: jornadas de trabalho de doze horas, os donos da terra, em certos casos, se permitindo desfrutar sexualmente de mulheres e filhas de camponeses (caso, aliás, não tão incomum Brasil afora), o atraso do trabalhador para os labores na terra do patrão punido, muitas vezes, com o confisco de ferramentas, havendo casos como o de Alfredo Roman Ville, o fazendeiro para quem Blanco trabalharia, que punia “seus índios” com espancamentos ou amarrando-os nus à vista de todos, ou mesmo fazendo-os andar de quatro com cargas nas costas.

Além do mais, existia o problema do clima: os quéchua falantes da serra eram acostumados ao frio andino e também a uma alimentação variada, diversos tipos de milho, batata e outros cereais. Na franja de selva a alimentação era distinta e o pouco que ganhavam era para comprar produtos serranos. Além de tudo, muitos sofreram com a malária. Quando dizemos que a relação era senhorial, é porque não havia ali um pagamento de salários. O trabalhador fazia um contrato normalmente verbal (os fazendeiros buscavam não recrutar quem soubesse ler) segundo o qual ganhavam uma faixa de terra para cultivar sua subsistência e obrigava-os a trabalhar tantos dias no mês para o fazendeiro, como nas plantações de café de São Paulo ou nos engenhos de açúcar pernambucanos. Às vezes, o pedaço que cabia ao arrendatário (arrendir) era muito grande para que cultivasse sozinho e ele subarrendava uma parte para um agregado (allegado). Foi nesta condição que Hugo Blanco foi trabalhar nas



terras de Alfredo Romanville como allegado de um arrendir.<sup>7</sup>

Mas o que talvez tenha sido o efeito detonante da revolta campesina de La Convención y Lares (atual Yanatile), atraindo a atenção nacional e internacional para a região, foi a questão dos despejos. O café leva ao menos três anos para gerar os primeiros frutos; pois exatamente quando isso ocorria, fazendeiros expulsavam os *arrendires* no momento da colheita. Às vezes conseguiam através de uma ação judicial; outras, por expulsão pura e simples.

Houve pelo menos um caso em que os camponeses reagiram matando o fazendeiro Pedro Duque, proprietário da Fazenda San Pedro. Valentin Paniagua, pai do presidente Valentín Paniagua, que assumiria a presidência em 2001 após a queda de Fujimori, organizou um Memorial pedindo a pena de morte para os camponeses. Neste momento, a Federación Departamental de Campesinos de Cuzco já estava organizada, e seus dirigentes afirmaram que se houvesse a pena de morte eclodiria uma greve geral. A pena de morte foi sustada (BLANCO, 2014a, p. 10-11).

A Federação de Trabalhadores do Cuzco, controlada pelo PC pró-soviético, incentivou a organização dos sindicatos campesinos. Nos primeiros tempos, a estratégia era de negociação. Parecia haver mais disposição ao diálogo neste momento, já que o governo de Manuel Prado (1956-1962) criara uma “Comisión para la Reforma Agraria y la Vivienda” que, após longos quatro anos de discussão, apresentou um projeto de reforma agrária que preservava os complexos açucareiros. A sindicalização desenvolvia-se com os apriistas atuando na costa, e os comunistas organizando lutas na Serra (MAR-MEJÍA, 1980, p. 45; RIBEIRO, 2009, p. 253).

Desta maneira, os sindicatos conseguiram, com fazendeiros de mentalidade mais progressista, uma condição melhor de trabalho, redução da jornada ou do número de dias que o *arrendir* tinha que dar à fazenda. Entretanto, havia fazendeiros, como Alfredo Romanville, que exclamavam: “A quem ocorreu a loucura de querer impor como MEUS ÍNDIOS devem servir-me? Estes agitadores têm de ir para a cadeia!” Com estes, não havia o que negociar (BLANCO, 2014a, p. 8).

Saliente-se que a estratégia da Federação Departamental de Campesinos buscava ganhar apoios na cidade. Assim, quando os professores de Cuzco resolveram organizar uma greve, os camponeses deram todo apoio logístico, pois tinham experiência em mobilizações, levando ao êxito do movimento. Blanco acredita que isso seria fundamental para galvanizar

---

7 Ver Blanco, H. – La Verdadeira História de la Reforma Agraria. Lima, Lucha Indígena, 2014. Doravante (Blanco, 2014a). Ver também entrevista inédita ao autor concedida em 13 de abril de 2013. Doravante (Blanco, 2013)

a adesão de gente que, embora sendo pobre, por ter a pele branca, sentia-se em condição superior ao indígena. Depois da greve não era incomum que o professor fosse saudado de forma agora carinhosa: “Olá, campesino!”

Mas o apoio extracampesinato, além das concessões arrancadas a alguns fazendeiros, talvez não tenham tido importância tão fundamental quanto um tema que o próprio Hugo Blanco não sublinha em suas entrevistas: a resistência aos despejos. Os sindicatos e a Federação começaram a amparar camponeses que eram, de uma hora para outra, expulsos das terras que cultivavam, ou mesmo que perdiam em ações judiciais. A orientação ficou clara: os camponeses não deveriam gastar mais dinheiro com os advogados. A resistência deveria ser feita na terra que já se ocupava. Esta postura nos remete às análises de Thompson (1998, p. 132), quando avalia a ação de trabalhadores da Inglaterra do século XVIII. Recusavam-se a pagar o preço cobrado pelos donos dos moinhos de trigo, e muitas vezes arremetiam contra os moinhos, mas não para arrebatá-los gratuitamente, e sim para pagar o preço que consideravam justo. Ou seja, questionavam a nova ordem, apoiando-se naquela que já existia.

Analogamente, os camponeses de La Convención buscavam manter pela força aquele contrato verbal estabelecido antes da colheita, e mais ainda, garantir que a justiça fosse feita não de acordo com decisões judiciais, mas sim, em conformidade com o trabalho por eles realizado. Um diálogo descrito por Hugo Blanco entre a esposa de campesino Carmen Candia e um policial é emblemático desta posição. Vale lembrar que enquanto o policial falava em espanhol, a campesina respondia em quéchua, língua revalorizada nas ações de resistência que a Federação e os sindicatos moviam: “Senhora: há uma ordem de despejo”. “Quem ousar entrar em minha casa, eu rompo a cabeça com este pedaço de pau!” “Senhora: o juiz deu uma ordem de despejo em favor do fazendeiro.” “Este corno não construiu esta casa! Quem fez fomos eu e meu marido! Quem é este juiz que nem conhece esta casa!” “Senhora: a lei manda que quando o juiz dá uma ordem, temos que executá-la.” “Eu não sei falar, muito menos escrever esta sua língua! Mas digo que quem entrar em minha casa, eu rompo a cabeça com este pedaço de pau!”.

O confronto aqui estava claro: de um lado, o poder judicial representado pelas autoridades policiais a quem caberia realizar o despejo. De outro, a fala que representa o que Thompson chamou de economia moral, ou seja, da forma como o campesinato entendia que a sociedade deveria organizar-se. Afinal, haviam trabalhado duro por anos, e na hora da colheita viam todo o seu esforço jogado fora. A organização campesina demonstrava-se na multidão que protegia a fala da mulher, a qual se opunha ao Estado, representado pelas forças policiais.

Deste modo, a estratégia dos fazendeiros de despejar dirigentes sindicais ou

camponeses incômodos, começava a fazer água. Cada despejo ganho na justiça perdia efeito com a mobilização camponesa, que impedia pela força a retirada do expulso. Provavelmente, estas mobilizações contribuíram para o reforço da imagem da Federação de camponeses e dos sindicatos.

O ano de 1962 seria decisivo para o desenvolvimento do movimento camponês em La Convención. Aliás, aquele ano seria marcado por acontecimentos importantes no Peru e no mundo. No plano internacional, o planeta viu-se nada menos que à beira de um confronto atômico entre Estados Unidos e União Soviética pela questão dos mísseis russos, que começavam a ser plantados em solo cubano. Afinal, o acordo feito acabou envolvendo um relativo alívio na pressão estadunidense sobre a ilha liderada por Fidel Castro (AYERB, 2003, p. 43). A revolução cubana, que chegara ao poder em 1959, tivera na reforma agrária uma de suas principais bandeiras, sendo realizada logo nos primeiros meses após a vitória castrista.

Desta forma, o novo presidente estadunidense John Kennedy (1961-1963) e seus assessores decidiram realizar a conferência da chamada Aliança para o Progresso no balneário uruguaio de Punta Del Leste em 1961, e nela se aprovou a implementação de reformas agrárias que levassem à maior redistribuição da terra e da renda. A reforma aparecia aqui como a Vacina Contra a Revolução, como contenção de uma possível ruptura (PECEQUILO, 2003, p. 215).

No Peru, mudanças importantes se davam nas cúpulas militares. Oficiais vinculados ao Centro de Altos Estudios Militares, o similar peruano da Escola Superior de Guerra brasileira, começavam a pensar na necessidade de melhorar as condições de defesa do país, fosse contra o inimigo interno, os sempre temidos comunistas, fosse contra os externos, o histórico Chile, que arrebatara parte do território peruano na guerra do Pacífico e, anos mais tarde o emergente Brasil.<sup>8</sup> Para reforçar a defesa, seria necessário industrializar o país. Mas como fazê-lo sem um amplo mercado interno? Na visão de oficiais ligados ao CAEM, como o futuro primeiro-ministro do governo de Velasco Alvarado, Edigardo Mercado Jarrín, a reforma agrária aparecia como alternativa para criar o mercado onde não existia (MEDRANO, 2008, p. 121; SILVA, 2016, p. 47). Além do tema econômico, havia a questão política. O ano de 1962 assistia ao crescimento dos movimentos camponeses. Os apuristas, que realizavam greves na costa, organizaram o primeiro congresso da Federación Nacional Campesina del Perú (FENCAP), os dirigentes da Confederación Campesina del Perú, fundada em 1947, organizavam o seu em Lima, além dos movimentos, que Hugo

---

8 Em 1971 numa reunião do governo revolucionário da Força Armada, o ministro dos transportes alertava para a necessidade de colonizar-se rapidamente a Amazônia, pois o gigante sulamericano construiria a Transamazônica em quinhentos dias, aproximando-se da fronteira peruana (Ribeiro, 2011, p. 84).

Blanco lideraria em La Convención, como veremos mais abaixo (RIBEIRO, 2014a, p. 45). Além de tudo, era ano eleitoral e Victor Raúl Haya de La Torre, o histórico líder do APRA venceu as eleições no primeiro turno. Haya já enfrentara o veto militar nos anos 30 e 40 por suas propostas de reforma agrária, mas agora sua possível vitória era rejeitada pelos oficiais do CAEM por ele ter assumido uma postura conservadora. Um golpe militar liderado pelo general Ricardo Pérez Godoy impediu que o Congresso realizasse o segundo turno, marcando eleições para dali a um ano (Godoy acabaria substituído em março do ano seguinte por Nicolás Lindley López, por tentar prolongar o mandato) e estabeleceu uma junta militar de governo (COTLER, 2006, p. 132).

Enquanto em Lima os militares se organizavam para o golpe e as eleições eram disputadas por Haya de La Torre, o ex-ditador Manuel Odría (1948-1956), que passaria para o segundo turno, e o jovem arquiteto Fernando Belaúnde Terry, nas províncias cusquenhas de La Convención y Lares, atual Yanatile, as tensões se agudizavam. Multiplicavam-se as resistências a despejos, legais ou não, que a Federação e os sindicatos promoviam. Além disso, muitos fazendeiros, como vimos, não aceitavam negociar melhores condições de trabalho. Daí os sindicatos começarem a decretar greves que, mais tarde, foram seguidas pela Federação num movimento que se tornou geral. Hugo Blanco recorda: “Dirigentes da Federação de trabalhadores, pelegos do partido comunista, me chamavam de aventureiro porque acabamos ficando nove meses em greve. Diziam ser impossível uma greve tão longa. Teriam razão se falassem do trabalhador da cidade, mas no campo a luta era diferente. O *arrendir* não trabalhava mais para o proprietário, mas ele continuava cultivando a parcela que lhe coubera. Nem eu me dei conta, mas aquilo já era a reforma agrária!”<sup>9</sup>

A reação do setor proprietário não se fez esperar. Disparavam tiros para o ar, ameaçavam de morte os dirigentes sindicais. Líderes procuraram a Federação camponesa e num primeiro momento se tomou uma decisão moderada, recomendando a busca da delegacia de polícia. A resposta policial não agradou aos camponeses: “índios ladrões! Estão roubando os fazendeiros! Eles têm o direito de matá-los como a cachorros!” (BLANCO, 2014a, p. 13).

A partir dali os camponeses organizaram um comitê de autodefesa e Hugo foi escolhido para líder. Enquanto isso, a greve se estendia. Dirigentes da Federação, quando a greve alcançava nove meses, propuseram à assembleia que não havia mais o que negociar: era a hora da reforma agrária. Hugo redigiu uma lei de reforma, onde ainda se preservava proprietários que não fossem abusivos, mas a greve e a consequente reforma já atingia mais

---

9 Blanco, H. – Depoimento inédito ao grupo liderado pelo professor Fabio Luis Barbosa dos Santos. Lima, CCP, 22 de julho de 2015. Doravante (Blanco, 2015).

de cem fazendas. “Não creio em dirigentes. Eu não fiz a reforma agrária em La Convención, quem a fez foi o campesinato” (BLANCO, 2015) Enquanto isso, a situação se deteriorava com os fazendeiros acompanhados de policiais invadindo casas de participantes do movimento a fim de prendê-los.

Em reação, a resistência campesina se organizava. O governo peruano identificava o movimento de La Convención como uma guerrilha e determinou a proibição de venda de armas em todo sul do Peru. Entretanto, como lembra Hugo, o último capitalista será morto com a arma vendida pelo penúltimo. Os comerciantes deslocaram-se para a região, vendendo armamentos. Mas como comprá-los? Os camponeses se entenderam com um capataz de uma fazenda e arrecadaram o gado existente. Nunca se comeu carne tão barata em La Convención, conseguindo-se além de armas de fogo, dinamite. “Eu era tão ignorante que não sabia que precisávamos de mecha e fuminante para detonar a dinamite” (BLANCO, 2015). Analisando este momento, ele afirma: “Continuo discípulo do fundador do Exército Vermelho, Léon Trotski. “Há que armar o povo com a necessidade de armar-se. Se o povo entende que precisa armar-se, o povo se organiza. Hoje existem os Espartambos, que em tambo se armam com armas rudimentares. Não há problema, saberão o que é melhor para eles” (BLANCO, 2015). A situação se agravava e numa das incursões o fazendeiro Pilco, acompanhado de um policial, invadiu a casa de Tiburcio Boloños cobrando de seu filho de onze anos que dissesse onde estava seu pai. Como o “niño” não respondesse, o fazendeiro apanhou a arma do policial e disparou, atingindo o braço da criança.

Tiburcio foi conversar na Federação e Hugo afirmava que já que as autoridades todas estavam com o fazendeiro, não havia outro remédio senão cobrar contas a ele pelo ataque. Hugo não nos explica em nenhum momento que contas os camponeses pediriam ao “gamonal”, mas naquele clima de mobilização social, podemos imaginar que uma indenização em dinheiro ou tratamento médico não seriam suficientes para considerar-se a ofensa redimida.

Para chegar à fazenda seria necessário passar por dois postos da Guarda Civil. Pelo primeiro foi possível, mas no segundo, o policial estava alerta. De acordo com Hugo, era o mesmo que entregara a arma ao senhor Pilco. Hugo descreve uma verdadeira cena de faroeste andino: “Cheguei ao posto e contei o caso ao policial. Como não temos armas suficientes, vamos levar a sua, se renda. Mas o policial, dizendo que ia render-se, pois a mão no bolso. Atirei primeiro, do contrário eu era o morto, porque caindo ele chegou a atirar, mas errou” (BLANCO, 2015). Posto explodido, os rebeldes chamam o enfermeiro, mas nada havia a fazer. A partir deste momento, a guarda civil queria Hugo Blanco morto, ainda mais que depois de um enfrentamento em que participou, mais dois policiais foram executados. Nos

anos 80, ao envolver-se em manifestações, Blanco era sempre separado dos demais para ser espancado. “Este é um matapolícia” (BLANCO, 2013). Acabou ficando com uma doença, na qual o cérebro se afasta da base do crânio, apequenando-se. É a doença profissional dos boxeadores. Mas Blanco sofreu um processo quase de restauração por um amigo médico mexicano, já neste século.

Voltando aos anos 60, Blanco foi preso em maio de 1963. A Guarda Civil tinha ordens de capturá-lo morto, mas a Polícia de Investigações, que rivalizava com aquela instituição, o conservou vivo. Quando analisa a luta, diz: a Reforma Agrária foi feita em La Convención de forma mais radical do que eu esperava. Além do mais vejo filhos e netos daqueles camponeses estudando e se aperfeiçoando. Quando o governo militar de 1962 decretou a reforma agrária só para La Convención e os funcionários vieram dizer aos camponeses que iriam dar-lhes a terra, estes responderam que já tinham a terra.

Além disso, em 1963 outras ocupações de terras desenvolviam-se em diferentes zonas do país. Belaúnde Terry mandou reprimir, porém, cada vez mais os militares do CAEM entendiam que a questão da terra unia-se à necessidade de evitar-se uma Revolução. Esta certeza ficou mais clara quando Luiz de la Puente Huceda, antigo militante aprista, buscou fazer de La Convención, em 1965, o seu foco de insurgência. Blanco recorda que ainda quando estava organizando os sindicatos em La Convención, Huceda o procurou: “E vocês, quando rebentam?” “Quando o povo quiser”, responde Blanco. “Mas o povo não decide isso, quem decide é o partido.” E justamente em La Convención, onde a reforma estava feita, os camponeses rejeitaram a guerrilha (BLANCO, 2013). Na prisão Hugo ficou três anos isolado, só recebendo visitas de familiares. “Não podia falar com minha mãe em Quéchua, que é uma língua mais afetiva para nós, porque os guardas não entendiam.” Enquanto isso, o governo Belaúnde Terry conseguia, em 1964, aprovar num congresso resistente uma lei de reforma agrária, preservando os complexos agroindustriais. Em depoimento ao autor, Marcelino Bustamante que, em 2011, era secretário da Confederación Nacional Agraria, entidade criada por Velasco, me afirmava sobre a Lei 15037-64: “Para algo serviu, porque agora a reforma agrária nada tinha de subversivo” (Ribeiro, 2014a, p. 52). De fato, conforme Mayer (2009, p. 54), cerca de quatorze mil famílias foram beneficiadas entre 1964 e 1968, e o levantamento feito pelos técnicos do governo de Belaúnde sobre a estrutura agrária peruana, serviria para desenvolver o processo mais profundo do governo Velasquista.

Quanto a Hugo, finalmente iria a julgamento em 1966, na distante cidade litorânea de Tacna. A pressão internacional movida em seu favor crescia, e a Anistia Internacional se mobilizou para defendê-lo já que estava entre os vinte e cinco anos de prisão e a pena de morte, sendo que seu recurso seria julgado por uma Corte Penal Militar. Daí a proposta

que lhe foi feita por agentes públicos. Ele poderia escapar da disjuntiva pena de morte ou vinte e cinco anos de prisão, bastando declarar-se enfermo e poderia ir para o exílio. “Estou perfeitamente saudável! Respondi. Partir seria uma traição a outros companheiros presos, e além do mais queria utilizar o julgamento para denunciar a farsa.” Na audiência, Hugo aproveitou para dizer que, se ocorrer o que ocorrera em La Convención era crime, então, ele era um criminoso, e denunciou o sistema corrupto das forças policiais do país. “Se for condenado à morte, quero que me executem os generais, não policiais, cholitos, filhos do povo”.<sup>10</sup> Hugo acabou condenado aos vinte e cinco anos e a pressão internacional fez com que a Corte Militar mantivesse sua pena.

De Tacna viajou pela primeira vez de avião para a Ilha de Fronton. Segundo ele, se entendia bem com os presos e os dois chefes das quadrilhas mais perigosas simpatizavam com sua causa. Apoiava suas reivindicações, participava de greves de fome. Como estava condenado a vinte e cinco anos, estava “tapado”, o que significa no jargão carcerário, não temer a morte. Em uma oportunidade, dois presos que tinham tentado fugir da prisão, a qual em 1986 ficou celebrizada pelo assassinato de centenas de militantes do Sendero Luminoso, após uma rebelião já dominada, foram espancados até a morte. Blanco denunciou a jornalistas. Em outro momento, um preso ouviu de um guarda: “Seu martírio vai acabar, porque você e Hugo Blanco vão organizar uma rebelião e vamos ter de matá-los” (BLANCO, 2013).

Enquanto Hugo estava preso e escrevia seu *Tierra ó Muerte*, contando os fatos de La Convención, o clima político-social do país mudava dramaticamente. Em 3 de outubro de 1968, enquanto estudantes eram massacrados em Tlateloco, no México, e no Brasil o regime militar preparava seu endurecimento pelo Ato Institucional nº 5, no Peru os tanques de guerra do general Velasco Alvarado arrancavam do palácio presidencial o debilitado Fernando Belaúnde Terry, que ganhava uma passagem só de ida para Buenos Aires. Hugo Blanco, em suas memórias descritas nas entrevistas, ou em *La Verdadera História de la Reforma Agraria*, faz uma associação muito direta entre os fatos de La Convención e a reforma agrária decretada por Velasco. “Os militares viram La Convención, viram revoltas em outras zonas, analisaram o caso de De La Puente e concluíram que Belaúnde iria incendiar o país. Por isso, fizeram a reforma agrária” (BLANCO, 2014-A, , p. 15). É como se o golpe velasquista tivesse sido dado para realizar a reforma. Certo que ela estava no horizonte dos novos detentores do poder, mas a questão mais imediata vinculava-se ao tema da soberania nacional. O governo de Belaúnde “perdera” a página 11 do contrato com a *International Petroleum Company*, que regularia as relações entre a empresa e o Estado. Não por acaso, seis dias depois do golpe, <sup>10</sup> Cholito é a expressão pejorativa com que no Peru se chama o mestiço de branco com índio. (Blanco, 2014a, p. 17).

os tanques tiveram outra missão: estatizar a refinaria de Talara, pertencente à *International Petroleum Company*, sem indenizações.

O governo Velasquista procurou revolucionar a estrutura social do país. Além da reforma agrária, a estatização de setores como petrolífero, mineiro, pesqueiro e elétrico, a elaboração de projetos de irrigação, a colonização da Amazônia, mas reconhecendo os direitos dos povos indígenas, numa Lei de 1974, além do esforço pela industrialização, a proposta de participação dos trabalhadores na administração das fábricas, e mesmo a valorização do quéchua como língua nacional. “Muitas destas coisas o socialismo do século XXI não se atreveu a fazer”, afirma Hugo Blanco.

No que diz respeito à reforma agrária, o setor proprietário parecia que manteria o perigo longe, com o general José Benavides no Ministério da Agricultura. Contudo, ele foi substituído pelo general Enrique Valdez Ângulo, cuja equipe aproveitou estudos anteriores para realizar a reforma. Marcelino Bustamante, que atribui tudo a Velasco, explica: “Foi um trabalho paciente. Pedia-se aos fazendeiros que dissessem o tamanho de sua propriedade e o valor dela. Na hora de indenizar além de pagar em títulos da dívida agrária, o fizeram de acordo com o valor e o tamanho declarado pelos proprietários para pagar impostos”.<sup>11</sup>

No dia 24 de junho, depois de uma reunião que durou vinte horas, o Decreto-Lei 17.716 foi anunciado com a promulgação da Reforma Agrária. Por ele, estabelecia-se um limite de cinquenta hectares na costa e cento e cinquenta na Serra, a partir do qual a terra podia ser expropriada. A organização das novas áreas deveria ser em termos de propriedades coletivas. A selva Amazônica seria pensada para colonização (RIBEIRO, 2014b, p.132).

Dois dias depois, os tanques de guerra cumpriram uma missão pouco convencional no continente: foram expropriar o engenho Casa Grande, símbolo da oligarquia. Outras fazendas seriam expropriadas *manu militari*. A direita indignada, e parte da esquerda, perplexa. Luiz Gamarra Otero, então presidente da Sociedade Nacional Agrária, afirma que cada proprietário achou que tinha um general amigo e que não seria expropriado (OTERO, 2008, p. 145). Para Hanry Pease García, a situação era mais complicada: a oligarquia peruana nunca fora tão vigorosa economicamente como suas homólogas brasileira e argentina e, portanto, não teria tantas condições de resistência, privada de seu poder político, num contexto de parlamento fechado. Afinal, os recursos principais do país nunca vieram do setor agrário, mas do mineiro (GARCIA, 1986, p. 117).

Quanto à esquerda, o Partido Comunista prontamente apoiou a reforma. Já dirigentes da CCP, à época muito influenciados pelo maoísmo, passaram a criticá-la como Terratenente,

11 Bustamante, Marcelino - entrevista inédita ao autor. Lima, sede da Confederación Nacional Agraria, julho de 2011. Doravante (Bustamante, 2011)



pois o proprietário seria indenizado e o camponês teria de pagar pela terra. Saliente-se que dirigentes de Federações regionais, como Piura e Cajamarca, buscaram apressar o processo realizando ocupações de terras, que mais tarde seriam legitimadas com o apoio do Estado, representado pelo Sistema Nacional de Apoyo a la Movilización Social (SINAMOS), espécie de partido não eleitoral criado pelo regime em 1971.

A esta altura, o leitor já me pergunta: desapareceram com Hugo Blanco? Não. Logo nos primeiros meses depois da reforma, uma mensageira do Partido Comunista foi procurá-lo: Hugo reproduz o diálogo: “Você já está há sete anos preso e sua pena é de vinte e cinco anos. Pode sair amanhã mesmo. Basta aceitar trabalhar na reforma agrária.” “Estou bem na prisão”. Hugo sustenta que uma coisa é ser eleito pelo povo, outra é ser funcionário. “Alguém que trabalha para um governo tem sempre que dizer que tudo está bem. Ilde Simón era ligado ao Movimento Revolucionário Tupac Amarú. Passou muito tempo preso, mas quando era primeiro-ministro de Alán García, disse que o que ocorreu em Bágua estava bom”.<sup>12</sup>Entretanto, dois outros presos, dentre os quais Hector Béjar, que liderara o Ejército de Liberación Nacional, outra guerrilha de 65, aceitaram trabalhar na reforma agrária. Hugo ouviu falar de anistia. “Na saída os outros presos estavam alegres, eu me deprimia. Parecia que ficavam por minha culpa. Na rua eu estranhava, as pessoas não conversavam nos ônibus, na cadeia a gente conversava. Precisei fazer tratamento psiquiátrico, mas o remédio me deixou muito bruto com minha companheira da época. Felizmente a mulher do sociólogo Anibal Quijano me ensinou uns remédios naturais e eu melhorei” (BLANCO, 2013). Na rua, Hugo pretendeu voltar à militância agrarista. Dirigentes do PC insistiram para que trabalhasse na reforma agrária. Então o caudilho fez uma proposta salomônica: “Que não seja a reforma agrária que eu queira, mas a que as comunidades queiram. Assim, onde se deseje parcelamento, se parcele, onde se prefira cooperativa, organize-se cooperativa, onde se prefira a comunidade campesina, articule-se a comunidade. Santo remédio, pedir a um militar, que seja democrático. Não me chatearam mais” (BLANCO, 2015). Entretanto Hugo continuou sofrendo pressões. Primeiro, ele não podia sair de Lima, mas em 1971 foi deportado, tendo como primeiro destino o México. (CUNEU, 2011, P: 6). Hugo ainda afirma que o menos mal governo de seu país foi o que o deportou. Agora vamos olhar um pouco das andanças de Hugo nos tempos de exílio, sua volta ao país e seu último exílio com os zapatistas.

---

12 Referência ao massacre ocorrido em Bágua na Amazônia peruana em 5 de junho de 2009. Ali militantes camponeses ocuparam estradas para protestar contra o fato de o governo ter cedido suas terras para petroleiras, madeireiras e mineradoras. Daí resultou a morte de centenas de camponeses e 24 policiais. Os decretos foram suspensos, mas os líderes continuam processados. (Ribeiro, 2014a, p. 159.) Ver sobre a rejeição de Blanco a trabalhar para o governo velasquista (Blanco, 2013)

## 2 –Do exílio ao zapatismo: 1971 - 1994

“O governo decretou um pacote terrível contra os trabalhadores. Não estou aqui para dizer que votem por mim. Votem por qualquer um, mas participem como um só homem da greve geral de 27 e 28 de junho.”

Hugo Blanco – La Borrachera Electoral. In: Blanco, H. – **Lucha Indígena**. Lima, Lucha Indígena, 113, Enero del 2016.

Neste ponto vamos ter que trabalhar com menos dados sobre um período da vida de nosso personagem: sua fase de exílio mais longo, entre 1971 e 1978. Assim como sua vida familiar, Hugo economiza ao falar dos tempos de exílio. Aliás, no que diz respeito à sua família, Hugo teve ao todo seis filhos, sendo quatro homens e duas mulheres. “Quando nasceu minha primeira filha um companheiro disse: ‘pena que não é varão. Poderia continuar sua luta’. Os meninos me amam, mas são as meninas que tem militância”.

Voltando ao tema do exílio, o dirigente foi primeiro para o México, país que à época recebia refugiados de diversos pontos do continente. Pouco tempo depois regressaria à Argentina. Neste momento (1971), vigorava a ditadura do general Alessandro Lanuci, o qual vinha procurando formas para algum tipo de abertura política que pudesse reincorporar o peronismo à cena política nacional. Cresciam as greves e pipocavam organizações guerrilheiras, destacando-se os peronistas Montoneros e os trotskistas do Partido Revolucionario dos Trabalhadores, organizados no “Ejército Revolucionario Del Pueblo” (ERP). Blanco logo procurou contato com os trotskistas mas não do movimento armado, e sim do Partido Socialista dos Trabalhadores. Teve, entretanto, pouco tempo para articular qualquer atividade na pátria de Carlos Gardel, porque foi preso um mês depois de lá chegar. Formalmente, era por estar ilegal no país, ainda que no México tivesse conseguido um visto de permanência por três meses. Inicialmente, foi posto com os presos comuns. Recordo uma história curiosa. “Um dos presos ao ouvir meu sotaque disse: “És peruano. Mis respetos, Viejo”. Mas ele não conhecia meu passado revolucionário. Pensava que eu era batedor de carteira, e nisso os peruanos são considerados os melhores” (CUNEUS, 2011, P: 8). Entretanto, pouco tempo depois, Hugo foi colocado junto aos presos políticos. De todas as prisões que marcaram sua vida, a de Villa Devoto, em Buenos Aires, seria a mais vigorosa.. Ali a repressão era braba. Estávamos na cela e de repente chegavam os guardas. Revista!

Saiam todos de cara prá parede! E quando voltávamos coisas nossas tinham desaparecido, a carta da mãe, um presente da namorada.”

Hugo era, entretanto, um preso bastante conhecido na cena internacional. Quando no Peru de 1966 a Anistia Internacional se movimentara por ele, personalidades como o filósofo Jean Paul Sartre e sua esposa, a escritora Simone de Beauvoir, assinaram manifestos contra a pena de morte. A pressão de organismos internacionais fez com que a ditadura de Lanuci resolvesse se liberar de mais um problema. Afinal, na Argentina mesmo já havia um contingente importante de presos políticos que protagonizaram episódios como a tentativa de fuga da Prisão de Ralson, na Patagônica província de Chubut, onde dezesseis presos foram assassinados. Assim, Hugo teve autorização para cruzar a cordilheira e estabelecer-se em Santiago do Chile. Primeiro, teve quinze dias para ficar e escolher outro país que o recebesse. Na América Latina não haveria lugar para ele, mesmo em Cuba, já que o regime de Fidel Castro realizara uma aliança cada vez mais firme com os soviéticos, e nosso personagem continuava trotskista. Afinal, Hugo teve a autorização para permanecer na pátria de Violeta Parra por um ano.

Neste período, como vimos, atuou no Cordão Industrial de Vicuña Maquena. Os cordões industriais eram organizações que os partidos de esquerda controlavam na tentativa de reativar a produção, paralisada pelo locaute do empresariado e o abastecimento em Santiago, e tentavam também defender-se do golpe civil-militar em marcha. Foram dinamizados a partir de outubro de 1972, quando uma greve patronal, que ganhou o apoio dos caminhoneiros, praticamente paralisara o país.

Ali Hugo trabalhava na redação de um boletim informativo, e também escrevia para uma revista estadunidense. Enquanto isso, a situação política chilena se deteriorava, e o fato de estrangeiros estarem articulados à luta dos movimentos de esquerda, era usado como mais um pretexto pela direita chilena muito bem articulada ao Departamento de Estado dos Estados Unidos da América para desestabilizar o governo do presidente Salvador Allende (VERDUGO, 2003, p. 35). Neste momento, Blanco recebeu do embaixador da Suécia a oferta de exílio em caso de necessidade. A necessidade fez-se imperiosa no dia onze de setembro de 1973, quando os tanques de guerra do general Pinochet ocuparam Santiago, o palácio de La Moneda foi bombardeado, e o presidente Salvador Allende, assassinado. Ainda hoje, muito se discute se Allende se suicidou ou não, e embora extrapole os objetivos deste trabalho, entendemos importante afirmar que quando o general Pinochet determinou o ataque ao palácio, certamente tinha noção de que a morte de Allende era uma consequência extremamente provável de seu gesto.

Enquanto centenas de chilenos eram executados pela ditadura que se iniciava, Hugo

buscara a embaixada sueca. Mas as embaixadas estavam vigiadas para impedir-se que os refugiados conseguissem abrigo. Provavelmente, depois de muitas peripécias, Hugo conseguiu estabelecer contato com o embaixador. “Então ele me recomendou que me barbeasse, pusesse óculos e fosse para a embaixada”. Ali recebi um passaporte diplomático: Lars Blum, Conselheiro da Embaixada. Entrei no carro guardado por funcionários suecos porque estavam sequestrando gente no caminho entre a embaixada e o aeroporto, e consegui chegar a este destino. Evidentemente não abri a boca durante todo trajeto” (BLANCO, 2013)

O primeiro destino de Hugo não foi a Suécia, mas sim o México. O regime chileno divulgou que estava lutando ao lado de Carlos Altamirano, secretário-geral do partido socialista, mas Blanco já estava em terras astecas. Dali sim, foi para a Suécia.

De seu período no norte europeu (1973-1978) temos poucos dados. Quando lhe perguntei sobre sua experiência sueca, me disse laconicamente: “do ponto de vista econômico, era um país capitalista. Na política havia muita solidariedade com a América Latina.”

O que podemos afirmar é que passou a atuar desde a Suécia na denúncia das violações sistemáticas aos direitos humanos pelas ditaduras militares que cobriam quase todo continente na longa noite dos anos 70. Partindo de terras escandinavas, denunciava todas essas violações em diversos países europeus, como França e Itália. Quando a partir de 1977 o novo presidente estadunidense Jimmy Carter passou a defender uma política mais favorável aos direitos humanos, criticando a violência das ditaduras do continente, Hugo passou aos Estados Unidos e Canadá, proferindo conferências por diversas cidades, esclarecendo o que ocorria nestas latitudes (CUNEUS, 2011, P: 12).

Enquanto isso, muita coisa mudara em seu Peru nativo. Velasco Alvarado, líder do regime nacionalista adoeceu. A disputa de poder entre nacionalistas, que defendiam alguma forma de socialismo e as alas mais conservadoras atingiu o cerne das forças armadas. Hugo Blanco mesmo recorda que tentou coordenar com Hector Béjar, que agora estava articulado ao regime de Alvarado, alguma forma de resistir ao golpe de direita que se aproximava. Não foi possível para ele coordenar resistência com outros grupos de esquerda, já que não chegaram a um consenso. Uma greve policial em Lima, em fevereiro de 1975, foi o sinal de que o regime de Velasco se desgastara. Em agosto, o doente general foi substituído num golpe palaciano por outro general, Francisco Morales Bermúdez, seu Ministro da Economia. Aparentemente, a revolução peruana começava uma segunda fase, tanto que conforme Mar e Mejía (1980), o ano de 1976 marcaria a maior expropriação de terras da reforma agrária. Entretanto, os sinais de que a revolução se esgotara eram evidentes. A repressão a dirigentes de esquerda que apoiaram Velasco, inclusive da Confederación Nacional Agraria, a aproximação no plano econômico com o modelo liberal, não havendo mais investimentos

nem no setor estatizado, tão pouco na reforma agrária, e no plano político o entrelaçamento com regimes ditatoriais de direita, como do Brasil e do Chile (CONTRERAS-CUETO, 2007, P: 235). No campo, as comunidades camponesas, teoricamente beneficiárias das Sociedades Agrícolas de Interesse Social, levantavam-se pois eram, na prática, empregados de uma burocracia de Estado. Daí em Cuzco, em 1976, ocuparem terras da Sais Tupac Amarú. Na costa, o Estado queria cobrar dos membros de cooperativas a dívida agrária. Mas como pagariam se não tinham crédito? O resultado foram greves, prisões e os dirigentes da Confederación Campesina se convencerem de que nada mudara para os camponeses, e o que havia era um “Estado-patrão” (RIBEIRO, 2011, p. 187).

Juntando a insatisfação do campo às duras condições de vida dos obreiros, mais a mobilização social que, em parte, o próprio regime estimulava, deram-se as condições para que em julho de 1977 se realizasse uma greve geral que agregou importantes contingentes de trabalhadores. Para os generais, ficou claro que era mais fácil começar o processo de abertura, bem menos lenta que a de países como o Brasil. O Plan Inca, sistematizado apenas em 1974, que previra a ampla intervenção estatal na economia, e que muitos viram como alguma forma de socialismo, foi substituído poucos meses depois pelo Plan Tupac Amarú. Na economia, cortes de tipo liberal, redução de gastos, aumento de preços, paralisia do processo de reforma agrária, fim do crédito para as cooperativas. Na política, convocação de uma Assembléia Constituinte para 1978 e a previsão de eleições diretas para presidente (RIBEIRO, 2009, p. 263).

Convocadas as eleições, Hugo Blanco retornou à sua pátria, após quinze anos de prisão e exílio. Na campanha eleitoral, Blanco usou seu espaço no horário televisivo para realizar a convocação que iniciou este trecho. A resposta do governo de Bermúdez não se fez esperar. No mesmo dia, Hugo foi preso e deportado para a Argentina do general Vidella que, da Casa Rosada, comandava um autêntico genocídio no país. Para Blanco, sua deportação era parte da Operação Condor, articulação entre as ditaduras militares, especialmente do Cone Sul, para assassinar opositores. Quatro Montoneros argentinos haviam sido devolvidos pelo Peru e desapareceram. Ele seria parte do pagamento argentino, livrando Bermúdez de uma figura incômoda. Entretanto, quando o avião aterrisou em Jujuy, o experiente revolucionário afirmou: “não piso solo argentino. Tenho passaporte sueco”. A intervenção de um jornalista, que teria fotografado o avião e conseguido passar a foto o salvaria. O governo sueco interveio e Blanco pôde voltar ao país escandinavo em segurança, permanecendo ali até poder regressar à Lima. (CUNEUS, 2011P: 14; BLANCO, 2015). Blanco não gosta de falar de seus tempos como deputado constituinte, como deputado na Câmara (1980-1985), e de sua experiência de senador (1990-1992). “Em minha primeira candidatura eu disse que votassem por qualquer um e fui o mais votado da esquerda e o terceiro do país.” Eleito pela Frente Operária

Camponesa Estudantil Popular, Blanco foi com seu projeto de Constituição nas mãos. A esquerda tinha um terço dos assentos, mas estava dividida. Blanco recorda: “Deixam que você fale tudo o que quiser, mas não publicam nada. Só publicavam que eu usava roupas feias, sandálias, que eu não gostava de tomar banho” (BLANCO, 2013).

De todo modo a nova constituição aprovada em 1979 reconhecia a reforma agrária de Velasco e mantinha os famosos *três Is* das Comunidades indígenas: Imprescritíveis (o direito não se perdia com o tempo), inembargáveis (não poderiam ir a leilão) e inalienáveis (não poderiam ser vendidas suas terras).

Nas eleições presidenciais realizadas em dezoito de maio de 1980, boa parte dos grupos de esquerda não se agregou à Izquierda Unida, coalizão que ao longo dos anos 80 alcançaria importantes resultados eleitorais. O APRA lançou Armando Villa Nueva, sucessor do octogenário Haya de La Torre, morto no ano anterior. Mas a vitória seria do mesmo Belaúnde Terry, expulso do país doze anos antes. Hugo Blanco foi candidato à presidência da República pelo Partido Revolucionário dos Trabalhadores, numa candidatura que ele mesmo reconhece, visava apenas divulgar o programa de seu partido. Nas eleições parlamentares ocorridas concomitantemente com as presidenciais, Blanco elegeu-se deputado, agregando-se mais tarde ao Partido Unificado Mariateguista, uma das múltiplas organizações que compuseram a Esquerda Unida (RÉMIQUE, 2009, p. 125).

O Peru para o qual Belaunde voltara, era um país em crise. A economia declinava. Os choques do petróleo de 1973 e 1979 levaram à alta dos juros internacionais, que eram indexadores dos empréstimos realizados para financiar os projetos de desenvolvimento da década anterior, num processo similar ao brasileiro. Se as privatizações não estavam na ordem do dia, o corte de gastos públicos era posto como medida fundamental. No mundo agrário, o reflexo desta política foi o total fim do apoio às cooperativas, a liberação da importação de alimentos e uma lei agrária que permitia a parcelação das propriedades nas cooperativas, bem como o investimento estrangeiro em áreas da selva Amazônica, neste caso, imitando o que o Brasil fazia desde fins da década de 60 (RIBEIRO, 2014a, p. 58).

Entretanto, um outro fenômeno marcaria o país por pelo menos uma década e meia: a ação armada do Sendero Luminoso. Este movimento, que se desenvolvera após um paciente trabalho que duraria uma década, liderado pelo professor de filosofia Abimael Guzmán, iniciaria a luta armada a partir de queima de urnas no distante povoado de Chusche, no Departamento de Ayacucho. O Sendero caracterizava suas ações por ataques a centrais elétricas, dinamitações em pontos estratégicos principalmente de Lima, e assassinatos no meio agrário. Se inicialmente suas ações voltaram-se contra policiais, visando desmoralizar a polícia para provocar a intervenção das Forças Armadas no conflito, logo dirigiram-se contra a

esquerda, buscando eliminar todos os que não fossem senderistas. Em minhas entrevistas com dirigentes como Andrés Luna Vargas e Jorge Prado, da Confederación Campesina del Peru, e Marcelino Bustamante, da Confederación Nacional Agraria, todos foram unânimes em dizer-me que os dirigentes camponeses estavam entre dois fogos: podiam ser liquidados por militares e paramilitares, acusados de “terrorismo”, mas também podiam ser eliminados por senderistas sob a acusação de “reformista, colaboracionista” ou “soprón”, dedo duro no dizer local. Andrés Luna Vargas, em depoimento prestado ao grupo liderado pelo professor Fabio, chegava às lágrimas recordando os companheiros caídos.<sup>13</sup>

Hugo Blanco, na condição de parlamentar, fez parte da Comissão de Direitos Humanos. Nessa função, foi visitar os presos políticos sendo recebido aos gritos de “Trosco, Hijo de Puta! Perro de Belaúnde!” Na prisão feminina, a recepção foi um tanto melhor. “Levávamos panetone e chocolate. O capitalista panetone foi aceito, mas não o chocolate produzido pelas cooperativas, já que as presas eram contra as cooperativas” (Blanco, 2015).

Sobre a ação senderista no campo, Hugo Blanco explica: inicialmente contavam com relativo apoio, pois matavam policiais abusivos, estupradores. Mas quando começaram a matar camponeses, encontraram resistência por parte deles. “Uma campesina me dizia: “Graças a Deus, companheiro, o Exército instalou um quartel aqui. Sendero nos estava matando muito!” (BLANCO, 2015). A fala da campesina, a bibliografia por nós consultada e os depoimentos que colhemos sobre a resistência camponesa ao Sendero, são coincidentes. As rondas campesinas tornaram-se um importante foco de revolta contra o senderismo. O primeiro episódio conhecido deu-se em Luca Namarca, quando oito senderistas foram mortos pelos camponeses. Certo que a reação liderado por Gusmán foi vigorosa: “Há um episódio que nem eles nem nós esquecemos: Luca Namarca. Ali viram que éramos osso duro de roer.” Foram sessenta e nove camponeses mortos, boa parte mulheres e crianças.<sup>14</sup>

A forma organizativa que tomou a rebelião contra o Sendero, que De Gregore chamou de Rebelião do Coro,<sup>15</sup> era a ronda campesina. As rondas nasceram em províncias do Departamento de Cajamarca com o fito de combater o roubo de gado, que se tornara endêmico depois da reforma agrária. Se em 1983, quando a Marinha passou a combater o Sendero promovendo ações de autêntico genocídio contra as populações indígenas, o campesinato de Ayacucho (principal zona de atuação senderista) não a apoiou, a situação começou a mudar quando o Exército passou a comandar a ofensiva em 1985. Isso não significa que os militares de terra não cometessem violências muitas vezes descabidas, mas

13 Vargas, Andrés Luna – entrevista ao Grupo liderado pelo professor Fabio Luiz. Lima, Conveagro, 20 de julho de 2015.

14 Ver Comisión para la Verdad y Reconciliación. Los Orígenes. Tomo 1, P: 136.

15 Os camponeses tinham sido pensados pelos senderistas como a base de massa da Revolução, mas sem nenhum papel dirigente. De Gregore compara seu papel ao do coro nas tragédias gregas. Degregori, 1996, P: 16.

parte deles originária da Serra começou a organizar as rondas. Houve, é certo, casos de comunidades dizimadas pelos bandos em luta, mas também houve regiões onde as rondas organizaram-se espontaneamente. Andrés Luna Vargas, senador entre 1985 e 1990, me conta: “Sendero chegava na comunidade, matava os estupradores, o povo gostava. Mas depois começaram a impor que o camponês só plantasse para sua subsistência e não vendesse nos mercados para não alimentar o sistema capitalista. Mas o camponês estava acostumado a vender nos mercados! Isso é como dizer: Hoje à noite não anoitece! Amanhã não amanhece! Além do mais não respeitavam os alcaides eleitos pelas comunidades. Queriam que mandasse o dirigente deles. Isso nenhuma ditadura militar jamais fizera! Recebi uma carta na qual o líder de uma comunidade dizia: “nossas balas acabam, nossas pedras não! Vamos plantar à luz da lua contra a vontade de Sendero!” E Sendero foi expulso da comunidade” (RIBEIRO, 2014b, p. 130). Noutro episódio, Guerrero Bravo nos lembra que em uma zona de Junín, os campesinos foram pedir armas aos militares. Recebendo a negativa, cortaram as cabeças de oito alegados militantes senderistas e entregaram no quartel, como sinal de apoio aos militares (BRAVO, 2001, p. 205).

Como vimos, as violações não se limitaram ao Sendero, aliás, havia também outro movimento armado: o Tupac Amarú, que passou a atuar a partir de 1982. Em face destas violações, Hugo se pronunciava sistematicamente no parlamento. Num destes momentos afirmou: “É necessário dialogar com o Sendero. Dialogamos com quem é nosso adversário. Eu não teria problemas em dialogar com um assassino como o general Noel.” Quando um deputado conservador pediu que retirasse a acusação, Blanco retrucou: “Retiro o termo assassino. Ele é um genocida!” (CUNEOS, 2011, P: 16). Ante esta resposta, foi suspenso por quatro meses e aos jornalistas que perguntavam o que ele ia fazer, respondia: “Bem, trabalhei em fábricas, mas ninguém vai me chamar. Em fazenda, creio que não seja mais possível. Vou vender café.” Lima ganhou seu mais famoso vendedor de café, volta e meia entrevistado pela imprensa: “Aqui eu vendo café, no parlamento, vendem a pátria.”

Terminado o mandato em 1985, sob o impacto da eleição de Alán García, o primeiro aprista a chegar ao palácio presidencial, Blanco passou a secretário de Organização da CCP e dirigiu-se a Puno, nos Andes peruanos. Ali o movimento camponês articulava a tomada de terras das saís, que eram controladas pela burocracia estatal. Blanco estava agora na mira dos órgãos de inteligência que, como vimos, não tinham esquecido seu passado de “Matapolicia!” Também pelo Sendero, pois era um traidor da classe campesina, pois lhes ensinava que havia outra forma de luta, que não a luta armada. De qualquer maneira, um milhão, duzentos e cinquenta mil hectares foram retomados entre 1985 e 1987. O Sendero eliminara dirigentes camponeses destas ocupações, como Zenobio, Elaya, um prefeito indígena e Porfirio Zumi, que fora preso por causa das ocupações e solto após uma campanha



internacional (BLANCO, 2015). Terminada a batalha de Puno, Blanco deslocou-se para a Amazônia. Atuava no Departamento de San Martín, onde os colonos organizaram uma greve com paralisação de estradas. A greve foi vitoriosa, mas no encontro de celebração dezenas de camponeses foram mortos pela polícia e Blanco, preso. Não foi desaparecido porque mais uma vez um telefonema foi dado, agora para a sede da CCP em Lima; foi afinal libertado por uma campanha nacional (CUNEOS, 2011, P: 18).

A repressão de militares e paramilitares, a atuação do Sendero e, em menor medida, do Tupac Amaru (Hugo lembra que com estes era possível negociar), a hiperinflação que chegava a sete mil por cento e o fracionamento da esquerda Unida, levaram a eleição de 1990 a polarizar-se entre duas candidaturas neoliberais: a do escritor Mario Vargas Lloza, de passado marxista, e a do desconhecido engenheiro agrônomo Alberto Fujimori. Vargas Lloza perdeu a eleição por ser claro em seus propósitos neoliberais. Fujimori venceu alegando que Lloza era o choque. Alcançando o poder, Fujimori adotou o neoliberalismo puro e duro. Cortes profundos de gastos, privatizações e, assim que foi possível, privatizou as cooperativas agrárias, bem como permitiu o parcelamento das terras comunais. Blanco elegeu-se senador em 1990. Em 1992, Fujimori fechou o Congresso. Poucos meses depois da prisão de Abimael Gusmán, sem disparar um tiro, após um paciente trabalho de inteligência que vinha do governo de Alán García, Fujimori elevou sua popularidade. Blanco inteirou-se de que a situação que tantos dirigentes viveram era agora a sua. Estava ameaçado pelos serviços de inteligência e pelo Sendero Luminoso, cujos dirigentes tentavam intensificar seus ataques após a queda do líder. “Como não gosto de morrer, fui para o México.” A escolha não foi casual. Sua companheira deste momento e seus dois filhos mais novos eram mexicanos. Assim era mais fácil conseguir residência neste país.

Mesmo no novo exílio, a luta não o abandonaria. Em primeiro de janeiro de 1994, o governo neoliberal de Carlos Salinas de Gortari festejava a entrada em vigor do tratado de livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá. No mesmo dia, vinham à luz as ações do Exército Zapatista de Libertação Nacional, liderado pelo subcomandante Marcos. Exilado, Blanco se absteve de pronunciamentos, mas em 1996 participou do encontro intergaláctico contra o neoliberalismo e, mais tarde, da Escuelita zapatista. A partir dali, ele encontrou outro meio de expressar seu pensamento. Sem repudiar o trotskismo, mergulharia no indigenismo, que informa sua maneira de atuar em nossos dias. Na última parte deste trabalho, deixaremos um tanto de lado a biografia cheia de fatos marcantes deste homem e nos dedicaremos a expor, ainda que superficialmente, seu pensamento. A terceira parte do texto vai dedicar-se a pensar a visão de mundo que informa a atuação do velho combatente.

### 3. Indigenismo: Perspectiva atual do combate

“Pensam que a Humanidade é má. A Humanidade não é má. Todo problema está no individualismo.”

Hugo Blanco – Entrevista inédita ao autor, julho de 2014.

A partir de seu contato com os zapatistas no México, Hugo parece ter reconstruído suas origens indígenas. Blanco permaneceu no México entre 1992 e 1997, momento em que desenvolveu os contatos com os guerrilheiros do subcomandante Marcos. “Marcos é só Subcomandante, porque quem comanda é a gente organizada”, afirma o líder.

Os princípios dos neozapatistas organizados em diversas comunidades do estado sulista de Chiapas são repetidos por ele à exaustão. “Obedecer à coletividade, não mandar. Convencer e não vencer. Servir e não servir-se. Propor e não impor. Representar e não suplantar. Descer e não subir. Consumir e não destruir”.

De acordo com ele, os municípios que depois dos acordos de San Andrés, em 1996, passaram a compor a zona liberada sob controle do EZLN desenvolveram uma organização calcada na horizontalidade, e não no poder de mando centralizado. É como se o trotskismo, pelo menos aquele imaginado por ele na juventude, se materializasse no México de fim de século. Assim, quando chamados a discutir com o governo mexicano, os indígenas de Chiapas não impuseram um modelo a toda pátria. “O que podemos dizer aos que vivem na Baixa Califórnia?”, referindo-se ao norte mexicano. Assim houve um acordo transformado em lei pelo Congresso, mas não referendado pelo Estado (BLANCO, 2014b, p. 13).

De todo modo, a organização das comunidades lhe parecem exemplar. A região zapatista está dividida em três níveis: o povoado, o município e os caracóis. Os dirigentes, em todos os níveis, são eleitos, não reelegíveis e removíveis a qualquer tempo (BLANCO, 2014b, p. 11). Não custa lembrar que esta foi a fórmula que Lenin propôs em seu *O Estado e a Revolução*, calcando-se no modelo da comuna de Paris, experiência revolucionária que durou dois meses na França, em 1871. Na zona liberada pelos zapatistas, os que combateram na luta armada procuram, conforme Blanco, não interferir nos processos organizativos. Mesmo o subcomandante Marcos declarou-se agora uma figura desnecessária no processo zapatista, já que as comunidades têm ganho autonomia.<sup>16</sup>

Outra coisa que encanta Hugo é o que afirma ser a organização comunitária. O

trabalho dirigido e dividido por todos. “Uma companheira foi eleita dirigente em seu povoado e estava preocupada porque seu marido e filhos não sabiam cozinhar. Então ensinou a eles rapidamente e agora pode dividir com eles as tarefas domésticas” (BLANCO 2014b, p. 14). Ainda no que tange à representação, nenhum dirigente ganha nada a mais por ocupar postos de comando. A ideia é que eles servem ao povo durante determinado tempo e depois voltam ao seu povoado. Hugo conta a história de um dirigente a quem se propôs pagar-se mais do que ele precisaria para uma viagem e isso foi rejeitado. Para o combatente, esta intervenção é fundamental porque foi assim que todas as revoluções do século XX degeneraram, pois os líderes acabaram criando uma casta burocrática que, ao fim e ao cabo, passa a ser a dirigente da sociedade. Afinal, o que na União Soviética seria a ditadura do proletariado, acabou se tornando uma ditadura sobre o proletariado.

Outro aspecto fundamental para ele são as escolas. Ele mesmo estudou nas “escuelitas zapatistas” onde as crianças são ensinadas não apenas a ler, escrever e contar, mas principalmente o respeito à mãe terra e a valorização por sua história. A identidade indígena aqui é extremamente levada em conta. Embora Hugo rejeite drasticamente a ideia de competição, não deixa de destacar que em testes as crianças educadas nas escolas zapatistas costumam ter desempenho superior ao daquelas que estudam nas escolas do sistema formal mexicano.

Hugo voltou ao Peru em 1997. Participou das mobilizações que, no ano 2000, forçaram a renúncia do ditador Alberto Fujimori. Embora a derrota do Sendero e a queda da inflação tivessem servido de fonte legitimadora para o nipo-peruano, estes mesmos fatores foram fundamentais em seu enfraquecimento, porque sem estes fantasmas sua ditadura não mais se legitimava (COTLER-GROMPONE, 2001, p. 132).

A partir de seu retorno, Hugo voltava a militar na Federación departamental de Campesino de Cuzco e como base da CCP. Observa que os efeitos da guerra interna foram devastadores para o movimento camponês peruano. Nos anos 80 tinham bases praticamente no país todo, mas a repressão militar e os extermínios senderistas reduziram bastante sua base de atuação. De todo modo, Blanco continuava sua militância. Em 2008, o filho do fazendeiro que ele viu marcar as nádegas do índio, quando tinha dez anos de idade, conseguiu com um juiz do interior de Cuzco a prisão de Hugo Blanco. Ele estava assessorando comunidades campesinas que retomavam terras que o coronel afirmava serem suas. Esta prisão de um homem de setenta e quatro anos acabou sendo mais rápida (ZAPATA, 2008).

Contudo, se a militância campesina ainda o mobiliza, o tema indígena ganha inteiramente sua sensibilidade. Edita desde 2006 a revista *Lucha Indígena*. A partir dela e de suas falas, sustenta o chamado Bom Viver que já está indicado nas práticas zapatistas e de

comunidades indígenas no mundo inteiro. Hugo não se cansa de nos fornecer os exemplos de Bom Viver. Conta-nos do antropólogo que na África do Sul ofereceu às crianças todas as frutas de que dispunha àquele que vencesse uma corrida. As crianças se deram as mãos e correram juntas. Ficariam tristes se uma ficasse sem frutas. Outra história é dele mesmo: ofereceu a uma vendedora comprar todos os doces que ela tinha, sem pedir descontos. Mas ela respondeu que se ele comprasse tudo, a quem mais ela venderia? Ou seja, para a senhora, vender era mais do que um negócio, era uma relação social.

Para Hugo, quanto mais primitiva (aqui não é pejorativa e sim valorativa) a sociedade, mais está próximo do Bem Viver. “Eu sou Quéchuá hablante, mas os amazônicos ainda estão à nossa frente”. E nos conta uma história deliciosa: os chunchos (termo pejorativo que o índio serrano usa para referir-se ao amazônico) são preguiçosos, contava-lhe um serrano. Um fazendeiro pediu ao selvático que cortasse um pedaço de bosque em troca de um machado. O silvícula fez o serviço em tempo recorde. Entusiasmado, o fazendeiro propôs: “Agora te ofereço um negócio redondo: Te dou outro machado se me corta um quarto do que cortaste”. “Mas para que eu quero outro machado se só tenho um braço direito?” Onde o serrano vê preguiça, Hugo percebe uma visão de mundo mais de acordo com a natureza. Não há necessidade de se esfalfar para progredir indefinidamente.

A partir dessas reflexões, o dirigente (ainda que deteste este título) centra sua atenção no que para ele é a principal ameaça: o aquecimento global. Em suas palavras: todos os problemas da Humanidade encontram quem se manifeste contra, mas as vítimas do aquecimento global não se manifestam. Dele viriam o furacão Katrina, as secas, as inundações e outros desastres climáticos. A causa do aquecimento é clara: a ganância incontrolável dos capitalistas articulados agora numa rede transnacional. “Podem até derramar umas lágrimas por saberem que seus netos não sobreviverão, mas isso não lhes importa.” Claro que atrás do aquecimento global que, segundo o que acredita, levará ao fim da espécie humana, Blanco enxerga os inimigos mais próximos. O principal são as mineradoras. Elas continuam fundamentais na pauta de exportação peruana e pressionam, para dizer o mínimo, todos os governos eleitos. As comunidades que tinham sido asseguradas pela reforma agrária, agora sofrem o ataque das organizações transnacionais. A polícia e a mídia peruana cunharam a expressão ‘terrorismo antimineiro’ para justificar o ataque às comunidades e a prisão de líderes. A corte eleitoral cassou o mandado do prefeito de Dean Valdivia, Jaime Trindade de la Cruz, acusando-o de bloquear estradas, fato ocorrido quando ainda não era prefeito. Para Hugo, a importância da horizontalidade, ou seja, de que os movimentos não dependam de líderes, é essencial. Jaime mesmo afirmara que o movimento não morreria com sua cassação.

Hugo observa a resistência em vários pontos do Globo. São as lutas antimineiras no

Peru (afinal o país não pode exterminar sua biodiversidade em nome da mineração a céu aberto, que aniquila o solo), as lutas em toda parte da Amazônia para preservar a floresta, os movimentos de Occupy Wall Street, os indignados da Espanha, os que votaram contra o pagamento da dívida na Grécia e os homens e mulheres que em Kobani, na Síria, expulsaram pelas armas e mobilização os militantes do Estado Islâmico, aliás uma criação do Império. Crê, acima de tudo, na mobilização popular. “Eles tem as armas, a justiça, o legislativo, a mídia, mas nós somos noventa e nove por cento”.

Hugo é extremamente crítico da atual esquerda peruana. Lembra que apoiaram Humala, que estava envolvido em graves violações no governo Fujimori. Quando o ditador estava em risco, simulou uma rebelião que, em dois meses, jamais disparou um tiro. Depois foi nomeado adido militar em Paris. A esquerda o apoiou para presidente em troca de lugares no Parlamento. Em relação à candidatura da Frente Ampla, coalizão de esquerda que lançou Verónica Mendoza para a eleição a ser realizada em julho de 2016, o caudilho não economiza críticas. Para ele, a candidata teria de apresentar um programa claramente antimineiro, que defendesse o meio ambiente e as comunidades indígenas, que se comprometesse com o rechaço a reformas trabalhistas que restrinjam os direitos dos trabalhadores. Recorda seu próprio exemplo quando foi eleito para a Constituinte depois de chamar o povo a uma greve geral. Assim, não aceita o centralismo da coalizão (afinal os dirigentes deveriam remeter-se à base) e sustenta a necessidade da mobilização. Não que acredite na democracia liberal, mas entende que a eleição é uma oportunidade excelente para desmascarar o sistema e mobilizar a população contra os abusos do mesmo (BLANCO, 2016, p. 6). Hugo vê, inclusive, as rondas campesinas que nasceram da organização popular, primeiro na costa, depois na luta antissenderista, o exemplo do que se pode fazer para substituir a corrupta estrutura policial de seu país (BLANCO, 2014a, p. 3).

Quanto ao chamado socialismo do século XXI, ele recorda que Chávez, Morales e Corrêa, para não falarmos em Lula, não tomaram medidas que o militar Velasco realizou como, por exemplo, a estatização do setor mineiro. Neste sentido, percebe o renascimento da direita mais pura e dura como um sinal de que uma revolução de meias medidas não se sustenta. Isso não significa que não apoie estes governos em confronto com as oposições conservadoras, mas não esquece que Corrêa “sustenta projetos petroleiros na Amazônia equatoriana, que Morales quer construir uma rodovia, passando por terras indígenas na Bolívia, e que ele mesmo deixou de ser convidado para eventos na Venezuela depois de se opor à reeleição ilimitada de Chávez.”<sup>17</sup> Blanco é extremamente crítico ao MST. Esteve em seu congresso de Fundação em 1984. Recentemente, perguntou a um dos dirigentes se eles tinham contato com os zapatistas. Não tinham e lhe pareceram muito dependentes do

Estado. Admira profundamente algumas coisas do Brasil, como o fato de, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, os professores procurarem inculcar em seus alunos de escolas rurais, o orgulho de serem camponeses. “O mundo pode ficar sem engenheiros, mas não resiste um mês sem camponeses” (BLANCO, 2015).

Defende vigorosamente a agroecologia, desenvolve forte oposição aos transgênicos que escravizam o camponês às grandes multinacionais. Lembra que seu irmão, depois de decepcionar-se com a direitização aprista, ainda nos anos 50, foi para o Brasil aperfeiçoar-se como agrônomo. Voltou ao Peru, tornou-se professor universitário. Sempre ensinava (e sua filha segue seus passos) que era preciso aprender com os conhecimentos indígenas. Para Hugo, ele mesmo um estudante de agronomia nos anos 50, é nesta agricultura que está a chave para a alimentação saudável. Cada região deveria alimentar-se dos seus próprios recursos, explorando sua diversidade. Nos Andes, lembra ele, quando alguém pergunta “O que produz seu povoado?”, o orgulho é responder “Completo!”, indicando a pluralidade de espécies vegetais ali existentes. Assim, os primeiros geneticistas foram os agricultores. Enquanto a multinacional estende a lógica da fábrica ao campo, tentando homogeneizar a produção, o camponês busca diversificá-la, seguindo a lógica de que não se deixa todos os ovos na mesma cesta, ou seja, não se aposta tudo numa produção única.

Embora sua atenção priorize o tema ambiental, para ele chave na defesa da espécie, não abandona suas raízes agraristas, como demonstrou sua prisão de 2008. Hugo esgrime assim uma visão radical e utópica, mas não no sentido pejorativo que estas palavras costumam ter. Radical por imaginar uma comoção nas raízes estruturais da organização social vigente, e utópica por pensar outro mundo possível onde, inclusive, caiba o feminismo, posto que segundo Engels, a primeira opressão foi do homem sobre a mulher.

Este octogenário vê na retomada de valores indígenas adaptados à realidade atual o caminho para alternativas ao desenvolvimento capitalista, que enxerga como predatório. Recorre mesmo à dialética para embasar seu ponto de vista: as sociedades primitivas seriam a tese, aquelas organizadas em classes e castas seriam a antítese e a síntese a negação de ambas, mas com elementos das duas, seria a comunidade com valores indígenas que incorporaria o que desta civilização pudesse ser aproveitado. Provoco-o lembrando que nesta sociedade ocidental, com todos os defeitos, deficientes como eu, encontraram o seu lugar, enquanto em determinadas comunidades amazônicas, crianças nascidas com deficiência são mortas. Ele pensa e me fala da importância dos cientistas: hoje estes estão a serviço do grande capital e só dele; amanhã estarão a serviço da Humanidade e poderão nos dizer o que pode continuar da civilização e o que não pode, e a Humanidade terá condições, por sua organização horizontal, de impedir uma ditadura científica.<sup>18</sup>

Deste modo Hugo desenvolve um pensamento extremamente crítico da sociedade atual, mas com uma profunda esperança num futuro, onde resgatando valores como a comunidade, a horizontalidade e a solidariedade se possa construir uma sociedade nova. “Que sociedade é esta em que você tem que ser o mais inteligente, a mais bela, onde deve desejar que seus pais morram logo para ficar com a herança e os irmãos se matam por ela?”, pergunta o líder. (BLANCO, 2015) Imagina uma sociedade transformada, quase irreconhecível, mas onde estes valores pautariam as relações sociais. Enquanto ela não chega, o jeito é continuar a dura luta cotidiana contra as transnacionais e seus representantes, ele diria serviçais, que estão assentados à direita dos Governos, dos Parlamentos e dos Tribunais do Planeta.

## **Conclusão**

Este homem nascido em Paruro, que transitou com toda facilidade entre a cultura jurídica de D. Angel e a rural quéchua de D. Victória, passou por incontáveis situações de risco à sua vida e hoje, com mais de oitenta anos, continuar lutando é, no mínimo, para ser analisado. O trotskismo, já uma dissidência da esquerda tradicional, continua influenciando seu modo de pensar, mas agora mesclado ao indigenismo, que já estava presente em José Carlos Mariátegui e em José Maria Arguedas. Blanco, de fato, procurou romper com modelos prontos, fosse o neoliberalismo de Fujimori, o maoísmo um tanto dogmático de Abimael Gusmán ou o marxismo de linha soviética do PC.

Neste trabalho procuramos discutir pontos de sua biografia em cotejo com a história de seu país e fechamos avaliando o modo que hoje ele tem de perceber à vida. Podemos aceitar ou não suas convicções, mas certamente é fundamental refletir sobre elas. Foi o que tentamos fazer, dentro dos limites deste trabalho.

## Referências bibliográficas

Ayerb, Luiz Fernando – **A Revolução Cubana**. São Paulo: UNESP, 2003.

Blanco, Hugo. “Autobiografia” in **Confederación Campesina Del Perú, Escuelas Campesinas**, Lima, CCP, 2003. Disponível em: [http://movimientos.org/es/cloc/ccp/show\\_text.php3%3Fkey%3D2164](http://movimientos.org/es/cloc/ccp/show_text.php3%3Fkey%3D2164) acessado em 29 de dezembro de 2015.–

Idem – “La Borrachera Electoral” in **Blanco, Hugo Lucha Indígena**. Lima, Ediciones Lucha Indígena, 2016: P: 6-7.

*Idem* - **Callentamiento Global**. Lima, Ediciones Lucha Indígena, 2014.

Idem – **Construamos um Mundo Nuevo**. Lima, Ediciones Luca Indígena, 2014.

Idem – **La Verdadera Historia de la Reforma Agraria**. Ima, Ediciones Lucha Indígena, 2014.

Idem – **Las Escuelitas Zapatistas**. Lima, Ediciones Lucha Indígena, 2014.

Bravo, Juan Carlos Guerrero – “Rondas Campesinas” in **Giarraca, Norma – Levi, Betina – Ruralidades Latino-Americanas**. Buenos Aires: Flacso, 2001.

Clastres, Pierre – **A Sociedade Contra o Estado**. Rio de Janeiro, Cosac Naif, 2012.

Contreras, Carlos – Cueto Marcos – **Historia contemporânea Del Perú**. Lima, IEP, 2007.

Cotler, Julio – **Peru: Estado, Classe e Nação**. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

Cotler, Julio – Gromponi Romeo – **El Fujimorismo: Ascenso y queda de um Regimen Autoritário**. Lima, IEP, 2001.

Cuneo, Martín – **Las Diez Vidas de Hugo Blanco**. Lima, Viento Sur, No. 117, julio 2011.

Degregore, Carlos Iván – **Rondas Campesinas y Derrota de Sendero**. Lima, IEP, IFEA, 1996.

Galeano, Eduardo – **Os Filhos dos Dias**. Porto Alegre, LPM, 2012.

García, Hanry Pease – **El Ocaso Del Poder Oligárquico**. Lima, IEP, 1986.

Halbwachs, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.



Mar, José Matos – Mejía, José Manuel – **La Reforma Agraria em El Perú**. Lima, IEP, 1980.

Mayer, Enrique – **Cuentos Féos de la Reforma Agraria**. Lima, IEP, 2009.

Medrano, Eduardo Toche . **Guerra Y Democracia. Los Militares Peruanos y la construcción nacional**. Lima: Desco-clacso, 2008.

Otero, Luiz Gamarra – “Um Testemuño Personal” in Vegas, Iliana Cáceres de – **A Trienta y Ocho Años de la Reforma Agraria**. Lima, Fundación Frederick Herbert Bustamante de La Puente, 2008.

Pecequilo, Cristina Soreano – **Política externa dos Estados Unidos. Continuidade e Mudança**. Porto Alegre, UFRGS, 2003.

Rémique, José Luiz – **A Revolução Peruana**. São Paulo, Unesp, 2009.

Ribeiro, Vanderlei Vazelesk – **O Desencanto Angolano: Os Limites ao Projeto de Nação Socialista do MPLA**. Rio de Janeiro, UFRJ, Monografia de Graduação, 1998.

Idem - “A Terra e a Farda: a questão agrária sob regime militar no Brasil e no Peru” in Motta, Marcia – Olinto Beatriz (org) **História Agrária: Propriedade e Conflito**, ed. Guarapuava : UNICENTRO, 2009, v.II, p. 247-266.

Idem - **A foice face ao tanque: organizações de trabalhadores rurais frente aos regimes militares no Brasil e no Peru (1961-1988)**. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. , v.3, p.77 - 98, 2011.

Idem - **Da Reforma Agrária à Questão Ambiental: movimentos camponeses no Peru (1947-2009)**. Revista Convergência Crítica. , v.2, p.41 - 60, 2014.

Idem - “De la Cuestión agraria al tema ambiental: apuntes para una historia de los movimientos camponesinos en Perú (1947-2009)” In: Ruffini, Marta (org) **Estado, políticas públicas y ciudadanía en el mundo rural**. 1 ed. Buenos Aires : Imago Mundi, 2014, v.9, p. 119-133.

Silva, Epa Pereira da - **O Centro de Altos Estudos Militares (Peru) e a Escola Superior de Guerra (Brasil) 1948-1968**. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 2016.

Thompson, E. P. – **Costumes em Comum**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Verdugo, Patricia – **Chile: 1973 – Como os Estados Unidos derrubaram Allende**. Rio de Janeiro, Revan, 2003.

Zapata, Antonio – **El Eterno Retorno de Hugo Blanco** in Diario La República, Lima, Perú, 10-08-2008, Disponível em: <http://larepublica.pe/08-10-2008/sucedio-eterno-retorno-de>

[hugo-blanco](#), acessado em 29 de dezembro de 2015.

Entrevistas:

**Blanco, Hugo** – Entrevista inédita ao autor, Lima, Los Girasoles, 13 de abril 2013.

Idem, ibidem – 18 de julho de 2014.

Idem – Depoimento concedido ao grupo liderado pelo professor Fabio Luis Barbosa dos Santos – Lima, sede da Confederación Campesina Del Perú, 22 de julho de 2015

**Bustamante, Marcelino** – Entrevista Inédita ao autor. Lima, Confederación Nacional Agraria. Lima, 20 de julho de 2011.

**Vargas, Andrés Luna** – depoimento concedido ao grupo liderado pelo professor Fabio Luis Barbosa dos Santos. Lima, Conveagro, 20 de julho de 2015.

Idem – Entrevista inédita ao autor. Lima, Ministério da Agricultura – 16 de abril e 23 de abril de 2014.

# CAPÍTULO IX

O QUE ESTÁ ACONTECENDO NA AMÉRICA LATINA?  
POPULISMO, MÍSTICA E A NECESSIDADE DE UM NOVO  
FRACASSO.



## O que está acontecendo na América Latina? Populismo, mística e a necessidade de um novo fracasso.

João Gabriel Almeida<sup>1</sup>

“Los reformadores, en todo caso, no pueden ser moderados, porque sus reformas, moderadas o no, son interpretadas siempre por la clase dominante como un reto” (René Zavalleta). Com essa frase, presente no Museu da Revolução do MNR, em La Paz, gostaria de começar essas reflexões. As ciências sociais brasileiras, orientadas pela paulistânia desvairada, perderam em grande medida a sua própria implicação no contexto ao qual estudam. Tornamos exegistas que só sabem dialogar com os comentadores do mesmo teórico/mestre. Escrevo este ensaio na condição de brasileiro que, parodiando Darcy Ribeiro, se descobriu latino-americano saindo do país e que graças a isso pôde avaliar com outros olhos muitos avanços e retrocessos que estavam naturalizados na conjuntura brasileira. Falo na condição de alguém que se propôs a viver em um dos países com a situação social mais complexa da América do Sul, a Colômbia. Falo como alguém que teve a oportunidade de viajar por Peru, Bolívia e Equador, além dos dois países citados, conversando com alguns setores para tentar ter um panorama, ainda que insipiente, do que está passando em nosso continente. Minha preocupação teórica, que já existe há algum tempo, decorre das seguintes perguntas: Se as contradições inerentes ao capitalismo deveriam levá-lo ao seu fim, como ele se sustenta? O que faz com que as pessoas esqueçam suas condições objetivas e aceitem seu nível de exploração e exclusão? Que estratégias decorrem dos setores explorados para resistir a isso? Até o momento, publiquei três ensaios me defrontando com essas questões.

No primeiro, presente nos anais do *VII Coloquio Internacional “Teoría Crítica y Marxismo Occidental”*, promovido pela Revista Argentina *Herramienta*, busquei, através da análise de relatos de testemunho do campo de concentração em contraposição à produção literária carcerária de São Paulo, entender o que, desde uma exposição sintomática da estrutura de poder capitalista (o Nazismo), podíamos entender das bases deste sistema. Deste estudo, saquei a correlação entre Objeto e Sujeito da Psicanálise com a estrutura mesma da produção. Ou seja, tomando a separação efetuada por Marx em *A Ideologia Alemã*, modos de reprodução e

1 Graduado em Letras-Português pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde participou do Instituto de Estudos Latino-americanos (ILEA). Atuou nos meios alternativos Desacato.info e Red de Medios Alternativos de Colombia, onde fez parte da equipe de comunicação do movimento *Voces de Paz*. No âmbito do processo de reintegração à vida civil, ensinou jornalismo a membros das FARC e foi coordenador de comunicação para a temática étnica da campanha ao senado das FARC.

modos de intercâmbio, desenvolvidos em outro nível como produção e consumo, podemos entender que o Capitalismo, através do mecanismo da alienação, coloca os trabalhadores na condição de objeto durante o processo de produção, um objeto de extração de mais-valia. Porém, pela necessidade de garantir a efetivação da mais-valia através da venda das mercadorias, esse mesmo trabalhador precisa ressurgir na dimensão do consumo como sujeito, um sujeito desejante para conformar sua identidade através das mercadorias produzidas. Isso gera uma posição desconfortável para o próprio capitalista ao ter que aceitar a esfera do consumo como um espaço de alguma independência aos trabalhadores. Há a percepção sensível desta questão em campanhas como a *BDS (Boicot, Desinversiones y Sanciones)* realizada por apoiadores da causa palestina contra empresas que apoiam Israel.

No segundo ensaio, publicado pela revista acadêmica Mafuá, desenvolvi, baseado no texto *Obra de Arte na Era de Reprodutibilidade Técnica*, de Walter Benjamin, algumas considerações sobre o Capitalismo Contemporâneo depois das revoluções técnico-informacionais. Em resumo, a questão de fundo, que defendo que Walter Benjamin já havia percebido no princípio do Cinema, é que as mercadorias produzidas pelo Capitalismo cada vez mais tensionam a noção mesma de propriedade privada, fazendo com que as alternativas para a manutenção do sistema sejam inclusive anti-produtivas, como as patentes, gerando uma situação de divisão cada vez mais marcada entre setores da classe trabalhadora que possuem um valor especial para o atual sistema, engenheiros, designers, programadores, etc., que é quem tem direito a circular na esfera do consumo, e setores cada vez mais marginalizados que ganham o direito de se apresentar somente como objeto dentro do sistema. A partir desse trabalho, tentei buscar fatores de contraposição a isso e os encontrei resgatando algumas reflexões de Glauber Rocha, que culminaram no texto *Um Messias nos Trópicos: Um encontro entre Walter Benjamin e Glauber Rocha*, publicado pela revista REBELA. Neste ensaio desenvolvo as relações entre os conceitos de messianismo em Walter Benjamin e de mística em Glauber Rocha, tentando trazer à tona que, baseado nesses dois autores, o momento revolucionário é um momento de anti-razão, o que quer dizer que a base lógico-discursivo que justifica o capitalismo perde o seu sentido e permite a irrupção de uma mística, quer dizer, a utilização de símbolos que por si não tem um sentido claro, mas que, a partir de algum referente, são tomados como a representação de todos os desejos de um grupo social. O mito de Tupac Katari, Bolívar, Buen Vivir, etc. Partindo deste ponto, proponho oferecer alguns elementos para auxiliar a compreensão da atual conjuntura da América Latina. Um conceito valioso, pelo qual podemos começar, é o de Ernesto Laclau, razão populista. Para entender o porquê, podemos resgatar um ponto de Glauber Rocha:

A razão dominadora classifica o misticismo irracionalista e o reprime a bala. Para ela tudo que é irracional deve ser destruído, seja a mística

religiosa, seja a mística política. A revolução, como possessão do homem que lança sua vida rumo a uma ideia, é o mais alto astral do misticismo. As revoluções fracassam quando esta possessão do homem não é total, quando o homem rebelde não se libera completamente da razão repressiva, quando os signos da luta não se produzem a um nível de emoção estimulante e reveladora, quando, ainda acionado pela razão burguesa, método e ideologia se confundem a tal ponto que paralisam as transações da luta (ROCHA, 1981, p. 220)

Tomando seu pensamento em sua radicalidade, toda a razão é uma razão burguesa, pois o conceito mesmo de racionalidade é resultado de uma produção colonial (ROCHA, 1981). Seguindo essa lógica, dizer razão populista é perfeito, pois expressa exatamente essa tensão. A noção de Laclau se baseia no pressuposto que “povo” é uma categoria política organizada não como elemento da estrutura, mas sim baseado em um conjunto de demandas pelas quais se organiza. Sendo assim, o povo “se constrói” como ator social, fazendo com que uma parcialidade possa se estabelecer com um sentido de totalidade. É dizer, um conjunto de demandas dispersas se alçam à categoria de um todo ao nomear-se como um conjunto unitário capaz de atuar politicamente. Para utilizar as palavras do próprio Laclau:

O que é decisivo para a emergência do “povo” como novo ator histórico é que, como o momento equivalencial / articulador não procede de uma necessidade lógica a partir da qual cada demanda se conectaria às outras, a unificação de uma pluralidade delas em uma nova configuração é constitutiva e não derivativa, isto é, é um *ato* no sentido estrito do termo, uma vez que não tem origem em nada externo a si mesmo. A emergência do “povo” como ator histórico é, então, sempre uma transgressão com relação à situação precedente. E esse ato de transgressão constitui também a emergência de uma nova ordem (LACLAU, 2005, P. 14)

Tomando o confronto entre essas duas posições, podemos sim afirmar que figuras como Evo Morales e Hugo Chávez são constitutivamente anti-revolucionários, pois souberam oferecer à mística revolucionária uma linguagem social, uma ideia-força para colocar nos termos utilizados por Garcia Linera, que oferecesse uma estrutura que pudesse se manifestar dentro do próprio sistema capitalista. A pergunta que resta disso é: do ponto de vista de uma transformação social

radical, fazer o contrário seria o melhor? Estamos no campo da discordância de fundo entre Laclau e Negri e Hardt. Um texto de Darcy Ribeiro, *Salvador Allende e a Esquerda Desvairada*, parece-me trazer considerações magistrais sobre isso. Seu argumento, de fundo, é que, ao tentar acelerar o processo chileno para além do possível junto ao governo de Salvador Allende, setores da esquerda chilena foram responsáveis pelo processo conservador instaurado com Pinochet. De fundo, nessa discussão aparece uma questão ontológica da revolução: A revolução é um processo teleológico, ou seja, o comunismo é um fim dado ou não? Para os que creem que sim, há um pressuposto, nem sempre confesso, que uma hora o capitalismo vai cair, assim como ocorreu com outros sistemas sociais e econômicos. Os que não creem na noção teleológica estão constantemente deparando-se com o fracasso. E quando digo fracasso, resgato a frase de Beckett que Slavoj Zizek utiliza para sintetizar a dialética: “Sempre tentei. Sempre fracassei. Não importa. Tente de novo. Fracasse de novo. Fracasse melhor” (ZIZEK, 2003). Por mais que tenham sido oponentes teóricos até a morte de Laclau, considero suas discordâncias mais ególatras que conceituais, pois analisando as formulações de ambos se permite chegar a um ponto comum e central, sintetizado magistralmente na fala de Zizek ao Occupy Wall Street:

Não se apaixonem por si mesmos, nem pelo momento agradável que estamos tendo aqui. Carnavais custam muito pouco – o verdadeiro teste de seu valor é o que permanece no dia seguinte, ou a maneira como nossa vida normal e cotidiana será modificada. Apaixone-se pelo trabalho duro e paciente – somos o início, não o fim. Nossa mensagem básica é: o tabu já foi rompido, não vivemos no melhor mundo possível, temos a permissão e a obrigação de pensar em alternativas. Há um longo caminho pela frente, e em pouco tempo teremos de enfrentar questões realmente difíceis – questões não sobre aquilo que não queremos, mas sobre aquilo que QUEREMOS. Qual organização social pode substituir o capitalismo vigente? De quais tipos de líderes nós precisamos? As alternativas do século XX obviamente não servem. (ZIZEK, 2011)

Nós da esquerda, especificamente os setores de esquerda que tem uma circulação confortável pelo consumo, vivemos facilmente encantados pelas catarses coletivas das grandes manifestações, da população ocupando praças e decidindo, da grande “festa” revolucionária. O problema é que o ato, para colocar nos termos que Laclau, baseado em Lacan, apresenta, é contingencial, emergente, irruptivo e temporário. Tentar converter a vida social em uma eterna cadeia de atos sucessivos é o desejo mesmo do fim da sociedade, e não digo o fim da sociedade

capitalista, digo de qualquer sociedade. Não à toa Glauber Rocha vai afirmar que os únicos revolucionários verdadeiros são os artistas. E está certo. O estado de constante emergência é o estado a priori da arte que é a constante negação de qualquer particularidade. Quando Žižek resgata o valor do dia seguinte e Laclau o valor fundacional da transgressão para além da destruição, se refere à noção de negação da negação da dialética:

En los dos casos señalados, hablar de sutura no supone ninguna situación superadora (o “cicatrización de la herida”) que borra toda huella de lo desgarrado. Opera más bien “la lógica de la negación de la negación” que “no implica ningún retorno a la identidad positiva, ninguna abolición, cancelación de la fuerza desgarradora de la negatividad, reducción a un momento pasajero en el proceso automediador de identidad”. Por el contrario, “en la negación de la negación”, la negatividad conserva todo su potencia desgarrador; de lo que se trata es de que experimentamos que este poder negativo, desgarrador, que amenaza nuestra identidad es *al mismo tiempo una condición positiva de ella*”. (OSORIO, 2012, p. 32)

Depois desse pequeno recorrido teórico, que permite justificar minhas afirmações, quero tentar desenhar o quadro em que nos vejo hoje na América Latina, mais especialmente na América do Sul. O final dos anos 90 e o início dos anos 2000 implicam dois processos distintos. Por um lado, o desgaste do racionalismo administrativo cultivado pelo neoliberalismo através de uma tentativa de um massacre social e ideológico pelas ditaduras militares. Esse contexto permitiu, dentro da distopia provocada pelo discurso cínico neoliberal, a emergência desta mística contingente em grande parte da América do Sul. Por outro lado, a racionalização desta mística decorrente dos processos armados entra no seu desgaste, tendo como exposição mais sintomática o Sendero Luminoso, que, ao contrário das guerrilhas que lutaram contra regimes declaradamente autoritários, é, por assim dizer, fiel ao ímpeto revolucionário, ou melhor, ao terror revolucionário, revelando o caráter iminente religioso da mística revolucionária e oferecendo a justificação discursiva para o discurso cínico que vai vigorar quase sem oposição no Peru. Por mais que as esquerdas tentem negar essa experiência como sua, devemos buscar o cerne da verdade histórica que ela representa, da mesma forma que Alain Badiou o fez em seu magistral livro *Hipótese Comunista* quando analisa, entre outros eventos, a Revolução Cultural Chinesa desde a perspectiva da aplicação de uma hipótese. Ao dizer hipótese comunista, Badiou emprega o termo matemático dizendo que o que caracteriza uma hipótese é que um erro de aplicabilidade não a elimina, mas sim a reformula. O que o Sendero Luminoso pode nos



ensinar é o imperativo da dialética. Essa mística implosiva, irracional, vai em algum momento se converter em uma linguagem, vai dar sustentação a um conjunto de símbolos apropriáveis. É preciso resgatar alguns elementos do texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu* para entender melhor essa questão:

Nada nela é premeditado. Embora deseje as coisas apaixonadamente, nunca o faz por muito tempo, é incapaz de uma vontade persistente. Não tolera qualquer demora entre o seu desejo e a realização dele. Tem o sentimento da onipotência; a noção do impossível desaparece para o indivíduo na massa. (FREUD, 2011. P. 25)

Nessa passagem, a meu ver, Freud dá contornos aos efeitos do que estamos chamando de mística revolucionária em seu momento de conformação de unidade de povo. Essa lacuna entre desejo e sua realização é fundamental, pois relembramos que a mística, conforme estamos trabalhando aqui, é a anti-razão por excelência. Sendo assim, ela tem como correspondente direto o inconsciente e o movimento do desejo, ou seja, sua insatisfação constitutiva e a necessidade de sempre ir mais além do objeto de desejo. A constituição de um alvo, um objeto de desejo, um simulacro de linguagem, é o passo constitutivo que organiza a massa em um grupo, identificável através de um líder ou uma ideia que o substitua, como bem apresenta Freud neste mesmo texto com os casos da Igreja e do Exército. O livro *Memórias de um Soldado Desconhecido*, uma autobiografia de um rapaz que foi tanto do Sendero Luminoso, quanto do Exército, quanto da Igreja, mostra claramente que a base para a conformação de um grupo é a mesma, alterando somente o conjunto de ideias ou as lideranças que ocupam a posição de Outro. A base da constituição de um grupo político, defendendo então, é a capacidade de oferecer um ordenamento simbólico para uma potência desejante que estamos chamando aqui de mística. O Sendero Luminoso foi um efeito de incapacidade da própria esquerda peruana de renovar-se na sua própria construção, o que deixou um espaço carente de símbolos no qual uma racionalidade simplificada pelo discurso militar e a imagem do líder forte teve eco. O mérito do Sendero Luminoso foi crer realmente no que dizia, levando às últimas consequências seus atos. Isso o distinguiu dentro de um contexto similar ao que vivemos hoje que, perdidos no meio da lógica democrática burguesa, perdemos a capacidade de oferecer respostas efetivas, tornando pouco efetivas as nossas respostas. A lição positiva do fracasso do Sendero – sobre a qual Slavoj Žižek ministrou uma palestra excelente denominada *Love as a Political Category* – é que nos momentos em que a racionalidade capitalista não oferece respostas, que a mística, revolucionária e antirracional, está em seu cume, é necessário fundar algo em que as pessoas acreditem de fato,

sem justificativas senão a si próprio. A tragédia deste movimento é que a sua incapacidade estratégica e más escolhas táticas tiraram deles qualquer capacidade de ir além da racionalidade militar, forçando que, para continuar existindo, ao invés de uma contínua reformulação simbólica, se congelasse na via de identificação, padecendo do fim que toda a organização política alcança ao perder a possibilidade de disputar o poder: sobreviver da mera tentativa de preservar-se no conjunto de suas verdades, sem pô-las a prova, mas simplesmente defendendo o que garante a sua existência enquanto grupo. É o que vemos em diversas organizações políticas pequenas, em diversos cantos do mundo. No Brasil podemos perceber em organizações como o PCO, PSTU, entre outros. A diferença que fez o Sendero Luminoso causar um desserviço à luta peruana foi o fato de ser uma guerrilha, o que garantiu impactos dolorosos para a luta popular. Uma organização que perde sua capacidade de diálogo com a mística revolucionária se torna simplesmente uma caricatura política, mas quando esta caricatura porta armas pode se transformar em uma catástrofe, pois o medo é o segundo elemento que pode ser racionalizado em um discurso político. É assim que temos os movimentos conservadores em sua essência e isso que vemos no Peru hoje: resíduos de um fracasso de um momento de abertura da potência mística da política que, não tendo a capacidade de uma apropriação simbólica da esquerda, gerou um contexto de medo que por sua vez foi muito bem apropriado pela direita, que garantiu a versão dos fatos, a “realidade” do contexto peruano.

Em outros países da América Latina a situação foi diferente. O discurso do medo, instituído pelas ditaduras militares, nunca conseguiu ter plena hegemonia e a mística revolucionária se manteve latente, abrindo a oportunidade de, nos períodos de redemocratização, oferecer um cenário que foi melhor apropriado por alguns setores. É o que vimos nas sínteses destas místicas nos termos Bolivarianismo na região norte da América do Sul, no Bem Viver na região Andina, e na apropriação de nomes próprios para representar essa ideia como no caso do peronismo e um fenômeno mais curioso no Brasil, com o Lula revivendo como farsa a história getulista. Estes foram os “dias seguintes” da catarse mística que irrompeu com o desgaste da racionalidade neoliberalista da década de 90, este como a tentativa de trocar o discurso do medo pelo discurso cínico de fim da história e mal menor que não convenceu parte dos povos da América Latina. As propostas destas racionalidades foram simples: oferecer um espaço diferenciado de consumo através de uma melhor distribuição da riqueza. Resgato o que já falei em trabalhos anteriores e resumi aqui, o importante disto é que, passando da lógica econômica para a subjetiva, consumo é a possibilidade do trabalhador constituir-se para além de uma mera reserva de mais-valia. Quando o trabalhador consome, ele pode fazer-se sujeito. Como diz Glauber Rocha em um ensaio de 1961:

(...) o cinema como veículo de ideias só pode ser honestamente aceito

enquanto servir ao homem no que ele mais precisa para viver: pão. Se nem só disto ele vive, para viver de lirismo, de metafísica, de apáthos (como os críticos gostam), é preciso antes fazer as três refeições diárias, embora que, para isto, seja necessário morrer em várias partes do mundo, onde esteja correndo sangue demasiado (ROCHA, Glauber, 1981, p.13).

Ao incidir sobre o consumo, mesmo que dentro dos limites do Capitalismo, estes governos incidiram sobre o que garante ao ser humano entender-se enquanto tal, sair de uma condição meramente objetiva. Alguns países, como Bolívia, Equador, Argentina e Venezuela, conseguiram ir um pouco mais além, qualificando esta constituição subjetiva com criações simbólicas latino-americanistas, gerando consumo inclusive de política, de participação política. Importante frisar que, quando eu falo em consumo, não penso no senso comum de comprar algo, mas sim dentro da categoria marxista de modos de intercâmbio, ou seja, tudo que ultrapassa a produção. O capitalismo transforma tudo em mercadoria, sendo assim, você é o que você consome, no sentido de que a constituição identitária está relacionada ao conjunto de mercadorias com as quais você se relaciona. Mesmo não conseguindo tirar do estatuto de mercadoria, estes governos conseguiram oferecer um novo entendimento de cidadania e identidade nacional. Agora, como o próprio vice-presidente da Bolívia Garcia Linera apontou em seu debate com Enrique Dussel, a tomada do Estado converte os setores políticos que o fizeram em antirrevolucionários por natureza. Sua fala no *Foro de Emancipacion y Igualdad* é bem ilustrativa disto, quando ele faz ao final uma referência direta aos elementos que chamamos aqui de mística revolucionária e admite que, por mais que isto ainda o anime, ele não se sente mais parte, pois está involucrado na racionalidade administrativa que eles criaram. E aqui eu retomo a reflexão inicial entre uma esquerda teleológica e não teleológica. A base da dialética é a impossibilidade da tomada do Universal pelo Particular. Se tomarmos isto na sua radicalidade, como acredito ter feito Slavoj Zizek ao cruzar o triângulo hegeliano com o lacaniano, isto significa que nenhum ordenamento social pode existir sem produzir um resto singular e constitutivo que guarda em si a verdade de que Ele não é a totalidade, e que pode fazer com que Ele imploda e gere uma nova realidade, distinta, mas que também não será a sociedade Final. Sendo assim, o chamado socialismo do século XXI fez uma movimentação importante. Sua apropriação da mística criou uma nova linguagem, a qual obriga mesmo os velhos setores conservadores a tentarem justificar-se dentro dela. E criou uma expectativa, a qual:

Como poderia o autêntico, violento amor nos ajudar a se orientar hoje? Deixe-me começar com uma maravilhosa citação da última edição de natal da revista *Spectator*, na qual tinha um editorial com o título “Porque 2012 foi o melhor ano de todos os tempos” que argumenta contra a percepção

de que vivemos em um mundo cruel e perigoso onde as coisas estão mal e piorando: “Pode-se não se sentir como, mas 2012 foi o melhor ano da história do mundo. Isso soa como uma declaração extravagante, mas é sustentada por evidências. Nunca houve menos fome, menos doenças ou mais prosperidade. O Ocidente continua com a economia estagnada, mas muitos países em desenvolvimento estão seguindo em frente e pessoas estão sendo retiradas da pobreza com a maior taxa já registrada. A quantidade de mortes causadas por guerras e desastres naturais é também misericordialmente baixa. Estamos vivendo em uma época de ouro.” Ainda que, admitindo ao diabo o que lhe pertence, muitas coisas são verdades nessa declaração, a primeira coisa a se acrescentar aqui é que as pessoas se rebelam não quando as coisas estão muito mal, mas quando suas expectativas são desapontadas. A revolução francesa ocorreu somente quando o rei e os nobres não estavam mais conseguindo se manter no poder; a revolta anti-comunista de 1956 na Húngria explodiu depois que Imre Nagy já havia sido Primeiro Ministro por dois anos, depois de um (relativo) debate livre entre os intelectuais; pessoas protestaram no Egito em 2011 porque havia algum progresso econômico no governo de Mubarak, realizando um aumento na classe dos jovens educados que participam da cultura digital universal. E é por isso que os Comunistas Chineses estão certos ao entrarem em pânico: porque, em média, pessoas estão vivendo melhor que há 40 anos atrás – e o antagonismo social (entre os novos ricos e o resto) está explodindo e as expectativas são muito maiores. Esse é o problema com desenvolvimento e progresso: eles são sempre desiguais, eles dão nascimentos a novas instabilidades e antagonismos, eles geram novas expectativas que não podem ser atendidas. Na Tunísia e no Egito, um pouco antes da primavera árabe, a maioria provavelmente vivia um pouco melhor que décadas atrás, mas os padrões pelos quais eles medem sua (in) satisfação são muito grandes. Então sim, a Spectator está em princípio certa ao declarar que vivemos na era de ouro, mas os próprios fatos que a Spectator enfatiza estão criando condições para revolta e rebelião. (ZIZEK, 2011, tradução própria)

A dura verdade que nos ensinou os campos de concentração é que quanto mais miserável está o ser humano menos seu desejo está em jogo, e por isso mais conformado ele é. A resposta à mística anti-liberal dos anos 90 gerou uma promessa, e gerou condições para que as pessoas continuem desejando esta promessa. Não à toa que, quando os fatores objetivos da economia

cobram seu espaço e a queda do preço dos commodities destrói as bases que permitiu esta racionalidade populista, os setores populares começam a cobrar de novo o que faltou da promessa que lhes foi dado. É um novo momento de abertura mística, que permite um salto de qualidade se a esquerda souber aproveitá-lo. Não pode ser os mesmo setores que estão governando, pois se eles conseguiram gerar um ordenamento simbólico que racionalizasse a mística anti-liberal foi porque acreditavam no que diziam, a mesma característica que eu louvei do Sendero. Seu mérito é o que obriga a sua destruição. Porém, devemos sempre lembrar que um fracasso da racionalização da mística sempre abre espaço para um discurso baseado no medo e a história mostra que a incapacidade da esquerda renovar a sua linguagem é um prato cheio para a tomada de poder das forças mais aterradoras. Nossa responsabilidade hoje é, como sempre, arriscar-se a errar de novo para fracassar melhor.

## Referência Bibliográfica

ALMEIDA, João Gabriel. **Um messias nos Trópicos: Um encontro entre Walter Benjamin e Glauber Rocha**. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/rebela/revista/volume-4-numero-3-2014/rebela/revista/artigo/um-messias-nos-tropicos-um-encontro>>. Acesso em: 12/11/2015.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Doença: Primo Levi e Luiz Alberto Mendes enquanto vozes da Morte**. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/coloquios-y-seminarios/em-defesa-da-doenca-primo-levi-e-luiz-alberto-mendes-enquanto-vozes-da-morte>>. Acesso em: 12/11/2015

\_\_\_\_\_. **Uma Imersão na Reprodutibilidade Técnica**. Disponível em: <<http://www.mafua.ufsc.br/numero24/?categoria=ensaios&item=joaogabriel>>. Acesso em: 12/11/2015

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política** (Trad. Sérgio Paulo Rouanet), São Paulo, Brasiliense, 1996.

FREUD, Sigmund. (1995). “**Psicologia das massas e análise do Eu**” in Obras Completas. vol. 15. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras. Original publicado em 1921.

GAVILÁN, Lúcio, **Memória de um Soldado Desconocido**, Lima, INEP, 2013.

LACLAU, Ernesto, **O Retorno do “Povo”: Razão Populista, Antagonismo e Identidades Coletivas**. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6583/0>>. Acesso em: 12/11/2015

LINERA, Álvaro Garcia, **Álvaro García Linera en el Foro Internacional Emancipación e Igualdad**. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=kDrZc\\_bSJ\\_o](https://www.youtube.com/watch?v=kDrZc_bSJ_o)>. Acesso em: 12/11/2015

\_\_\_\_\_. **Intervención de Álvaro García Linera en el Foro Internacional de Filosofía**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=rTD6GFPEuMc>>. Acesso em: 12/11/2015

\_\_\_\_\_. **Las Tensiones Criativas de la Revolución**. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/134332.pdf>>. Acesso em: 12/11/2015

LEVI, Primo, **É isto um homem?** – Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os afogados e os sobreviventes** – São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARX, Karl, **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)** - São Paulo: Boitempo, 2007

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v.1.

MOULIER-BOUTANG, Yann, **Cognitive Capitalism**, Malden: Polity Press, 2011

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Gunder Frank: O enguiço das ciências sociais**. Florianópolis: Insular, 2014.

RIBEIRO, Darcy, **Salvador Allende y la Izquierda Desvairada**. Disponível em: <http://www.salvador-allende.cl/cgi-sys/suspendedpage.cgi>. Acesso em: 12/11/2015

ROCHA, Glauber, **A Revolução do Cinema Novo** – Rio de Janeiro, EMBRAFILME, 1981

ŽIŽEK, Slavoj, **Em Defesa das Causas Perdidas** – São Paulo, Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **The parallax view: Karatani's transcritique on Kant and Hegel**. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/25/slavoj-zizek-the-parallax-view>. Acesso em: 07/04/2014

\_\_\_\_\_. **Love as a Political Category**. Disponível

em: <http://dailystruggles.tumblr.com/post/50765863638/slavoj-zizek-on-love-as-a-political-category>. Acesso em: 12/11/2015

INTEGRANTES DO PROJETO  
PEDAGOGIA DA VIAGEM: PERU E BOLÍVIA

André Vilcarromero (Aluno - UNIFESP)

Bruna Muriel Huertas (Doutoranda - PROLAM-USP)

Fabiana Rita Dessoti (Professora - UNIFESP)

Fabio Luis Barbosa dos Santos (Professor - UNIFESP)

Flavia Gimenez de Fávares (Mestranda - PROLAM/USP)

Keise Nayara Fernandes Pereira (Aluna - UNIFESP)

Klaus Hermann Heringer (Aluno - UNIFESP)

João Gabriel Almeida (Aluno - UNIFESP)

Letícia Rizzotti (Aluna - UNIFESP)

Luciana Rosa de Souza (Professora - UNIFESP)

Rafael Teixeira (Aluno - UNIFESP)

Rodrigo Chagas (Professor - UFRR)

Salvador Andres Schalvelzon (Professor - UNIFESP)

Samantha Maia (Mestre pelo PROLAM/USP)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro (Professor - UNIRIO)

Vivian Urquidí (Professora - PROLAM/USP)



